

Dessa forma, seguindo esta linhagem e dividido em três partes, o livro, em sua dilemática, é amplo e diverso. Na primeira parte, destacamos o alentado texto de Ruth Wilson Gilmore, professora e representante do feminismo marxista negro dos Estados Unidos. Nele, o tema do racismo e dos territórios políticos é pioneiramente publicado e discutido em nosso país. Ainda nessa primeira parte do livro, as relações de gênero e étnico-raciais no mundo da vida, o ser-mulher e os dilemas da reprodução social, da escravização e da migração são discutidos de modo crítico e qualificado e ancorados e respaldados em densas pesquisas, dissertações e teses (que foram defendidas e receberam o devido mérito).

Já na segunda parte são apresentadas algumas dimensões acerca das flexões e flexibilizações presentes no mundo do trabalho, com suas incontáveis precarizações, que se acentuaram exponencialmente durante a pandemia e abriram um novo cenário de exploração, expropriação e espoliação do trabalho pelas corporações globais. Os exemplos do home office, da dupla jornada realizada pelas mulheres, do trabalho uberizado ou plataformizado, do flagelo das terceirizações etc. falam por si só.

Por fim, na terceira parte, encontramos ricas pistas ontológicas que, partindo especialmente das obras de Marx, Engels e Lukács, dialogando também com uma fértil produção crítica contemporânea, ajudam-nos a melhor compreender algumas dimensões tão cruciais que estão presentes na vida cotidiana de nossos dias, tais como natureza, trabalho, valor, materialidade, imaterialidade, normatividade e subjetividade.

Que tenha vida longa a escola crítica de ciências sociais da Unicamp.

Ricardo Antunes

Trabalho e marxismo: questões contemporâneas constitui-se em um esforço de construção de um diálogo entre jovens acadêmicas e jovens acadêmicos e militantes que têm no marxismo (e não apenas nele) seu principal referencial para uma análise apurada da sociedade contemporânea. Essa visão de mundo fundada por Marx e Engels é confrontada com as novas problemáticas e perspectivas teóricas deste mundo capitalista em crise. Dessa forma, busca-se atualizar, revisar, visitar e se reapropriar do riquíssimo arsenal marxiano.

A maioria dos textos que compõe esta obra compreende o trabalho por meio de uma perspectiva ontológica, isto é, como ponto de partida para se pensar a totalidade social. No entanto, essa realidade é abordada por suas múltiplas determinações e, principalmente, desde a intersecção de suas singularidades e particularidades, confluindo-se o cruzamento de relações como gênero, raça/etnia e classe social.

Escrito durante a pandemia de COVID-19, este compêndio apresenta um conjunto de reflexões heterogêneas e interdisciplinares que acabam por abordar uma miríade de temas tais como classe, consciência de classe, trabalho reprodutivo, precarização da vida, plataformização, teletrabalho e home office, lutas sociais, produção capitalista do espaço, desigualdades sociais e ecologia.

Diante de um capitalismo em crise estrutural, que exacerba suas tendências de destruição dos seres humanos e da natureza, as autoras e os autores fazem um esforço metodológico e político de apontar para formas de emancipação social, uma temática mais que necessária para qualquer teoria que se coloque no campo da crítica social. Assim, este livro é primordial para todes que buscam uma melhor compreensão da realidade e queiram a sua superação por um novo modo de vida livre, igualitário e solidário.

Ricardo Festi



trabalho e marxismo

tábata berg • flávio lima • murillo van der laan (orgs.)

trabalho^e marxismo

questões contemporâneas



tábata berg
flávio lima
murillo van der Laan
(orgs.)



LUTAS ANTICAPITAL

O livro *Trabalho e marxismo: questões contemporâneas*, que as leitoras e os leitores encontram a seguir, é uma feliz fotografia de uma jovem geração de estudiosas e estudiosos da teoria social que, em sua quase totalidade, formou-se em diálogo direto com o que certa vez denominei *Escola crítica de ciências sociais da Unicamp*.

Por conta dessa postura, desde logo, podemos notar que cada capítulo desta obra se diferencia das múltiplas variantes presentes na pós-modernidade, que tanto macularam certa sociologia contemporânea, aqui e alhures. Ou, melhor seria dizer, alhures e aqui, uma vez que tais variantes nasceram primeiro no cenário eurocêntrico para, depois, (acriticamente) esparramaram-se por estas e outras tantas bandas. Seu eixo central tentava nos convencer do envelhecimento precoce e consequente sepultamento da teoria social crítica. Sem dialética, sem síntese de múltiplas determinações, seria finalmente mais fácil e leve compreender o mundo. Deu no que deu.

Os capítulos aqui presentes, desde logo assumem pressupostos abertamente distintos e opostos às proposições acima aludidas. Mas o fizeram, vale acrescentar, também se diferenciando, pela qualidade e originalidade, de uma leitura prisioneira de amarras e travas, que tantas vezes obliterou as possibilidades de intelecção do real, do ser-precisamente-assim, tal como ele se apresenta em nosso tempo.

Os textos compilados neste livro assumem o desafio central apresentado por Marx que, em diálogo com suas filhas, ante a indagação de qual era seu lema de vida, o filósofo radical não titubeou e respondeu de pronto: *De omnibus dubitandum* (duvidar de tudo). E esse foi, desde então, o ponto de partida da crítica ontológica, materialista e dialética.

Trabalho e Marxismo: **questões contemporâneas**

Tábata Berg
Flávio Lima
Murillo van der Laan
(organizadoras)

Tábata Berg
Flávio Lima
Murillo van der Laan
(organizadoras)

Trabalho e Marxismo: **questões contemporâneas**

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília/SP – 2022

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Ilustração de Ricardo Rezende

Revisão: Gisele Falcari

Impressão: Renovagraf

Comitê científico:

Adriana Bernardes – Universidade Estadual de Campinas
Agnus Lauriano – Universidade Estadual de Campinas
Aldacy Rachid Coutinho – Universidade Federal do Paraná
Alexandrina Luz Conceição – Universidade Federal de Sergipe
Arlete Moysés Rodrigues – Universidade Estadual de Campinas
Fabiane Previtalli – Universidade Federal de Uberlândia
Fabiana Scolesco – Universidade Federal do Tocantins
Maryanne Galvão – Universidade Federal do Mato Grosso
Marco Gonsales – Universidade Estadual de Campinas
Patrícia Villen – Universidade Estadual de Campinas
Ricardo Antunes – Universidade Estadual de Campinas
Vinicius Fernandes – Universidade Estadual de Campinas
Virginia Fontes – Universidade Federal Fluminense

T758 Trabalho e marxismo: questões contemporâneas / Tábata Berg, Flávio Lima, Murillo van der Laan (org.). – Marília : Lutas Anticapital, 2022. 436 p

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-63-5

1. Trabalho. 2. Marxismo. 3. Mundos do Trabalho. 4. Economia Política. 5. Classe Trabalhadora. I. Berg, Tábata II. Lima, Flávio. III. Laan, Murillo van der. IV. Título.

CDD 379.173.

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: outubro de 2022

Editora Lutas Anticapital

Marília -SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

***Ao professor Ricardo Antunes,
cuja vida e trabalho têm sido
dedicados à construção de um
conhecimento engajado na
transformação radical do mundo.***

Agradecimentos

Ao Ricardo Rezende que, generosamente, nos cedeu a belíssima ilustração para a capa. Às pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses pela sustentação epistemológica e afetiva ao projeto. À Gisele Falcari pela revisão cuidadosa. Às colegas que gentilmente colaboraram com a obra, compondo o comitê científico. E às trabalhadoras cujas resistências têm sido nossa maior inspiração.

O saco de papeis estava muito pesado e um operario ajudou-me erguê-lo. Esses dias eu carreguei tanto papel que o meu ombro esquerdo está ferido. Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operário que saíam da fabrica, disse-me: - Carolina, já que gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime. Um operario perguntou-me:
- É verdade que você come o que encontra no lixo?
- O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes.

Carolina Maria de Jesus

Sumário

Prefácio | *Luci Praun*.....13

Mundos do trabalho: apontamentos sobre as perspectivas, possibilidades e desafios ao marxismo contemporâneo | *Tábata Berg, Flávio Lima e Murillo van der Laan*.....17

Parte I

As Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Mundos do Trabalho

1. Acoplamentos fatais de poder e diferença: notas sobre racismo e geografia | *Ruth Wilson Gilmore*.....39

2. “Revirando a pilha de escombros”: o fazer-se da classe trabalhadora em uma perspectiva feminista | *Tábata Berg*.....65

3. Mulheres em home office na pandemia e a crise da reprodução social | *Lívia de Cássia Godoi Moraes e Patrícia Rocha Lemos*93

4. De mucama a trabalhadora doméstica: laços “familiares” e amarras da escravização | *Marcela Soares e Marianna Costa*125

5. Na “viela” do progresso: imagens e narrativas femininas da luta por moradia na cidade-mercadoria | *Carolina Cristina Mantovani Ferreira e Stela Cristina de Godoi*.....159

6. Migração, gênero e reprodução social | *Mariana Shinohara Roncato*.....185

Parte II
Flexões e Flexibilizações Presentes nos
Mundos do Trabalho

7. Dimensões da flexibilidade nas relações de produção na indústria têxtil brasileira: uma discussão crítica | *Flávio Lima*215
8. O mundo do trabalho e a opressão regional: projeto de país ou “invenção do Nordeste”? | *Iuri Tonelo*.....251
9. Quando a redação é um grupo no Zap: o trabalho plataformizado dos jornalistas | *Ana Flávia Marques*.....277

Parte III
Marx e a Ontologia: Novos Olhares e Desafios

10. Notas críticas sobre natureza, trabalho e valor na Ontologia lukácsiana | *Murillo van der Laan*.....303
11. Friedrich Engels e o papel do trabalho na evolução do macaco em ser humano | *Wagner Miquéias F. Damasceno*.....341
12. As possibilidades da subsunção real do trabalho imaterial ao capital: Marx contra alguns (des)caminhos do marxismo | *Vinicius Oliveira Santos*.....371
13. Normatividade e subjetividade na crítica da economia política de Karl Marx | *Hyury Pinheiro*.....397
- Sobre as autoras.....433

Prefácio

Há algum tempo, em meados dos anos 1980, me inseri no trabalho fabril. Guardo muitas recordações daquele período. Ao ler este livro, parte delas veio à tona.

Trabalhei em linhas de montagem fabris em dois momentos. Na maior parte do tempo, integrei setores compostos essencialmente por mulheres. Naqueles espaços, a exceção feita era em relação às chefias, sempre exercidas por homens. No geral, as atividades que desempenhávamos eram aquelas classificadas como “de baixa qualificação”. Em algumas situações, como montar e soldar placas de equipamentos eletrônicos, nossa presença era justificada pela necessidade de um trabalho que exigia a “delicadeza das mãos femininas”, algo tido como inerente a cada uma de nós.

Em uma dessas fábricas, onde permaneci por um curto período, cumpríamos o turno da noite, das 22h às 6h. O grupo era bastante peculiar: um misto de mulheres muito jovens, como eu, que buscavam seu primeiro emprego; e mulheres mais velhas, mães e arrimos de família. Todas pertenciam a um segmento bastante empobrecido da classe trabalhadora. Em ambos os casos, a maioria morava em bairros periféricos, muitos deles famosos pelo baixo acesso a direitos básicos e pelos indicadores de criminalidade e violência elevados.

A convivência entre nós, por mais de oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, proporcionou-me a escuta sobre um cotidiano que eu achava que não conhecia. Nos breves intervalos, tomava contato com histórias que descreviam situações diversas de violência, problemas familiares relacionados ao alcoolismo, pequenas e grandes desavenças, sobrecarga de responsabilidades e de trabalho, entre tantas outras. Lembro de me manter, na maioria do tempo, apenas calada, escutando.

Todas aquelas histórias, tempos depois, foram me ajudando, sem que percebesse, a construir uma imagem menos idealizada e homogeneizadora sobre a classe a que pertencço. Pela primeira vez, prestava atenção, mesmo que de forma ainda pouco elaborada, nas especificidades que marcam as experiências concretas da vida cotidiana; nas suas repercussões objetivas e subjetivas; no entrelaçar entre as coisas que nos singularizam e aquelas que dão forma aos laços do coletivo, à identificação com os demais, ao sentido de pertencimento.

As histórias contadas por minhas colegas de trabalho estavam alicerçadas não somente na condição e situação de proletariedade, que atravessava a vida dentro e fora da fábrica, mas também nas maneiras particulares e concretas de experienciá-la. Aludiam ao lugar que cada uma de nós ocupava no mundo como trabalhadoras. Ser *mulher*, ou, ainda, ser *mulher negra*, como muitas colegas, nos enraizava de forma singular no mundo. Delimitava os limites e possibilidades de experimentar a vida dentro e fora de casa.

Como disse no início deste prefácio, tudo isso se desenrolou há muito tempo, mas poderia também ter sido ontem. Poderia se tratar da experiência de outras pessoas. Poderia ter acontecido, com diferenças aqui e ali, em outros locais de trabalho, em meio a atividades remuneradas ou não, regulares ou eventuais, produtivas ou reprodutivas. O que essas experiências fazem emergir é a falsa ideia de homogeneidade das formas de ser e estar no mundo, equalizadora das formas de exploração, das hierarquias e das opressões, mesmo estando nosso olhar voltado para o *mundo do trabalho*. Juntamente a isso, nos traz, também, a evidência de uma dada forma de estar no mundo, marcada pelas imposições do submeter-se diariamente à labuta que explora, exaure a vitalidade e rouba a vida. A inseparabilidade dessas dimensões só pode ser compreendida a partir das determinações de classe, raça, etnia e gênero, articuladas às marcações geracionais, regionais, entre outras.

É como parte desse exercício permanente de apreender e compreender a vida social na busca por transformá-la que se assentam velhas e novas indagações. Quantos *mundos* cabem e

articulam-se no *mundo do trabalho*? Como esse *mundo* e suas hierarquias se traduzem na vida cotidiana daquelas e daqueles que vivem de seu trabalho? Qual lugar ocupam, na dinâmica da produção e reprodução da vida sob o capitalismo, essas distintas *formas de ser do trabalho*? Qual lugar ocupam as sujeitas e os sujeitos do trabalho em meio às formas assumidas pelo capitalismo nas últimas décadas?

São estas e tantas outras as perguntas que este livro, *Trabalho e Marxismo: questões contemporâneas*, busca responder, ainda que sem a pretensão das formulações definitivas, o que deve ser a marca das teorias sociais críticas e comprometidas com a transformação da realidade. O que se observa é um grande debate, inclusive entre as perspectivas e posicionamentos que norteiam os diferentes capítulos.

Tal como anunciado no título da obra, alguns fios entrelaçam as reflexões. Ao voltarem seus olhares para o *trabalho*, as autoras e os autores do livro não somente assumem a perspectiva de sua centralidade, mas buscam desvelar, dadas as contradições que movem este sistema, suas expressões mais radicalizadas. Merece destaque, entre elas, a convergência entre o avanço e a sofisticação de formas de exploração e dominação que aprisionam o corpo, seja pelo alijamento do acesso ao trabalho (e ao sustento), seja pela imposição do labor que mutila o corpo e desumaniza a vida, e a relação predatória que a dinâmica da acumulação de capital impõe também ao mundo natural.

Aqui, trabalho e natureza se encontram duplamente: em sua forma degradada, resultante da dinâmica predatória inerente à lógica da acumulação e da valorização de capital, mas também nas potencialidades de transformação possíveis, fundadas na instituição de outra regulação da relação humana com a natureza. Essa projeção, de um outro modo de vida (no qual caibam diferentes modos de vida), está na base das urgências de nosso tempo. Construí-lo passa pela luta anticapitalista.

Luci Praun

Mundos do trabalho: apontamentos sobre as perspectivas, possibilidades e desafios ao marxismo contemporâneo

Tábata Berg

Flávio Lima

Murillo van der Laan

Diante do avanço da pandemia de COVID-19 no Brasil, a partir de 2020, um grupo de jovens lançou o *Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas (os) domésticas e diaristas*, cuja demanda se resumia à dispensa imediata e remunerada das trabalhadoras domésticas e diaristas no país. O manifesto afirmava: “Há anos nossas mães, avós, tias primas dedicam suas vidas a outras famílias, somos todas (os) afetadas (os) por essa ‘relação trabalhista’ de retrocesso e modos escravistas” (*Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas (os) domésticas (os) e diaristas*, 2020). Os diagnósticos e as demandas desse *Manifesto* já apontavam para a exacerbação de mais um capítulo dramático de histórias de explorações, opressões, violências e morticínios de mulheres negras e seus familiares, cujo trabalho é um dos sustentáculos do metabolismo antissocial do capital (Antunes, 2020).

Dados oferecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - IBGE permitem termos uma dimensão dessa problemática. Eles revelam que o número de sujeitos ocupados em trabalhos domésticos no Brasil atingiu a marca de 4,9 milhões em 2020. Desse total, 4,5 milhões (92%) são mulheres e 3 milhões delas (65%) são negras. Além disso, 75% dessas mulheres que trabalham em serviços domésticos estão sem carteira assinada, praticando uma jornada média semanal de 52 horas e recebendo remunerações que variam entre

R\$609,00 reais para a região Nordeste (a menor entre as médias nacionais) e R\$1.063 para a região Sul (a maior entre as médias nacionais). Tais dados precisam ser lidos em um cenário no qual o trabalho doméstico perdeu 826 mil postos nos dois anos de pandemia (Instituto Doméstica Legal, 2022).

A manutenção dessas atividades domésticas de trabalho em meio à pandemia ceifou a vida de muitas trabalhadoras e de suas famílias, como a da trabalhadora doméstica Cleonice Gonçalves que, aos 63 anos, tornou-se a primeira vítima confirmada de COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, tendo contraído o vírus dos patrões, recém-retornados da Itália em pleno surto pandêmico. É importante também apontar a perversa morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, com cinco anos, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Santana, que caiu do nono andar após ter sido deixado sozinho no elevador pela patroa de sua mãe. Mirtes se tornou uma militante ativa da luta por justiça pela morte de seu filho e uma importante protagonista da luta feminista antirracista no Brasil. O trabalho doméstico, então, assim como as muitas formas de resistência dessas trabalhadoras, permite-nos visualizar a multiplicidade intrínseca aos modos de ser do mundo do trabalho contemporâneo, cuja emergência da pandemia impôs uma série de reiteraões, radicalizando-as e trazendo-as à luz, sobretudo por sua indispensabilidade.

Trabalhos como os das caixas de supermercados, das frentistas de postos de gasolina, das trabalhadoras da limpeza dos hospitais e comércios, das enfermeiras, das entregadoras e os de procriação e cuidados realizados com e/ou sem remuneração, majoritariamente pelas mulheres, dentro dos lares em isolamento ou não, mantiveram-se enquanto “essenciais” para que a engrenagem do sistema não parasse.

A essas trabalhadoras, somam-se as migrantes, aquelas que perambulam pelos territórios – quando não estão aprisionadas em condições desumanas em porões onde se formam verdadeiras facções clandestinas de produção de roupas para grandes marcas – em busca de sobrevivência e contribuem, por suas situações de fragilidade linguística, jurídica e social, para a extração massiva da mais-valia pela via da intensificação

das jornadas de trabalho por permuta [ou escambo] de comida e uns trocados. Fazem parte também desse grupo de exploradas e oprimidas as trabalhadoras informais e por conta própria – herança da faceta mais perversa da escravização, que penetrou cada poro da sociabilidade laboral brasileira –, e as vendedoras ambulantes, sejam de mercadorias compradas nos centros de distribuição, sejam de comidas preparadas ou de produtos artesanais, todos confeccionados nos domicílios onde existem. Podemos ainda acrescentar aquelas que ofertam seus serviços em troca de “qualquer quantia”, ação percebida por meio de frases que atravessam as ruas das cidades brasileiras como "posso engraxar seu sapato? [...] é rapidinho, e faço por qualquer troco!" ou "compra um chiclete para ajudar. Estamos sem comida em casa!", que substancializam a radicalidade da crise econômica, sanitária e humanitária sob a qual vivemos nos últimos anos no país. Agora que o "empreendedorismo" atingiu as “camadas” médias, presta-se atenção em situações de trabalho a partir das quais as "camadas" negras se estruturaram.

Neste momento, isso é visto de modo positivado, porque não apenas reproduz o capital – veja-se as pistas para entender a circulação e a realização da mercadoria –, como também reforça sua ideologia, manifestada sob o primado neoliberal.

Enfim, este conjunto de trabalhadoras deu sustentação ao mundo do trabalho, mobilizando os *novos laboratórios de experimentação do capital* (Antunes, 2022). “Essencial” tornou-se sinônimo de cuidado com a vida em suas facetas mais corriqueiras e, frequentemente, lançadas para fora da dimensão produtiva do mundo do trabalho, realizadas de modo sub-salariado ou não-assalariado e amplamente marcadas pelos processos de racialização e genderização. Foram, de fato, imprescindíveis para que a engrenagem do sistema capitalista não parasse. Não apenas em sua dimensão de valor de troca, responsável pela manutenção e ampliação da valorização do capital, como também por seu caráter insuperável de conteúdo concreto do trabalho; sua dimensão útil, sobre a qual se ergue a vida societal.

Ao romper com a invisibilidade do caráter imprescindível desses trabalhos, a pandemia não trouxe uma melhor alocação das trabalhadoras que os realizam na estrutura do trabalho assalariado. Ao contrário, tal visibilidade se deu conjuntamente com o aprofundamento, com a perversidade característica da ordem social posta, a partir da implementação de planos de austeridade, cenários de pobreza e miséria, de fome e de desigualdade crescente, da precarização das condições de trabalho, de remuneração e de vida dessas trabalhadoras. Ela expôs os riscos existentes para aquelas que precisaram usar os transportes coletivos na maioria das cidades e radicalizou a existência de realidades de exploração, precarização e de escravização de uma ampla gama de trabalhadoras, impossibilitadas de se abrigar e se proteger do risco do vírus trabalhando desde suas casas.

Em síntese, o trabalho foi o que deu sustentação ao mundo capitalista pandêmico!

Diante desse contexto no qual o capital hegemônico parecia estar no controle sem nenhuma possibilidade de compensação, as ilusões de que a pandemia conduziria a um capitalismo mais "humanizado", amplamente mobilizadas pela mídia hegemônica, foram diminuindo a cada mês, sendo efetivamente soterradas e sufocadas, entre tantas outras coisas, pelo veloz aumento das mortes por COVID-19 e, depois de um aparente declínio provocado pelas medidas de confinamento estrito em boa parte do mundo globalizado, pelo aumento da emissão de carbono provocado pelo abissal desmatamento dos biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia para fins de expansão da expropriação capitalista, ambos tornando o Brasil vanguarda na preconização do final do mundo no regime do capitalismo virótico (Antunes, 2020).

O que a pandemia de COVID-19 fez foi ressaltar a face mais cruel do trabalho nos espaços domiciliares, nos setores fabris e de serviços, enquanto reiterava e conferia novas feições ao amálgama de formas flexíveis a partir das quais o mundo do trabalho "*tipicamente*" capitalista na formação socioespacial brasileira está sustentado. A indústria têxtil, que historicamente fez uso desse amálgama para sua reprodução, é, nesse aspecto,

exemplar. Nela, combinam-se e articulam-se condições de trabalho muito próximas daquelas intrínsecas à escravização brasileira com formas de produção *avançada*, pois é comandada por máquinas altamente tecnológicas que orientam os ritmos produtivos à velocidade com a qual a acumulação se impõe.

Houve uma combinação entre o “arcaico” e o “moderno”, não enquanto questões dicotômicas, mas sim como dinâmicas tipicamente vinculadas, como Francisco de Oliveira (2003[1972]) e Florestan Fernandes (1974) já haviam analisado. Tal combinação, aliás, disseminou-se em múltiplos níveis e escalas a partir das mudanças no padrão de acumulação do modo de produção vigente, por volta da década de 1970 (Harvey, 1989 [1992]), impondo e aprofundando o padrão de acumulação flexível nas periferias e no centro do capitalismo. Por detrás do processo da aceleração da barbárie que a pandemia em curso permitiu aprofundar, existem elementos de reiteração e reposição de condições de mobilização do trabalho que, com algumas diferenças, assemelha-se àquelas precedentes no cenário do capitalismo existente no século XIX (Antunes, 2018).

A lógica subjacente ao capitalismo pandêmico continuou, portanto, a repor as estruturas intrínsecas ao mundo capitalista contemporâneo. Na mesma proporção em que se aprofundava a exploração da força de trabalho a que estava submetido o conjunto de trabalhadoras “essenciais”, produzia-se um vertiginoso crescimento dos lucros obtidos por determinadas frações burguesas dos conglomerados capitalistas: bancos apresentando lucros recordes neste século; e lista de bilionários (ou de sanguessugas, para nomeá-los devidamente), aumentando vertiginosamente. Em contraste a isso, a pobreza, a miséria e a fome amplificam e assolam a classe [de (sub)viventes pandêmicos] que-vive-do-trabalho.

Trata-se, portanto, de traços de continuidade e de potencialização da exploração da força de trabalho no contexto do capitalismo. No entanto, ainda que existam traços de continuidade, a manutenção das estruturas que sustentam no contemporâneo sua reprodução continua a produzir elementos de obnubilação de suas mazelas, impondo, por força da

mistificação, a necessidade de se (re)situar elementos para sua desconstrução.

Com a pandemia, tal movimento tornou-se incontornável, evidenciando, uma vez mais, o lugar do trabalho na sustentação da ordem social e desmobilizando teses que vinham tentando se estabelecer no campo das ciências sociais pela via da defesa do fim da sua centralidade. Desse modo, o campo de estudos críticos sobre o trabalho, que nas décadas de 1990 e 2000 vinha perdendo espaço na teoria social ou mesmo sendo deliberadamente conduzido ao precipício, com a deflagração da crise financeira global, iniciada em 2007 – mais uma manifestação da crise estrutural do capital (Mészáros, 2009) –, ganhou novos contornos e retornou com força ao debate científico e público.

Os desdobramentos desse período, nefastos para as classes trabalhadoras sobreviventes, movimentam um conjunto de complexas problemáticas que se relacionam, dialeticamente, com as questões da natureza, do gênero, da raça, da classe, da construção do espaço, do desenvolvimento tecnológico, e de uma miríade de outras questões organizadas junto ao impulso incessante de acumulação capitalista. De distintas maneiras, pode-se dizer que a pandemia renovou o interesse social pela temática do trabalho.

Em muitas facetas, o século XIX foi emblemático para as questões que estamos levantando no debate: a emergência dos relacionamentos industriais alimentada a combustíveis fósseis; a destruição ecológica por toda parte; as dominações e as escravizações dos corpos de mulheres e de populações nativas que foram, no século XIX, codificadas no machismo e no racismo pseudocientíficos, como também o foram as sexualidades, consideradas desviantes da norma heterossexual da Europa Ocidental; e a exploração de trabalhadoras que, desde a mais tenra idade, tiveram suas vidas consumidas, aglomeradas junto às máquinas no interior das fábricas.

Observando tais processos de mudanças sistemáticas na porção ocidental do continente Europeu, Marx reconheceu que se avizinhava uma nova e distinta forma de produção material e simbólica de vida, muito distinta das anteriores: a sociedade

burguesa moderna (Marx & Engels, 2010 [1848]). Com contradições, limites e, até mesmo, invisibilizações de algumas arestas a partir das quais se reproduz o capital, o materialismo marxista que se seguiu baseado na obra de Marx forjou um conjunto de ferramentas analíticas que, em grande medida, dialogava com parte das idiosincrasias próprias daquela sociedade.

No que se refere ao campo do materialismo marxista que se preocupou com o *trabalho*, conferiu-se acento à questão da exploração da força de trabalho, tendo como pressuposto basilar o trabalho assalariado amplamente sediado nos espaços. Os desdobramentos do legado de Marx e de Engels foram, assim, múltiplos nas gerações de marxistas subsequentes a dos fundadores do materialismo histórico. Se apropriações economicistas, brancas, patriarcais e eurocêntricas de tal legado se fizeram presentes, o marxismo não deixou de também contribuir, de distintas maneiras, com as lutas antirracistas, anticoloniais, de mulheres e de populações oprimidas. Nos melhores casos, buscou avançar sínteses sobre as articulações múltiplas entre exploração e opressões.

Estudos como os realizados por W. E. B. Du Bois, C. L. R. James e Eric Williams, entre tantas outras intelectuais, teceram uma tradição para as pesquisadoras que buscam compreender os vínculos entre assalariamento e não-assalariamento, escravização e capitalismo, assim como o caráter fundamental da racialização do trabalho para o desenvolvimento, sempre desigual, e a expansão moderno-capitalista.

Outro exemplo é a teoria da acumulação capitalista desenvolvida por Rosa Luxemburgo que tem sido amplamente recuperada nos estudos do trabalho, especialmente para se compreender a importância das formas de vida não capitalistas e, portanto, não-assalariadas, para a expansão da acumulação capitalista. Ou, ainda, a ontologia feminista desenvolvida por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1949), que demonstra que as mulheres foram construídas socialmente não enquanto sujeitos passíveis de reconhecimento, mas como alteridades absolutas, o Outro absoluto, e cujas formulações mantiveram

um forte diálogo com o marxismo existencialista de Jean-Paul Sartre.

No contexto brasileiro, chamamos a atenção para os trabalhos de Clóvis Moura, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Elizabeth Lobo e Ricardo Antunes que estão entre aquelas que ofereceram elementos para as pesquisas sobre o trabalho não-assalariado e as intersecções das opressões. Em 1959, Clóvis Moura publica *Rebeliões da Senzala*, obra na qual se propõe a analisar as resistências dos escravizados a partir da luta de classes, na contramão das interpretações vigentes no campo marxista e no pensamento social do período. A esse trabalho pioneiro, segue-se uma vida de pesquisas dedicada à compreensão do lugar que o racismo ocupou no desenvolvimento do capitalismo moderno dependente brasileiro.

A obra *A mulher na sociedade de classes*, de 1969, de Heleieth Saffioti, é pioneira em colocar a questão do gênero como estrutural para analisar o desenvolvimento do capitalismo moderno no país. Tempos mais tarde, em diálogo com a ontologia de György Lukács, a autora desenvolveu a inovadora formulação do nó entre as opressões de classe, gênero e raça/etnia que marcou os estudos do campo do trabalho e gênero das gerações seguintes (Saffioti, 1969; 2015[2004]). No final da década de 1970, Lélia Gonzalez, por sua vez, em diálogo com o marxismo althusseriano, foi pioneira em articular as dimensões do racismo e do sexismo à classe, combinando-as, ainda, com marcadores como geração, maternidade e trabalho não remunerado, a fim de pensar as relações de trabalho no Brasil, conferindo, provavelmente, um dos primeiros marcos da análise interseccional no campo de estudos do trabalho no Brasil. Já Elizabeth Lobo, em meados da década de 1980, além da sua conhecida e relevante contribuição sobre as mulheres operárias, ressalta que a entrada da categoria gênero nas pesquisas não pode se dar apenas a partir de seu acréscimo, mas que se faz necessária uma reelaboração teórico-metodológica dos arcaísmos interpretativos utilizados, tal como aqueles intrínsecos ao marxismo (2021[1991]).

Nesse mesmo viés crítico e inovador, situam-se as contribuições de Ricardo Antunes que, em *Adeus ao Trabalho*

(1995) e *Os Sentidos do Trabalho* (1999), enfrentou a problemática teórica envolta nas discussões que propunham o fim do trabalho. De maneira perspicaz, o autor produziu uma metamorfose – para usar aqui o sentido que o autor atribuiu ao mundo do trabalho – no coração dos estudos marxistas desta categoria. Fundamental para tanto foi a introdução da noção de classe-que-vive-do-trabalho, que abriu possibilidades para compreender a classe trabalhadora para além do espaço restrito da fábrica. Naquele mesmo período, os estudos de trabalho e gênero no Brasil, que mantinham diálogo com o marxismo, vinham ganhando maior visibilidade, como é o caso do feminismo materialista, cujas pesquisas de Helena Hirata e Danièle Kergoat exemplificam bem.

Na passagem para o século XXI, essas questões vão se complexificando com o desvelamento cada vez mais acurado do impacto que o capital assumiu sobre toda a Terra. No período que alguns nomeiam como Antropoceno e outros Capitaloceno, a forma capitalista de organização do metabolismo social intensificou-se a ponto de se tornar uma força geológica. Com isso, um amplo e bastante plural conjunto de reflexões volta-se, atualmente, às teorizações de Marx e Engels sobre as relações entre forças produtivas, ciência, crise e destrutividade do mundo natural. A despeito de leituras prometeicas do legado marxiano, esse é um movimento que, de certa forma, nunca esteve inteiramente ausente das reflexões marxistas – da primeira geração de revolucionários depois de Marx e Engels a expoentes das ciências naturais britânicos, passando por nomes chave da tradição frankfurtiana. Contemporaneamente, contudo, tais reflexões se fazem sob o impacto do desdobramento das pesquisas das ciências naturais sobre possíveis limites naturais que se impõem ao atual metabolismo social, suplementados pela hipertrofia dos desastres ecológicos. Os ecossocialismos dividem-se em interpretações múltiplas da presente situação. Entretanto, seja focando nos entraves que tais limites representam à própria reprodução do capital, como o fazem James O'Connor (2001) e Jason W. Moore (2015), seja trazendo a dimensão potencialmente apocalíptica ativada pela continuidade da reprodução do capital, como teorizam István

Mészáros (2006), John Bellamy Foster (2000) e Paul Burkett (2016), todos apontam para a gravidade da situação que é bastante clara.

O livro que as leitoras têm em mãos toma como ponto de partida, numa pluralidade de perspectivas, os avanços, mas também os limites da tradição dos estudos marxistas do trabalho, na qual se insere, assim como as questões que atravessam o arenoso terreno do debate contemporâneo para com e a partir das quais busca ampliar o debate. Sendo incontornável a centralidade do trabalho para o capitalismo, também o é o caráter estrutural que as intersecções entre as dimensões de gênero, raça, etnia, sexualidade entre outras têm na conformação da pluralidade de suas formas, assim como no modo pelo qual a expropriação capitalista lhe rege. Caráter esse que também (co)forma as lutas de classes – mais vivas do que nunca e que se somam à complementaridade capitalista entre as formas de trabalho assalariado e não-assalariado.

As intervenções aqui incluídas preocupam-se com as metamorfoses no mundo do trabalho e com suas repercussões na formação socioespacial brasileira. Ao mesmo tempo, reivindicam a atualidade das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, trazendo leituras densas e pesquisas de maior fôlego, imersas na investigação dos textos nos originais e ancoradas neles. Todavia, destaca-se que essas leituras, longe de colocarem essas obras num campo da perenidade metafísica, são iluminadas pelas questões que atravessam a contemporaneidade, escrutinando-as frente à realidade concreta atual.

Este livro é composto por 13 capítulos que se organizam em torno da temática do trabalho a partir de três eixos: as relações de gênero e étnico-raciais nos mundos do trabalho; flexões e flexibilizações presentes nos mundos do trabalho; e Marx e a ontologia: novos olhares e desafios. Os eixos estão centrados, principalmente, em caminhos apontados pelas (re)insurreições dos movimentos negros, feministas e ecológicos. A latência de tais movimentos conduziu e influenciou, em grande medida, os debates aqui presentes. Ressaltamos, ainda, que se trata de questões que foram colocadas no centro do debate, mas

que até os dias atuais ainda sofrem resistência, embora não mais hegemônica, sobre suas aceitações.

Como possibilidade de dar passos rumo à transgressão radical frente à hegemonia (ideológica) do capitalismo em nossa época histórica, buscamos abandonar por vez o discurso que centraliza o sujeito proletário e masculino como universal. Consideramos que existe uma (inter)conexão potente entre os processos de expropriação da “natureza” na égide do patriarcado racista no modo de produção capitalista e, por trás dela, um sistema político, econômico e ideológico que o reproduz de forma fortemente organizado, mesmo quando aparecem sob moldes de desorganização. Da mesma forma, conferimos acentos aos entroncamentos entre os espaços tidos como tradicionalmente fabris e aqueles que tradicionalmente são tidos como espaço de reprodução da vida.

Os artigos que compõem a primeira parte do livro, “As relações de gênero e étnico-raciais nos mundos do trabalho”, dedicam-se a conferir centralidade às questões da alteridade na compreensão das relações laborais sob a égide capitalista, incorporando-as, de modos distintos e inventivos, ao marxismo enquanto perspectiva teórico-metodológica.

Não por acaso, o texto que abre essa parte do livro é a tradução do artigo “Acomplamentos fatais de poder e diferença: notas sobre racismo e geografia”, da geógrafa estadunidense Ruth Wilson Gilmore que, buscando as complexidades do debate entre raça e geografia, demonstra como a pesquisa e a análise devem se centrar no acoplamento fatalmente dinâmico de poder e diferença significados pelo racismo. A autora considera brevemente as implicações teóricas e metodológicas dos quadros geográficos usados durante o século passado para narrar os diferenciais de poder racializados. Para ilustrar as capacidades políticas, econômicas e culturais que a investigação geográfica materialista histórica deve considerar, ela descreve os antecedentes de um novo projeto – um estudo de caso dos Estados Unidos durante um período de construção de Estado invulgarmente intenso em meados do século XX. O artigo conclui que a geografia política da raça consiste em moldar espaço, lugar e localização simultaneamente pelo gênero, classe e escala.

“Revirando a pilha de escombros’: o fazer-se da classe trabalhadora em uma perspectiva feminista”, de Tábata Berg, busca interpretar o caráter ativo da formação da classe trabalhadora a partir de uma mirada feminista. Para tanto, a autora elege Karl Marx e E.P. Thompson enquanto interlocutores privilegiados, questionando-os em omissões e silenciamentos que terminaram por marginalizar as mulheres e aqueles trabalhos que passaram a centralizar, ambos assim socialmente constituídos, do fazer-se em classe.

Lívia de Cássia Godoi Moraes e Patrícia Rocha Lemos utilizaram-se da Teoria da Reprodução Social, dentro do feminismo marxista, para refletir sobre o trabalho das mulheres durante a pandemia, no capítulo “Mulheres em *home office* na pandemia e a crise da reprodução social”. Partindo de uma concepção de reprodução social que abrange um conjunto amplo de atividades responsáveis pela produção e reprodução da força de trabalho, as autoras mostram como as restrições impostas pela pandemia exacerbaram ainda mais a sobrecarga e a intensificação do trabalho das mulheres. As autoras analisam, em particular, os casos das mulheres em teletrabalho, e destacam como essa é uma situação na qual as linhas entre trabalho assalariado e trabalho reprodutivo não remunerado se tornam ainda mais tênues. Isso foi agravado pelo fechamento de escolas e creches durante a pandemia, em um contexto já marcado pela crise estrutural do capital e pela crise dos cuidados.

No capítulo seguinte, “De mucama a trabalhadora doméstica: laços ‘familiares’ e amarras da escravização”, as autoras Marcela Soares e Marianna Costa se propõem a analisar as continuidades entre as condições de trabalho doméstico presente na escravidão, realizado pelas mulheres negras escravizadas, e aquelas intrínsecas à sua forma contemporânea. Para tanto, lançam mão de um diálogo entre a teoria marxista da dependência e os trabalhos de Clóvis Moura e de Lélia Gonzalez, trazendo-os para o campo da Teoria Marxista da Reprodução Social. O artigo nos oferece inventivas possibilidades teórico-metodológicas dentro de um marxismo renovado para a análise da questão do trabalho doméstico, das formas de

trabalho não-assalariadas e/ou híbridas e de seus atravessamentos entre classe, gênero e raça, assim como da permanência de formas de trabalho análogas à escravidão e do importante lugar ocupado por estas na acumulação capitalista contemporânea.

Em “Na ‘viela’ do progresso: imagens e narrativas femininas da luta por moradia na cidade-mercadoria”, os registros fotográficos que documentam os vestígios deixados pelo processo de remoção das famílias assentadas em uma ocupação urbana no município de Campinas-SP, em função da instalação de um novo sistema de transporte rápido na região, foram o objeto privilegiado pelas autoras Carolina Cristina Mantovani Ferreira e Stela Cristina de Godoi. Por meio da narrativa fotográfica produzida na atuação extensionista junto às mulheres da ocupação, as autoras buscaram evidenciar os processos contraditórios da produção capitalista do espaço urbano no Brasil, com ênfase na experiência das mulheres, as quais, em sua luta pelo direito à cidade, rompem o asfalto ideológico da cidade “ideal-legal” e expõem as contradições socio-reprodutivas da “cidade-mercadoria”.

A migração brasileira para o Japão é discutida por Mariana Shinohara Roncato à luz da Teoria da Reprodução Social em “Migração, Gênero e Reprodução Social”. A autora indica como a crise da reprodução social japonesa, manifestada pela baixa taxa de fecundidade, pelo envelhecimento populacional e pela divisão sexual do trabalho levaram a um obstáculo à reposição geracional, comprometendo a reprodução do capitalismo no país. Como resposta, o governo japonês criou políticas migratórias para atração de força de trabalho estrangeira, remodelando a configuração de classe social e reestruturando as relações de gênero e raça. Roncato realizou pesquisa de campo na cidade de Toyota, no Japão, com a população de *dekassegi* para compreender como classe social, gênero e raça/etnia foram rearticuladas. O capítulo busca contribuir com ferramentas analíticas para uma explicação materialista das opressões, assim como desvelar a relação entre exploração e opressão.

A segunda parte deste livro, “Flexões e flexibilizações presentes nos mundos do trabalho”, expõe as estratégias e os malabarismos que capitais se utilizam para inserir (Harvey, 2008 [2005]) – sem integrar e mediante a conversão de atividades laborais realizadas em todos os espaços possíveis –, as trabalhadoras na processualidade que *garantiza* a reprodução ampliada de capital. A partir disto, são centralizadas facetas de complexos processos espaço-temporais de flexibilização como, por exemplo, a precarização do trabalho mediada por plataformas digitais ou a exploração pautada nas desigualdades regionais que é perpetuada e justificada por discursos ideológicos pautados em aspectos de racialização.

No primeiro capítulo da segunda parte, o sétimo do livro, Flávio Lima apresenta uma discussão acurada sobre o processo de acumulação flexível (de capital), visto sob o prisma das relações de produção na indústria têxtil nacional. Ao fazê-lo, o autor interroga-se sobre quais seriam os aspectos próprios da acumulação flexível que rege este processo nos quadros da formação socioespacial brasileira. Toma esta questão como ponto de partida para investigar e situar os antecedentes históricos que marcaram a constituição, a expansão e os impulsos a partir dos quais se organizaram e se organizam as relações de produção do setor. As evidências empíricas permitiram ao autor assinalar que existe um processo histórico a partir do qual se reitera e se alastra, sempre com novas determinações e conteúdos, a flexibilidade das relações de produção estruturada (e estruturante da) na indústria têxtil brasileira e que essa flexibilidade tem como sustentáculo fundamental a exploração da força de trabalho.

Iuri Tonelo, no capítulo “O mundo do trabalho e a opressão regional: projeto de país ou ‘invenção do Nordeste?””, busca abordar, do ponto de vista do debate sobre o trabalho no Brasil, qual o significado da opressão regional – tomando o caso particular do Nordeste – como parte de compreender esse processo à luz da acumulação de capital no Brasil. Para tanto, o autor debate com a tese da “invenção do Nordeste”, tendo em vista que, se é necessário tomar as influências culturais e ideológicas externas na construção da ideia de uma região, é

preciso também levar em conta as bases materiais que levam, no capitalismo brasileiro, a que a região nordeste encontre algumas das maiores taxas de exploração e precarização do trabalho. Compreender esse processo é fundamental na perspectiva de oferecer alternativas a essa realidade e provocar mudanças no quadro brasileiro de desigualdade social e regional.

Ana Flávia Marques, em “Quando a redação é um grupo no Zap: o trabalho plataformizado dos jornalistas”, discorre sobre o impacto que o deslocamento do espaço físico para o virtual teve no processo de trabalho de jornalistas de veículos e coletivos de mídia alternativa. Analisando entrevistas com jornalistas de tais veículos e coletivos, realizadas no primeiro semestre de 2021, a autora joga luz às transformações nas redações causadas pela crescente plataformização do trabalho, que passa, em grande medida, a pautar a rotina produtiva e mesmo a sociabilidade de tais trabalhadores, já em acentuada situação de precarização. Esses impactos têm sua especificidade, ainda, porque os veículos analisados buscam exercer funções contra-hegemônicas frente às dinâmicas do capital e de seus representantes políticos.

A terceira parte do livro, intitulada “Marx e a Ontologia: Novos Olhares e Desafios”, apresenta diálogos entre a obra marxiana e marxista e as continuidades e descontinuidades de suas intervenções em debates contemporâneos. À luz de recentes debates ecossocialistas, Murillo van der Laan volta-se à ontologia de György Lukács, contrapondo-a a algumas teorizações construcionistas e ao novo materialismo contemporâneos, que buscam dar conta da presente questão ambiental. O autor caracteriza como profícuo o realismo presente na leitura ontológica que Lukács faz de Marx, mas enxerga nela um limite produtivista que perde de vista a teorização marxiana sobre a destrutividade do metabolismo instaurado pelo capital.

Wagner Miquéias Damasceno, no capítulo “Friedrich Engels e o papel do trabalho na evolução do macaco em ser humano” volta aos debates de Friedrich Engels sobre o papel desempenhado pelo trabalho nos processos evolutivos. Damasceno realiza uma leitura conjunta dos textos de Charles Darwin

e de Engels para indicar a forte influência do primeiro sobre o segundo. Com isso, procura rebater as críticas que apontam, na perspectiva engelsiana, um determinismo e uma influência do naturalista francês Jean-Batiste de Lamarck. Ademais, Damasceno aponta, ainda, como, nesses debates, Engels não aderiu às conclusões racistas que manipulavam os debates evolutivos à época. O autor realiza também uma reflexão sobre a tese engelsiana acerca da precedência do trabalho sobre a linguagem, mobilizando os experimentos chefiados por Thomas Morgan, em 2016 e reproduzindo a indústria lítica da Garganta de Olduvai, na Tanzânia-África.

O capítulo “As possibilidades da subsunção real do trabalho imaterial ao capital: Marx contra alguns (des)caminhos do marxismo”, de Vinicius Oliveira Santos, retoma um tema importante das reflexões marxianas, contrapondo-se às leituras hegemônicas da subsunção real do trabalho ao capital que consideram em tal processo apenas o papel desempenhado pela maquinaria. Santos apresenta uma interpretação alternativa que indica nos textos de Marx uma pluralidade de elementos que comporiam a subsunção real do trabalho ao capital, para além do caráter puramente técnico da produção, como características cooperativas, afetivas e coletivas, das quais o capital se valeria para instaurar a subsunção real.

Fechando a terceira parte e a totalidade do livro, o capítulo “Normatividade e subjetividade na crítica da economia política de Karl Marx”, de Hyury Pinheiro, realiza uma leitura aprofundada de *O capital*, de Karl Marx, estabelecendo um profícuo diálogo com algumas das apropriações e críticas que esse sofreu em relação às suas potencialidades e os limites de suas categorias frente às questões da normatividade e da subjetividade, intensificadas no capitalismo contemporâneo. Pinheiro demonstra que o sujeito da análise de Marx em sua obra-prima são os complexos de relações. Portanto, o trabalhador, o capitalista, o comerciante são personificações e não sujeitos. Dessa forma, em concórdia com as críticas, o autor afirma que a questão da normatividade não foi objeto da crítica da economia política marxiana e, ademais, apresenta que sua constituição lógica torna o sujeito da ação revolucionária, cuja

determinação é a expropriação radical, profundamente indeterminado e, assim, um instrumento efetivo na compreensão e na transformação do mundo contemporâneo.

As questões abordadas pelas autoras que aqui se reúnem buscam construir uma ponte entre a teoria marxista e as práticas revolucionárias. Seus vínculos/associações possíveis estão dadas, justa e efetivamente, no papel e na dimensão que as lutas de classes – mais vivas e existentes que nunca – cumprem nas relações sociais, terrenos sobre os quais se estão travando os sentidos políticos e ideológicos das lutas sociais.

Diante disso, ressaltamos que o livro não introduz uma novidade. O trabalho composto por uma nova geração de pesquisadoras do trabalho faz um esforço de somar-se tanto às pesquisadoras que já trabalharam com estas questões em outro momento histórico, quanto àquelas que de diferentes perspectivas dentro do marxismo têm se dedicado a olhar para o mundo do trabalho na sociedade capitalista, movidas pela compreensão de que as intersecções de opressões, a questão da alteridade, assim como das formas não-assalariadas de trabalho, longe de lhe serem marginais, estruturam tal sociedade.

Neste sentido, nosso livro integra um esforço de renovação do campo de estudos marxistas do trabalho no contemporâneo, oferecendo às leitoras e às pesquisadoras do campo uma singela contribuição e entendendo que a transformação da perversa realidade, reiterada de modo radical pela pandemia de COVID-19, esboça-se noutros modos de vida, para os quais a pluralidade de perspectivas, de povos e de sujeitas políticas e epistêmicas tem muito a nos mostrar e dizer.

Referências

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Editora Cortez, 1995.

Antunes, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.

Antunes, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Boitempo, 2020.

Antunes, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018.

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016 [1949].

Burkett, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Zahar, 1974.

Foster, John Bellamy. *Marx's ecology*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: Rios, Flávia; Lima, Márcia (Orgs.). Lélia Gonzalez - *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2020, pp. 139-150.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Editora Loyola, 1989 [1992].

Harvey, David. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo, Editora Loyola, 2008 [2005].

Instituto Doméstica Legal. 2022, Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/brasil-perdeu-826-mil-postos-de-trabalho-domestico-na-pandemia-revela-pesquisa/>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

Lobo, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2021[1991].

Manifesto das filhas e dos filhos de empregadas (os) domésticas (os) e diaristas. 2020. Disponível em:

<https://www.instagram.com/pelavidadenossasmaes/>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Boitempo, 2010[1948].

Mészáros, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Mészáros, István. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2006.

Moore, Jason. *Capitalism in the web of life*. Londres, Verso, 2015.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2020.

O'Connor, James. *Causas naturales: ensayos de marxismo ecológico*. Cidade do México, Siglo XXI, 2001.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*. São Paulo, Editora Boitempo, 2003[1972].

Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo, Expressão Popular, 1969.

Saffioti, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, Expressão Popular, 2015[2004].

Parte I.

As Relações de Gênero e Étnico-Raciais
nos Mundos do Trabalho

1.

Acoplamentos fatais de poder e diferença: notas sobre racismo e geografia¹

Ruth Wilson Gilmore

Quem sou eu?

Localizo meu trabalho nas amplas áreas da teoria social, da economia política e dos movimentos trabalhistas e sociais. Em minha pesquisa e escrita, investigo, predominantemente no contexto dos Estados Unidos, sobredeterminações de raça, gênero, classe e poder. Os impulsos geográficos que moldam minhas análises são deliberadamente contraintuitivos. O que desejo fazer é desarticular os acoplamentos de locais e lutas feitos pelo senso-comum e desfazer pressuposições, como a ideia de que a política acontece somente no âmbito do Estado, ou que o valor vem de locais de trabalho controlados por salários. Contudo, ao fazer isso, não estou jogando fora o bebê histórico materialista com as águas do banho da geografia marxista, bem utilizadas há três décadas.

Meu objetivo é emular o trabalho de estudiosos engajados que tentam encontrar, nas bases organizacionais da construção dos movimentos sociais, algo diferente da perpétua recapitulação das constantes lutas baseadas nos lugares que são deslocadas, mas nunca resolvidas (Robinson, 1983; Sivanandan, 1983; Pulido, 1996; Fernandes, 1997; Woods, 1998; Kim, 2000; Gilroy, 2000). Por "lugar", seguindo a tipologia

¹ Publicado pela primeira vez em 2002, no volume 54 da revista *The Professional Geographer*. Tradução de Flávio Lima e revisão de Murillo van der Laan.

de escala de Neil Smith (1992), refiro-me à variedade de tipos de lugares – tão íntimos quanto o corpo e tão abstratos, mas, ainda assim, distintos, como uma região produtiva ou um Estado-nação.²

Durante a última década, tenho focado minha energia acadêmica em vários projetos que se desenvolveram a partir de um contínuo ativismo político. Estou terminando um livro intitulado *Golden Gulag*,³ um estudo sobre o notável crescimento das prisões na Califórnia e a luta de resistência que se opôs a tal crescimento, ocorridos durante as últimas duas décadas do século XX.⁴ Embarquei no *Golden Gulag* e o persegui incansavelmente porque as mulheres de uma organização de base, cujos entes queridos estão na prisão, pediram-me para descobrir: 1) qual trabalho a prisão faz? 2) para quem? e 3) para quê fim? Essas três perguntas iniciais levaram, na sequência, a um par de perguntas inter-relacionadas, que *Golden Gulag* questiona e responde: como o Estado em crise disciplina os trabalhadores excedentes e como os trabalhadores se organizam contra seu abandono dentro e através dos espaços de oposição delimitados por raça, gênero, classe, região e violência?

O segundo projeto examina como o subdesenvolvimento e o racismo ambiental constituem duas faces de uma mesma moeda (Pulido, 1996), examinando, especificamente, como o ativismo pela justiça ambiental pode ser uma ponte robusta entre militantes de base confinados em paisagens urbanas e rurais de desacumulação. Tal como no caso da militância por justiça, descobri que nas lutas cotidianas contra as toxicidades são as mulheres quem assumem a liderança. Elas reúnem forças não apenas como reclamantes frente ao estado em nome dos danos sofridos, mas também – e mais provocativamente – como reclamantes frente às comunidades de pessoas similares, por uma reconstrução do lugar, a fim de que os conceitos de

² Por exemplo, todos os Estados-nação estão na mesma escala, embora sejam muito variados em tamanho geométrico, riqueza, demografia, poder militar, urbanização, integração pelo capital global, e assim por diante.

³ Nota de tradução: a autora se refere ao livro *Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California*, publicado no ano de 2007.

⁴ Para uma versão anterior de *Golden Gulag*, ver Gilmore (1998a).

"segurança" e "saúde" não sejam realizados com cercas de arame farpado ou balas que curam magicamente.

O ativismo incansável das mulheres me remeteu a um terceiro caminho de investigação. Nesse novo projeto, provisoriamente chamado de "Geografias Políticas de Reconhecimento na Era do Sacrifício Humano", tentarei reunir uma genealogia geográfica do radicalismo, traçando o desenvolvimento e o movimento de várias mulheres há muito tempo como ativistas em territórios moldados pelo Estado e pelo terror racista sancionado pelo Estado (campo de extermínio nazista, máfias de linchamento no Mississippi, esquadrões da morte em El Salvador). Minha observação sobre como as mulheres se tornaram, material e discursivamente, capazes de se reconhecerem atravessando as muitas divisões contemporâneas, exige uma reconsideração da geografia histórica do presente (Pred, 2000). Todos os projetos investigam o presente vivido e seus antecedentes estruturais no longo século XX (Arrighi, 1994), com o intuito de detalhar como aquele século, que eu chamo de a era do sacrifício humano, também produziu sujeitos cuja agência ideológica e material se moveu em contraposição aos "acoplamentos fatais de poder e diferença" (Hall, 1992, p. 17).

A urgência de todos os três projetos começa com a crise capitalista (Negri, 1988) do Estado racial (Omi & Winant, 1986). Tal investigação não deriva nem leva a uma visão monolítica do Estado ou a uma visão "essencialista"⁵ da raça. Ao invés disso,

⁵ Em geral, geógrafos e cientistas sociais tendem a exagerar a ameaça do "essencialismo". Os debates sobre a raça que emergiram na teoria cultural ao longo da década de 1980 – especialmente entre marxistas como Stuart Hall (1990), Gayatri Spivak (1988), e A. Sivanandan (1983) – foram retomados e inseridos de maneira desajeitada na Geografia, sem grande parte da nuance que informou os debates anteriores. O medo primário parece ser a reificação, que então leva, ou aprofunda, a fragmentação ao longo das linhas das "políticas de identidade". Analiticamente, essas linhas só podem conduzir a um beco sem saída, uma vez que as políticas de identidade representam uma série de categorias e preocupações subjetivas e objetivas. A rejeição obsessiva das políticas de identidade perde de vista a principal marca que uma formação no materialismo histórico deveria revelar. Trabalha-se com o que se tem em mãos; o problema não são as "ferramentas do senhor" como objetos, mas o controle efetivo dessas "ferramentas" (Gilmore, 1993). Pode-se, e deve-se ser capaz de analisar o "negro" materialmente – quer dizer, com uma precisão contingente. Dificilmente tal afirmação significa que "negro" sempre se refira ao mesmo

meu objetivo é usar técnicas de pesquisa para reunir uma série complexa (e não necessariamente lógica) de abstrações, a fim de analisar e produzir um objeto de análise geográfico multi-escalar.⁶ Estados capitalistas são resoluções territoriais de crise (ver, por exemplo, Tilly, 1985 e Mann, 1988) e se deslocam, contendo, de muitas maneiras, momentos altamente diferenciados de luta de classes. Como Marx observou, a luta fiscal é uma luta de classes. A abstração do conflito de classes dos múltiplos locais de produção (incluindo locais de reprodução) para os meios estatais faz mais do que produzir uma disputa livremente desenraizada – ou mesmo uma disputa de grupos de interesses definidos – sobre a disposição apropriada dos recursos públicos (ver Gilmore, 1998b). De fato, a mediação estatal é tanto constitutiva quanto constituída por relações extra-estatais. Mudar as infraestruturas ideológica e material – [as] instituições – dos Estados atuais alarga (ou estreita, e algumas vezes ambos ao mesmo tempo) a distância entre categorias de atores sociais e suas capacidades de realizar sua própria liberdade.⁷

Se a raça não tem essência, o racismo tem. O racismo é singular porque, quaisquer que sejam suas particularidades baseadas no lugar, seus praticantes exploram e renovam acoplamentos fatais de poder-diferença. Fatalidades – mortes prematuras (Greenberg & Schneider, 1994) – não são simplesmente uma função objetiva de qualquer tipo de diferencial de poder. Não há diferença sem poder, e nem poder nem diferença têm um valor moral essencial (Foucault, 1977). Ao invés disso, a aplicação de violência – a causa das mortes prematuras – produz poder político em um ciclo vicioso (Feldman, 1991). O que são então acoplamentos não fatais de poder e diferença? Por um lado, mutualidade. Por outro, meus

objeto cultural ou biológico. A negritude é espacial e temporalmente produzida de maneiras diferenciadas, e *real* condição de existência e categoria de análise.

⁶ As disciplinas acadêmicas resumem cruamente essas abstrações em um sentido, separando objetos de estudo em disciplinas com métodos e demarcações peculiares. Ao mesmo tempo, os níveis de generalidade apropriados a diferentes aspectos de uma única análise indicam outra maneira pela qual a abstração versa as questões que fazemos.

⁷ "Liberdade" é a forma abreviada para o objeto na história.

alunos de graduação sempre falam “a família”; e, a despeito de debatermos como e por que diferentes tipos de famílias contemporâneas são estruturadas como são, até que ponto o patriarcado ainda é uma questão de família e não de Estado (ver Brown, 1995) e como o conceito de família define a sexualidade normativa, há algo na resposta deles que pode ser utilizado (ver, por exemplo, Collins, 1990; Fortunati, 1995; Gilmore, 1999b).

O racismo é uma prática de abstração, um deslocamento mortal [*death-dealing displacement*] da diferença em hierarquias que organizam as relações dentro e entre os territórios políticos soberanos do planeta. Ele funciona como uma força limitadora que empurra custos desproporcionais de participação, em um mundo cada vez mais monetizado e movido pelo lucro, para aqueles que, devido às fricções da distância política, não podem alcançar as alavancas variáveis de poder que poderiam aliviá-los desses custos. Na verdade, o processo de abstração que significa o racismo produz efeitos na escala mais intimamente "soberana", na medida em que tipos particulares de corpos, um por um, são materialmente (se não sempre visivelmente) configurados por ele em uma hierarquia de pessoas humanas e inumanas que, em suma, compõem a categoria “ser-humano” (Agamben, 1999).

A violência da abstração produz todos os tipos de fetiches: estados, raças, perspectivas normativas de como as pessoas se encaixam e criam lugares no mundo. Um imperativo geográfico está no cerne de toda luta por justiça social. Se a justiça é corporificada, ela é, portanto, sempre espacial, o que quer dizer que ela é parte de um processo de fazer um lugar. Para os pesquisadores, o propósito e o método determinam se alguém reifica raça e estado – perseguindo fetiches – ou, ao invés disso, descobre processos dinâmicos que renovam raça e Estado (Gramsci, 1971). Quando comecei a trabalhar em *Golden Gulag*, concebia que as prisões eram uma consequência da falha do Estado. Eu ainda havia de aprender que elas são um projeto de construção do Estado. As prisões são soluções geográficas para crises sociais e econômicas, politicamente organizadas por um Estado racial que está ele mesmo em crise. As dinâmicas complexas das mudanças institucionais politicamente organi-

zadas que reconfiguram as paisagens econômicas, culturais e reprodutivas da vida cotidiana são necessariamente contraditórias. Ao situar as prisões no centro de uma análise multiescalar da crise contemporânea, entendi ser necessário: (1) traçar dinâmicas de mudança que articulem paisagens de acumulação e desacumulação (Gilmore, 1998a, 1998b); e (2) documentar como o racismo funciona mesmo quando está oficialmente “acabado” (Balibar & Wallerstein, 1992). Nesse caso, estes objetivos gêmeos colocam em relevo as maneiras pelas quais atores sociais relativamente impotentes – por exemplo, as mães e as famílias dos prisioneiros – renovam e tornam essenciais atividades, categorias e conceitos já existentes para produzir liberdade a partir de capacidades tornadas excedentes [*surplused capacities*]. Como resultado, partindo, necessariamente ao invés de aditivamente, da raça e dos rendimentos estatais, uma análise não pode ser completa em nenhum nível de abstração sem se atentar para o gênero, para a classe e para a cultura nos processos simultâneos de abstrair e reconstruir geografias de libertação.

Onde estivemos?

No longo e homicida século XX, os geógrafos usaram três orientações principais para estudar a raça: *determinismo ambiental* (ver Mitchell, 2000), *diferenciação de área* (ver Harvey, 1969) e *construção social* (ver, por exemplo, Jackson & Penrose, 1993; Gilmore, 1999a; 1999b; Liu, 2000). Embora essas três abordagens abranjam um surpreendente espectro político, da eugenia racista ao multiculturalismo antirracista, todas (pelo menos implicitamente) compartilham dois pressupostos comuns: (1) as formações sociais são estruturadas em dominância dentro e entre as escalas; e (2) a raça é, de alguma forma, determinada pela localização socioespacial. Em outras palavras, tendo percorrido um longo caminho, os geógrafos que investigaram a raça talvez não tenham chegado tão longe quanto desejaríamos. A contradição foi fundamental tanto para as primeiras quanto para as últimas obras do século XX.

Para onde devemos ir?

Como sugeri, a raça não é apenas contraditória, mas também – necessariamente – sobredeterminada. Isto é, o reconhecimento de que poder e estrutura são mutuamente dependentes requer que entendamos as distribuições dinâmicas de poder ao longo de uma estrutura. O objetivo é descobrir o que (incluindo “quem” – ou seja, lidar com a agência em um sentido não-voluntarista) faz funcionar as estruturas opressivas e libertadoras e o que as faz desmoronar. Ao nível mais geral de abstração, sabemos que as estruturas mudam sob condições de redistribuição de poder – ou seja, durante tempos de crise. Nestes tempos, a dinâmica é peculiarmente aparente e, na medida em que podemos captar mudanças históricas ou contemporâneas em tempo real, podemos reconhecer algo poderoso sobre raça e liberdade.

Por exemplo?

Em meu projeto mais recente, estou tentando analisar as maneiras pelas quais a organização é sempre limitada pelo reconhecimento (ver, também, Gilmore, 1999b). Mulheres que viveram o terror político quando jovens se tornaram, em sua maturidade, ativistas políticas que buscam formular “políticas públicas” para os movimentos sociais. Elas trabalham no contexto do desmantelamento do curto e fraco estado de bem-estar social estadunidense e no surgimento de um estado pós bem-estar social punitivo que, como seu predecessor, depende, ideológica e materialmente, da legitimidade do militarismo ou da guerra (Gilmore, 1998b). Nessas geografias política, econômica e cultural, a morte prematura é mais um dado infeliz do que uma falha intolerável. Qual é a geografia histórica do presente em que o trabalho dessas mulheres atua? Que formas institucionais de sacrifício humano do século XX produziram poder, por meio da matança e do terror, suficientes para, por muitos anos, impedir as mulheres de viverem formas de vida opositoras? E, por que lutar agora?

As capacidades de determinados blocos históricos de assegurar a dominação local, regional, nacional ou imperial dependem, em parte, da habilidade e do quanto os blocos socializam os custos de tal dominação (especialmente porque, como todo anticolonialista inteligente apontou, a coerção é cara – ver Fanon, 1961). Eles reduzem sua própria exposição financeira e ideológica externalizando esses custos para estruturas coletivas – ou seja, para o Estado. O benefício de tal externalidade não está apenas na utilização dos recursos públicos, mas também na expansão do consentimento de baixo custo por meio do desenvolvimento do aparelho de estado ideológico (Althusser, [1971] 1996).

Durante o regime do *New Deal* de Franklin D. Roosevelt, os aparatos de assistência social tomaram forma à medida que os reformistas de linha progressista usaram o poder do Estado para resolver os antagonismos da Grande Depressão. Fizeram isso para restaurar a “saúde” geral da economia e desarmar alternativas radicais, como o comunismo (McWilliams, [1939] 1969; Faue, 1990; Kelley, 1990; Mitchell, 1996; Dowd, 1997; Woods, 1998). Os programas se espalharam garantindo uma demanda efetiva pela redistribuição da riqueza, mas o fizeram de maneira desigual, a tal ponto que, enquanto o trabalho alcançou um mínimo de segurança contra desastres econômicos, legisladores e agências do nascente Estado keynesiano retrabalharam e tornaram críticas as próprias hierarquias estadunidenses que os ativistas lutaram para desconstruir na organização radical. Assim, sob o *New Deal*, as pessoas brancas se saíram bem em comparação às negras, as quais, em sua maioria, foram deliberadamente excluídas de oportunidades e proteções (Kelley, 1990; Mink, 1995). Além disso, os homens receberam automaticamente aquilo que as mulheres tinham que se candidatar de maneira individual (Faue, 1990; Amott & Matthaei, 1991; Gordon, 1994) para conseguirem e, normativamente, trabalhadores industriais e urbanos tiveram garantidos direitos que são negados aos trabalhadores agrícolas e do campo até hoje (Edid, 1994; Woods 1998).

O desenvolvimento desigual do "governo criativo" do *New Deal* (Baldwin, 1968) foi resultado não apenas das capitulações desiguais do capital para um salário social massivo, mas também – e talvez mais ainda – das relações desesperadamente densas entre os democratas do sul e do norte. A antiguidade dos sulistas no Congresso lhes concedeu bases legislativas seguras, a partir das quais puderam engendrar limites para qualquer poder centralizado que pudesse perturbar os peculiares acoplamentos fatais de poder e diferença das regiões.

Tanto os fazendeiros residentes quanto os ausentes (Egerton, 1994; Woods 1998), que ganharam enormes fortunas de meeiros e agricultores arrendatários, e os capitalistas e oportunistas regionais, que financiaram a industrialização competitiva do Sul baseada em minas e moinhos (aço, algodão, madeira), dependiam da expansão, consolidação e aplicação da lei Jim Crow para manter o trabalho barato e disciplinado (Lewis, 1994; Woods 1998). De fato, assegurar a capacidade de produzir poder através do terror racista – linchamento – simbolizou a linha metafórica e material que separou – e ao mesmo tempo conectou – o Sul do resto dos Estados Unidos. Aqui, então, temos que entender que a anomalia que surgiu na década de 1930 não foi a reticência federal em condenar o linchamento em contraste com a construção de instituições de assistência social, mas sim a extensão à escala federal – através de diferenciações de proteções contra calamidades e oportunidades de avanço – das práticas do *apartheid* do Sul.

Embora autorizadas, as formas de assistência social institucionalizadas no *New Deal* nunca foram totalmente operacionalizadas. Entretanto, a fim de organizar a preparação para a Segunda Guerra Mundial, o Departamento de Guerra se apropriou do meio político e institucional das poderosas burocracias do bem-estar social, seu planejamento centralizado e seu controle de grandes somas de capital financeiro (Hunt & Sherman, 1972; Hooks, 1991; Markusen & Yudken, 1993). A partir de 1938, estas capacidades outrora subutilizadas foram transformadas nas estruturas do Estado de segurança nacional (Hooks, 1991), e o Departamento de Defesa do pós-guerra se tornou uma instituição encastelada, protegida do escrutínio

público (Cook, 1962; Melman, 1974; Piven, 1992). A riqueza produzida, em grande parte, por despesas federais com manutenção e expansão da pesquisa e do desenvolvimento, com equipamentos, instalações e funcionários do Pentágono – de 5% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) anual – efetivamente, subsidiou o estado de bem-estar do pós-guerra; já a redistribuição da riqueza na Era de Ouro foi tornada palatável pela prosperidade geral. Enquanto isso, no contexto da Guerra Fria – em outras palavras, como um braço da "defesa" – a codificação do sindicalismo empresarial na Lei *Taft-Hartley* de 1947 estreitou os domínios da militância (James, 1980; Lichtenstein, 1982; Davis, 1986). "Keynesianismo militar", nesse sentido, designou o sistema socioeconômico de "guerra do bem-estar" [*welfare warfare*] (O'Connor, 1973), praticado nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, a guerra contra o racismo foi também uma guerra racista, na medida em que renovou o Estado racial dos Estados Unidos em várias frentes. Tal Estado, de forma autoconsciente e repetidamente, recusou-se a intervir no extermínio dos judeus pelos nazistas; ignorou, deliberadamente, despachos que detalhavam o que os nazistas estavam fazendo com os judeus (e, posso apenas presumir, com não-judeus comunistas e homossexuais, romenos, africanos presos na Europa, e outros cinco milhões ou mais industrialmente assassinados nos campos de concentração [Wyman, 1984]). A exclusão racista desses judeus europeus da costa estadunidense, efetuada por obstáculos que um funcionário do Departamento de Estado denominou "muros de papel" (Wyman, 1968), particularizou a frente racial no leste, mesmo que, no oeste, uma "zona de segurança" ao longo de toda a costa, tenha fornecido o pretexto para expropriar japoneses e nipo-estadunidenses e deportá-los para campos de concentração (Weglyn, 1976).

As evidências demonstram como o Departamento de Guerra e membros da equipe administrativa de Franklin D. Roosevelt trabalharam diligentemente para definir a zona de segurança para que maximizasse a captura da "raça inimiga" (como japoneses/nipo-estadunidenses foram chamados nos

muitos memorandos) e minimizar a captura de outros (alemães, italianos) com quem os Estados Unidos estavam em guerra. A morte perseguia tanto o oeste quanto o leste e o sul. À medida que este projeto progredir, argumentarei, em vez de meramente afirmar, que a zona de segurança forneceu o "pretexto" para o sucessor de Roosevelt lançar a bomba sobre Hiroshima e Nagasaki. Os campos de confinamento significaram discursivamente e produziram materialmente a morte civil e quase social, o que permitiu (ou, talvez, até exigiu) que o terror estatal obliterasse o inimigo "lá", cuja diferença racial (seja ela entendida biologicamente ou culturalmente) só poderia ser dissolvida pela morte física (Yamazaki, 1995).

Em suma, portanto, ao tentar reconstruir os Estados Unidos no qual as mulheres ativistas se movimentaram interna e transversalmente, descobri que meu projeto se tornou temática e empiricamente preocupado em como o Estado racial estadunidense, em períodos de crise, se renova e responde criticamente às atividades já existentes. Por meio de processos de articulação e abstração vigorosamente geminados, narrativas vividas da diferença se tornam singularmente dramatizadas como modalidades de antagonismo, cuja forma de aparência corporificada é a do inimigo sobredeterminado (racializado, generificado, nacionalizado, criminoso). Na verdade, o ponto central aqui é mais bem resumido pela elegante declaração de Orlando Patterson (1982, p. 44) que resume as justificativas comuns da escravidão, atribuindo a lógica da morte social a um objeto mutável da adversidade: "Um caiu porque ele era o inimigo; o outro se tornou o inimigo porque ele tinha caído".

O estado de bem-estar social urbano dos Estados Unidos institucionalizou dramas generificados de raça e classe particulares. Durante a Segunda Guerra Mundial, as tendências mais radicais da "segunda reconstrução" do movimento afro-estadunidense de direitos civis (Marable, 1991; cf. Du Bois, [1935] 1992) uniram forças contra o racismo e o fascismo (James, 1980). Nós já vimos que os veteranos negros retornando do *front* de Guerra e suas famílias estavam determinados a não reviver o linchamento intensificado que pontuou o fim da Primeira Guerra Mundial (Ginzburg, [1962] 1988). Não obstante,

este foi um período sangrento. Entretanto, embora as tendências radicais tenham persistido até serem esmagadas pelo Estado durante os 25 anos seguintes (Jackson, 1970; A. Davis, 1981; Donner, 1990; Newton, 1996), elas também foram deslocadas pelo sucesso na luta pelo acesso a programas de assistência social e igualdade de oportunidades educacionais. Este era especialmente o caso nas cidades fora do Sul para as quais os negros haviam migrado durante o século para trabalhar nas indústrias fordistas, nos períodos de guerra e de paz, quase sempre à sua margem (Marks, 1989; Marable, 1991; Sonenshein, 1993; cf. Stack, 1996). O "pacto urbano" foi um resultado de lutas reformistas caracterizadas pela formação de coalizões políticas através das quais os negros conseguiram acesso a recursos e empregos públicos e exerceram relativo poder eleitoral (Marable, 1991; Sonenshein, 1993).

O Estado de bem-estar ficou sob ataque contínuo quando o keynesianismo militar – ou "bastardo" (Turgeon, 1996) – fracassou em prevenir a crise econômica de meados da década de 1970, que apresentava altos índices tanto de inflação quanto de desemprego (Shaikh & Tonak, 1994). Por que o fracasso? Em termos econômicos, o remédio de curto prazo de Keynes não estava à altura do desafio de uma crise de longo prazo. Os investimentos contracíclicos e a demanda efetiva garantida foram impotentes contra a crise-chave: um declínio aparentemente secular, ao invés de cíclico, na queda da taxa de lucro criada por investimentos capitalistas excessivos na capacidade produtiva depois de 1967 (Brenner, 2001).

Enquanto a acumulação militar no Vietnã curou temporariamente a recessão de 1970, as medidas extremas tomadas pela emergente elite monetarista de Washington no Banco Central – manipulação das taxas de juros, abandono do padrão ouro e desvalorização do dólar (Dickens, 1996) – pioraram as condições para o cidadão comum nos Estados Unidos. No entanto, foi o estado de bem-estar, a face social do keynesianismo militar, e não a crise de geração de excedentes do capitalismo que assumiu a culpa política popular pela turbulência econômica. Em particular, os moradores negros da cidade, que haviam conquistado uma parte dos recursos

públicos, começaram a resistir ao longo ataque ao seu direito de receber o salário social. Mais ou menos na mesma época, aqueles trabalhadores que possuíam bons empregos, com um salário individual decente – especialmente em segmentos do mercado de trabalho ocupados por homens pretos e pardos modestamente educados – iniciaram a emigração urbana do final do século XX, produzindo, como consequência disso, núcleos urbanos desindustrializados dos quais hoje saem a maioria dos prisioneiros (Grant, Oliver & James 1996; Gilmore 1998b, 1999a, 1999b).

A deslegitimação do keynesianismo produziu uma tendência pós-keynesiana a um militarismo doméstico? Por que não monetarismo ou neoliberalismo pós-keynesiano, simplesmente? O Estado doméstico é realmente mais coercitivo, ou meramente mais negligente? Abordemos a tendência ao militarismo através da minha tentativa de teorizar a agressão normativa das respostas dos Estados Unidos à crise em termos da história e dos hábitos violentos da nação (Gilmore, 1999b). O giro doméstico do Estado de segurança nacional deriva de um padrão de agressão específico, se não peculiar, aos Estados Unidos. Assim, a despeito do Estado de segurança nacional do pós-guerra ter emergido das condições de crise e absorvido meios e métodos projetados para fins pacíficos com o objetivo de construir o mais extenso aparato de guerra da história do mundo (Hooks, 1991; Markusen & Yudken, 1993), as pré-condições ideológicas para o colossal Pentágono pós-1945 estão na centralidade da violência estatal sancionada pelo Estado para o projeto nacional estadunidense.

Em minha opinião, três momentos fundacionais do nacionalismo estadunidense, bem ensaiados nas histórias prevaletentes, são fundamentais tanto para o Estado como para a cultura. Os Estados Unidos foram "concebidos na escravidão" (Jones, 1992, p. 292) e batizados pelo genocídio (Stannard, 1992). Essas práticas iniciais estabeleceram altas expectativas de agressão estatal contra inimigos do propósito nacional – como os escravizados revolucionários e os povos indígenas – e serviram de cadinho para o desenvolvimento de uma cultura militar que valorizava os homens armados de uniforme como

verdadeiros súditos do sacrifício da nação (Du Bois, [1935] 1992; Stannard, 1992; Englehardt, 1995). Instituições coercitivas de larga escala – prisões e reservas – foram estabelecidas para controlar os libertos no Sul pós-guerra civil, e os nativos estadunidenses despossuídos em todo o território. Depois, a alta incidência de guerras travadas pelos Estados Unidos está correlacionada aos altos níveis de violência, particularmente o homicídio, experimentados na formação social dos Estados Unidos, em comparação com outros 114 Estados-nação. Toda vez que os Estados Unidos entram em guerra e vencem – como aconteceu em 1991 – a taxa de homicídios aumenta, indicando que o Estado, em particular o Estado de guerra, modela o comportamento da política (Archer & Gartner, 1984). Por fim, a norma nacional de exculpação por homicídio cometido em "autodefesa" é notavelmente agressiva. No auge de quase cinquenta anos de jurisprudência envolvendo homens brancos matando homens brancos, a Suprema Corte anulou a condenação por assassinato de um homem que perseguiu um combatente em fuga, com o Presidente da Corte, Oliver Wendell Holmes, explicando que "[um] homem não nasce para fugir" (Howe, 1953, p. 335-36; Brown, 1991).

É plausível argumentar que estes três pontos têm um peso sedimentado, não como uma ideologia remanescente, mas sim como um lastro para o senso-comum de perigos cotidianos e alternativas a eles. Em particular, acredito que eles ajudam a explicar a promoção e a aceitação da punição ampliada e os aparatos auxiliares da justiça criminal no período contemporâneo, de acordo com o seguinte esquema. Primeiro, o Estado doméstico legítimo dos Estados Unidos é o Estado da segurança nacional, de defesa, ou de guerra. Em segundo lugar, o mundo local é, e sempre foi, um lugar muito perigoso: de fato, no exato momento quando a nação está se “aproveitando” de uma vitória no exterior, o doméstico se torna hostil. E, terceiro, a chave para a segurança é a agressão (cf. Foucault, 1977; Feldman, 1991; Bartov, 1996).

Todavia, isso é mais complicado. Se o Estado legítimo é o Estado de defesa ou de guerra, e o militarismo doméstico é devidamente implantado para intervir entre – e assim definir –

os malfeitores e os cidadãos cumpridores da lei, como mais podemos caracterizar estes antagonistas? Já indiquei a importância da posse de escravizados e do assassinato premeditado de povos indígenas como fundamentais para o crescimento econômico e territorial dos Estados Unidos. Esses legados gêmeos, somados às colonizações do México e de Porto Rico (Barrera, 1979) e a diferenciação de imigrantes e nacionais de acordo com hierarquias de origem e crença religiosa (Du Bois, [1935] 1992; Stannard, 1992; Saxton [1971] 1995; Almaguer 1994) foram centrais para a produção da raça superior estadunidense (Roediger, 1990; Allen 1994). O "homem", do Juiz Holmes, era real e normativamente branco. E, à medida que o "homem" de Holmes individualizou o Estado-nação na escala de seu corpo, ele era também a figura do cidadão. Assim, a despeito do poder do Estado poder ser, e foi, usado contra os homens brancos como trabalhadores (Roediger, 1990), a extensão relativamente precoce do sufrágio universal aos indivíduos masculinos euro-estadunidenses estabeleceu o governo como o seu ambiente e o poder do Estado como seu instrumento (Katznelson, 1985). O desenvolvimento da "democracia herrenvolk"⁸ estadunidense (Roediger, 1990; cf. Saxton, 1990) ou "ditadura dos homens brancos" (Winant, 1994) dependia e fomentava uma conexão entre e no meio da masculinidade, do poder do Estado e do pertencimento nacional, com todos os outros caracterizados até certo ponto como estranhos.

Em outras palavras, o Estado de guerra é também o generificado Estado racial (Omi & Winant, 1986). Os conflitos intranacionais em torno da inclusão e exclusão exigem que este Estado "ajuste" a diferença a fim de manter a pacificação interna (Mann, 1988). O "ajuste" segue duas trajetórias gerais. Em tempos favoráveis, o Estado remedia a exclusão, reconhecendo a natureza estrutural do racismo e institucionalizando meios para combater seus efeitos – por exemplo, estendendo o voto, banindo a discriminação em empregos do setor público, ou construindo os aparatos legais através dos quais as pessoas que

⁸ Nota de tradução: a democracia Herrenvolk se refere a um sistema de governo no qual apenas um grupo étnico – notadamente o branco – participa das ações e decisões do governo.

foram lesadas possam buscar ressarcimento nos tribunais (Omi & Winant 1986). Tais remédios do Estado racial estavam na ordem do dia para os afro-estadunidenses aproximadamente a partir de 1948 – quando o Presidente Harry S. Truman dessegregou os militares –, mas foram diminuídos a partir do final dos anos 1960 (Marable, 1991). Em tempos desfavoráveis, quando a diferenciação aprofundada pacífica a insegurança generalizada entre os herrenvolk, o "ajuste" formaliza a desigualdade. Exemplos disso incluem: a Lei de Exclusão da China de 1882; as leis *Jim Crow* (*Apartheid* dos Estados Unidos) ao longo do início do século XX; a recusa da Casa Branca, sob o comando de Roosevelt, em combater, mesmo retoricamente, os linchamentos nos anos 1930 e 1940; o uso da deportação, do roubo de bens e dos campos de concentração para alienar e controlar os nipo-estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial; e a criminalização extensiva e o aprisionamento de pessoas não-brancas hoje em dia (Gilmore, 1998b).

A oscilação entre os "ajustes" reformistas e repressivos não é um simples movimento binário, mas, ao invés disso, sobredeterminado na origem. Um aspecto-chave da "coordenação infra-estrutural" do Estado estadunidense (Mann, 1988) – seu poder relacional em toda a sociedade, manifestado em bens sociais como leis, moeda, educação, estradas etc. – é sua dependência da hierarquia racial (Omi & Winant, 1986). Isto é: para assegurar ou manter a hegemonia (Gramsci, 1971), o Estado reproduz a hierarquia racial através de sua capacidade de exercer poder despótico sobre certos segmentos da sociedade – seja uma ordem para promover uma mulher negra, colocá-la em programas assistenciais condicionados ao trabalho [*workfare*] ou mandá-la para a prisão por ser uma mãe ruim, viciada em drogas.

A postura agressivamente punitiva do Estado racial contemporâneo é deixada clara nas recentes revisões da lei e da jurisprudência que foram feitas, apesar de uma preponderância de evidências de que outrora elas produziram resultados diferentes. Considere a pena de morte. Durante o auge do movimento de direitos civis nos anos 1960, quando peticionários persuadiram a Suprema Corte dos Estados Unidos a rever os

excessos racistas do empenho mortífero de vários estados, a probabilidade importava. As abordagens "científicas" poderiam provar (ao invés de justificar) o racismo, e os analistas de políticas públicas das ciências sociais criaram uma verdadeira indústria de produção de representações fortemente matemáticas, mostrando quem o Estado mata, quando, e por quê. Os sinais eram importantes. Assim, os números imparciais "objetivos" apresentados ao legislador se consolidaram e tornaram implementáveis as lutas antirracismo estatal travadas em outras arenas. Trinta anos depois, os tribunais de diversas instâncias e a Suprema Corte deixam de ser afetados pelos argumentos que foram tão persuasivos anteriormente – e não há muito tempo (Zimring, 1993).⁹ Em termos legais, a probabilidade não importa mais. Da forma como o sistema de punição está atualmente constituído, o fato de uma pessoa negra ter mais chances de ser presa, julgada, condenada, sentenciada, encarcerada e executada do que outras é, nas palavras de um proeminente criminologista, “desigualdade, mas não injustiça” (van den Haag, 1996).

O contexto de fatalidades das mulheres que estou estudando foi o de um Estado capitalista racial em crise que investiu e recompensou as normas diligentemente revisadas das disciplinas aplicadas (legais, médicas) (Bartov, 1996). Tal trabalho teve o efeito político de produzir o lado “desumano” da unidade contraditória “ser humano” (Agamben, 1999) por meio de processos generificados de criminalização e racialização que acompanham, e de fato facilitam, as violências destrutivas ordinárias que “parecem” não ser estruturais – todos os locais

⁹ Tal mudança não deve ser atribuída à rotação de funcionários. Os juízes podem ser as mesmas pessoas que escreveram opiniões completamente diferentes anos atrás. O juiz da Suprema Corte Roger Taney exemplifica fortemente essa mudança. Em 1841, ele decidiu libertar da escravização os africanos capturados do navio negreiro *Amistad*, que haviam matado a tripulação que os levava para serem vendidos. A decisão concordou com a posição de que eles haviam sido escravizados injustamente e, portanto, não constituíam propriedade sob a lei dos Estados Unidos. Em 1857, como Presidente da Corte, Taney tomou a decisão histórica de *Dred Scott* que incluía as palavras imortais: “Um homem [negro] não tem direitos que um homem branco seja obrigado a respeitar” (*Scott v. Sandford*, 60 U\$ 393 [1856]).

de morte prematura nas regiões urbanas e rurais dos Estados Unidos que foram abandonados pelo capital e pelo Estado nas convulsões sísmicas que chamamos de “globalização”, mesmo quando a grana e o poder são apenas realocados para não muito longe. À beira do novo milênio, estamos prontos para cairmos novamente no final do século XIX — na era de Jim Crow, de Plessy v. Ferguson. Ou, então, saltamos para o futuro.

Qual a conclusão?

Os geógrafos devem desenvolver uma agenda de pesquisa que se centre na raça como condição de existência e como categoria de análise, pois a territorialidade do poder é uma chave para a compreensão do racismo. A geografia política da raça implica investigar espaço, lugar e localização como simultaneamente moldados por gênero, classe e escala. Ao centrar a atenção naqueles mais vulneráveis aos acoplamentos fatais de poder e na diferença de significados pelo racismo, desenvolveremos análises mais ricas de como é que o ativismo radical pode explorar mais produtivamente a crise para fins libertadores. A utilidade de tal abordagem capacita a reconsideração das geografias históricas, o exame radical das geografias de transição e a diferença entre o fato neutro do poder desigual e sua exploração fatal. Desse modo, nesta visão, o foco na raça não fixa sua natureza nem afirma sua primazia. Ao invés disso, o foco demanda um exame das naturezas subjetiva e objetiva do poder e da diferença articulados e naturalizados pelo racismo; pode-se seguir o raciocínio e ajustar os métodos para estudar fatalidades inter-relacionadas. Em outras palavras, devemos mudar aspectos tanto das forças quanto das relações de produção de conhecimento com a finalidade de produzir conhecimentos novos e úteis.

Referências

Agamben, Giorgio. *The remnants of Auschwitz*. New York, Zone, 1999.

Allen, Theodore. *The invention of the white race*. New York, Verso, 1994.

Almaguer, Tomás. *Racial fault lines: The historical origins of white supremacy in California*. Berkeley, University of California Press, 1994.

Althusser, Louis. *For Marx*. New York, Verso, 1996[1971].

Amott, Theresa; Matthaei, Julie. *Race, gender, and work*. Boston, South End Press, 1991.

Archer, Dane; Gartner, Rosemary. *Violence and crime in cross-national perspective*. New Haven, CT, Yale University Press, 1984.

Arrighi, Giovanni. *The long twentieth century*. New York, Verso, 1994.

Baldwin, Sidney. *Poverty and politics*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1992.

Balibar, Etienne; Wallerstein, Immanuel. *Race, nation, class*. New York, Verso, 1992.

Barrera, Mario. *Race and class in the Southwest: A theory of racial inequality*. South Bend, University of Notre Dame Press, 1979.

Bartov, Omer. *Murder in our midst: the Holocaust, industrial killing, and representation*. Oxford, Oxford University Press, 1996.

Brenner, Robert. *Turbulence in the world economy*. New York, Verso, 2001.

Brown, Richard. *No duty to retreat*. Norman, University of Oklahoma Press, 1991.

- Brown, Wendy. *States of injury*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- Collins, Patricia Hill. *Black feminist thought*. Boston, Unwin Hyman, 1990.
- Cook, Fred. *The warfare state*. New York, The Macmillan Company, 1962.
- Davis, Angela. *Women, race, and class*. New York, Vintage, 1981.
- Davis, Mike. *Prisoners of the American dream*. London, Verso, 1986.
- Dickens, Edwin. The Federal Reserve's low interest rate policy in 1970 – 1972: Determinants and constraints. *Revista Review of Radical Political Economics*, v. 28, n. 3, p. 115–25, 1996.
- Donner, Frank. *Protectors of privilege: red squads and police repression in urban America*. Berkeley, University of California Press, 1990.
- Dowd, Doug. *Blues for America*. New York, Monthly Review Press, 1997.
- Du Bois, W. E. B. *Black reconstruction in America*. New York, Atheneum, 1992[1935].
- Eddid, Marilyn. *Farm labor organizing*. Ithaca, Cornell Press, 1994.
- Egerton, John. *Speak now against the day*. New York, Knopf, 1994.
- Englehardt, Tom. *The end of victory culture*. New York, Basic Books, 1995.
- Fanon, Frantz. *The wretched of the earth*. New York, Grove Press, 1961.
- Faue, Elizabeth. *Community of suffering and struggle*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1990.

Feldman, Allen. *Formations of violence*. Chicago, University of Chicago Press, 1991.

Fernandes, Leela. *Producing workers*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1997.

Fortunati, Leopoldina. *The arcane of reproduction*. Brooklyn, Autonomedia, 1995.

Foucault, Michel. *Discipline and punish*. New York, Pantheon, 1977.

Gilmore, Ruth Wilson. "You have dislodged a boulder": Mothers and prisoners in the post-Keynesian California landscape. *Revista Transforming Anthropology*, v. 8, n. 1&2, p. 12 – 38, 1999b.

Gilmore, Ruth Wilson. Behind the power of 41 bullets: Interview by Bob Wing. *Revista ColorLines*, s.v, s.n, p.16-20, 1999a.

Gilmore, Ruth Wilson. *From military Keynesianism to post-Keynesian militarism: Finance capital, land, labor, and opposition in the rising U.S. prison state*. Tese de doutorado (Geografia), The State University of New, 1998a.

Gilmore, Ruth Wilson. Globalization and U.S. prison growth: From military Keynesianism to post- Keynesian militarism. *Revista Race and Class*, v. 40, n. 2&3, p. 171– 88, 1998b.

Gilmore, Ruth Wilson. *Golden Gulag*. California, University of California Press, 2007.

Gilmore, Ruth Wilson. Public enemies and private intellectuals. *Revista Race and Class*, v. 35, n. 1, p. 69–78, 1993.

Gilmore, Ruth Wilson. Race and globalization. In: Taylor, Peter; Johnston, R.; Watts, Michael (Orgs.). *Geographies of global change*. Oxford, Blackwell, 2002.

Gilroy, Paul. *Between camps: nations, cultures, and the allure of race*. London, Penguin Books, 2000.

Ginzburg, Ralph. *100 years of lynching*. Baltimore, Black Classic Press, 1988[1962].

Gordon, Linda. *Pitied but not entitled: Single mothers and the history of welfare*. New York, The Free Press, 1994.

Gramsci, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York, International Publishers, 1971.

Grant, David, Oliver, Melvin; James, Angela. African Americans: Social and economic bifurcation. In: Waldinger, Roger; Bozorgmehr, Mehdi (Orgs.). *Ethnic Los Angeles*. New York, Russell Sage Foundation, 1996, p. 379-413.

Greenberg, Michael; Schneider, Dona. Violence in American cities. *Revista Social Science and Medicine*, v. 39, n. 2, p. 179-87, 1994.

Hall, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: Rutherford, Jonathan (Org.). *Identity: Community, culture, difference*. London, Lawrence and Wishart, 1990, p. 222-237.

Hall, Stuart. Race, culture, and communications: Looking backward and forward at cultural studies. *Revista Rethinking Marxism*, v. 5, n. 1, p. 10-18, 1992.

Harvey, David. *Explanation in geography*. London, Edward Arnold, 1969.

Harvey, David. On the history and present condition of geography: An historical materialist manifesto. *Revista The Professional Geographer*, v. 36, n. 1, p. 1-10, 1984.

Hooks, Gregory. *Forging the military industrial complex*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.

Howe, Mark. *Holmes-Laski letters - Volume 1*. Cambridge, Harvard University Press, 1953.

Hunt, Edward; Sherman, Howard. *Economics: an introduction to traditional and radical views*. New York, Harper and Row, 1972.

Jackson, George. *Soledad brother*. New York, Bantam Books, 1970.

Jackson, Peter; Penrose, Jan (Orgs.). *Constructions of "race," place, and nation*. Minneapolis, University of Minnesota, 1993.

James, C. L. R. *Fighting racism in World War II*. New York, Pathfinder Press, 1980.

Jones, Jacqueline. *The dispossessed: America's underclass from the Civil War to the present*. New York, Basic Books, 1992.

Katznelson, Ira. Working-class formation and the state: nineteenth-century England in American perspective. In: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Kelley, Robin. *Hammer and hoe*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1990.

Kim, Claire. *Bitter fruit*. New Haven, Yale University Press, 2000.

Lewis, W. David. *Stoss furnaces and the rise of the Birmingham district*. Tuscaloosa, University of Alabama Press, 1994.

Lichtenstein, Nelson. *Labor's war at home: The CIO in World War II*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

Liu, Laura. The place of immigration in studies of geography and race. *Revista Social and Cultural Geography*, v. 1, n. 2, p. 169–82, 2000.

Lorde, Audre. *The master's tools will never dismantle the master's house*. Crossing Press, 1984.

Mann, Michael. *States, war, and capitalism*. Oxford, Blackwell, 1988.

Marable, Manning. *Race, reform, and rebellion*. Jackson, University of Mississippi Press, 1991.

Marks, Carol. *"Farewell — we're good and gone": the great black migration*. Bloomington, University Press, 1989.

Markusen, Ann; Yudken, Joel. *Dismantling the Cold War economy*. New York, Basic Books, 1993.

- McWilliams, Carey. *Factories in the field*. Hamden, CT, Archon Books, 1969[1939].
- Melman, Seymour. *The permanent war economy*. New York, Simon and Schuster, 1974.
- Mink, Gwendolyn. *The wages of motherhood*. Ithaca, Cornell University Press, 1995.
- Mitchell, Don. *Cultural geography*. Oxford, Blackwell, 2000.
- Mitchell, Don. *The lie of the land*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.
- Negri, Antonio. *Revolution retrieved*. London, Red Notes, 1988.
- Negri, Toni. 1988. Marx on Cycle and Crisis. In: Negri, Toni. *Revolution retrieved: selected writings on Marx, Keynes, capitalist crisis and new social subjects, 1967–1983*. London, Red Notes, 1988, p. 43–90.
- Newton, Huey. *The war against the Panthers*. New York, Harlem River Press, 1996.
- O’connor, James. *The fiscal crisis of the state*. New York, St. Martin’s, 1973.
- Omi, Michael; Winant, Howard. *Racial formation in the United States*. New York, Routledge, 1986.
- Patterson, Orlando. *Slavery and social death*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.
- Piven, Frances. Reforming the welfare state. *Revista Socialist Review*, v. 22, n. 3, p. 69–81, 1992.
- Piven, Frances. Reforming the Welfare State. *Revista Socialist Review*, v. 22, n. 3, p. 69–81, 1992.
- Pred, Allan. *Even in Sweden*. Berkeley, University of California Press, 2000.
- Pulido, Laura. *Environmentalism and economic justice*. Tucson, University of Arizona Press, 1996.

Robinson, Cedric. *Black Marxism*. London, Zed Books, 2001[1983].

Roediger, David. *The wages of whiteness*. New York, Verso, 1990.

Saxton, Alexander. *The indispensable enemy*. Berkeley, University of California Press, 1995[1971].

Shaikh, Anwar; Tonak, Ahmet. *Measuring the wealth of nations: the political economy of national accounts*. New York, Cambridge University Press, 1994.

Sivanandan, Ambalavaner. *A different hunger*. London, Pluto Press, 1983.

Smith, Neil. Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geo graphical scale. *Revista Social Text*, v. 33, n. 1, p. 54–81, 1992.

Sonenshein, Raphael. *Politics in black and white: Race and power in Los Angeles*. Princeton, Princeton University Press, 1993.

Spivak, Gayatri. *In other worlds*. New York, Routledge, 1988.

Stack, Carol. *Call to home*. New York, Basic Books, 1996.

Stannard, David. *American Holocaust: the conquest of the new world*. Oxford, Oxford University Press, 1992.

Tilly, Charles. War making and state making as organized crime. In: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Orgs.). *Bringing the state back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 169-91.

Turgeon, Lynn. *Bastard Keynesianism*. Westport, Greenwood Press, 1996.

Van Den Haag, Ernest. Crime/criminal justice. *Paper delivered at Racism and Public Policy Conference, Bloustein School of Planning and Public Policy*. Rutgers University, 1996.

Weglyn, Michi. *Years of infamy*. New York, Morrow Quill, 1976.

Winant, Howard. *Racial conditions: Politics, theory, comparisons*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.

Woods, Clyde. *Development arrested*. New York, Verso, 1998.

Wyman, David. *Paper walls*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1968.

Wyman, David. *The abandonment of the Jews*. New York, Pantheon, 1984.

Yamazaki, James. *Children of the atomic bomb*. Durham, Duke University Press, 1995.

Zimring, Franklin. Research on the death penalty: On the liberating virtues of irrelevance. *Revista Law & Society Review*, v. 27, n. 1, p. 9–17, 1993.

2.

“Revirando a pilha de escombros”: o fazer-se da classe trabalhadora em uma perspectiva feminista

Tábata Berg

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a revolução industrial – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-os em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”. [...] A classe operária formou-se a si própria tanto quanto foi formada.

A formação da classe operária inglesa, E. P. Thompson.

A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas para introduzir par *décret du peuple* [por decreto do povo – francês]. Sabe que para realizar sua própria emancipação – e com ela essa forma superior a que tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem de libertar ideais, mas libertar elementos da sociedade nova de que está *grávida* a própria velha sociedade burguesa em colapso.

A guerra civil na França, Karl Marx.

Essa é preeminentemente uma história sobre homens, e classe é, na sua origem e na sua expressão, construída como uma identidade masculina, mesmo quando nem todos os atores são do sexo masculino.

Women in the making of the english working class, Joan Scott.

Marx afirma que uma nova sociedade está sendo gestada nas entranhas do capitalismo. Gestá-la e, assim, poder pará-la, não é, portanto, um processo puramente causal, uma reprodução exclusivamente biológica. É, antes, um processo que depende da ação consciente daqueles a quem interessa trazê-la à luz. Nesse sentido, Thompson e Marx concordam: a classe trabalhadora não é o produto imediato das condições materiais de existência, não é um produto de forças externas. É preciso que ela se faça, tanto quanto a fizeram. É necessário gestar-se e parir-se. É pelo fazer-se que a classe trabalhadora transforma circunstâncias e homens. Homens?

O lugar que Marx e a historiografia inglesa do trabalho – que tem em *The making of the english working class [A Formação da Classe Operária Inglesa]*, obra de Thompson¹ publicada em 1963, um importante marco fundador – conferiram às mulheres em suas obras é, de fato, bastante reduzido. Assim, esse fazer-se ativo em classe, que não é geração espontânea da fábrica ou emanção de qualquer utopia prévia, foi, majoritariamente, reconstruído por ambos, mesmo que não explicitamente, como uma atividade masculina, branca e encerrada nas relações de produção que se centravam no trabalho *livre* e assalariado, compreendido enquanto núcleo do trabalho produtivo ao capital.

Opondo-se ao silenciamento e/ou à incorporação subordinada das mulheres, Joan Scott afirma, no artigo *Women in the making of the english working class* (1988) [Mulheres na criação da classe trabalhadora inglesa], que a classe, tal como foi construída, é transpassada pela identidade masculina, mesmo quando trata nomeadamente das mulheres. Se somos as trabalhadoras e os trabalhadores quem fazemos a classe, essa não deve, segundo a autora, ser pensada como um “unitário conceito de classe, a-histórico e teleológico, mas um conceito de classe, como um campo que sempre contém significados múltiplos e contestados.” (Scott, 1988, p. 88), sendo, assim, capaz de questionar as formulações e as práticas políticas

¹ E. P. Thompson confere um lugar bastante questionável às mulheres em sua historiografia, tendo recebido diversas críticas feministas, em especial, à sua análise da venda de esposas em *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular e tradicional* (1998 [1991]).

cristalizadas que tanto naturalizam o feminino quanto contribuem para a perpetuação do código masculino enquanto orientador efetivo da definição e das práticas de classe.

Diante disso, proponho, neste capítulo, estabelecer um diálogo entre a perspectiva histórica – o materialismo histórico em sentido amplo – que foi levada a cabo pelo materialismo marxiano e pela historiografia thompsiana, de modo a elucidar alguns elementos centrais do que estou compreendendo por “fazer-se” da classe trabalhadora. Tal exercício será desenvolvido a partir de uma virada epistemológica feminista. O recorte deve-se a Marx e a Thompson serem, a meu ver, dois dos pensadores que mais contribuíram no desenvolvimento de uma compreensão processual e ativa da formação da classe trabalhadora e de suas formas de consciência e de resistência. Enquanto Karl Marx funda a perspectiva materialista, que como defende na primeira tese de *As teses ad Feurbach*, se distingue de todo o materialismo existente até então por compreender o objeto [*Gegenstand*] fundamentalmente articulado à atividade humana, à subjetividade (Marx, 2007 [1845], p. 533). 163), E. P. Thompson, por sua vez, contribuiu para a renovação dentro do marxismo recolocando a classe trabalhadora, a gente comum, como sujeito histórico na história e não apenas enquanto uma categoria esvaziada a participar das engrenagens estruturais, fosse na reprodução ou na mudança².

Portanto, busco fazer alguns apontamentos sobre em que medida o fazer-se da classe trabalhadora foi concebido por Marx e Thompson de modo unilateralmente masculino³, ao mesmo tempo em que a centralidade de uma concepção não evolucionista e sempre em transformação das categorias –

² Sobre essa questão ver os artigos *Origins of the Present Crisis* [Origens da crise presente] (1964), de Perry Anderson e a resposta de E. P. Thompson em *Peculiarities of the English* [Peculiaridade dos ingleses] (1965).

³ De antemão, saliento que Thompson utiliza, em vários momentos, o termo homens [*men*] para representar a coletividade da classe trabalhadora, como aponta Scott; enquanto Marx, no mais das vezes opta pelo neutro em alemão [*Mensch*] ou [*Gattungswesen*], tal como aponta Maria Mies (1998[1986], p. 52) ao analisar o capítulo V de *O capital*, cuja tradução literal seria, consecutivamente, ser-humano e ser genérico. Todavia, as traduções brasileiras, mesmo as mais recentes, seguem optando pelo substantivo masculino *homem*.

proposta que encontramos nas obras de ambos – permitirá que ressignifiquemos a formação ativa da classe trabalhadora por meio das mais distintas posições e condições das mulheres trabalhadoras nesse processo.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche, em seu discurso *O perigo de uma história única* (2009), oferece-nos uma narrativa interessante sobre como grupos marginalizados podem ser excluídos da participação do fazer ativo, evidenciando a importância de se refletir a respeito das bases epistemológicas sobre as quais o *fazer-se* ascende enquanto categoria. Vejamos:

No ano em que fiz oito anos, um menino novo foi trabalhar lá em casa. O nome dele era Fide. A única coisa que minha mãe nos contou sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe mandava inhamé, arroz e nossas roupas velhas para eles. Quando eu não comia todo o meu jantar, ela dizia: “Coma tudo! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não têm nada? E eu sentia uma enorme pena deles.

Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa (Adiche, 2009, p. 15).

Assim como Fide – que já menino trabalhava e cuja coletividade à qual pertencia permanece no imaginário das classes médias (beneficiárias desses trabalhos fundamentais ao exercício *livre* de suas atividades criativas) como aquela que nada faz, não-produtiva, marginalizada das atividades sociais, lançada a esse não-lugar que é a pobreza – as mulheres temos sido constantemente invisibilizadas no *fazer-se* da classe trabalhadora, encerradas em histórias únicas que ocultam a nossa real (co)participação ativa. Isso, como demonstrarei no decorrer deste capítulo, termina por contaminar a sociedade, cristalizando, numa universalidade ilusória, a própria definição de *fazer-se*, cujo objetivo, contrariamente, é ser instrumento para conferir caráter ativo aos subalternos dentro da formação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, se, por um lado, esse paralelo possibilita iluminar o caráter processual, dialético e, assim, ativo do fazer-se das classes subalternas, por outro, a crítica feminista questiona o fundamento epistemológico e ontológico masculino basilar à construção dessa atividade. Ou seja, ao mesmo tempo, subsídios nos são oferecidos para esboçar alguns elementos feministas das categorias *consciência* e *experiência*, sendo, ambas, importantes “retalhos categóricos” que se repetem ao longo da minha argumentação, costurando e conferindo unidade à totalidade argumentativa.

No que tange ao método utilizado pelos dois autores, é importante frisar que tanto nas obras de Marx quanto nas de Thompson há raras referências explícitas, e especialmente apartadas de seus objetos de análise, a um método científico orientador⁴. Pode-se, assim, chegar a duas conclusões profundamente imbricadas: em primeiro lugar, para apreender suas concepções materialistas da história, é necessário seguir o movimento de suas análises concretas, isso porque – e, assim, explícito a segunda conclusão – ambos compreendem que o método de análise, mesmo lançando mão às abstrações, não pode ser desenvolvido para além do movimento do real, mas somente em profunda relação com os seus desdobramentos. Vejamos como Marx compreende essa relação entre abstração metodológica e concretude:

Esse exemplo do trabalho (da categoria trabalho) mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente

⁴ Há uma parcial aproximação biográfica entre os dois autores que pode ter favorecido esse aspecto: os dois estiveram um tanto afastados do mundo acadêmico. No caso de Marx, isso se deu desde o término de seu doutorado. Já Thompson esteve na Universidade como professor entre os anos de 1965 e 1971, voltando ao mundo acadêmico nos anos de 1988 e 1989. Ao mesmo tempo, ambos se dedicaram intensamente à militância. Esse distanciamento (maior na biografia de Marx) da lógica específica da academia e essa proximidade com as lutas concretas podem ter favorecido a construção de um método científico fundamentado na realidade concreta. No entanto, a preocupação com o rigor científico e o compromisso com um método de análise não abstrato, mas capaz de apreender o movimento do real, estão profundamente presentes em cada trabalho desses autores.

por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas. (Marx, 2011 [1857/1858], p. 58).

E Thompson:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos classe porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento (Thompson. 2001, p. 270).

Nessas passagens, percebemos que ambos apreendem o método de análise – científico, filosófico e histórico – e a abstração categorial que lhe é intrínseca como fundamentalmente produzidas no processo histórico. Dessa forma, a abstração é percebida como um momento privilegiado e essencial da análise e não como modelo puramente formal. Ou seja, independente do concreto, os autores nos trazem métodos e categorias (formas conceituais) passíveis de construção e desenvolvimento somente quando referidas de forma dialética aos seus conteúdos históricos e de modo algum para além deles. Essa pista é imprescindível, pois somente se recusando uma relação dialética entre formas e conteúdos é que o homem, o ser humano, o *cogito* pôde ser tomado enquanto universal – consequentemente, as mulheres enquanto ser-*outras*⁵.

The making of the english working class [A Formação da Classe Operária Inglesa] é uma obra que condensa a potencialidade antideterminista e antievolucionista da noção de história.

⁵ Para maiores detalhes sobre a definição de ser-*outra*, ver Berg, 2019.

Thompson, nela, busca afastar-se da definição de categoria e estrutura enquanto formas hipostasiadas – “Não vejo a classe como ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (Thompson, 1987 [1963], L. 3, p. 9) –, lançando mão à noção de experiência.

Temos, ainda nessa obra, um marco nas análises historiográficas: os sujeitos históricos, em suas experiências políticas, religiosas, afetivas, são postos no centro do processo investigativo. Para isso, fez-se necessária uma mudança nos instrumentos de investigação, tanto com um deslocamento mais incisivo das fontes fundamentais, que não podiam mais se basilar, exclusivamente, em arquivos e documentos oficiais, quanto por um esforço em afastar-se dos valores modernos (os valores dos vencedores históricos) e buscou-se compreender o sentido, isto é, a *experiência* subjetiva dos sujeitos investigados no contexto em que viviam (no mais das vezes, os vencidos). Segundo o autor:

Precisamos de mais estudos sobre as atitudes sociais de criminosos, soldados e marinheiros, e sobre a vida de taberna; e deveríamos olhar as evidências, não com olhos moralizadores (nem sempre os “pobres de Cristo” eram agradáveis), mas com olhos para os valores brechtianos – o fatalismo, a ironia em face das homilias do *Establishment*, a tenacidade da auto-preservação” (Thompson, 1987, [1963], L. 1, p. 62).

Contudo, é importante ressaltar que o debate dentro do marxismo sobre o impacto da posição social dominante, com os valores que lhe abarcam, sobre a história e às ciências humanas não era novo em 1963. György Lukács em *História e Consciência de Classe*, publicado em 1922, buscou atrelar o que ele denominou como “antinomias do pensamento burguês” à parcialidade epistemológica das posições de classe (Lukács, 2006 [1922]). Segundo, Walter Benjamin em *As teses “sobre o conceito de história”*, de 1940, “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no

instante de um perigo” (Benjamin, 2020, p. 54), cabendo, portanto, ao materialismo histórico escová-lo a contrapelo (idem, ibidem, p. 56). Para fazer jus ao materialismo proposto por Marx na décima tese “O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada” (Marx, 2007 [1945], p. 535), torna-se necessário revirar permanentemente a pilha de escombros da história, é o que proponho nesse ensaio, revirá-la desde as subalternas⁶.

A ausência presente das mulheres no fazer-se da classe trabalhadora

Joan Scott, a despeito de reconhecer a importância da obra thompsiniana, não a poupa, todavia, de uma crítica acurada. Para a autora, Thompson falha justamente naquele horizonte que lhe era mais caro: romper com uma concepção teleológica, evolucionista e determinista de classe e, consequentemente, de História. Embora nem sempre em concordância com as críticas feitas à obra, proponho perseguir algumas delas, isso porque, mesmo quando não compartilho da radicalidade das consequências que Scott aponta, ou com as soluções que oferece (e estou de acordo com várias delas), essas são bastante pertinentes, ao mesmo tempo em que alertam para descaminhos – como a possibilidade de cristalizar construções transitórias, reforçando formas de exploração e opressão, e de cair em sistemas teleológicos – que estão presentes em toda a análise que se pretende, em alguma medida, mais totalizante.

Ela direciona sua crítica a quatro dimensões que estariam presentes na obra de Thompson: i) a experiência do fazer-se da classe trabalhadora ancorada nas relações tidas como produtivas; ii) a escolha pelas “histórias de vida” fundadas em uma concepção universal e racionalista de sujeito; iii) a invisibilidade do lugar efetivamente ocupado pelas artesãs na

⁶ Estou utilizando subalternas aqui como conceito que articula a diversidade de posições e condições ocupadas pelas mulheres trabalhadoras, presentes nas formas de trabalho assalariado e não assalariado, ao longo da ascensão e várias fases do desenvolvimento capitalista.

prática política, por atrelar indistintamente às mulheres ao espaço doméstico; e iv) a expressividade – sensibilidade nas traduções para o português – associada à atividade política como modelo da ação (masculina) revolucionária, relegando toda experimentação expressiva realizada fora desse espaço ao irracionalismo.

A relação entre o expressivismo e o par de oposição racionalidade/irracionalidade é um elemento de tensão não somente em *The making of the english working class [A Formação da Classe Operária Inglesa]*, como também na produção intelectual de Thompson como um todo. No caso das mulheres, o machismo, que salta de muitas das páginas desse autor, termina por resolver essa tensão de modo desastroso. Na obra em questão, ao apresentar a racionalidade como um elemento fundamental da consciência de classe desenvolvida no owenismo, embora experimentada de modo plural por meio das adaptações que os grupos de trabalhadores faziam dos textos de Owen a seus contextos e necessidades distintas, e ao se opor aos estudos historiográficos correntes, que concebiam esse movimento transpassado pela irracionalidade – “pelo frenesi político ou paranoia coletiva” –, Thompson (1987 [1963], L. 3, p. 391) vocifera sarcasticamente: “Essa proclamação, hoje, poderia chocar algumas Guildas Cooperativas de Mulheres”. O autor, sem dúvidas, sabe que a crítica ao racionalismo, feita por movimentos e intelectuais feministas – as nomeadas Guildas Cooperativas de Mulheres –, não tem por intuito lançar as classes subalternas ao irracionalismo, ao contrário, questiona tanto o fato de as mulheres, na história social do trabalho, permanecerem relegadas majoritariamente ao expressivismo, quanto a hierarquia epistemológica entre racionalidade e expressivismo, que afasta formas de conhecimentos subalternos masculinos e femininos, inerentes ao fazer-se das classes trabalhadoras, do irracionalismo. No entanto, ao atacar de antemão suas possíveis opositoras, Thompson termina por abdicar de radicalizar e compreender os desdobramentos dessa tensão que perpassa sua obra à análise que se propõe.

Nessa direção, em *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária* (Thompson, 2002 [1997]), compêndio de artigos

organizado por Dorothy Thompson e publicado postumamente, o autor analisa o papel político do escritor romântico e radical John Thelwall. Thompson o descreve como possuidor de uma oratória “histriônica”, característica expressivista que, claramente, ele carrega de uma valoração ambígua. Assim, ele afirma, depois de reproduzir uma passagem na qual a escritora Anne Plumptre declara-se encantada justamente pela oratória de Thelwall, que: “Deve-se observar que havia muitas mulheres entre seu público, em Londres, Norwich e Yarmouth. Mas nem todos os que o ouviam ficavam encantados.” (Thompson, 2002[1997], p. 219). E, a seguir, são analisados trechos em que o público masculino aponta o caráter ambíguo dessa característica, até mesmo aproximando o escritor da imagem do bufão.

Nesse momento, o conflito para o qual chamo a atenção torna-se bastante explícito. Por um lado, a mobilização dessa oratória por John Thelwall é um elemento ambíguo, cujo expressivismo o possibilita, mesmo que um tanto irracional, por meio de um controle da razão, beneficiar-se dele e garantir uma ampla adesão, enfrentando as perseguições políticas – nessa interpretação, recorrente em sua obra, ensejam-se possibilidades interpretativas mais interessantes dessa tensão⁷. Por outro, a adesão das mulheres à oratória é desqualificada. Para pretensão “encantamento” feminino não há caráter ambíguo, este é percebido como apoio irrestrito e irrefletido das mulheres às personagens carismáticas. Isto é, se de um lado há o bufão, do outro há a irracionalidade das massas – femininas. Entre os dois há aqueles que, na posse da racionalidade reflexiva, não se deixavam encantar, sendo capazes de apreciar o discurso de forma crítica, reconhecendo o empobrecimento da retórica carismática: todos eles, homens!

Essa tensão perpassa as quatro dimensões que, segundo Scott, impedem o desenvolvimento de uma concepção de classe que compreenda as mulheres enquanto protagonistas efetivas do seu fazer-se e não apenas exceções, ao mesmo tempo em que exclui, de antemão, toda a diversidade de sujeitos e práticas coletivas que não se encaixam neste *modelo* e que foram

⁷ As possibilidades revolucionárias que Thompson vê no desencanto romântico é outra análise interpretativa interessante dessa tensão.

lançadas a *cifras*, mas que fizeram e fazem ativamente a classe trabalhadora. Scott analisa a forma como as mulheres foram mobilizadas por Thompson, tomando o exemplo de Susan Thistlewood:

Outra heroína é Susan Thistlewood, esposa do condenado conspirador de Cato Street, Arthur Thistlewood. Ela era, Thompson nos diz, "não era uma cifra", mas um "jacobino espirituoso por direito próprio, com uma atitude fria e intelectual e prontidão para tomar parte ativa na defesa de [seu marido]. Como na descrição de Susannah Wriugh, Thompson distingue Susan Thistlewood da maioria das outras mulheres. Ela era "não uma cifra" e a implicação é que a maioria das outras mulheres o era. Se é Thompson quem pensa que outras mulheres eram cifras ou se supõe que seus leitores acreditam nesse fato, os exemplos servem ao mesmo fim. Eles mostram que mulheres excepcionais são capazes de um tipo de comportamento político mais frequentemente praticado pelos homens. [...] Quando elas evitam a expressividade e agem de forma racional, essas mulheres incomuns podem atingir a consciência de classe (Scott, 1988, p. 78 e 79, tradução minha).

Nesse trecho, a autora articula duas das dimensões que considera problemáticas na obra de Thompson. Ao eleger, entre outras, a história de vida de Susan, ele também escolhe aquelas características que compõem o sujeito racional e ativo, capaz de agir de forma consciente no fazer da classe operária. Ao mesmo tempo, lança as demais mulheres, aquelas que estariam imersas na expressividade popular, não política, à forma de consciência subpolítica.

Essa percepção das mulheres é recorrente no livro. Vejamos como ele, ao narrar a presença feminina dentro do radicalismo inglês, liderado por Richard Carlile, traz o caso de Susannah Wriugh, também analisado por Scott:

Mais uma vez se levantava a reivindicação dos direitos das mulheres (quase ausente desde os anos 1790⁸), lentamente se estendendo da *intelligentsia* para os artesões. As mulheres adeptas de Carlile, que sofreram julgamento e prisão, agiram mais por lealdade que por convicção. Muito diferente era a Sra. Wriqth, uma cerzideira de renda de Nottingham, voluntária de Carlile e processada por vender um dos seus Discursos [...] Ela conduziu sozinha a sua longa defesa, e foi poucas vezes interrompida. Quase no final:

A Sr^a Wriqth solicitou permissão para se retirar e amamentar o nenê que estava chorando. Foi-lhe concedida, e ficou ausente do Tribunal por vinte minutos. Ao ir e voltar do Café Castelo, foi aplaudida e aclamada em altas vozes por milhares de pessoas reunidas, todas a encorajá-la a ter ânimo e perseverar.

Algum tempo depois foi lançada à prisão de Newgate, numa noite de novembro, com seu bebê de seis meses e sem nada para se deitar além de uma esteira (Thompson, 1987 [1963], L. 3, p. 325).

O belíssimo e emocionante relato sobre o caso de Susanna Wriqth não deve ofuscar a valoração que Thompson faz da militância das mulheres “adeptas de Carlile”: sem o dizer explicitamente, nesse trecho, ele concebe a militância feminina transpassada pelo expressivismo paternalista, que basearia a prática cotidiana das trabalhadoras e dos trabalhadores na pré-consciência política. No caso das mulheres, bem que militassem arduamente, sendo perseguidas e presas, essa militância seria hierarquicamente inferior à de seus líderes, e de seus companheiros homens, pois não era movida por uma adesão racional, pautada na convicção de estar construindo uma

⁸ Década na qual a escritora Mary Wollstonecraft, precursora tanto das lutas pelos direitos das mulheres quanto do radicalismo inglês, é morta depois de dar à luz à sua filha, a também escritora Mary Shelley.

sociedade alternativa, mas pelos afetos⁹. Scott (1988, p. 75 e 76, tradução minha) resume:

Thompson ofereceu uma variedade de comportamento político feminino em *The making of the English Class*, que estava organizada e evoluía de acordo com um esquema de gênero, um esquema que empregava símbolos masculinos e femininos para identificar os polos positivo e negativo da política da classe trabalhadora.

Interessante é que Carlile, personagem sob o qual Thompson se debruça, em 1828, publicou o pequeno livro *Every Woman's Book or What is Love?* [O livro de toda mulher ou o que é o amor?], cujo conteúdo, além de informações técnicas sobre aborto e métodos contraceptivos, trazia centralmente o questionamento a respeito da institucionalidade do amor entre homens e mulheres, o casamento. Segundo o livro, às mulheres é negada a vivência da paixão física, encontrando-se encerradas na exclusividade do amor moral, enquanto os homens lançam mão à prostituição para satisfação do amor físico. Defensor da igualdade entre mulheres e homens, ele argumenta: para que as mulheres possam livrar-se de toda a “perversidade, violência e prostituição de suas pessoas como um tráfico”, é imprescindível que o amor e a paixão física saiam das sombras, do ocultamento e possam ser tematizados, questionados e tratados de modo claro, tranquilo e filosófico. (Carlile, 1828, p. 11 e 12). O

⁹ Nas palavras de Thompson, renegar o expressivismo no qual a tradição e os costumes, bem como as mulheres, estariam mergulhados foi escolha necessária à ascensão da consciência de classe em sua forma política e revolucionária. Vejamos: “O homem trabalhador autodidata, que dedicava suas noites e seus domingos à busca do conhecimento, era solicitado, a toda hora, a rejeitar todo o cabedal humano de sua infância e de seus companheiros trabalhadores como grosseiro, imoral e ignorante. Não é difícil compreender e aceitar as pressões dos homens nessa situação. A dos objetivos do movimento da classe trabalhadora exigia – não apenas de seus líderes, mas também de milhares de seus membros comuns – novos atributos de autodisciplina, auto-respeito e treinamento educacional. A luta da minoria foi tão prolongada e tão dura, eram tão freqüentes os períodos em que parecia que eram abandonados por sua própria classe, que até mesmo os mais dedicados tendiam ocasionalmente a olhar para seus companheiros trabalhadores com aversão e desespero.” (Thompson, 2002 [1997], p. 32).

questionamento que nomeia a obra “o que é o amor”, para o radical, resolve-se a partir de outros dois: “o que é animal” e o “que é humano”. Nesse sentido, criticando a noção de amor romântico, o autor argumenta que o amor moral é, sobretudo, uma operação da imaginação humana que se torna um constructo tão poderoso a ponto de impedir a vivência do amor físico. (Carlile, 1828).

No capítulo dedicado ao Radicalismo, apesar de contar com um fragmento intitulado “O casamento”, Thompson não faz menção a esse texto, embora cite outros que foram publicados no início dos anos 1920 sobre contracepção e que tinham por objetivo, segundo o autor, exclusivamente, a melhoria das condições de vida. Ele demonstra que o radicalismo manteve uma postura ascética perante a questão sexual e, assim, conclui: “A leviandade ou o hedonismo eram tão alheios à disposição radical ou racionalista quanto para os metodistas” (1987 [1963], L. 3, p. 339). No entanto, salta aos olhos a valoração que o autor estabelece entre a ascese racional e a leviandade/o hedonismo. Mais uma vez, temos a crítica de Scott reforçada, isso pois, ao contrário da conclusão a que chega Thompson, em *Every Woman's Book or What is Love?*, o hedonismo tem centralidade: a felicidade e, no caso, a infelicidade na qual o casamento parece mergulhar tanto a mulher quanto o homem, enredando-os em constantes violências e em completa falta de realização aceitável socialmente, é uma realidade a ser superada. O expressivismo para o qual nos chama atenção Scott não está ligado, na obra, a uma questão “política” que lhe é exterior e lhe confere justificação racional, ele é a própria questão política levantada.

Experiência e consciência: esboços analíticos e políticos para uma revolução feminista

A experiência foi uma categoria central para que a historiografia marxista inglesa pudesse recriar a narrativa histórica a partir da perspectiva das classes subalternas. É tomando-a que arrisco uma virada epistemológica feminista na ontologia marxista. Joan Scott (1999 [1991]) e Avtar Brah (2006

[1996]), reivindicando a categoria, apontam para o risco de compreendê-la enquanto reflexo direto do real, enquanto evidência de verdade. Nas palavras de Scott (1999 [1991], p. 26): “a evidência da experiência, seja concebida através de uma metáfora de visibilidade ou de qualquer outra maneira que considere o significado como transparente, reproduz, ao invés de contestar, sistemas ideológicos estabelecidos”.

Logo, ao tomar as múltiplas experiências enquanto emanações diretas da realidade, pode-se incorrer em uma espécie de relativismo individual, que tanto essencializa diferenças historicamente construídas, quanto as pulveriza em dados estáticos que podem ser agregados como meras especificidades, de modo cumulativo, à história oficial, sem, contudo, questionar os fundamentos e as relações sobre as quais as experiências individuais se edificam, bem como a formação plural e processual que compõem a produção de sentidos das experiências individuais e coletivas.

Sendo assim, apreender, em alguma medida, o ser-social a partir da experiência das *ser-mulheres* é uma busca constante por não entificá-las e sim trazer à luz as determinações históricas, as relações sociais, as estruturas materiais e simbólicas sobre as quais essa forma contingente se faz. Pretendo seguir a orientação de Scott e de Brah de zelar pela historicização da experiência e da diferença.

Esse alerta tem também grande importância política, pois, de um lado, sinaliza para essencializações de um uso indiscriminado e sem controle científico da noção de experiência, bem como do conjunto categorial que é congênere e que comporta noções como as de *narrativa*, *lugar de fala*, *testemunho*, entre outras¹⁰ e, de outro, porque, justamente, reforça o caráter científico (sem deixar de ser poderosamente político) sob cujas categorias se desenvolvem. Nos últimos tempos, tem sido promovida uma verdadeira campanha de desconfiança a respeito da legitimidade científica e política desse

¹⁰ Não há uma concepção unívoca de experiência nas ciências humanas. Scott mapeia algumas das apropriações dessa noção na historiografia, mas seu uso é vasto e lido por diferentes escolas também na sociologia, na antropologia e na filosofia.

conjunto categorial (estejam os diferentes sujeitos que a empreendem conscientes ou não), inclusive no debate público, levando a identificações – algumas um tanto descomprometidas cientificamente – de tal conjunto com o conservadorismo político crescente, ao mesmo tempo em que algumas mobilizações políticas dessas categorias, por vezes, têm incorrido em essencializações das experiências, com o consequente esvaziamento analítico.

Ao discorrer sobre a experiência, Joan Scott direciona mais uma vez sua crítica à obra *The making of the english working class [A Formação da Classe Operária Inglesa]*: mais que invisibilizar o lugar das mulheres no fazer-se da classe trabalhadora, Thompson termina por identificar experiência ao ser social, cujas relações de produção fazem da classe o elemento unificador da experiência subjetiva dos trabalhadores. A consequência dessa unidade da experiência é, segundo a autora, ignorar outros elementos que compõem de forma múltipla a experiência “Quando a classe se torna uma identidade mais importante, outras posições do sujeito são ignoradas, como as de gênero, por exemplo (ou, em outros exemplos desse tipo de história, raça, etnia e sexualidade)” (Scott, 1988, p. 11).

Muito embora a crítica da autora seja poderosa em alertar para os processos de essencialização, relativização e cristalização, que podem ocorrer ao utilizar a noção de experiência como emanando diretamente, sem mediações do real, e eu compartilhe da sua percepção da invisibilidade do gênero e de outras formas de experiência subalternas nessa obra de Thompson, oponho-me à conclusão de que uma concepção unificadora da experiência da classe trabalhadora essencialize necessariamente a noção de classe e, conseqüentemente, expurgue outros elementos tão fundamentais à sua compreensão plural, histórica e política. Unidade e diversidade, fundamento e história, ser e agir são, para esta tese, elementos que só podem ser compreendidos de forma *articulada*. Como Audre Lorde (1984) lembra, a unidade não deve ser concebida enquanto a ausência de diferenças, mas como possibilidade mesma da diversidade:

Para trabalharmos juntos, não é preciso que nos tornemos uma mistura de partículas indistintas que se assemelhem a um barril de leite achocolatado homogeneizado. Unidade implica reunião de elementos que são, para começar, variados e diversos em suas naturezas individuais. Nossa persistência em examinar as tensões intrínsecas à diversidade estimula o crescimento em direção ao nosso objetivo comum (Lorde, 2019 [1984], p. 172).

A articulação, para Avtar Brah, não é somente um recurso relacional, mas, antes, o movimento mesmo da experiência em suas plurais dimensões: “articulação é uma prática e não o nome de um dado complexo relacional, isto é, articulação não é a simples junção de duas ou mais entidades discretas. Melhor, é um movimento transformador de configurações relacionais”. (2006 [1996], p. 353).

Ressalto, contudo, que Brah adverte para a necessidade de se apreender as diferenças e diferenciações, tomando sempre as experiências em suas construções conjunturais, buscando escapar às universalizações essencialistas. Nesse sentido, Scott e Brah chamam a atenção para um risco que Thompson também apontava: o de se universalizar categorias e estruturas e perder de vista sua processualidade histórica, seu caráter transitório e, portanto, superável¹¹. No entanto, ambas optam, sem abdicar de teorizações mais universalizantes, por constructos que se pautem na contingência conjuntural e na pulverização das relações de poder, e, nesse ponto, divergimos essencialmente.

Embora eu pactue com a preocupação em não suprimir a contingência histórica dos processos sobre os quais estou me debruçando, e um dos objetivos centrais das construções sob as quais me debruço é contribuir – como venho reiterando –, em

¹¹ Os ensaios que compõem *A origem dos outros: seis ensaios sobre literatura e racismo* de Toni Morrison (2017) refletem sobre a construção arbitrária do outro, processo que ela denomina por *outremização*, concebendo a raça como uma construção arbitrária a ser desnaturalizada e superada. Nesse sentido, ela defende: “As definições de ‘negro’ e as descrições científicas do que significa negritude são tão variadas e carregadas de conceitos científicos escorregadios e invencionices que pode ser interessante, quando não literalmente esclarecedor, examinar as configurações desses termos e os usos literários aos quais são submetidos, bem como as atividades que inspiram, tanto violentas quanto construtivas.” (Morrison, 2017, p. 82).

alguma medida, para o desmonte dos universais a-históricos, faço sem abdicar-me da noção de totalidade multideterminada, seja na compreensão das relações sociais, seja na do sujeito.

É nesse sentido que a experiência, tal como foi desenvolvida em Thompson, enquanto unificadora do ser social da classe trabalhadora, aspecto que é fortemente criticado por Scott, é um dos elementos mais frutíferos que apreendo dessa obra. O autor desenvolve uma concepção de experiência ativa e autodeterminada sem abdicar da unidade desse processo. Ele a desenvolve enquanto *making*, termo imbuído de sentido ativo. A dialética entre formas e conteúdos, embora sob o apagamento da ser-*mulheres*, é desvelada por esses autores – em especial, Thompson, Hill e James Scott – a partir da centralidade da experiência, tendo na subjetividade a força motriz e ativa do fazer-se processual das classes subalternas.

Na tradução por formação, há uma perda desse movimento. Em uma tradução mais literal teríamos “o fazer-se da classe operária inglesa”, que alia, ao mesmo tempo, consciência, subjetividade, atividade e, em sua opção pelo gerúndio “*making*”, temos o contínuo e ininterrupto: a concreção temporal em um recorte específico (os anos entre 1790 e 1850) entre passado, presente e devir, cujas potencialidades em romper com uma percepção determinista e reificada da história já foram apontadas.

Do cogito à praxis subalterna

Tanto Marx quanto Thompson constroem sua definição de consciência contrapondo-a à pretensa universalidade da consciência cartesiana; ou seja, ao “*cogito ergo sum*”. Para conferir centralidade às formas de consciência que são nutridas no seio da materialidade laboral, é fundamental opor-se ao *cogito* contemplativo e transcendental, incapaz de transformar (e transformar-se pelos) os conteúdos, cuja forma, socialmente determinada, fundamenta-se na divisão histórica entre trabalho material e espiritual, que é também uma divisão sexual do trabalho – nas palavras de Audre Lorde: “Os patriarcas brancos nos disseram: ‘penso, logo, existo’. A mãe negra dentro de cada

uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos ‘Sinto, logo posso ser livre’” (Lorde, 2019 [1984], p. 48). Sobre a formação histórica da consciência enquanto cogito, Marx e Engels afirmam:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente de consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc, “puras” (2007 [1846], p. 35).

Entretanto, para os autores, mesmo que o *cogito* possa imaginar-se fora da prática, “Desde o início, [...]a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens” (Marx & Engels, 2007, p. 35). Em outras palavras, sua “pureza” em relação aos conteúdos é um produto social da forma capitalista, que é também patriarcal e colonial. Profundamente imbricada aos momentos de (não) consciência, a consciência pura, contemplativa exclui o trabalho manual, assim como o trabalho de pro(criação) feminino e o trabalho forçado, todavia, estes últimos sequer são concebidos como *praxis* efetiva. Sobre a divisão sexual do trabalho, Maria Mies ressalta:

A mesma assimetria oculta, e viés biologizante, que pudemos observar no conceito de trabalho, também prevalece no conceito de *divisão sexual do trabalho* em si. Embora abertamente esse conceito parece sugerir que homens e mulheres simplesmente dividem tarefas diferentes entre si, oculta o fato de que as tarefas dos homens são geralmente consideradas verdadeiramente humanas (isto é, consciente, racional, planejada, produtivas, etc.), enquanto as tarefas das mulheres são novamente vistas como basicamente determinadas por sua "natureza". A divisão sexual do trabalho, de acordo com essa definição, poderia ser parafraseada como um entre 'trabalho humano' e 'atividade natural'. Ademais, entretanto, esse conceito também obscurece o fato de que

a relação entre trabalhadores ou trabalhadores masculinos (isto é, 'humanos') e femininos ('naturais') é um relacionamento de domínio e até de exploração. O termo exploração é usado aqui no sentido de que uma separação mais ou menos permanente e hierarquização tomou lugar entre produtores e consumidores, de modo que estes últimos possam se apropriar de produtos e serviços sem produzirem (Mies, 1998 [1986], p. 46, tradução minha).

A autora questiona a ideia de uma divisão sexual do trabalho, pois o trabalho pretensamente exclusivizado pelas mulheres¹² não é percebido de fato enquanto trabalho, enquanto atividade humana. Então, como haver uma divisão? De um lado, retira-se do trabalho de pro(criação) (gestar, parir e amamentar) o caráter de uma ação consciente entre ser-*humana* e natureza – processo similar, todavia em uma substancial radicalidade, ocorre com o trabalho escravo. Ao serem concebidas como objetos da atividade laboral que realizam, da atividade que mulheres e homens escravizadas realizam também é eliminado seu caráter consciente.

De antemão, parte do debate marxista tendeu a eliminar a *praxis* revolucionária enquanto possibilidade intrínseca à escravidão negra e indígena. O que só pode ser pensado como uma afirmação de princípio. Todavia, essa conclusão é desmentida pelas revoluções indígenas e negras na América do Sul e América Central, como a Revolução Andina e a Revolução Haitiana no século XVIII. No marxismo brasileiro, Clóvis Moura foi responsável por apreender o sistema escravista a partir da luta de classes entre escravizados e senhores. Em *Rebeliões da Senzala* (1949), o autor ressalta, ainda, que os sujeitos escravizados estiveram à frente das lutas contra a escravidão, tendo essas comprometido o funcionamento do sistema escravista, contribuindo para a sua derrocada e à ascensão do trabalho assalariado: “Enquanto o escravismo brasileiro era uma

¹² Ressalto o “pretensamente exclusivizado”, pois as mulheres como sujeito que naturalmente portam as capacidades de pro(criação), e, portanto, que são responsabilizadas pelos trabalhos de gestar, parir, criar e cuidar, é uma invenção moderna e ocidental, como têm ressaltado os debates realizados pelas feministas queer e trans.

instituição sólida e reconhecida, somente os escravos lutaram radicalmente para extingui-lo” (Moura, 2020 [1949], p. 53).

De outro lado, portanto, se o cogito é pensando em oposição ao trabalho manual, a *praxis*, por sua vez, é construída abstraindo-se do trabalho de pro(criação) e do trabalho escravizado. Consequentemente, temos uma definição de trabalho e *praxis* universalista, masculina e branca, na qual elementos expressivistas inerentes à sua constituição, e mais explícitos nos trabalhos tidos como re(produtivos), são marginalizados. Há uma desvalorização da sensualidade e dos afetos, assim como do mundo cognitivo dos sonhos¹³. E, consequentemente, uma expropriação e uma apropriação, isto é, uma exploração feita às sombras da *praxis feminina* – e daquela dos povos colonizados e escravizados –, justamente por não ser compreendida enquanto prática ativa.

De tal modo, é preciso que eu esclareça: ao conceber a consciência no centro das determinações objetivas, não estou tomando-a em seu imaginado caráter transcendental e contemplativo. Não é a consciência do deus-homem – em sua pretensa capacidade absoluta de apreender de fora a totalidade dessas determinações –, nem mesmo reduz-se à consciência da *praxis*, tal como foi concebida mesmo por Marx; é sobre

¹³ Sobre os sonhos, Kopenawa e Albert ressaltam: “Os brancos não se tornam xamãs. Sua imagem de vida *nôreme* é cheia de vertigem. Os perfumes que passam e o álcool que bebem tornam seu peito demasiado odorante e quente. É por isso que ele fica vazio. [...] Eles não sabem sonhar de verdade, pois seus espíritos não levam sua imagem durante o sono. Nós xamãs, ao contrário, somos capazes de sonhar muito longe. As cordas de nossas redes são como antenas por onde o sonho dos *xapiri* desce até nós diretamente. Sem elas, ele deslizaria para longe, e não poderia entrar em nós. Por isso nosso sonho é rápido, como imagens de televisão vindas de terras distantes. Nós sonhamos desse jeito desde sempre, porque somos caçadores que cresceram na floresta. *Omana* pôs o sonho dentro de nós quando nos criou. Somos seus filhos, e por isso nossos sonhos são tão distantes e inesgotáveis.” (Kopenawa & Albert, 2019 [2010], p. 460 e 461). Ainda, Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), e Sidarta Ribeiro, em *Oráculo da noite A história e a ciência do sonho* (2019), debruçaram-se sobre os sonhos enquanto perspectivas, instituições coletivas de projeção do futuro, bem como de seu abandono no interior das relações sociais no modo de produção capitalista. Os sonhos foram subalternizados pela técnica. As perspectivas coletivas foram soterradas pela ditadura do presente do capital.

consciência mediada (pela objetividade) e efetiva, ativa e criadora, que passa pela cabeça, pelas mãos, pelo estômago, pelo útero, pelo sexo. A consciência, assim como *praxis* revolucionária, é substantivo (e substância) feminista.

Venho ressaltando que, em Thompson, consciência de classe é uma noção que expressa o caráter dialético entre forma e conteúdo. Em sua elaboração, ele busca constantemente escapar de um sistema teleológico que pressuponha sua existência prática real. No que tange ao pensamento marxiano, apesar de encontrarmos belíssimas passagens a respeito da centralidade da categoria consciência no caráter multideterminado dos modos de vida sociais, como em “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente” (Marx, 2004 [1844], p. 84), Marx escreveu de forma menos sistemática a respeito de sua forma particular: a consciência de classe. E é ontologicamente imbricada à *consciência de classe* que proponho compreendermos a pluralidade da *praxis* subalterna.

A tradição marxista tem se debruçado sobre essa questão: há abordagens que vão desde a cristalização desse tema em pares de oposição como consciência de classe/falsa consciência, consciência em si/consciência para si, até sua completa eliminação, no caso do marxismo estruturalista, através da preponderância do inconsciente.

Thompson trouxe uma nova compreensão dessa categoria, *as formas da consciência de classe*, uma compreensão que ao mesmo tempo em que foge aos pares de oposição positivistas e teleológicos, conferindo processualidade ao fenômeno, não se afunda em um relativismo exacerbado. Vejamos como ele chega a essa noção.

No primeiro livro de *The making of the english working class [A Formação da Classe Operária Inglesa]*, Thompson ainda opõe formalmente a consciência de classe “subpolítica” à consciência de classe “política” ou “madura” e, como vimos, é nela que a maioria das mulheres – aquelas consideradas *cifras*, imersas em um expressivismo sem direcionamento político – estaria encerrada. Tal oposição é abandonada nos livros

seguintes, o segundo e o terceiro. No entanto, mesmo em sua construção analítico-narrativa, no primeiro, essa oposição é ambígua, sendo sistematicamente desconstruída. Ele demonstra que a forma adquirida pela consciência de classe em um período histórico específico – inclusive a forma que declaradamente anseia para a classe trabalhadora, a forma revolucionária –, é resultado do acúmulo de múltiplos elementos (subjetivos e objetivos) e não pode ser deduzida senão através da confrontação dessa “forma” com o conteúdo histórico múltiplo, processual, profundamente contraditório e jamais fruto de uma necessidade intrínseca imperiosa. Esse conteúdo só pode ser apreendido pela reconstrução, sempre parcial, da experiência de classe (aprendizado religioso, político, cultural, artístico, localização espacial, correlação de forças na luta de classe, condições de trabalho, remuneração).

Ao falarmos de múltiplo, não estamos nos referindo a fatores que se somam, como em tabelas estatísticas. Tanto Thompson quanto Marx não reduzem as partes ao todo, mas mostram a relação recíproca e dialética entre esses elementos. Vejamos a passagem marxiana:

Produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos, mas que juntos constituem membros de uma totalidade [...] Uma forma determinada da produção determina, portanto, as formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, bem como determinadas relações desses diferentes momentos entre si [...] Há uma ação recíproca entre esses diferentes momentos; é assim em todo conjunto orgânico (Marx, 2011 [1857/1858], p. 53).

Para Marx, a relação dialética não se reduz a uma relação causal. O materialismo marxiano não elimina o conteúdo pela ascensão de uma forma imutável, mas compreende a relação forma/conteúdo em seu movimento histórico. O autor compreende que a processualidade histórica modifica tanto a forma de um fenômeno quanto seu conteúdo.

Em Thompson, percebemos esses dois elementos elencados por Marx. Vejamos alguns trechos a partir dos quais

essa noção de “formas de consciência de classe” pode ser apreendida:

A fé numa vida do além serviu não só como consolo para os pobres, mas também como um pouco de compensação emocional pelos sofrimentos e injustiças atuais: era possível imaginar a “recompensa” dos humildes e ainda gozar de uma certa vingança sobre seus opressores, ao imaginar seus tormentos futuros. [...] Quando o contexto é favorável e surgem agitações de massa, evidenciam-se melhor as energias ativas da tradição: o cristão luta contra o demônio no mundo real (Thompson, 1987 [1963], L. 2, p. 35).

E, ainda:

Sob esse aspecto Satanás pode ser visto como uma emanção da miséria e do desespero dos pobres do século 18, sob outro podemos ver as energias, impedidas de se manifestar efetivamente na vida social e reprimidas pelos princípios puritanos negadores da vida, a executar uma monstruosa vingança sobre o espírito humano (Thompson, 1987 [1963], L. 2, p. 40).

Ou:

De um lado, uma religião que encontrava espaço entre os homens humildes, como pregadores locais e líderes de classe, que os ensinava a ler e lhes proporcionava o auto-respeito e experiência oratória e organizativa; de outro lado, uma religião hostil à investigação intelectual e aos valores artísticos, que lastimavelmente abusava de sua confiança intelectual (Thompson, 1987 [1963], L. 2i, p. 41).

Nesses trechos, Thompson traz essa relação entre forma e conteúdo na noção de *formas de consciência de classe* a partir das contraditórias experiências religiosas acumuladas nas práticas da classe trabalhadora do século XVIII. Assim, a experiência religiosa pôde, em um determinado contexto, e combinada com outras experiências, contribuir para uma

consciência de classe mais combativa ou mais reacionária. Desse modo, ele não retira a consciência dos sujeitos investigados ou as tipifica segundo uma escala evolutiva e não há um nivelamento das diferentes *formas de consciência de classe*. Sua preocupação com a crítica e a transformação social permanece ativa nessa concepção. Contudo, contraditoriamente, a construção das formas de consciência no fazer-se da classe trabalhadora inglesa, nos anos em que Thompson se propõe a investigar, bem como suas investigações sobre suas configurações no romantismo inglês, permanece refém de uma concepção *tipificadamente* masculina, no mais das vezes, racionalista e, em vários momentos, declaradamente machista, excluindo do fazer ativo da classe trabalhadoras as mulheres e suas diversas formas de consciência de classe – laborais, intelectuais, artísticas etc.

Mesmo que Thompson desenvolva uma rica contribuição a respeito das formas de consciência, sendo-me sua análise ferramenta importante para captar a essência desse movimento que perpassa as diferentes experiências das *ser-mulheres*, não é possível deixar de questionar-me em que medida as tensões e contradições apontadas nas quatro críticas feitas por Joan Scott – que se desdobra no interior da obra thompsinana na presença ausente das mulheres (e de outros grupos de trabalhadoras) no fazer-se da classe trabalhadora inglesa – não condiciona as categorias fazer-se, formas de consciência e experiência.

A transformação na percepção do ser das classes subalternas empreendida pela historiografia social do trabalho, fundada em um olhar histórico centrado no fazer-se consciente e autodeterminado em cujas experiências e subjetividades têm centralidade, orienta os caminhos dessa tese, estando presente de fio a pavio: desde seu título à elaboração de cada categoria. Todavia, mantenho-me suspeitando dos descaminhos aos quais suas bases contraditórias podem me levar.

Ao optar pela expressão fazer-se *humana*, estou, portanto, recuperando a noção de *making* elaborada por Thompson, porém, conferindo lugar ativo às distintas formas da consciência de classe das mulheres nesse processo. Isso pois, a despeito de nos constituímos, em determinadas formas sociais,

a partir da ser-*outra*, essa constituição não é passiva, nem mesmo universal. O nosso tornar-se é, sempre, (*auto*) fazer da sociabilidade humana e, portanto, mediado por formas de consciência. Nas palavras de Simone de Beauvoir: “nós concebemos a mulher hesitando entre o papel de objeto, de Outro que é proposto, e a reivindicação da liberdade” (Beauvoir, 2016 [1949], p. 81).

Referências

Adichie, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2009.

Anderson, Perry. Origins of the present crisis. Londres, *New Left Review*, v. 23, n. 1, 1964, s./p.

Beauvoir, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2016 [1949].

Berg, Tábata. Fazer-se humana: o ser social à luz da ser-*outra*. Caxambu: *Anais 43º ANPOCS*, 2019.

Brah, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. *Cad. Pagu*, n. 26, v. 1, 2006, p. 329-376.

Carlile, Richard. *Every Woman's Book or What is Love?*. Londres, Editora R. Carlile, 1828.

Carlile, Richard. *Every Woman's Book or What is Love?*. Londres, Editora R. Carlile, 1828.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2015.

Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2019.

Lorde, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2019 [1984].

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Editora Boitempo, 2007 [1945/1846].

- Marx, Karl. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011 [1857-58].
- Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Editora Boitempo, Livro 1, 2017 [1867].
- Marx, Karl. *Os manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Editora Boitempo, 2004 [1844].
- Mies, Maria. *Patriarchy & Accumulation on a World Scale: women in the International division of labor*. New York, Zed Book, 1998 [1986].
- Morisson, Toni. *A origem dos outros*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2017.
- Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo, Editora Dandara, 2020 [1949].
- Ribeiro, Sidarta. *O oráculo da noite: A história e ciência do sonho*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2019.
- Scott, Joan. “*Experiência*”. In: Leite, Alcione; Lago, Mara; Ramos, Tânia (Orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis, Editora Santa Catarina, 1999 [1991], p. 21-55.
- Scott, Joan. *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1988.
- Thompson, Edward. *A Formação Da Classe Operária Inglesa*. Livros 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987 [1963].
- Thompson, Edward. *Agenda para uma agenda história radical*. Barcelona, Editora Crítica, 2000 [1974].
- Thompson, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Negro, Antonio Luigi; Silva, Sergio (Orgs.). Campinas, Editora Unicamp, 2001.
- Thompson, Edward. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2005 [1991].

Thompson, Edward. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Org.: Dorothy Thompson. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002 [1997].

Thompson, Edward. Peculiarities of the English. *The Socialist Register*, v. 2, 1965.

Thompson, Edward. *The Making of the English Working Class*. Londres, Victor Gollancz Ltd Vintage Books, 1963.

3.

Mulheres em home office na pandemia e a crise da reprodução social

*Livia de Cássia Godoi Moraes
Patrícia Rocha Lemos*

Se a pandemia evidenciou o caráter fundamental dos trabalhos reprodutivos como núcleo da vida social, as respostas dadas por governos e empresários têm apenas reafirmado as condições que reproduzem as hierarquias e as desigualdades em benefício dos lucros e da acumulação de capital. Nesse sentido, a expansão do trabalho em *home office* durante a pandemia representa uma situação exemplar para a compreensão dos nexos entre as esferas da produção e da reprodução social e a condição das mulheres trabalhadoras no Brasil.

A pandemia de COVID-19 impactou de forma profunda a dinâmica cotidiana de nossa sociedade. A necessidade de medidas para conter a disseminação do vírus levou, entre outros efeitos, à restrição ao funcionamento de serviços e atividades econômicas, bem como a suspensão de alguns deles. Ao mesmo tempo, muitas empresas, como forma de se adequarem às mudanças, passaram a adotar o teletrabalho, deslocando a atividade laboral para os lares. Definido na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) brasileira como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação” (Brasil, 1943)¹, o teletrabalho popularizou-se na nomenclatura

¹ Essa definição foi incluída na CLT na reforma trabalhista no artigo 75-B por meio da lei 12.467/2017. No momento de revisão do capítulo já estava em vigência uma nova redação incluída pela Medida Provisória nº 1.108, de 2022: “Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação

home office que, literalmente, significa “escritório em casa” e corresponde mais fielmente à realidade vivida durante a pandemia e à situação que será analisada neste capítulo.

Antes de se constituir uma novidade, esse tipo de trabalho já era utilizado anteriormente. Uma pesquisa da Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt, 2018), realizada com empresas de diferentes portes e segmentos em 2016, já apontava o crescimento de entidades implementando ou preparando a implementação do *home office*. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, estima-se que em 2018 havia um total de 3,8 milhões de pessoas trabalhando “no domicílio de residência” (Oliveira, 2020)². Inclusive, a adoção desse regime de trabalho foi estimulada a partir da contrarreforma trabalhista de 2017. A nova regulamentação buscava estimular essa prática a partir de normas flexíveis, bastante benéficas ao empregador, e sob mecanismos exclusivamente acordados em contratos individuais, ou seja, por fora da negociação coletiva (Machado & Bridi, 2021).

A pandemia afetou intensamente a situação do trabalho e das trabalhadoras e dos trabalhadores do país, aprofundando a situação de piora dos indicadores que vêm desde o ano de 2016. Houve, com a disseminação da COVID-19 e a necessidade de medidas de restrição à circulação e de distanciamento social, não apenas aumento do desemprego e da força de trabalho desalentada e subutilizada³, como também importantes

de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não se configure como trabalho externo”.

² Como na entrevista realizada pela PNAD não é possível identificar a atividade realizada, presume-se que nem todo esse contingente pode ser considerado claramente como trabalho remoto, podendo incluir também atividades de outra natureza como, por exemplo, o trabalho externo, mas, certamente, os indícios são de que o teletrabalho em domicílio seja predominante.

³ Em março de 2021, de acordo com dados do IBGE, o desemprego alcançou o maior patamar da série da PNAD Contínua, registrando 14,8 milhões de pessoas desempregadas ou 14,7% da população economicamente ativa. No mesmo período, a pesquisa registrou a existência de 33,2 milhões de brasileiros em condição de subutilização de sua força de trabalho, o que

mudanças para aqueles que permaneceram empregados. Parcela destes foi colocada em férias coletivas ou teve sua jornada e salário reduzidos, enquanto outros tiveram contratos suspensos, conforme possibilitado pela Medida Provisória 936/2020. Cabe ressaltar que essa medida não garante a essas trabalhadoras e a esses trabalhadores a permanência no emprego após sua vigência. Além disso, os impactos da pandemia também ocorreram de modo fortemente desigual de acordo com o sexo, a raça e o acesso a direitos sociais. Uma pesquisa do Dieese no segundo trimestre de 2020 evidenciou o aprofundamento da desigualdade entre brancas/brancos e negras/negros e demonstrou que o fechamento de postos de trabalho se deu exatamente nas inserções mais frágeis, de menores rendimentos e de caráter informal (Dieese, 2020a; Costa, Barbosa & Hecksher, 2021).

É nesse cenário que se dá a expansão do teletrabalho durante a pandemia. Uma pesquisa realizada pelo IBGE apontou que do total de 81,4 milhões de ocupadas e ocupados no Brasil, 8,4 milhões estavam trabalhando em *home office* em julho de 2020, o que correspondia a, aproximadamente, 10% da força de trabalho ocupada. Predominavam nesse regime de trabalho as mulheres (56%) e as não negras e os não negros, com 66%. No conjunto, 74% de ocupadas e ocupados em *home office* tinham ensino superior e 72% possuíam casa própria (Dieese, 2020b).

Na pandemia, o trabalho deslocado para o ambiente doméstico veio acompanhado, entre outras coisas, do fechamento das escolas e das recomendações de isolamento social, que levaram à interrupção da prestação de serviços domésticos. Com isso, o trabalho em *home office* acabou por reunir, em um só local, tanto as atividades remuneradas quanto as mais diversas atividades de reprodução social gratuitas, então sob responsabilidade privada das famílias, sendo que uma parcela desses trabalhos remunerados também é de reprodução social, como é o caso, por exemplo, de professoras e professores. As consequências têm sido devastadoras e impactado de forma desigual a força de trabalho.

correspondia a 29,7% da força de trabalho ampliada. Sobre isso, ver Abet (2021).

Neste capítulo, discutimos, de forma ainda preliminar, visto que se trata de um processo em curso, alguns aspectos sob os quais o trabalho das mulheres em *home office*, no Brasil, durante a pandemia, constitui-se como uma expressão da problemática da reprodução social nas suas diversas dimensões. Com isso, é imprescindível, para a compreensão dos desafios e tendências que decorrem da situação atual, a análise a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS).

Teoria da Reprodução Social como aporte para a análise das mulheres em teletrabalho

A Teoria da Reprodução Social (TRS) a que nos referimos diz respeito a uma teoria no interior do feminismo marxista, a qual consideramos ainda em construção. O seu marco inicial está na publicação do livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e a opressão às mulheres: por uma Teoria Unitária], de Lise Vogel, em 1983.

Vogel não foi a primeira a analisar a reprodução social a partir de uma perspectiva feminista e marxista. Nos anos 1970, já pululavam debates em torno da relação entre feminismo e marxismo (seus casamentos e divórcios)⁴, nos quais a discussão sobre a reprodução social aparecia com grande relevância. Contudo, conforme contextualizam Ferguson e McNally (2017), a publicação do referido livro coincidiu com o ascenso do neoliberalismo, com Thatcher (Reino Unido) e Reagan (Estados Unidos), e um enorme recuo social da esquerda, marcado pela reversão dos direitos sociais e trabalhistas conquistados por meio de intensas lutas nas décadas anteriores.

Em termos ideológicos, esse contexto foi marcado também pela difusão da perspectiva da pós-modernidade, que imputou o fim das grandes narrativas, bem como das lutas revolucionárias, sob o véu do culto ao particular. Grupos ativistas também se voltaram “para dentro” e para suas particularidades político-organizativas em torno de questões antirracistas, *queer* e de gênero (Ferguson & McNally, 2017). A

⁴ Ver Hartmann (1983), Young (1992), Arruzza (2019), Moraes (2021).

hegemonia do neoliberalismo e da pós-modernidade também foi incentivada pelo fato de que vários grupos de extrema-esquerda, que resistiam a essa dominação teórico-política, rejeitaram qualquer abertura à análise de opressões, insistindo em concepções etapistas: primeiro a luta contra a exploração, depois as opressões (Ferguson & McNally, 2017).

Diante do exposto, cabe dizer que a obra de Vogel (2013) tinha um compromisso com o materialismo histórico-dialético, bem como com uma teoria unitária, em uma perspectiva de totalidade, para pensar as opressões sobre as mulheres, a partir do marco categorial de *O Capital*, de Karl Marx (Ferguson & McNally, 2017). Apesar de pouco debatido, seu livro continuou sendo consultado por muitas feministas em décadas posteriores, tendo sido “redescoberto” após a crise financeira de 2007-2009, recolocando o debate de classes sociais na academia e na militância política com base em uma renovação do marxismo: uma teoria unitária que não separa ou hierarquiza exploração e opressões (Bhattacharya, 2019).

Tithi Bhattacharya, uma das pesquisadoras mais destacadas da TRS contemporaneamente, ao responder sobre o que seria a referida teoria (Pluto Press, 2017), diz que Marx defende que a classe trabalhadora produz bens e serviços enquanto mercadorias, permitindo o funcionamento do modo de produção capitalista, e que a TRS, dado esse pressuposto, indaga sobre quem produz as trabalhadoras e os trabalhadores. Ou seja, a TRS está interessada no processo social de produção da força de trabalho enquanto mercadoria, integrado à produção das demais mercadorias.

Bhattacharya (2017) segue sua explanação com um exemplo: se uma trabalhadora ou um trabalhador entra no seu emprego às 7h da manhã e sai às 17h, a TRS está interessada especialmente no que ocorre antes das 7h e depois das 17h, pois se essa trabalhadora ou esse trabalhador tem uma cama para dormir, uma casa para morar e comida para se alimentar significa que sua força de trabalho foi regenerada para voltar ao emprego no dia seguinte. Essa regeneração, majoritariamente, envolve outras pessoas, em geral familiares, que lhe dão não somente suporte material, mas também psicológico.

Nessa introdução ao tema, a pesquisadora estava falando da esfera privada, da família, intrinsecamente relacionada à reprodução biológica. Por último, ela acrescenta que não é somente no interior das famílias que a força de trabalho é reproduzida, mas a historicidade é fundamental para o entendimento de como a classe trabalhadora se reproduz. Por exemplo, a escravidão e as migrações forçadas vão determinar peculiaridades estruturais e conjunturais na reprodução da força de trabalho. Apesar da amplitude da noção de reprodução social, interessa às pesquisadoras da TRS o que diz respeito à opressão de gênero, em integração com outras opressões.

Em síntese, para clarificar, quando falamos de ‘reprodução social’ estamos usando a categoria em sentido estreito, como o utiliza o feminismo marxista, e isso nos permite colocar o foco no papel do gênero e da opressão de gênero no capitalismo. Ou seja, focar na pergunta sobre quais são as causas da produção e da reprodução da opressão de gênero no capitalismo. (Arruzza & Bhattacharya, 2020, p. 40-1, tradução nossa)⁵.

A análise que nos propusemos desenvolver traz novos desafios, dado que, ao trabalhar com o *home office*, os limites entre trabalho assalariado e trabalho reprodutivo não remunerado no lar se tornam muito tênues. Não se trata mais do que ocorre antes das 7h ou depois das 17h, mas da concomitância e da integratividade da produção e da reprodução de forma intensificada, em contexto peculiar, que é o de uma pandemia. Tal particularidade não nega, pelo contrário, corrobora com os pressupostos da TRS. Afinal, conforme Bhattacharya (2019, p. 105) defende, “qualquer um que argumente que as questões das mulheres só têm a ver com o que vivemos ou enfrentamos no lar (violência sexual, saúde reprodutiva, cuidado das crianças etc.) ou fora da esfera da produção, está simplesmente errado”.

⁵ *No original*: “En síntesis, para clarificar, cuando hablamos de ‘reproducción social’ estamos usando la categoría em sentido estrecho, como la usa el feminismo marxista, y eso nos permite hacer foco em el rol del género y de la opresión de género em el capitalismo. Es decir, hacer foco em la pregunta acerca de caules son las causas de la producción y reproducción de la opresión de género em el capitalismo”.

As peculiaridades dessa modalidade de trabalho trazem desafios analíticos anteriores à pandemia. Em pesquisa realizada entre 2009 e 2013, Bárbara Castro já apontava para os dilemas fundamentais do trabalho em *home office* desempenhado por mulheres. Tanto na investigação que originou sua tese de doutorado quanto em pesquisa realizada no Canadá, por Scott Dixon, já era possível observar que:

Enquanto que, para as mulheres, o Home Office não aparece como uma experiência prazerosa, mas enquanto instrumento de conciliação⁶ entre trabalho e família que pode causar sofrimento, para a maioria dos homens as histórias de invasão de tarefas domésticas no tempo dedicado ao chamado trabalho produtivo e da percepção de diminuição do ritmo e produtividade, em consequência da não delimitação desses espaços, não aparecem de maneira tão contundente. (Dixon, 2004 *apud* Castro, 2013, p. 12-13).

Naquele contexto, anterior à pandemia, o *home office* aparecia como uma modalidade flexível que possibilitaria a conciliação entre trabalho remunerado e trabalho de cuidados com a casa e a família. A responsabilidade por essa conciliação, atribuída socialmente ao sexo feminino, no entanto, acabava por não se concretizar de maneira satisfatória. A vivência do trabalho em *home office* das mulheres, portanto, já estava marcada pela confusão das fronteiras entre o trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo gratuito e pela redução do

⁶ Apesar de Kergoat e Hirata serem feministas materialistas e não se afiliarem à TRS, para fins de explicitação do concreto, utilizaremos a caracterização por elas proposta, no que diz respeito às formas que têm assumido as relações entre esfera doméstica e esfera profissional: 1) o modelo tradicional, em que as mulheres assumem inteiramente o papel na família e nos afazeres domésticos, enquanto ao homem é atribuído o papel de provedor; 2) o modelo de “conciliação” em que cabe primordialmente às mulheres conciliar a vida familiar e a vida profissional; e 3) o modelo de delegação, em que mulheres “do Norte” externalizam o trabalho doméstico, impulsionando a formação de uma “nova classe servil”, integrada fundamentalmente por mulheres imigrantes e racializadas oriundas da periferia do capitalismo (Hirata; Kergoat, 2007). No Brasil, a delegação, em geral, é feita, na sua maioria, para mulheres negras, dadas as marcas históricas da escravidão neste país.

nível de produtividade, já que a maioria não contava com espaço exclusivo para a realização do trabalho remunerado dentro de casa, nem tinha suas rotinas e horários respeitados pelos demais membros da família. Importante destacar que isso ocorria mesmo nos casos em que as mulheres conseguiam delegar parte dos cuidados (de limpeza da casa ou do cuidado dos filhos) a outras pessoas – em geral racializadas – ou instituições.

Essa configuração da divisão sexual do trabalho acaba por evidenciar o caráter falacioso da “conciliação” no qual as mulheres devem, por si mesmas, criar as condições para uma vida profissional sem precisar abrir mão, por exemplo, da maternidade. Ou seja, é a naturalização completa da desigualdade de condições de partida e que, como o modelo de “delegação”, busca “pacificar” as relações entre os casais e ao mesmo tempo garantir a adequação das mulheres à demanda das empresas por maior engajamento.

Quando abordamos a realidade brasileira, dadas as características do trabalho que estamos analisando aqui, marcado por segmentos sociais predominantemente brancos, de alta escolarização e de classe média, o chamado modelo de conciliação é quase que um pressuposto para as mulheres que trabalham em *home office*, e pode aparecer, em alguns casos, de modo articulado com a delegação.

Dada a situação imposta pela pandemia, esses dilemas se agravaram, porque o processo de migração para o trabalho em domicílio se deu de forma compulsória e rápida, sem que as trabalhadoras e os trabalhadores pudessem contar com o suporte dos empregadores para a garantia de infraestrutura adequada. A configuração do trabalho em *home office* durante a pandemia foi bastante problemática e prejudicial para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores nos mais diversos segmentos de atividade econômica.

Uma pesquisa realizada por uma consultoria em recursos humanos (RH Pra você, [2020]), entre julho e agosto de 2020, com 475 respondentes, evidencia que 88,2% dos respondentes não receberam ajuda de custo financeira para essa transição, quase 32% das empresas não ofereceram suporte de

infraestrutura e 27% ofereceram apenas computador ou *notebook*. Para 63,50% dos respondentes, não houve alteração no pacote de benefícios, mas, dentre os que tiveram alteração, foi no sentido contrário à garantia de direitos, ou seja, houve a eliminação de vale transporte, vale refeição ou plano de saúde. Mais de 47% alegaram que a frequência de reuniões aumentou consideravelmente, e quase 60% afirmaram estar trabalhando mais. Em relação ao impacto sobre a saúde física e emocional, as respostas foram diversas: 37,6% disseram ter sofrido impacto negativo, 36,5% impacto positivo e 25,9% alegaram não ter sofrido impacto (RH Pra você, [2020]).

Além desse impacto negativo para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores afetados, diversas pesquisas têm destacado o caráter desigual em termos de sexo para essas consequências do trabalho remoto. Uma pesquisa do Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETS), da Universidade Federal do Paraná, realizada em maio de 2020 e intitulada “O trabalho remoto/home office no contexto da COVID-19”, aponta que o trabalho se intensificou, tanto na duração da jornada, quanto na quantidade de dias trabalhados, para a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores, mas de forma diferenciada para homens e mulheres:

Antes da pandemia, a maioria dos respondentes homens (78,42%) e mulheres (82,57%) respondeu que trabalhavam cinco dias por semana. [...] Já durante a pandemia, o percentual de trabalho cinco dias por semana caiu para 56,84% das mulheres e 55,48% dos homens, o que, por outro lado, fez subir o percentual dos que trabalham seis dias (18,89% mulheres e 16,44% homens) e sete dias (17,43% mulheres e 18,49% homens) de trabalho. No que tange ao ritmo de trabalho, 50,98% das mulheres e 43,15% dos homens passaram a laborar em um ritmo mais acelerado na modalidade remota (Bridi, Bezerra & Zanoni, 2020, p. 3-4).

A opressão de gênero que sobrecarrega as mulheres fica ainda mais explícita na análise dos termos recorrentes nas respostas abertas, em que a perspectiva das mulheres está

muito mais vinculada às responsabilidades e às dificuldades enfrentadas no ambiente doméstico, enquanto os homens têm uma visão muito mais individualizada dos desafios que enfrentam nesse contexto:

Para os homens são centrais os termos “tempo”, “contato”, “pandemia” e “casa”, sendo que o termo “casa” se associa à questão de gestão do tempo de trabalho e não a do cuidado com filhos e ao trabalho doméstico. Para as mulheres, apareceu [sic] com frequência expressiva, termos relacionados à dificuldade de concentração e às interrupções que sofrem durante a atividade laboral em casa. Já para os homens, o termo “dificuldade” aparece conectado à questão de falta de contato com os colegas (Bridi, Bezerra & Zanoni, 2020, p. 4).

Essa diferença de percepção foi captada de forma muito parecida também pela pesquisa realizada pela ABET, CUT e AMORJ (ABET, 2021). A respeito de quais aspectos do trabalho pioraram na pandemia, os temas em que houve maior diferença nas respostas entre homens e mulheres foi “Qualidade de vida” (60,7% mulheres e 23,6% homens), “Interrupções na execução das tarefas de trabalho” (44,6% mulheres e 29,3% homens) e “Equilíbrio trabalho e família” (34,1% mulheres e 23% homens) (ABET, 2021, p. 70).

Os resultados dessas pesquisas, portanto, permitem associar a sobrecarga e a intensificação do trabalho das mulheres à sua responsabilização pelo trabalho reprodutivo que se avolumou durante a pandemia com o fechamento das escolas e com a interrupção de prestação de serviços. Pesquisa realizada pela SOF em parceria com a *Gênero e Número* chama a atenção para o fato de que 50% das mulheres no Brasil passaram a cuidar de alguém na pandemia e esse número foi maior entre as mulheres negras (52%) do que entre as brancas (46%), o que se traduziu no aumento expressivo da necessidade de monitoramento e companhia de crianças, idosos ou pessoas com deficiência (SOF, [2020]).

Essa pesquisa também enfatizou que dentre as mulheres que permaneceram trabalhando e tiveram seus salários preser-

vados durante a pandemia (58% do total de entrevistadas), em sua maioria brancas com ensino superior, 41% alegaram aumento no volume de trabalho, principalmente devido à extensão das jornadas, facilitada pelo trabalho remoto. Se a pandemia e o trabalho remunerado em domicílio aumentaram as despesas da casa, houve relatos de mulheres que tiveram, além disso, a sua remuneração reduzida com base na Medida Provisória 936 (que permite a redução de jornada com redução de salário), mas sem que na prática sua jornada tenha diminuído (SOF, [2020]).

A sobrecarga no trabalho remoto durante a pandemia também foi apontada como um dos principais efeitos da pandemia sentido pelas mulheres na pesquisa realizada por Lemos *et al.* (2020). Desenvolvida a partir de entrevistas com 14 mulheres de perfil bastante homogêneo – brancas, heterossexuais e de classe média –, as autoras apontam nesse estudo que todas as entrevistadas relataram um aumento no volume de trabalho e uma sobrecarga pela conjugação do trabalho remunerado em *home office* com o cuidado da casa e dos filhos, marcados pela não delimitação das fronteiras entre ambos. No entanto, ao analisar a relação entre trabalho e família, as autoras identificaram que o conflito entre as esferas do trabalho remunerado profissional e não remunerado no ambiente doméstico não se intensificou da mesma maneira para todo o grupo. Se, por um lado, há um grupo majoritário de mulheres que sofreram durante a pandemia com a angústia de não conseguir atender às múltiplas demandas do modo que gostariam, por outro, há um grupo que, apesar de alegar o aumento da carga de trabalho, relativizou esse impacto negativo na medida em que tais mulheres se sentiram satisfeitas pela intensificação do convívio familiar.

Como explicam as autoras, essa relativização possivelmente deriva do fato de essas mulheres estarem acostumadas a gerenciar essa sobrecarga usual de trabalho (Lemos *et al.*, 2020, p. 397). Esse aspecto parece reforçar não apenas a realidade de que as mulheres possuem jornadas mais longas exatamente pela responsabilização trazida pela maior parte do trabalho reprodutivo, o que já ocorria quando as mulheres trabalhavam

em ambientes externos à casa, mas também a naturalização dessa realidade em que são as mulheres as responsáveis por essa conciliação. Nessa naturalização, expressam-se concepções construídas historicamente do que implica a maternidade e a condição de esposa e que legitimam o trabalho gratuito dessas mulheres, apesar de todo o conflito e sofrimento que podem decorrer da sobrecarga e desses esforços de conciliação.

Até aqui, focamos na forma como se concretiza a divisão sexual do trabalho na realização do teletrabalho, especialmente no interior das famílias e dos domicílios, no entanto, é importante reafirmar que, ao analisar as relações sociais capitalistas, o objeto de análise da TRS é o modo como o trabalho é organizado para produzir e valorizar valor, tendendo a “dominar e subordinar a produção cotidiana e geracional da vida” (Ruas, 2020, p. 180). Ou seja, como a opressão das mulheres, em especial as racializadas, serve à reprodução da força de trabalho, mercadoria especial do modo de produção capitalista, única capaz de, ao ser consumida, valorizar valor.

Há uma relação contraditória incessante na reprodução social: a reprodução da força de trabalho para gerar e valorizar valor; e a produção da vida. A forma como uma ou outra se expressa tem relação com a luta de classes. Também a luta contra as opressões, vinculada à luta de classes, vai impactar no cotidiano dos sujeitos no âmbito da reprodução social, porque alguns corpos da classe trabalhadora – mulheres, LGBTQIA+, e, especialmente, racializados – vão ser mais degradados que outros, mantendo os custos da reprodução baixos e um exército industrial de reserva disciplinado (Bannerji, 2005 *apud* Ruas, 2020).

Deve-se pensar, a partir disso, que a reprodução social não se basta ao trabalho no interior das famílias e dos domicílios, portanto, necessita, também, de instituições como escolas, hospitais, igrejas, polícia etc. Há fatores ideológicos com força material que mantêm as desigualdades, organizando, dessa forma, a classe trabalhadora em sua reprodução. “Então a questão da reprodução está ligada às questões mais fundamentais da nossa sociedade: quem trabalha, para quem e por quanto tempo” (Bhattacharya, 2019, p. 111).

Os dados da realidade concreta apresentados demonstram que as mulheres trabalham, em geral, muito mais que os homens, porque são exploradas em seus trabalhos remunerados, muitas vezes com salários mais baixos e em condições mais precárias, bem como trabalham gratuitamente para a reprodução da força de trabalho no interior de seus domicílios. O *home office* intensifica essas condições, fazendo borrar os limites entre um trabalho e outro. Além disso, sucumbe o tempo de circulação, como o de deslocamento entre suas casas e o local de trabalho remunerado, e faz com que as trabalhadoras paguem pelos meios de produção, aliviando, dessa forma, os custos dos empregadores.

Na tentativa de aliviar a sobrecarga de trabalho não remunerado, opções como a delegação para outras mulheres, em geral racializadas, e a inserção de eletrodomésticos⁷ podem implicar em alteração do valor da força de trabalho, de modo que são poucas as mulheres, em geral brancas, que conseguirão ter remuneração condizente com a distribuição de tarefas ou inserção de tecnologia (trabalho morto) nos ambientes domésticos.

Dados de 2020 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan, 2021) apontam que 19 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome no país. Ademais, há 14,8 milhões na fila em busca de um trabalho no Brasil e 6 milhões de desalentados, ou seja, um enorme exército industrial de reserva, segundo dados da PNAD Contínua/IBGE, referentes ao primeiro trimestre de 2021 (Barros, 2021), o que pressiona os salários para baixo. Quais mulheres terão condições de pagar uma renda ou consumir uma mercadoria tecnológica para aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico? O endividamento, em tempos de acumulação financeirizada, é sempre uma possibilidade para a classe trabalhadora, porém, isso acarreta impactos materiais e subjetivos que podem ser aterradores.

Essas respostas individuais, seja delegar as tarefas domésticas utilizando parte de sua renda para assalariar outras

⁷ Em maio de 2020, por exemplo, as vendas de aspirador de pó robô já haviam disparado 802% no Brasil (Veloso, 2020).

mulheres, “conciliar” com outros membros da família, particularmente os maridos (nos casos de relações heterossexuais), ou adquirir mais eletrodomésticos não são nem serão solução à opressão de gênero. Apenas uma perspectiva de totalidade permite compreender a relação integrada e contraditória entre opressões e exploração. Na contramão desse processo, a resistência e a luta devem ser contra a forma como o capitalismo organiza a vida para responder às suas necessidades, algo que abordaremos melhor adiante.

Crise, pandemia e reprodução social

As tensões entre trabalho da produção e trabalho da reprodução, que visivelmente se aprofundaram durante a pandemia, fizeram acender um debate que não é novo, em torno da existência de uma “crise de cuidados”. Se não se sabe ao certo qual foi a origem do termo, este popularizou-se pela constatação de que haveria um déficit desses serviços na medida em que o aumento da necessidade acompanharia o declínio da quantidade de mulheres disponíveis para tal, bem como do encolhimento da oferta também pelo Estado (Grecco, 2017, p. 2). As interpretações do problema variam.

Ao contrário do que Bradley (2020) afirma, em nossa leitura, a crise atual não começa com a pandemia de COVID-19, a qual teria sido a desencadeadora de uma quebra geral no consumo e na produção. O problema, que antecede a crise sanitária, também não pode ser resumido a uma questão de oferta e demanda do trabalho de cuidados pelo fato de que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho ocorre paralelamente ao envelhecimento da população e ao enxugamento – quando existem – das políticas sociais nesse âmbito. Parte dessa demanda, inclusive, especialmente nos países do Norte Global, vem sendo suprida por mulheres imigrantes e racializadas; já, no Brasil, por mulheres negras periféricas.

O que observamos na pandemia, e os estudos parecem corroborar essa análise, é um aprofundamento de um processo já em curso, que tem raízes muito mais profundas do que um

desequilíbrio de mercado. Não significa que esses processos sejam uma inverdade, mas estas são leituras fenomênicas, o que faz com que as soluções apontadas também tenham limites em alcançar as reais causas do problema.

Do nosso ponto de vista, a essência do processo é que a própria pandemia de coronavírus advém da lógica destrutiva do capital, de modo que, algumas das dimensões da crise acabam por se aprofundar e se evidenciar no contexto de confinamento necessário para a contenção do vírus. Ou seja, falar de pandemia e de crise da reprodução social, do nosso ponto de vista, só é possível, a partir do entendimento desta como uma das manifestações da crise estrutural do capital.

Anteriormente, afirmamos que o reavivamento do feminismo marxista advém das repercussões da crise financeira de 2007-2009, porém, tal crise não é senão a expressão de uma crise anterior e “rastejante”. Nos termos de Mészáros (2010), a crise estrutural do capital:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Uma crise não estrutural, em vez disso, afeta apenas algumas partes do complexo em questão e assim, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (p. 71, grifo do autor).

Tal crise estrutural, que advém de fins da década de 1960 e início da década de 1970, é marcada por sobreacumulação de capital, que tem na especulação “uma poção mágica contra o mal estrutural do capitalismo” (Herrera, 2012, s.p.). A financeirização, conjugada com reestruturação produtiva e neoliberalismo, enquanto resposta contratendencial à crise, gerou uma superacumulação de capital fictício por décadas, o que eclodiu na crise de 2007-2008.

Nas origens profundas da crise estão atuando todos estes processos de desregulamentação (e, portanto, de re-

regulamentação pelos oligopólios financeiros) e de integração dos mercados financeiros no seio de um mercado globalizado, os quais deslocarão o centro de gravidade do poder mundial para a alta finança, e lhe permitem impor seus ditames a toda a economia (Herrera, 2012, s.p.)

Tal crise não está, contudo, confinada à esfera econômica; ela é também uma profunda crise da “sociedade civil”, uma “verdadeira crise de dominação em geral” (Mészáros, 2010, p. 78, grifos do autor). Antunes (2020) recorda que a produção social, que deveria atender às necessidades humano-sociais, subordinou-se à autorreprodução do capital, com devastadoras consequências tanto à natureza quanto à classe trabalhadora.

Wallace (2021, s.p.), por exemplo, alerta para a relação entre o agronegócio e o surgimento de patógenos mortais aos seres humanos: “O melhor jeito de facilitar o surgimento de um patógeno mortal é por meio do sistema industrial de criação de aves, suínos ou gado. [...] é uma junção perfeita de circunstâncias que contribuem exatamente para o aparecimento desses patógenos”. Segundo reportagem da *National Geographic* (Henig, 2020), há décadas, cientistas já alertavam sobre os riscos de pandemias, relacionadas à urbanização desenfreada, ao tráfego aéreo internacional, às aproximações entre campo/rural e mata nativa/animais selvagens, às mudanças climáticas, à mundialização da economia e às guerras.

Somam-se, ao já mencionado, os cortes orçamentários, bem como as privatizações das pesquisas científicas, enquanto parte do projeto neoliberal. O endividamento dos órgãos públicos, em especial dos Estados, é consequência dessa lógica parasitária do capital fictício, e tem impactos diretos sobre os gastos sociais, tais como saúde e educação (Herrera, 2012), fatores que vão incidir sobre as respostas para a crise sanitária gerada pela pandemia e que têm relação direta com a dinâmica da reprodução da força de trabalho.

Um dos pressupostos da teoria unitária da TRS é pensar produção e reprodução como partes do mesmo sistema. Assim, não é possível falar de mercado de trabalho sem entender como

a força de trabalho é reproduzida e, portanto, como a crise estrutural do capital, a crise sanitária e a crise da reprodução social fazem parte de uma mesma totalidade, ainda que seja necessário observar e diferenciar os aspectos estruturais dos conjunturais.

Para isso, pensamos ser necessário fazer algumas diferenciações entre o que vem sendo compreendido como crise do cuidado e o que entendemos como crise da reprodução social. Há divergências quanto a essas conceituações até mesmo no interior das teorias que utilizam a noção de cuidado. Conforme Carrasco (2018), o feminismo é que traz o debate dos cuidados para dentro das análises no âmbito da economia sobre reprodução social, ao visibilizar os trabalhos realizados no interior dos lares. Segundo a pesquisadora, o conceito de cuidado também se expande: “amplia-se o conceito de cuidado para considerar como tais todos aqueles trabalhos orientados para o cuidado da vida – serviços de saúde, de atenção direta etc. – realizados fora dos lares” (Carrasco, 2018, p. 46).

Já Fraser (2020) não percebe essa noção de cuidado de forma ampla como Carrasco (2018), mas o identifica com o trabalho não-pago, realizado nos lares:

Tal trabalho, constituído tanto de labor afetivo como de labor material e frequentemente realizado sem paga, é indispensável para a sociedade. Sem ele, não poderia haver qualquer cultura, qualquer economia, qualquer organização política. Nenhuma sociedade que mine a reprodução social de modo sistemático pode durar por muito tempo. Hoje, porém, uma nova forma de sociedade capitalista está fazendo exatamente isso. O resultado é uma crise enorme, não só do cuidado, mas da reprodução social nesse sentido mais amplo (Fraser, 2020, p. 262, grifos nossos).

Contudo, vale recordar que nem Carrasco nem Fraser são pesquisadoras afiliadas à corrente feminista marxista da TRS, diferentemente de Bhattacharya. Esta, em entrevista, identificou a reprodução social com atividades de produção da vida, que englobam tanto os trabalhos dentro dos lares quanto

os de instituições públicas, tais como escolas e hospitais, em oposição à lógica do capital, que tem por objetivo central valorizar valor, gerar mais-valia e lucros (Bhattacharya, 2020).

Em início da pandemia e sobre aquela conjuntura, na mesma entrevista, a pesquisadora advertiu:

A crise do coronavírus tem sido tragicamente esclarecedora em dois aspectos. Em primeiro lugar, tem esclarecido o que as feministas da reprodução social vêm dizendo há algum tempo, que o trabalho de cuidados e o trabalho de produção da vida são o trabalho essencial da sociedade. Neste momento em que estamos sob *lockdown*, ninguém está dizendo: “Precisamos de corretores e banqueiros de investimentos! Vamos manter esses serviços abertos”! Eles estão dizendo: “Vamos manter enfermeiras trabalhando, limpadoras trabalhando, serviços de remoção de lixo abertos, produção de alimentos em andamento”. Alimentação, combustível, abrigo, limpeza: estes são os “serviços essenciais” (Bhattacharya, 2020, s.p.).

Para uma análise historicizada, é preciso contextualizar que, no Brasil, a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi tardia. Em 1970, as mulheres representavam menos de 20% da força de trabalho no mercado e apenas em 2010 chega próximo a 49%. Segundo dados da Pnad, em 2015, são 55% as mulheres economicamente ativas (PEA) e os homens são 77,27%; já quando se analisa aqueles que realizavam afazeres domésticos, temos 53% dos homens e 90% das mulheres (Passos & Guedes, 2018). Portanto, podemos inferir que predominou historicamente no país o modelo tradicional em que as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, enquanto os homens são tidos como provedores.

Apenas no final da década de 1970 é que as mulheres puderam se divorciar de seus maridos (Lei 6.515/1977). Até então, o casamento era indissolúvel⁸. O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu 105% entre 2001 e 2015,

⁸ Segundo o IBGE, dados de 2019 apontam que as mulheres são responsáveis por mais que o dobro de solicitações de divórcio no Brasil (Juristas, 2019).

chegando a 42% das famílias, na maioria de mulheres solteiras⁹. Contudo, o avanço dos direitos das mulheres não significou o fim das opressões. Como a história não é um progresso contínuo, mas de continuidades nas descontinuidades, observamos vários retrocessos pautados no neoliberalismo, em relação à economia, e no conservadorismo, no que se refere à moral e aos costumes. Isso ocorre em vários países do mundo, mas vamos nos restringir à conjuntura brasileira.

O Brasil nunca deixou de ser um país conservador, mas inúmeras lutas, a partir de organizações de mulheres e organizações feministas, fizeram avançar direitos em favor das mulheres, nos limites da democracia burguesa, tais como direito ao voto, ao divórcio, mais espaço no mercado de trabalho, dentre outros. Ainda sem ter avançado em temas como creches públicas como política pública universal, salários igualitários, paridade de gênero na política, descriminalização do aborto etc., temos vivido retrocessos de forma acentuada, especialmente a partir do golpe de 2016¹⁰, que destituiu a primeira presidenta mulher do país, Dilma Rousseff (2011-2016), e colocou no cenário governos federais denominados por alguns pesquisadores como ultraliberais¹¹: Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual).

Marcados por um acento das forças religiosas e militares, para além do discurso e da ideologia, as políticas em curso impõem a condição de “volta ao lar” a muitas mulheres que haviam conseguido um espaço no mercado de trabalho e certa independência financeira. É importante dizer que os direcionamentos políticos não são meras escolhas de indivíduos em espaços de poder, mas respondem, contratendencialmente, à crise estrutural do capital. Conforme já mencionado, configurou-se uma acumulação de capital sob hegemonia do capital fictício, parasitário da criação de valor na produção de riqueza real.

⁹ 28,9 milhões de famílias no Brasil são chefiadas por mulheres (observatorio3setor.org.br); ver também Cavenaghi & Alves (2018).

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o Golpe de 2016, ver Moraes (2019).

¹¹ Ver Moraes (2020).

O trabalho não remunerado no lar pode, a depender das condições da luta de classes, ser substituído por contribuições estatais através de políticas sociais. O Estado atua, portanto, no tensionamento entre a tendência à subsunção completa do trabalho ao capital e a resistência da classe trabalhadora. “É através do Estado que o capital regula e policia o acesso a necessidades básicas, como alimentação, água, saúde e educação, e organiza a provisão de recursos básicos de infraestrutura dos quais depende a disponibilidade dos meios de subsistência” (Ruas, 2020, p. 186). O Estado brasileiro, sob governos de extrema direita, atua para atingir graus elevadíssimos de exploração da força de trabalho.

O marco inicial desse novo momento no país foi a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016) que impôs um teto de gastos primários por vinte anos. Também chamada de PEC¹² da Morte ou PEC do Fim do Mundo, serviu de justificativa para as seguintes políticas que afetaram diretamente o cotidiano da classe trabalhadora brasileira: Contrarreforma do Ensino Médio (Lei 13.4015/2017), Nova Base Nacional Comum Curricular, Contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), Contrarreforma da Previdência (EC 103/2019) e, em debate, Contrarreforma Administrativa (PEC 32/2020) e Contrarreforma Tributária (PEC 110/2019).

Sem qualquer restrição ao endividamento do Estado, o teto de gastos afeta diretamente âmbitos importantes da reprodução social, tais como saúde, educação e assistência social. As mulheres são impactadas em dimensões diversas por esse tipo de política, porque, além de serem majoritariamente elas quem trabalham de forma assalariada nas profissões ligadas ao cuidado e à reprodução social, são também elas as sobrecarregadas no interior de seus domicílios. Se há precarização do atendimento em saúde e educação, serão as mulheres, em geral, que responderão às restrições dos serviços públicos. Há um movimento contraditório que, ao mesmo tempo, intensifica o trabalho no espaço doméstico e empurra essas

¹² Proposta de Emenda Constitucional.

mulheres para o mercado – majoritariamente informal – de trabalho.

A Contrarreforma Trabalhista, que se prolonga com alterações da CLT de 2017 até os dias atuais, como, por exemplo, a recente reedição da proposta de contrato via carteira verde e amarela (MP 1045/2021) por Paulo Guedes, ministro da Economia do Governo Bolsonaro, somada à Contrarreforma da Previdência e à Contrarreforma Administrativa, implica a formalização da informalidade, ou seja, legaliza e difunde condições precárias próprias da informalidade, agora ratificadas pela legislação nacional, e contribui para a eliminação do vínculo entre trabalho formal e proteção social (acesso a direitos sociais).

Outras questões tais como destruição do meio ambiente como política ambiental, diminuição das restrições em relação à COVID-19, incentivo ao armamento, discursos cotidianos que corroboram com opressões de todos os tipos por parte do atual Presidente da República, disseminação de notícias falaciosas e atuação de milícias corroboram as violências cotidianas. Esses elementos têm relação direta com a conformação da força de trabalho, via rebaixamento de seu valor e disciplinamento de suas condutas morais.

O teletrabalho é um dos pontos de regulamentação da Reforma Trabalhista de 2017, cujas benesses são todas dos empregadores e os percalços são todos das trabalhadoras e dos trabalhadores:

Quanto ao regime de teletrabalho (Art. 75-A), isto é, “o trabalho fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação”, o projeto exclui os trabalhadores das regras da CLT sobre jornada de trabalho, fazendo com que, na prática, não haja limites para sua jornada diária, nem registro ou controle dos seus horários de trabalho. Embora as empresas façam, para os seus interesses, esse controle para efeito de gestão da força de trabalho, não haverá contrapartida e limitação do poder patronal no que concerne à proteção do trabalho. No tocante às condições de saúde e segurança no trabalho, a única obrigação atribuída ao empregador é a de “instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar” (Art. 75-E), o

que implica uma transferência completa da responsabilidade pela gestão da saúde e segurança do trabalho aos próprios trabalhadores, recrudescendo as chances de doenças e acidentes de trabalho, pois não há qualquer garantia de que o ambiente será seguro e adequado ou que o empregado possuirá e despenderá os recursos eventualmente necessários à sua adaptação. Pelo contrário. A forma, o ritmo e a intensidade do trabalho estão sob controle do empregador, o que, por definição, torna essa transferência de responsabilidade um mero salvo conduto jurídico para a instalação de processos de trabalho intrinsecamente mais onerosos (Cesit, 2017, p. 56)

Conforme é possível observar, a trabalhadora em *home office* tem ritmo e intensidade de trabalho acentuados, autorresponsabiliza-se pela sua saúde e por qualquer acidente de trabalho e, ainda, na maior parte dos casos, tem as atividades domésticas, além de filhos, idosos e até seus maridos em idade produtiva, para cuidar. Conforme já desenvolvemos, alguns corpos são mais degradados que outros na organização da reprodução da força de trabalho pelo capital, como é o caso da maioria das mulheres da classe trabalhadora.

As condições provisórias de teletrabalho, ocasionadas pela pandemia de COVID-19, ao que parece, vão se tornar permanentes, visto que, certamente, o teletrabalho é menos oneroso que o trabalho presencial, já que a trabalhadora e o trabalhador é quem se encarrega, na maior parte dos casos, da infraestrutura para o trabalho (*notebook*, mesa, cadeira, contas de energia, água, alimentação dentre outros) e da responsabilização pela sua saúde física e mental.

Bhattacharya (2020) recorda que “os lares sob o capitalismo, ao mesmo tempo em que oferecem segurança e proteção, são também teatros de uma violência incrível”. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e publicada em junho de 2021, 17 milhões de mulheres (24,4%), ou seja, uma em cada quatro, sofreram violência física, psicológica ou sexual durante a pandemia no Brasil. Jovens, negras e separadas são

a maior parte das vítimas, tendo aumentado as agressões dentro dos domicílios (FBSP; DataFolha, 2021).

Se o cerne da questão é vida versus acumulação de capital, a crise da reprodução social é intrínseca ao capitalismo, porém, consideramos ser importante pensar as relações de produção e reprodução em processo, por isso, a necessidade de analisar a peculiaridade dessa crise no tempo presente, em conjuntura de crise sanitária. É preciso pensar as particularidades para aventar as lutas que se seguirão.

Tanto Carrasco (2018), quanto Fraser (2020) e Bhattacharya (2020) pensam a crise da reprodução social como expressão da crise capitalista, porém, as saídas políticas são diferentes.

Carrasco (2018) advoga saídas alternativas por meio da criação de relações a partir de comunidades que valorizem a natureza e os cuidados, relações solidárias e cooperativas; o que ela chama de sustentabilidade da vida em ruptura com a devastação do capital. O bem-viver e a construção do comum, segundo a autora, opõem-se ao benefício privado e à despossessão.

Para Fraser (2020, p. 266), a própria dinâmica de acumulação do capital está em risco, “a expansão da acumulação se desprende de suas bases sociais e se volta contra elas”. Isso tem relação com as bases habermasianas da sua teoria que separa sistema e mundo da vida, ou o que ela chama de “produção econômica” e “reprodução social”. Nessa perspectiva, ela defende mudanças estruturais que realizem a superação da subjugação da reprodução à produção, sem sacrificar a proteção social.

Em ambos os casos, a revolução não está no horizonte, diferentemente da perspectiva da TRS ao apresentar que “nossa solução como revolucionárias e revolucionários marxistas não é simplesmente falar sobre a importância da luta de classes, mas ligar as lutas da economia formal àquelas que estão fora dela” (Bhattacharya, 2019, p. 111).

Crise, contradições e lutas anticapitalistas

Não se trata apenas de exploração desenfreada. O capital organiza, treina, desumaniza e desvaloriza a força de trabalho, bem como os corpos que carregam essa capacidade física e mental de trabalhar, de maneira diferenciada e hierarquizada, a depender do gênero, da raça, da sexualidade, da nacionalidade, da deficiência. O capital vai “escavando as reservas da reprodução social como fonte adicional de lucro, ele rói até nossos ossos” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 114).

Entretanto, ao sugar e moer trabalhadores e, especialmente, trabalhadoras, o faz sob enormes contradições. Durante a pandemia de COVID-19, sob o signo da morte, a luta pela vida e a importância do trabalho de reprodução social se acentuaram.

A crise também revelou tragicamente como o capitalismo é completamente incapaz de lidar com uma pandemia. Está mais voltado para a maximização do lucro do que para a manutenção da vida. [Os capitalistas argumentam] que as maiores vítimas de tudo isso não são as inúmeras vidas que estão sendo perdidas, mas a economia sangrenta. A economia, ao que parece, é a criancinha mais vulnerável que todos, de Trump a Boris Johnson, estão prontos para proteger com espadas reluzentes (Bhattacharya, 2020).

A pandemia revelou que a privatização e a lógica *just-in-time* não respondem a tempo às necessidades impostas por uma crise sanitária: hospitais, sistemas de saúde, ciência e escolas precisam ser públicas e responderem às necessidades da sociedade e não ao lucro. Estados alocam imediatamente, seja na crise financeira, seja na crise sanitária, recursos e criam medidas legislativas para salvaguardar financeiramente indústrias, bancos e instituições financeiras, enquanto a classe trabalhadora arrisca a vida para garantir salários e benefícios mínimos para sobreviver.

Um ano após o início da pandemia e já com a vacinação em curso, iniciaram-se os protestos de rua no Brasil, reivindicando “comida no prato, vacina no braço” e “fora Bolso-

naro”. Antes disso, houve um movimento antifascista, com forte participação de trabalhadores entregadores e “apagões dos app”: trabalhadoras e trabalhadores que não pararam de trabalhar durante toda a pandemia, fazendo a alimentação chegar às casas de quem se resguardava, enquanto se arriscavam, sem equipamentos de proteção individual e sem garantias trabalhistas, carregando comida nas costas enquanto passavam fome.

Mais silenciosas e invisíveis foram as redes de solidariedade criadas especialmente nas periferias e favelas para suprir as mínimas condições de vida, já que o Estado demorou demais a aprovar um auxílio emergencial, tendo reduzido em pouco espaço de tempo o escopo das pessoas alcançadas, bem como os valores fornecidos.

Talvez a pandemia e a condição de teletrabalho tenham possibilitado algumas mudanças dentro das famílias, com algumas tarefas tendo sido compartilhadas, contudo, as mudanças estruturais demandam muito mais do que uma percepção do quão duro é o trabalho da reprodução, seja no interior dos lares, seja pela valorização, no sentido moral, das trabalhadoras da saúde e da educação.

Conforme Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), as lutas em torno da reprodução social envolvem as greves de mulheres dentro e fora dos lares, mas englobam, também, muito mais: movimentos comunitários de bairro e por moradia; assistência à saúde; lutas pela erradicação da fome e pelos direitos a imigrantes e a pessoas com deficiência; campanhas por sindicalização de terceirizadas e terceirizados e de informais; estabilidade de servidoras e servidores públicos; serviços públicos como creches e assistência a pessoas idosas; redução de jornadas; licenças maternidade e paternidade, dentre outros.

Tomadas em conjunto, essas reivindicações são equivalentes à demanda por uma forte reorganização da relação entre produção e reprodução: por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro; por um mundo em que as pessoas de todos os sexos, as nacionalidades, as sexualidades e as origens étnicas combinem as atividades de reprodução social com o trabalho seguro, bem

remunerado e livre de assédio (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 118).

Essa série de demandas ao Estado, contudo, não é o objetivo final das teóricas da reprodução social. O objetivo final é o fenecimento do Estado e o fim da subordinação da reprodução social à produção do capital. A luta imediata é para que as mulheres da classe trabalhadora mantenham-se vivas, que se freie a privatização da reprodução social e que haja uma melhor distribuição da riqueza que fortaleça as mulheres, criando as condições objetivas e subjetivas para ir mais longe, em uma práxis revolucionária, a qual, na contramão da mundialização capitalista, deve aglutinar movimentos sindicais, ambientalistas, antirracistas, anti-imperialistas, LGBTQIA+ e a totalidade dos movimentos anticapitalistas em curso (Arruzza & Bhattacharya, 2020).

Referências

ABET. *Percepção dos/as trabalhadores/as sobre o teletrabalho no contexto da pandemia da COVID-19* - relatório de pesquisa. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) Central Única dos Trabalhadores (CUT), SP e RJ. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

ABET. Desemprego, subutilização e desafios da recuperação do mercado de trabalho. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/desemprego-subutilizacao-e-desafios-da-recuperacao-do-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

Antunes, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.

Arruzza, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo, Editora Usina, 2019.

Arruzza, Cinzia.; Bhattacharya, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos Fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, n. 16, p. 37-69, 2020.

Arruzza, Cinzia.; Bhattacharya, Tithi.; Fraser, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Editora Boitempo, 2019.

Barros, Alerradre. Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012. *Agência IBGE Notícias*, 25 mai.2021. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em 25 julho de 2021.

Bhattacharya, Tithi. Reprodução Social e a Pandemia, com Tithi Bhattacharya. [Entrevista concedida a] Sarah Jaffe. *Revista Movimento*, 2020.

Bhattacharya, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, v. 32, n. 1, p. 99–112, 2019.

Bradley, Kate. Reprodução social em crise. Rio de Janeiro. *Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo/UERJ*, 01 abr. 2020. Disponível em:

<https://leiccuerj.com/2020/04/03/reproducao-social-em-crise/>. Acesso em 07 de junho de 2021.

Brasil. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 11 de maio de 2022.

Bridi, Maria Aparecida; Bezerra, Giovana Uehara; Zanoni, Alexandre Pilan. O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia COVID-19. *Remir Trabalho*. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/206-o-trabalho-remoto-e-as-condicoes-das-mulheres-no-contexto-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 05 junho de 2021.

Carrasco, Cristina Bengoa. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 31–68, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11703. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11703>. Acesso em 02 junho de 2021.

Castro, Barbara. Mães em Home Office: embaçamento de fronteiras e construção de arranjos flexíveis para o cuidado dos filhos. *Anais 37º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2013.

Cavenaghi, Suzana.; Alves, José. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. *ENS-CPES*, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf](https://ens.edu.br/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf) (ens.edu.br). Acesso em 05 junho de 2021.

CESIT. *Dossiê Reforma Trabalhista (em construção)*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2017.

Costa, Joana; Barbosa, Ana Luiza; Hecksher, Marcos. Desigualdade no mercado de trabalho e pandemia da COVID-19. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, n. 71, ano 27, Brasília, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercado-trabalho/210512_bmt_71_nota_tecnica_a3.pdf. Acesso em 05 junho de 2021.

DIEESE. Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. *Boletim Especial*. São Paulo, DIEESE, 2020a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em 30 de maio de 2021.

DIEESE. *Ocupados em Home office – Brasil e Unidades da Federação*. São Paulo: Dieese, 2020b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/homeOfficeBrasilRegioes.html>. Acesso em 25 de maio de 2021.

FBSP/DATAFOLHA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. *Terceira edição*, 2021.

Ferguson, Susan; McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, 2017.

Fraser, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 27, n. 53, p. 1983–2109, 2020.

Grecco, Fabiana Sanches. O debate sobre a reprodução social no Brasil nos marcos da “crise do cuidado”. *Anais 41º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu/MG, 2017.

Hartmann, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progressista. *Teoría y práctica*, 12-1, mimeo, 1983

Henig, Robin Marantz. Especialistas alertam sobre pandemias há décadas. Por que não nos preparamos? *National Geographic*. Disponível em:
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/04/especialistas-alertam-sobre-pandemias-ha-decadas-covid-19-coronavirus>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

Herrera, Remy. Reflexões sobre a crise. *Resistir.info*, 2012. Disponível em:
https://www.resistir.info/crise/remy_nov12_p.html. Acesso em 01 julho de 2021.

Hirata, Helena. Kergoat, Danièle. Nova configuração da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n. 132, p. 595-609, 2007.

Juristas. Mulheres são as que mais pedem divórcio no Brasil. *Juristas*, 27 set. 2019. Disponível em:
<https://juristas.com.br/2019/09/27/mulheres-sao-as-que-mais-pedem-divorcio-no-brasil/>. Acesso em 25 julho de 2021.

Lemos, Ana Heloisa Da Costa; Barbosa, Alane De Oliveira; Monzato, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, n. 6, nov-dez 2020, p. 388-399. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/9WS6pYzLdhWY6qWwDXTKTsN/abstract/?lang=pt> Acesso em 14 maio de 2022.

Machado, Sidnei; Bridi, Maria Aparecida. O teletrabalho no brasil: a reforma trabalhista de 2017 e o contexto na covid-19. In: Krein, Dariet *al.*. *O Trabalho pós-reforma trabalhista* (2017). Portal do Cesit, p. 187-208, 2021.

Mészáros, István. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo, Editora Boitempo, 2010.

Moraes, Livia de Cássia Godoi. O discurso da “cortina de fumaça” e o desvelamento das relações entre capitalismo e patriarcado no Brasil conservador e ultraliberal. In: Garcia, Maria Lúcia Teixeira; Bernardes, Franciane. (orgs). *Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise*. São Paulo, Cortez, 2020.

Moraes, Livia de Cássia Godoi. Capitalismo e patriarcado em pauta: aproximações e distanciamentos entre feminismo e marxismo. In: Fernandes, Vinicius; Esquenazi, Arelys.; Moraes, Livia De Cássia Godoi. (Orgs.). *Trabalho e Práxis: novas configurações, velhos dilemas*. Marília, Editora Lutas Anticapital, 2021.

Moraes, Livia De Cássia Godoi. Classe Trabalhadora sob ataque: uma análise dos fundamentos e dos efeitos concretos do golpe. In: Galvão, A. C.; Zaidan, J. C. S. M.; Salgueiro, W. (Orgs.). *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise*. Campinas, Editora Pontes, 2019.

Oliveira, Nelson. Teletrabalho ganha impulso na pandemia, mas regulação é objeto de controvérsia. Agência Estado, 24/07/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/07/teletrabalho-ganha-impulso-na-pandemia-mas-regulacao-e-objeto-de-controversia>. Acesso em 11 de maio de 2022.

Passos, Luana; Guedes, Dyeggo. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas planejamento e políticas públicas. *IPEA*, n. 50, 2018.

Penssan. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Instituto Vox Populi, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em 20 de julho de 2021.

Pluto Press. *What is Social Reproduction Theory?* 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uur-pMk7XjY>. Acesso em 07 de julho de 2021.

Rh Pra Você. *Relatório de pesquisa: Os erros e acertos do home office durante a pandemia. Social Base e RH pra você*, [2020]. Disponível em: https://materiais.rhpravoce.com.br/ebook-erros-e-acertos-do-home-office_pesquisa-rpv-e-socialbase. Acesso em 28 de julho de 2021.

Ruas, Rhaysa. A crise de Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya. A crise de Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya. In: Gonçalves, Guilherme (org.). *Covid-19, Capitalismo e Crise: briografia comentada*. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020, p. 180-190.

SOBRATT. *Pesquisa Home office Brasil 2016 – SAP consultoria RH*. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.sobratt.org.br/site2015/wp-content/uploads/2016/05/Estudo_Home_Office_Consolidado_2016.pdf. Acesso em 28 de julho de 2021.

SOF. *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório de pesquisa. Gênero e Número e SOF - Sempre Viva Organização Feminista*, [2020]. Disponível em: mulheresnapanademia.sof.org.br. Acesso em 28 de julho de 2021.

Veloso, Thássius. *Vendas de aspirador de pó robô dispararam 802% no Brasil. Techtudo*, 20 mai 2020. Disponível em <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/05/vendas-de-aspirador-de-po-robo-dispararam-802percent-no-brasil.ghtml>. Acesso em 28 de julho de 2021.

Vogel, Lise. *Marxism and Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago, Haymarket Books, 2013.

Wallace, Rob. Agronegócio “é a junção perfeita de circunstâncias” para surgimento de novas epidemias. [Entrevista concedida a] Anna Beatriz Anjos. *Agência Pública*, 2021. Disponível em <<https://apublica.org/2021/04/rob-wallace-agronegocio-e-a-juncao-perfeita-de-circunstancias-para-surgimento-de-novas-epidemias/>>. Acesso em 28 julho de 2021.

Young, Iris. Marxismo y feminismo, más allá del “matrimonio infeliz” (una crítica al sistema dual). In: *El cielo por assalto*, año II, n. 4, mimeo, 1992.

4.

De mucama a trabalhadora doméstica: laços “familiares” e amarras da escravização

*Marcela Soares
Marianna Costa*

Introdução

Iniciamos este capítulo fazendo referência ao período de pandemia do novo coronavírus no qual estamos vivendo, pois, de março de 2020 a fevereiro de 2021, o Sindicato das Empregadas Domésticas da Bahia recebeu 28 notificações de trabalhadoras domésticas que estavam confinadas na casa das empregadoras e dos empregadores por causa “do medo da contaminação” (Santana, 2021).

Essa situação não se restringe ao estado da Bahia; inúmeras denúncias ocorreram em todo o país, explicitando uma realidade deste cenário pandêmico. No final do ano de 2020, Madalena Gordiano foi resgatada em Patos (MG), após ter ficado 38 anos sob condições de escravização contemporânea,¹ prestando serviços domésticos desde quando era ainda uma criança de oito anos de idade. Durante essas três décadas, não recebeu qualquer remuneração pelo seu trabalho.² Depois desse caso com repercussão nacional, mais 15 mulheres, em vários

¹ As tipificações da escravização de seres humanos no Brasil, de acordo com a nova redação dada pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal Brasileiro, são: trabalho forçado, ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o/a empregador/a ou preposto/a.

² Veja a reportagem de Mello (2021).

lugares do Brasil, foram resgatadas. Dentre elas, iremos destacar o caso de duas trabalhadoras domésticas que foram resgatadas no subúrbio carioca, no primeiro semestre de 2021, com base nos relatórios de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro³.

O trabalho doméstico no Brasil é atravessado tanto por componentes históricos e estruturais da formação econômico-social brasileira – escravização colonial – como por determinantes das relações patriarcais na sociabilidade burguesa; e tais elementos devem ser apreendidos e mediados pelas particularidades do capitalismo dependente.

Este texto, perpassado pela apreensão dos determinantes ontológicos das expropriações estruturantes da sociedade capitalista, analisa a condição de exploração da força de trabalho das trabalhadoras domésticas no Brasil. Ademais, situa tal análise na discussão das especificidades da formação econômico-social brasileira, enfatizando, com isso, a compreensão da superexploração da força de trabalho e da mistificação da precarização, com a expropriação de direitos na atualidade. Sob este ângulo de análise, destacamos as condições de trabalho dessas mulheres, enquanto “mucamas permitidas”,⁴ como síntese das particularidades do capitalismo dependente e das marcas da escravização colonial no Brasil. A naturalização e a ressignificação de elementos pretéritos estão presentes em casos de escravização contemporânea. Nesse sentido, propomos uma via analítica sem desconsiderar o sentido da expropriação do trabalho e da exportação de excedente econômico dentro da dinâmica da divisão internacional do trabalho.

³ Agradecemos ao auditor fiscal do trabalho, Alexandre Lyra, pela cessão dos relatórios e por todo seu trabalho e dedicação reconhecidos na CETP/COETRAE-RJ.

⁴ Termo utilizado por Lélia Gonzalez (1984) para caracterizar a condição das mulheres negras no trabalho doméstico. Analisando a divisão sociossexual e étnico-racial do trabalho no Brasil, a autora salienta que as negras sofrem constante opressão e violência fruto do racismo e do sexismo, e mesmo aquelas que não atuam na esfera doméstica das famílias brancas são reconhecidas e tratadas como “mucamas permitidas”.

Linhas de continuidade e rupturas

Toda formação econômico-social deve ser apreendida pelos processos histórico-estruturais⁵ que a conformam e não poderia ser diferente ao analisarmos a realidade brasileira para abordarmos o tema em questão. Destacamos, dessa forma, elementos históricos – passando pela escravatura colonial e chegando à inserção na divisão internacional do trabalho – que se engendraram mediados pelas particularidades do capitalismo dependente, que consolidam expressões contundentes do desenvolvimento desigual e combinado, explícito em nosso “mercado de trabalho”.

Nesse sentido, ressaltamos que os três séculos de escravização de negras e negros no Brasil: 1. repercutiram no desenvolvimento do capitalismo e na consolidação do capitalismo monopolista (Fernandes, 2006 [1974]; Almeida, 2019; Moura, 2020b [1994]); 2. garantiram a consolidação de um setor interno (a exemplo das oligarquias agrárias cafeeiras) que auxiliaram o financiamento posterior da industrialização no Brasil (Bambirra, 2019 [1972]; Fernandes, 2006 [1974]); e 3. proporcionaram o rebaixamento do valor da classe trabalhadora negra via políticas eugênicas no Pós-Abolição (Moura, 1983; 2020b [1994]).

A transição do período escravocrata colonial para o capitalismo dependente engendrou uma expressiva e singular desigualdade étnico-racial fruto de uma divisão social, sexual, étnica e racial do trabalho no processo moderno de racialização da humanidade, sustentáculo do avanço capitalista em âmbito mundial e da mercantilização da força de trabalho no Brasil. É sob este ângulo de análise que o aporte de Silvio Almeida (2019) sobre o racismo estrutural viabiliza aprofundarmos contribuições fundamentais acerca da condição de exploração da força de trabalho de negras e negros na sociedade brasileira, assim como

⁵ A utilização da expressão histórico-estrutural serve para “explicar as leis de movimento de estruturas específicas, historicamente condicionadas. É por isso que acreditamos que a expressão histórico-estrutural é adequada, pois o nível de análise que pretendemos desenvolver, situa-se num nível muito mais concreto que o nível de análise sumamente abstrato realizado por Marx em O Capital” (Bambirra, 2019 [1972], p. 42).

a rica análise das e dos grandes intérpretes do Brasil, como Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Vânia Bambirra, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.⁶

A partir de tais intérpretes, podemos adentrar não apenas nas particularidades do capitalismo dependente, como também nas especificidades da formação econômico-social brasileira, com a clareza de que a desigualdade é constitutiva do capitalismo e que os enormes índices de desigualdade em todos os âmbitos da vida social são resultantes da sociabilidade burguesa. Porém, quando se trata da particularidade dos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, as suas expressões tornam-se mais agudas (Fernandes, 2008 [1972]). Sob este eixo analítico, é fundamental recuperarmos a ideia de que se estruturou uma modernização⁷, conservando e criando

Condicionamentos no comportamento das classes dominantes brasileiras e de inúmeros dos seus segmentos sociais. Foi o uso de uma tecnologia moderna aproveitada para racionalizar uma sociedade irracional. A partir de 1850, quando o fluxo de entrada de escravos é estancado, através da lei Eusébio de Queirós, passa a existir no Brasil um tipo de escravismo tardio. Ele coexiste com as instituições fundamentais do capitalismo dependente que vai substituí-lo e a sua ideologia e os seus interesses econômicos quase não se alteram. As formas de propriedade mais relevantes continuam praticamente inalteradas. O escravo, a partir de 1888, deixa de sê-lo para ser cidadão incorporado à grande franja marginal desse tipo de capitalismo. E os níveis de privilégio das classes e camadas dominantes, dos seus mecanismos repressores, inclusive, prolongam-se através da nossa

⁶ Apesar de estarem no campo da tradição marxista, existem diferenças na abordagem do caráter dependente entre as autoras e os autores. Infelizmente, é um debate que não cabe neste capítulo de livro.

⁷ Clóvis Moura parte da apreensão de que havia um modo de produção escravista, diferente de outras e outros intérpretes da realidade brasileira. Não entraremos neste debate em diferenciar as autoras e os autores acerca do período colonial escravocrata. Utilizamos a rica contribuição do autor, mas não concordamos com a apreensão de modo de produção escravista. Portanto, apreendemos enquanto formação social colonial escravocrata. Sugerimos, para o debate, o capítulo 2 do livro do Antônio Carlos Mazzeo (1997).

história social quase com o mesmo nível de antes da Abolição (Moura, 2020a [1959], p. 51).

Nessa perspectiva, podemos apreender a absorção da força de trabalho negra em uma realidade social na qual o modo de inserção na dinâmica da divisão internacional do trabalho se processou como o de um país que subsidiou, já em sua segunda revolução industrial, prioritariamente, o abastecimento de produtos primários para a indústria dos países hegemônicos (Bambirra, 2019 [1972]; Marini, 2011 [1973]) e que absorveu, no seu processo inicial de industrialização, a demanda de exportação de mercadorias e capitais dessas nações, desencadeando uma transferência de valores como intercâmbio desigual em desfavor do Brasil. Essa condição de desfavorecimento no mercado mundial é compensada pela superexploração da força de trabalho⁸ brasileira, em benefício das burguesias locais. Sendo assim, as classes trabalhadoras brasileiras estão inseridas em uma condição de violação do seu fundo de consumo e, muitas das vezes, acoplada à expropriação também do seu fundo de vida.

No entanto, a condição de “marginalidade” a que foram submetidas as negras e os negros colocaram esse grupo em uma superexploração condicionada às políticas eugênicas de rebaixamento proposital dessa força de trabalho. Isso se deu, pois, no Pós-Abolição, para justificar a não inserção de negras e negros como classe trabalhadora assalariada, imigrantes foram inseridos “no Sudeste e Sul do Brasil. [...] Com isto [a pessoa negra foi caracterizada] como um ser de pura natureza, ser rítmico, dionísio, sexual, em comunhão apenas com as forças elementares do mundo, enquanto o branco era o racionalismo, o progresso, a civilização” (Moura, 2020a[1959], p. 33).

Os determinantes particulares da relação entre dependência e imperialismo têm um impacto na vida do

⁸ Sugerimos a leitura do capítulo 3 do livro de Mathias Luce (2018) para esclarecimento acerca desta categoria, que não significa a persistência de formas pré-capitalistas, taxa superior de mais-valor, predomínio de mais-valor absoluto ou ausência de mais-valor relativo, dentre outros equívocos que o autor analisa sobre esta tendência particular e sistemática do capitalismo dependente.

conjunto das classes trabalhadoras latino-americanas. No entanto, os efeitos são ainda mais profundos quando analisamos a situação de negras e negros no Brasil, diante de uma modernização que os condicionou a uma situação de ocuparem, majoritariamente, as franjas mais depauperadas das classes trabalhadoras. Por isso, Clóvis Moura (2021 [1977], p. 31) afirma que foram diversas ações logo após a Abolição que marginalizaram as negras e os negros: “em favor do imigrante estrangeiro - consequência da solução parcial e compromissada para o problema que as classes dominantes do Império impuseram à sua consecução. Sem uma política de absorção do ex-escravo na nova economia, a Abolição se transformaria em uma “ironia atroz”, para usarmos a expressão de um dos seus líderes”.

No caso das mulheres negras, elas, historicamente, são as que recebem os menores salários e as que permanecem nos lugares mais subalternizados. Como Lélia González (1984) aponta, a junção do sexismo⁹ e do racismo afeta brutalmente a vida das mulheres negras que, em um mundo capitalista, permanecem como "mucamas permitidas".

No período que imediatamente sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, tinha de buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos

⁹ Apesar de considerarmos fundamental, neste texto, não esmiuçamos a diferenciação das abordagens entre sexismo, gênero e patriarcado. Para isso, indicamos a contribuição de Cinzia Arruzza (2015) para um debate inicial sobre as diferentes perspectivas teórico-metodológicas feministas. Ressaltamos, ainda, as contribuições de Heleieth Saffioti (2013 [1969]; 2004) para entendermos as relações de exploração-dominação na perspectiva do “nó ontológico” ou do “nóvelo patriarcado-racismo-capitalismo”, bem como a análise das autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) sobre a teoria da reprodução social.

mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente (Gonzalez, 2020 [1979], p. 33).

Quando se analisa o quadro das trabalhadoras domésticas no Brasil, apreendem-se os determinantes étnico-raciais da modernização capitalista em nosso país, que são mediados pelos determinantes históricos do patriarcado. Nesse sentido, é fundamental compreender como se engendram esses componentes histórico-estruturais no processo de consolidação da formação econômico-social brasileira. Na perspectiva de González (1984), é importante perceber como as mulheres negras sempre estiveram inseridas em uma lógica de perversidade: antes, eram escravizadas e forçadas ao trabalho e, hoje, permanecem em condições precárias e em ocupações que carregam esses determinantes mediados por elementos dinâmico-conjunturais do atual período histórico do capitalismo contemporâneo.¹⁰

As trabalhadoras domésticas no Brasil, em sua maioria, são mulheres, o que aponta para a continuidade de um processo, que ocorre em âmbito mundial também, promovido pela manutenção dos determinantes do patriarcado na modernização burguesa. Ou seja, “as relações patriarcais não organizam [mais] diretamente a produção, mas desempenham um papel na divisão do trabalho, e a família é relegada à esfera privada de reprodução” (Arruzza, 2015, p. 43). Portanto, nesse movimento histórico, analisa-se o direcionamento da reprodução social para o âmbito privado e doméstico e, conseqüentemente, a naturalização e a desvalorização do trabalho do “cuidado”, como se o trabalho doméstico fosse algo do foro privado e intrínseco às mulheres.

¹⁰ Sobre o atual período histórico do capitalismo, caracterizado como “financeirizado” e que exige, cada vez mais, uma maior taxa de exploração de mais-valor para dar concretude às formas fictícias e ao capital portador de juros, sugerimos Carcanholo (2017).

No caso brasileiro, essas mulheres, majoritariamente, são negras, evidenciando os elementos histórico-estruturais da escravização colonial e consolidando uma posição subalterna na qual grande parte das mulheres negras continua servindo as mulheres brancas. Cinzia Arruzza nos auxilia a pensarmos esses componentes histórico-estruturantes com

O conceito de reprodução social, [que] nos permite localizar mais precisamente a qualidade móvel e porosa das paredes do lar: em outras palavras, a relação entre, de um lado, a vida doméstica dentro do lar e o fenômeno de mercantilização, sexualização da divisão do trabalho, e as políticas do Estado de bem-estar social, de outro. A reprodução social também nos permite analisar mais efetivamente fenômenos como a relação entre a mercantilização do trabalho de cuidado e sua “radicalização” por políticas de migração repressivas, como aquelas que possuem o objetivo de abaixar os custos do trabalho imigrante e forçar a aceitação de condições de trabalho análogas à escravidão (Arruzza, 2015, p. 56).

Em vista disso, é de suma importância analisar como o processo de formação da sociedade brasileira se originou a partir de um processo racista, sob o “mandonismo oligárquico”, que perpassa todo o período escravocrata colonial, mas não termina nele; reinventa-se e ganha força na consolidação do capitalismo e se espalha mesmo fora do espectro das classes burguesas (Fernandes, 2006 [1974]). Além disso, a maioria das pessoas escravizadas, no Brasil contemporâneo, está na condição de migrantes nacionais ou internacionais. No caso das mulheres, a maioria é migrante nacional e negra ou indígena (Suzuki, 2020).

A consolidação da mercantilização da força de trabalho brasileira e todo o avanço na legislação trabalhista relacionado especificamente à profissão do trabalho doméstico não representaram mudanças para o grau de violência das burguesias, que se renova e se expressa na forma de sujeição das mulheres negras ao trabalho reprodutivo das famílias. Essas mulheres,

além de serem subalternizadas e desumanizadas com privação de comida e água, são também assediadas sexualmente.¹¹

Dessa maneira, o caldo cultural da Casa Grande *versus* a Senzala continua a ser instaurado no imaginário social da sociedade brasileira, perpetuando-se no racismo e na naturalização desse processo contínuo e perverso (González, 1984), em especial com o apagamento das lutas, da movimentação da quilombagem, das fugas, “suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e prepostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como também pela existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores” (Moura, 2020b [1994], p. 76).

Esses componentes histórico-estruturais da escravatura colonial e do patriarcado atingem brutalmente a vida cotidiana das mulheres negras trabalhadoras, porque não é um simples resquício cultural, mas, como Gonzalez (1984) elucida, são elementos fundamentais para a manutenção da ordem capitalista, em especial em países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. Terceirizar o trabalho doméstico às mulheres negras é muito mais barato do que direcionar parte do mais-valor socialmente produzido e acumulado no fundo público e investir em políticas públicas com a oferta de serviços sociais públicos vitais para a reprodução social.¹²

Salientamos que o pensamento social hegemônico se estabeleceu coerente com os anseios de conservação dos interesses e superprivilégios das burguesias brasileiras, significando a valorização da racialização da humanidade – em que a cultura europeia e branca são predominantes e “civilizadas” –, traduzindo a desimportância da escravização

¹¹ Como podemos certificar nesta reportagem de Rose Serafim (2021).

¹² Vânia Bambilra assevera a necessidade de “implementar efetivamente uma série de medidas, como a criação de uma ampla rede de serviços públicos, creches, escolas com semi-internato, lavanderias, restaurantes coletivos, etc.” (Bambilra, 1972, p. 13, tradução nossa), porque, dessa maneira, diminuiria a carga de trabalho doméstico; criaria condições para eliminar a situação de servidão das trabalhadoras domésticas; seria um alívio nas despesas domésticas; e ofereceria às crianças uma educação mais ampla, mais completa e socializada.

para a consolidação do capitalismo e, por sua vez, ocultando os determinantes históricos que asseguram a permanência dessas mulheres que antes eram escravizadas e hoje estão em lugares de subalternidade, garantindo, com isso, a reprodução social de várias famílias, com altos índices de precarização do trabalho ou mesmo em condições de escravização contemporânea.

Podemos ver esse pensamento predominante ao analisarmos a historiografia brasileira, porque negras e negros, como aponta Souza, Tardivo e Haack (2021), não foram consideradas nem considerados como parte das classes trabalhadoras pela historiografia, e sim apenas analisadas e analisados pelo seu “modo de vida” ao serem escravizadas e escravizados. Identifica-se a desumanização e o não reconhecimento, inclusive, dos momentos de rebeldia diante da escravização no Brasil, durante o período colonial, porque foram desumanizadas e desumanizados e, ainda hoje, mantêm-se renegadas e renegados (Moura, 2020a).

Houve, principalmente, o apagamento da memória das mulheres negras na historiografia brasileira, porque não eram entendidas como parte essencial para se compreender a nossa formação econômico-social, embora, na verdade, elas tenham sido cruciais durante a escravização nas Américas, pois ocuparam diversas funções domésticas e agrícolas, além de terem desempenhado ofícios no meio urbano e rural. Foi por meio do seu trabalho que elas conquistaram não apenas a sua alforria, mas a de suas filhas, filhos e maridos. Ademais, “as mais velhas foram responsáveis por repassar conhecimentos religiosos, memórias e histórias diaspóricas, práticas de cura, além de provavelmente terem conhecido práticas abortivas contraceptivas importantes, conhecimentos dos quais eram guardiãs” (Souza, Tardivo & Haack, 2021, p. 55).

Nesse sentido, é crucial destacarmos como na história do processo da formação econômico-social brasileira as mulheres negras foram fundamentais no estabelecimento da força de trabalho nacional. Para as mulheres negras, o trabalho sempre foi uma realidade, seja no período escravocrata colonial seja no capitalismo dependente, momento no qual a força de trabalho é expropriada duplamente. Portanto, outro elemento de diferen-

ciação étnico-racial entre as mulheres é o fato de que os corpos e as vidas das mulheres negras sempre estiveram no espaço público, inclusive na construção política da classe trabalhadora brasileira¹³, apesar de, historicamente, terem sido silenciadas de suas falas e dos seus corpos, em uma sociedade sob um Estado autocrático (Fernandes, 2019), com classes dominantes que não toleram o dissenso (Oliveira, 1999).

Os elementos históricos e estruturais da escravização no Brasil conduziram a fase do “escravismo tardio” (1851-1888) para o trabalho livre. Empregando os próprios termos de Moura (2020b [1994]), uma “barragem social e étnica permanente” contra as ex-escravizadas e os ex-escravizados determina, ainda hoje, uma enorme desigualdade étnico-racial existente no Brasil, país onde as trabalhadoras domésticas são exemplo de como o racismo estrutural e os determinantes históricos do patriarcado, sob o capitalismo, afetam e atuam nas diversas esferas da vida social, trazendo enormes consequências para quem sofre diretamente com essas opressões e com a exploração da sua força de trabalho. Como Moura (1994) ainda salienta, no Brasil, o racismo serve como uma arma ideológica de dominação,¹⁴ pois adentra o imaginário social e isso é crucial para manter os superprivilégios das burguesias brasileiras e o funcionamento do capitalismo.

Para as burguesias locais, a Abolição da escravatura se constituiu como uma necessidade de modernização de estruturas produtivas. Foi um momento em que a inovação era inevitável para as exigências de consolidação do capitalismo dependente, acompanhando as necessidades do imperialismo.

¹³ Por mais de cinco décadas, a categoria das trabalhadoras domésticas se reuniu apenas na forma de associações de caráter beneficente ou profissional. Elas somente adquiriram direito à sindicalização após a efetivação da Constituição Federal de 1988, porém, o começo de sua organização política coletiva iniciou em 1936, quando Laudelina de Campos Mello fundou a primeira associação de trabalhadoras domésticas do país em Santos/SP como um departamento da Frente Negra Brasileira (Costa, 2021).

¹⁴ Para Moura (1994, p. 28), a racialização da humanidade serviu como “uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento”.

Uma realidade que condicionou negras e negros à semiescravidão em diversos setores produtivos que não acompanharam a modernização burguesa estabelecida (Fernandes, 1989; Moura, 2020b [1994]).

Na fase do “escravismo tardio”, mulheres e homens negros em fuga, geralmente, eram aceitos como trabalhadoras e trabalhadores livres nas fazendas, especialmente em São Paulo, situação impensável na fase do “escravismo pleno”. Já na região Nordeste, sem condições de adquirir escravizadas e escravizados devido ao alto custo, muitos senhores de engenho condicionavam essas e esses trabalhadores em formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho, com garantia apenas de moradia e remuneração semanal a baixo custo ou inexistente. Naquele período, houve uma nova “estratificação” na sociedade, que se estabeleceu em três níveis principais: escravizadas e escravizados que continuavam sem acesso a quaisquer direitos e praticamente impossibilitados de mobilidade social; camponesas e camponeses compostos por mestiças, mestiços, indígenas, negras e negros libertos sem-terra; e imigrantes como trabalhadoras e trabalhadores livres ou estabelecendo-se como pequenas e pequenos proprietários. Para resguardar o latifúndio escravista de doar terras às escravizadas e aos escravizados libertos e garantir o branqueamento da nação, a Lei de Terras de 1850 impediu que “a plebe e as populações que estavam prestes a sair do estado de cativo tivessem acesso à mesma. [Dessa forma,] Criou mecanismos de dependência dos sem-terra que perduram até hoje” (Moura, 2020b [1994], p. 115).

Nesse sentido, a classe trabalhadora não branca e, especialmente a negra, era reconhecida como incapaz de se inserir na nova etapa de organização do trabalho, na fase do “escravismo tardio”, até mesmo muito tempo depois da Abolição. Houve uma atuação fundamental das elites intelectuais, utilizando-se da ideologia do racismo como estratégia de intervenção nos planos político e ideológico, a fim de garantir êxito na não alteração da estrutura da propriedade fundiária nacional. Além disso, a importação de imigrantes como força de trabalho estabeleceu a condição necessária para a formação de

“reserva de segunda categoria do exército industrial” (Moura, 2020b [1994], p. 148) a partir das e dos libertos.

Ao se analisar o trabalho doméstico, apreende-se determinantes sócio-históricos na divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho, nos índices elevados de desigualdade salarial, acompanhando as diferenças no que tange à condição das mulheres e aos aspectos étnico-raciais. Sob este ângulo de análise, podemos identificar linhas de continuidade da opressão sob a força de trabalho negra, visto que, durante o período escravocrata colonial, “nos dois setores [no âmbito doméstico ou no eito, escravizados e escravizadas], estavam sujeitos à exploração econômica e extra-econômica. No caso da mulher escrava esse nível de exploração extrapolava para seu uso sexual por parte do senhor ou prepostos [...]” (Moura, 2020b, p. 70).

Ressaltamos, dessa maneira, que as formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho do Pós-Abolição ao estabelecimento do trabalho livre foram estabelecidas por meio de condições precárias e heterogêneas, em que o acesso aos direitos laborais foram também uma forma de cindir as lutas do conjunto das classes trabalhadoras, com o atendimento prioritário das franjas urbanas, majoritariamente brancas, que eram cruciais, de forma direta, ao processo de escoamento da produção do país.

De mucama a trabalhadora doméstica

Para analisarmos a condição das trabalhadoras domésticas no Brasil, é fundamental pontuarmos, brevemente, que o trabalho doméstico está diretamente ligado à reprodução social, esfera da vida social primordial para a manutenção da sociedade capitalista, em que as relações do patriarcado permanecem com a consolidação dessa esfera como se fosse restrita e “natural” às mulheres, desencadeando uma divisão sociosexual do trabalho que retirou a esfera produtiva do âmbito familiar, pois, “enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (Saffioti, 2013, p. 62).

A reprodução social “abrange atividades que sustentam seres humanos como *seres sociais corporificados* que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro” (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 106, grifos das autoras). Por esse ângulo de análise, podemos apreender uma suposta cisão entre a esfera produtiva e a reprodutiva, com a desvalorização da última, uma vez que não circunscreve a produção de mais-valor. Isso desencadeia componentes histórico-estruturais mediados pelas leis imanentes do capitalismo, configurando a exploração da força de trabalho das mulheres mediada pelas opressões. Esse é um dos caminhos analíticos para o debate acerca de ocupações “tradicionalmente” direcionadas aos homens, que sempre tiveram maior remuneração se comparadas àquelas que são ocupadas majoritariamente por mulheres.

Em 2019, de acordo com pesquisa do IBGE (2021a), o salário das mulheres equivalia a 77,7% do salário dos homens, sendo que, em todas as ocupações, as mulheres recebiam menos que os homens. Além disso, enquanto as mulheres gastavam semanalmente 21,4 horas com tarefas domésticas, os homens gastavam 11 horas por semana. No caso das trabalhadoras domésticas, segundo Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020, p. 7), tem-se,

Hoje, cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras).[...] No caso da contratação de trabalho doméstico, são mulheres, em geral, negras e pobres, com baixa escolaridade, que assumem o trabalho doméstico de famílias mais abastadas, possibilitando que os homens sigam se desresponsabilizando por este trabalho e que outras mulheres, em geral brancas e com maiores recursos, possam “resolver” sua sobrecarga de trabalho doméstico [...]. A terceirização do trabalho doméstico cria, portanto, uma oposição de classe e raça entre as próprias mulheres, ao mesmo tempo que se configura em uma solução privada para um problema público, sendo, portanto, acessível apenas àquelas famílias com mais renda.

Nesse sentido, com a possibilidade de as mulheres brancas adentrarem ao “mercado de trabalho” ou simplesmente se libertarem de todo o encargo do trabalho reprodutivo, este labor foi e é direcionado, predominantemente, às mulheres negras, pois o trabalho doméstico, na realidade brasileira, possui elementos histórico-estruturantes relacionados a uma divisão étnico-racial do trabalho. Como afirmamos acima, o Pós-Abolição não consolidou a inserção da força de trabalho negra liberta nos setores modernizados, decorrente de uma política eugênica do governo brasileiro, que incentivou a vinda de pessoas imigrantes brancas para garantir o embranquecimento do país e, conforme Ianni (1992), assegurar a “disciplina da força de trabalho”.

Diante dessa condição, de acordo com Pereira (2011), nos últimos anos do século XIX e no início do XX, mais de 70% de ex-escravizadas e ex-escravizados aptos ao trabalho estavam inseridos no trabalho doméstico. Naquela época, negras e negros libertos se inseriram em condições laborais precárias, em situação de semiescravidão, trabalhando tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais, muitas das vezes, em troca de comida e moradia.

O segmento de mulheres negras escravizadas, no âmbito doméstico, estava dividido em “mucamas”, “ama de leite”, lavadeiras, cozinheiras e costureiras; essas mulheres, sob a opressão da Casa Grande, eram frequentemente violentadas pelos seus senhores (os homens brancos) e obrigadas a servirem suas senhoras (mulheres brancas). A análise de Gonzalez (1984) sobre essa dinâmica comparada ao momento atual é importante para identificarmos como as trabalhadoras domésticas carregam em sua condição laboral esses elementos escravocratas, vistos na mistificação da opressão, da exploração, da ausência de direitos laborais e até mesmo da violência, pela falsa ideia de laços familiares, na frequente fala: “ela é como se fosse da família”.

Dessa forma, ressaltamos que no Pós-Abolição o trabalho doméstico, principalmente nos centros urbanos, tornou-se uma forma de inserção laboral das negras ex-escravizadas, de maneira que tais mulheres passaram “a realizar as tarefas do lar

a partir de outros arranjos sociais, que são em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços” (Pereira, 2011, p. 2) ou mantiveram-se com os ex-senhores, como aponta também Pereira (2011) em relação àquelas que na condição de libertas não tinham um local para irem: “não tinham para onde ir e continuaram com seus ex-senhores exercendo, a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal” (p. 2).

É nessa linha histórica que González (1984) assevera a ideia de que as mulheres negras são as “mucamas permitidas” das mulheres brancas, pois são trabalhadoras domésticas que geralmente estão em condições precárias de trabalho e recebem pouquíssimo por isso ou até mesmo nada. São permitidas, porque “podem” adentrar o espaço branco do patronato, mas apenas para servir, ser explorada e, muitas vezes, violentada. Lélia Gonzalez (1984) aponta como essa dinâmica perversa faz com que as trabalhadoras domésticas, hegemonicamente mulheres negras, continuem a submissão ao domínio branco para sobreviver, o que representa, para a autora, uma não ruptura com a lógica racista e sexista. Sendo assim, o reconhecimento do trabalho doméstico como “vocação” das mulheres negras fortaleceu os “valores paternalistas e patriarcais, onde as relações se estabeleciam com forte apelo afetivo acrescido de uma falsa ideia de pertencimento, que perpetuavam práticas de subordinação e dependência estratificadas como naturais, inerentes a [sic] mulher negra (ex-escrava)” (Pereira, 2011, p. 5).

Esses componentes histórico-estruturais podem ser reconhecidos não apenas no caldo de cultura expresso no cotidiano brasileiro, mas também nas estatísticas nacionais. Ainda hoje, conforme Pinheiro *et al.* (2019), a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres e negras. Segundo informações da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios Contínua, do primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021b), a média de remuneração do trabalho doméstico com carteira assinada é de R\$1.313,00 e o sem carteira assinada está em torno de R\$788,00. Quando se compara essa média ao salário-mínimo necessário para o mês de junho de 2021 (R\$5.421,84), verificado pelo Dieese desde 1994, a remuneração

do trabalho doméstico regulamentado equivale a um quarto do que seria necessário para seu sustento e o de sua família.

Ainda de acordo com a PNAD Contínua (1º trim. 2021), houve uma redução salarial média de 3,9% comparada ao mesmo trimestre do ano de 2020; e a diferença salarial entre aquelas que possuem carteira assinada e as que não possuem é de uma média de R\$532,00. No primeiro trimestre de 2021, o percentual de trabalhadoras domésticas que possuíam carteira assinada era de 27,2%, sendo que no primeiro trimestre de 2020 esse percentual era de 27,4% (IBGE, 2021b). Ao verificarmos a média salarial da categoria e o acesso aos direitos trabalhistas, identificamos a precariedade das suas condições e a superexploração da sua força de trabalho.

Comparando o valor histórico e moral da força de trabalho brasileira com a sua remuneração média, de acordo com a PNAD Contínua (1º trim. 2021), no valor de R\$2.544,00, podemos atestar a superexploração da força de trabalho brasileira como um determinante particular e sistemático do capitalismo dependente. No entanto, de acordo com a divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho, fica possível estabelecer vínculos analíticos acerca de elementos históricos que estruturaram e ainda alicerçam o “mercado de trabalho” brasileiro, no qual as mulheres negras ocupam os espaços laborais mais precários com as piores remunerações.

A legislação sobre o trabalho doméstico no Brasil aconteceu de maneira tardia, após muitos anos de luta por parte das trabalhadoras domésticas, que não tinham seus direitos mínimos garantidos. Apesar da profissão ser regulamentada desde 1941, seus direitos foram conquistados ao longo dos anos. A Lei 5.959/1972¹⁵ dispunha sobre a profissão de “empregado doméstico” e garantia direito às férias anuais remuneradas de 20 (vinte) dias úteis, mas exigia atestado de boa conduta para a admissão no emprego. Somente quase quarenta anos depois, em 2001, houve o acréscimo de dispositivos a esta lei de 1972, por

¹⁵ BRASIL. Lei no 5.959 de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. 1972.

meio da Lei 10.208/2001,¹⁶ disponibilizando para essas trabalhadoras o acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego.

Contudo, esses avanços legais não representaram uma mudança efetiva na prática cotidiana de trabalho e na garantia dos direitos laborais. O não acesso a esses direitos sempre foi uma realidade para essas trabalhadoras e mesmo com as últimas conquistas da legislação trabalhista, com a PEC 72/2013¹⁷ e a Lei Complementar de 2015¹⁸ das domésticas, o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada cresceu apenas quase 10 pontos percentuais de 1994 até 2020, “mesmo considerando a implementação de medidas e incentivos fiscais voltados à formalização” (Pinheiro, Tokarski & Vasconcelos, 2020, p. 8). As particularidades do capitalismo dependente, mediadas pelos componentes histórico-estruturais supracitados, explicam “os tensionamentos sobre o lugar da trabalhadora doméstica na família empregadora e, de forma clara, o conflito entre a garantia de direitos para essa categoria e a vontade de manutenção de privilégios, tanto por parte da *classe média*, quanto das elites econômicas brasileiras” (Cal & Brito, 2020, p. 15, grifos nossos).

Se o avanço legal dos direitos das trabalhadoras domésticas ameaça os superprivilégios da burguesia, esta classe faz de tudo para que esses direitos não sejam cumpridos e criam estratégias a fim de manter sua hegemonia e seus superprivilégios de classe, pois não é do interesse das burguesias locais que ocorra um aumento no que tange aos direitos das classes trabalhadoras, principalmente das trabalhadoras domésticas.

No Brasil, país onde o mito da “democracia racial” construiu um imaginário social de que é uma sociedade miscigenada ausente de conflitos raciais e, conseqüentemente,

¹⁶ BRASIL. Acrescem dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. 2001.

¹⁷ BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

¹⁸ BRASIL. Lei Complementar no 150, de 1 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, 2015.

de racismo, a realidade escancara essa falácia ideológica que tem por objetivo não garantir direitos mínimos às classes trabalhadoras, que têm condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Uma das estratégias para a manutenção dos superprivilégios é a demissão de trabalhadoras domésticas com contratos formais e a recontração como diaristas, pois, dessa forma, não se tem a necessidade de assinar carteira e cumprir com a obrigação legal de garantir os direitos conquistados. Portanto, a informalidade aumentou: em 2013, mais de 30% das trabalhadoras tinham carteira assinada e esse percentual diminuiu nos últimos anos, chegando a 28,6% em 2018 (Pinheiro *et al.*, 2019); hoje, conforme supracitado, é ainda mais baixo.

Destacamos, aqui neste texto, o caso de duas trabalhadoras domésticas negras resgatadas na capital do estado do Rio de Janeiro, no início do ano de 2021. O primeiro caso é o da trabalhadora A, uma mulher de 63 anos que viveu sob condições de escravidão contemporânea por 38 anos, por pelo menos duas gerações da família da patroa, sem qualquer tipo de remuneração e sem quaisquer direitos trabalhistas assegurados. A idosa tinha jornadas de trabalho que ultrapassavam 11 horas diárias e o dinheiro que obtinha catando latinhas e vendendo ao ferro-velho era retido pela empregadora, porque, segundo ela, a trabalhadora “não conseguia responder por si”. Foi apropriado, também pela patroa, o valor de uma parcela do auxílio emergencial que a trabalhadora A tinha direito, sem que ela tivesse conhecimento, pois foi enganada ao ser informada de que não se conseguia acesso ao direito, porque “seus documentos eram velhos demais e estavam vencidos”.¹⁹

De acordo com a empregadora, a trabalhadora não recebia salário, porque era “quase da família”, uma vez que recebia moradia e alimentação. Entretanto, ela dormia em um quartinho desprovido de energia elétrica, com as paredes destruídas pelo mofo, seus pertences ficavam amontoados em

¹⁹ As informações que seguem abaixo do caso dessas duas trabalhadoras resgatadas são dos relatórios de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

uma caixa no chão e sua referência de tempo era pela luminosidade da luz solar. Sua higiene pessoal era realizada em um precário banheiro com o vaso sanitário sem assento. De acordo com a auditoria fiscal do trabalho, o quadro laboral da trabalhadora era ausente de férias, folgas e descansos, inviabilizando a recomposição da energia e comprometendo a sua saúde física e mental. O grupo móvel de fiscalização constatou a situação de jornada exaustiva e condições degradantes, duas das tipificações da escravidão contemporânea, de acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

Já o segundo caso, também na zona norte da capital fluminense, é da Trabalhadora B, de 52 anos de idade. Em seu resgate, foram constatados que foram violados vários direitos trabalhistas, como os artigos 2º, 12, 15, 16, 19, 32, 35 da Lei Complementar 150, de 2015. Importante destacar que o descumprimento desses artigos se refere, preponderantemente, à jornada exaustiva e à impossibilidade de descanso da trabalhadora, assim como a não garantia de proteção social. Porém, como no caso anterior, não foram apenas violações à legislação trabalhista. O que ocorreu foi a constatação de mais um caso de uma trabalhadora doméstica em condições de escravidão contemporânea, visto que, desde 1989, quando foi admitida pela família, a trabalhadora nunca recebeu salário. Além disso, sobreviveu em condições degradantes, pois não possuía cama e todos seus pertences ficavam em um armário pequeno no banheiro. Desse modo, não teve ao longo dessas três décadas um espaço seu para recompor suas energias. Nessas circunstâncias, foram mais de 30 anos de jornadas exaustivas, sem direito às férias e ao descanso semanal remunerado, posto que a trabalhadora B ficava à disposição 24 horas por dia, cuidando de uma idosa, a mãe da empregadora, além de ter cuidado de toda a reprodução social de todas as outras pessoas da família. Importa salientarmos que

O trabalho de produção de pessoas sempre existiu e sempre foi associado às mulheres. No entanto, as sociedades antigas não conheciam divisão nítida entre “produção econômica” e reprodução social. Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência

social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada à “família”, onde foi feminilizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” e oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro (Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019, p. 108-109).

Portanto, dado a esse processo da esfera da reprodução social, articulado aos elementos histórico-estruturais que consideramos em nossa linha argumentativa, é que se entende a frequente justificativa, como no caso anterior, ao não cumprimento da legislação trabalhista no que se refere ao registro formal, ao salário e a outros direitos supracitados. A empregadora afirmou que a trabalhadora B era como se fosse da família e “o amor e o carinho que ela tinha pela mãe da empregadora” não justificavam o vínculo empregatício. Interessante que o auditor fiscal e a procuradora do trabalho constataram a relação empregatícia assim que chegaram à residência da denunciada, pois essa enunciou uma série de ordens de tarefas domésticas para que a trabalhadora cumprisse antes de sair para a Procuradoria Regional do Trabalho prestar depoimento. Outro ponto em comum é que ambas as empregadoras são “chefas” da família, consideradas de “classe média” e residem no subúrbio carioca.

O estilo burguês brasileiro que possui um caldo cultural oligárquico-aristocrático concebe o trabalho doméstico como algo direcionado historicamente a um serviço terceirizado às mulheres negras e o que ocorre é que mesmo a pequena burguesia ou as franjas melhor remuneradas das classes trabalhadoras submetem, frequentemente, a mulher negra à condição de semiescravidão ou escravidão contemporânea para garantir que a mulher branca venda sua força de trabalho fora do âmbito privado ou não precise se ocupar plenamente da reprodução social da família. Ademais, como Vânia Bambilra salienta,

A mulher [pequeno-burguesa] vive o drama de ter que manter a aparência da casa no estilo burguês,

mas, como geralmente ela só pode ter apenas uma empregada, ela tem que, por um lado, explorá-la intensamente (o pequeno burguês, geralmente é um chefe pior que o burguês) e, por outro lado, tem que trabalhar muito em casa. Quando você trabalha fora, seu ritmo de trabalho é intensificado (Bambirra, 1972, p. 14, tradução nossa).

Nestes dois casos de resgate de escravização contemporânea, realizado mediante denúncia, temos a semelhança de que não se referem às classes burguesas, condicionando mulheres negras ao trabalho escravizado contemporâneo, e sim a mulheres brancas que compõem as franjas das classes trabalhadoras, de acordo com a análise do relatório de fiscalização. Contudo, como mencionado no primeiro item deste texto, os elementos histórico-estruturais, mediatizados pelas particularidades do capitalismo dependente, trazem para a esfera reprodutiva a terceirização da sua responsabilidade para as mulheres negras. Estas devem suprir todas as demandas domésticas sem ter acesso a qualquer avanço técnico-científico que facilitaria as tarefas do lar, pois a trabalhadora B tinha que lavar boa parte da roupa da família e, inclusive a dela, à mão, uma vez que, segundo a empregadora, a trabalhadora tinha que evitar qualquer dano à máquina de lavar roupas.

No caso das duas trabalhadoras, os períodos que deveriam ser para o repouso e a recomposição das energias gastas ao longo da jornada laboral não tinham condições compatíveis, pois ambas dormiam em colchonetes. Embora a trabalhadora A tivesse um quarto, este não possuía energia elétrica; já a trabalhadora B praticamente não conseguia dormir, porque seu colchonete ficava logo ao lado da cama da mãe da empregadora, que acordava várias vezes durante a noite para ir ao banheiro e a trabalhadora tinha que a acompanhar, já que a idosa apresentava Alzheimer.

Esses dois casos trazem à luz uma série de reflexões não apenas sobre o que se apresenta na aparência, do caldo cultural escravocrata na sociedade brasileira, mas também a forma como as particularidades do capitalismo dependente e as especifi-

idades da formação econômico-social brasileira se circunscrevem, mediadas pelos elementos dinâmico-conjunturais do capitalismo contemporâneo. Destacamos, em primeiro lugar, que o Brasil é um país onde uma de suas marcas estruturantes é a superexploração da força de trabalho do conjunto das classes trabalhadoras. Isso implica afirmar que mesmo quando se é disponibilizado às trabalhadoras e aos trabalhadores acesso a bens que antes eram suntuários, como os eletrodomésticos, e agora são considerados como bens necessários, porque foram incorporados ao valor histórico e moral da classe trabalhadora brasileira, não significa a garantia, de fato, de acesso a eles, uma vez que não houve o acompanhamento do aumento salarial. Sendo assim, para se ter realmente acesso a esses bens que facilitam a reprodução social, as classes trabalhadoras recorrem ao endividamento (Luce, 2013). Vânia Bambirra (1972), na década de 1970, já fazia referência à necessidade de industrialização do trabalho doméstico e a sua socialização por meio da intervenção estatal a fim de diminuir a sua carga.

Por isso, em segundo, cabe a análise acerca da inexistência da responsabilidade estatal frente à reprodução social, a exemplo do número irrisório de creches, asilos públicos e restaurantes populares; do sucateamento da assistência social; da privatização da educação e da previdência social consequente das contrarreformas²⁰ que aprofundam as expropriações de direitos como sustentáculo das políticas macroeconômicas ultraneoliberais. É necessário salientar que a intervenção estatal, na realidade brasileira, nunca se configurou como a de um “Estado de Bem-estar social”, justamente acompanhando as especificidades da nossa formação econômico-social dentro da divisão internacional do trabalho, desconsiderando, inclusive, as lutas feministas sobre a necessidade de intervenção sob a reprodução social, que se coloca para o conjunto das classes trabalhadoras. Portanto,

²⁰ Como a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “PEC do fim do mundo” ou “PEC do teto dos gastos” e a contrarreforma da previdência em 2019.

A falta de uma socialização em grande escala deste trabalho de cuidado pelo Estado ou outras formas, tudo isso determina a carga de trabalho que necessita ser mantida dentro da esfera privada, fora tanto do mercado, como das instituições. As relações de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos” (Arruzza, 2015, p. 42).

Essa análise não serve para vitimizar a condição das empregadoras e sim tem a função de nos fazer pensar que uma apreensão moralizante da realidade não nos ajuda a solucionarmos o problema da exaustiva e precária condição laboral das trabalhadoras domésticas, assim como da escravização contemporânea, em razão de estarmos nos deparando com problemas que possuem fundamentos estruturais, mediados e aprofundados por elementos dinâmico-conjunturais do capitalismo contemporâneo. Assim, faz-se necessária a reflexão de como a vida de inúmeras trabalhadoras domésticas é penosa, porque, além de servirem a outras famílias, elas devem arcar com a responsabilidade da reprodução social de suas famílias também.

É inteligível, dessa forma, que o avanço formal a partir da legislação trabalhista não tenha significado um avanço nas condições de trabalho, pois as trabalhadoras domésticas permanecem em situações precárias e com baixos salários. Somado a isso está o fato de a maioria delas permanecer em trabalhos informais e com direitos reduzidos, principalmente diante de um quadro de grande retirada de direitos arduamente conquistados.

Ao apresentarmos esses dois casos de resgate de trabalhadoras domésticas negras, frisamos que, apesar dessas condições extremas, identifica-se uma linha tênue entre a condição geral laboral cotidiana das trabalhadoras domésticas e as tipificações da escravização contemporânea, pois, nestes dois casos, vê-se jornada exaustiva, condições degradantes e retenção dos seus salários. Tal situação tem sido acompanhada

em relação à proximidade da situação do conjunto das classes trabalhadoras brasileiras, após os retrocessos da legislação trabalhista com a contrarreforma do trabalho de 2017 (Soares, 2019).

Além dos retrocessos na legislação trabalhista, temos o avanço do controle algorítmico com a “escravidão digital” (Antunes, 2018), visto que, para as trabalhadoras domésticas, a plataformização do trabalho também tem se tornado uma realidade. Essas trabalhadoras geralmente precisam realizar trabalhos além de suas funções, pois dependem das avaliações dos aplicativos e das plataformas digitais e, se não realizam determinadas funções, suas notas caem e elas perdem trabalho.

Com o avanço da plataformização,²¹ o trabalho fica cada vez mais controlado e a precariedade aumenta, com condições laborais cada vez mais desumanas e degradantes, que, infelizmente, as trabalhadoras e os trabalhadores precisam se submeter para sobreviver e garantir condições mínimas de existência. A “uberização do trabalho” é uma das grandes manifestações deste período histórico do capitalismo contemporâneo. Sua exploração ocorre sob estratégias político-pedagógicas de uma falsa ideia de liberdade que, na verdade, esconde a perversidade das relações de trabalho por meio do controle algorítmico.

Frente a esta dinâmica do capitalismo contemporâneo com o avanço digital, destacamos que, no ano de 2020, uma *startup*²² oferecia serviços de faxinas pelo valor de R\$19,90 – situação amplamente divulgada que ocasionou grande comoção nas redes sociais. Ao analisarmos essa média de valor de R\$19,90 por faxina executada, como proposto pela *startup*, para uma trabalhadora doméstica alcançar a remuneração equivalente ao salário-mínimo nominal (R\$1.100,00), ela precisaria realizar uma média de 55 faxinas durante o mês. Quando comparamos com o salário-mínimo necessário,

²¹ Sugerimos o texto de Abílio, Amorim e Grohmann (2021) para o debate conceitual e das particularidades da uberização e da plataformização do trabalho no Brasil.

²² Essa informação sobre os valores da faxina pode ser vista em Redação Hypeness (2020) e, também, no Webinar “Direitos trabalhistas na perspectiva do trabalhador doméstico”.

conforme mencionamos acima, R\$5.421,84 (Dieese, jun./2021), essa trabalhadora precisaria realizar, aproximadamente, 272 faxinas no mês, condição humanamente impossível.

Soma-se a isso o fato de essas trabalhadoras geralmente precisarem realizar tarefas além das previstas, porque, como vimos, dentro desses aplicativos, suas notas variam de acordo com seus desempenhos, ou seja, quando a nota cai muito, elas ficam sem serviço e sem dinheiro (Costa, 2021).

“Uberizadas”, reconhecidas agora como “empreendedoras”, mas “amarradas” aos componentes histórico-estruturais da nossa formação econômico-social: esta é a realidade das trabalhadoras domésticas que têm sido sujeitadas a jornadas exaustivas. Nesse “novo” condicionamento promovido por meio do controle algorítmico, quantas horas diárias seriam necessárias para efetivar as 272 faxinas no mês? Se pensarmos em trabalho de segunda a segunda, teríamos, em média, nove faxinas por dia, algo, como já apontamos, impossível de ser realizado. Se tomarmos como base o salário-mínimo, essa quantidade reduziria para quase duas faxinas (1,8) diárias, contudo, o recebimento de um salário-mínimo nominal é incapaz de garantir o valor histórico e moral, além de ser inviável para garantir a segurança alimentar e nutricional da trabalhadora e da sua família.

No atual período histórico do capitalismo contemporâneo de contrarrevolução prolongada,²³ ultraneoliberal e fascistizante, o “empreendedorismo” mistifica a precarização do trabalho ao se apresentar como solução, culpabilizando a trabalhadora, que se torna a responsável pelo seu “fracasso”, enquanto o Estado se desresponsabiliza, cada vez mais, da garantia dos direitos mínimos das classes trabalhadoras. Nesse sentido, é importante lembrar que o atual quadro pandêmico agravou uma crise econômica que já estava em curso e acelerou uma agenda na desconstrução dos direitos já há três décadas no Brasil. Como resultado da expropriação de direitos e do rebaixamento salarial, efetiva-se um maior descompasso entre o valor da força de trabalho e sua remuneração (Soares, 2020).

²³ Sobre o capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira, veja Lima & Soares (2020).

As expropriações de direitos e de maior *quantum* do valor do fundo de consumo das classes trabalhadoras se realizam por meio das desregulamentações trabalhistas e das privatizações, apresentadas como uma “agenda” de “ajuste fiscal” com o objetivo de garantir a existência de uma maior apropriação de mais-valor, ou seja, para dar concretude a títulos de direito de apropriação, uma vez que a multiplicação desses títulos é mais célere do que a do capital produtivo (Soares, 2020).

Dessa forma, devemos garantir a apreensão de que as opressões estruturam, mediatizam as formações econômico-sociais e garantem o sustentáculo do capitalismo. Ou seja, as opressões, mediadas pelos elementos dinâmico-conjunturais, garantem o rebaixamento geral da força de trabalho, pela existência de uma superpopulação relativa de “segunda categoria”, em uma realidade que já está condicionada à superexploração mediante às transferências de valor como intercâmbio desigual e envolta na condução e manutenção de superprivilégios das burguesias brasileiras, consolidada no caráter autocrático do nosso Estado de expressões fascistas.

Considerações

Nos limites de um capítulo de livro, tentamos apresentar, sucintamente, em nossa discussão, linhas de continuidade e de ruptura no processo histórico-estrutural da formação econômico-social brasileira. Com a análise de que as leis imanentes do capitalismo se conformam em cada realidade social, mediadas por inúmeras particularidades e circunscrevendo especificidades que devem ser aprofundadas em outros estudos. Portanto, as leis econômico-sociais capitalistas foram analisadas para uma apreensão não moralizante do capitalismo e, por sua vez, do capitalismo dependente, especificando a condição laboral das trabalhadoras domésticas.

Foram mais de três séculos de uma formação social colonial escravocrata, que subsidiou o estabelecimento do capitalismo, em âmbito mundial, como engendrou componentes histórico-estruturantes na formação da força de trabalho brasileira com expressões muito profundas em todos os

segmentos da vida social. Portanto, a precariedade, expressa em formas transitórias ou híbridas de exploração da força de trabalho, é uma característica marcante do “mercado de trabalho” brasileiro e, no movimento deste período histórico do capitalismo contemporâneo, “financeirizado”, a precarização do trabalho é uma das frentes de resposta à crise estrutural do capital, tornando-se hegemônica tal condição laboral articulada à “uberização/plataformização”.

A conquista de direitos pela categoria das trabalhadoras domésticas não significou uma efetivação concreta da legislação, pois muitas foram demitidas de seus empregos, obrigando-as a tornarem-se diaristas e sem vínculo empregatício, adquirindo uma sobrecarga de trabalho que inviabiliza a recuperação de suas energias, sendo expropriadas do seu fundo de vida, além do seu fundo de consumo. A condição de superexploração, particularidade estrutural e sistemática do capitalismo dependente, somada ao quadro de jornadas exaustivas e/ou condições degradantes de trabalho, demonstram como o futuro das classes trabalhadoras, em especial das trabalhadoras domésticas, está muito próximo à escravização contemporânea. No caso das trabalhadoras domésticas, que efetivam um trabalho vital para a manutenção deste “moinho satânico”²⁴, elas se encontram em situações semelhantes também à escravização colonial, porque a mulher negra esteve, tradicionalmente, atrelada às tarefas do lar e à reprodução social das famílias brancas, além da sua, quando lhe era/é permitido ter família.²⁵

O fundo de consumo e o fundo de vida dessas mulheres são expropriados dentro de um movimento global de expropriação de direitos do conjunto das classes trabalhadoras, mas, historicamente, essas mulheres tiveram suas vidas negadas de humanização. Sendo superexploradas e tendo suas vidas degradadas, garantem a superexploração de outras trabalhadoras e de outros trabalhadores. Apesar de apresentadas dentro da falaciosa “democracia racial”, “como se fossem da família”, são designadas para permanecerem sendo o “criado-

²⁴ Karl Polanyi (1980).

²⁵ Ver a reportagem de Nunes (2021).

mudo”, aquela mercadoria-móvel que está ao lado da cama, quieta, sem qualquer possibilidade de opinar e viver a sua vida, pois, na opinião do patronato, “não conseguem responder por si”, mas estão sempre prontas para servir.

Referências

Abilio, Ludmila; Amorim, Henrique; Grohmann, Rafael. *Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas*. Revista Sociologias, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

Almeida, Silvio de. *Racismo estrutural*. São Paulo, Editora Pólen, 2019.

Antunes, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo, Editora Boitempo, 2019.

Arruzza, Cinzia. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Revista Outubro, n. 23, 2015, p. 33-58

Bambirra, Vânia. *Liberación de la mujer y lucha de clase*. Revista Punto Final, n. 151, Santiago de Chile, febrero de 1972.

Bambirra, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, Editora Insular/IELA, 2019 [1972].

Cal, Danila Gentil Rodriguez; Brito, Rosali De Seixas. Apresentação. In: Cal, Danila Gentil Rodriguez; Brito, Rosali De Seixas (Orgs.). *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis*. Curitiba. Editora CRV, 2020.

Carcanholo, Marcelo. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis*. Madri, Maia ediciones, 2017.

Costa, Marianna Mendes. *O trabalho doméstico e as condições das mulheres negras no Brasil*. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, 2021.

Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed., São Paulo. Editora Globo, 2006 [1974].

Fernandes, Florestan. *Apontamentos Sobre A “Teoria Do Autoritarismo”*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2019.

Fernandes, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

Fernandes, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo, Global editorial, 2008 [1972].

Gonzalez, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher [1979]. In: RIOS, Márcia; Lima, Flávia (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo, Editora Zahar, 2020.

Gonzalez, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984.

Ianni, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

IBGE. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em 6 de março de 2021.

IBGE. *PNAD Contínua, trimestre: jan.-fev.-mar. de 2021*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em 6 de março de 2022.

Lima, Kátia Regina; Soares, Marcela. Capitalismo Dependente, Contrarrevolução Prolongada e Fascismo à Brasileira. In: Lima, Kátia Regina; (Org.). *Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes*. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020.

Luce, Mathias Seibel. *Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?*. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 11 n. 1, p. 169-190, 2013.

Luce, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias - Uma visão histórica*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

Marini, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: Traspadini, Roberta; Stedile, João (orgs.) *Ruy Mauro Marini - Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [1973], p. 131-172.

Mazzeo, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo, Editora Cortez, 1997

Mello, Ricardo. *Madalena, resgatada de trabalho análogo à escravidão em Patos de Minas, comemora aniversário pela primeira vez e diz: "Sinto que estou bem"*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/07/12/madalena-resgatada-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-patos-de-minas-comemora-aniversario-pela-primeira-vez-e-diz-sinto-que-estou-bem.ghtml>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

Moura, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, Editora da Fundação Maurício Grabois-Anita Garibaldi, 2020b [1994].

Moura, Clóvis. *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*. Revista Afro-Ásia, n. 14, 1983.

Moura, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*. São Paulo, Editora Dandara. 2021 [1977].

Moura, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. São Paulo, Editora da Fundação Maurício Grabois, 1994.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Fundação Maurício Grabois-Anita Garibaldi, 2020a [1959].

Nunes, Caroline. *Doméstica é humilhada por patroa após abandonar o serviço para socorrer a filha*. São Paulo, Pragmatismo Político. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/07/domestica-humilhada-patroa-abandonar-servico-socorrer-filha.html>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

Oliveira, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Oliveira, Francisco de; Paoli, Maria Célia (Orgs.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

Pereira, Bergman De Paula. *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição*. ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2021.

Pinheiro, Luana et al. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em 03 de maio de 2021.

Pinheiro, Luana; Tokarski, Carolina; Vasconcelos, Márcia. *Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil*. DISOC, Nota Técnica, nº 45, Brasília: ONU Mulheres/IPEA, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/06/213247_NT_Disoc-_75_web.pdf. Acesso em 03 de agosto de 2021.

Polanyi, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

Redação Hypesness. *Faxina agendada por R\$ 19,90? App traz debate sobre precarização do trabalho*. Hypesness, 04 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.hypesness.com.br/2020/03/faxina-agendada-por-r-1990-app-suscita-debate-sobre-precarizacao-do-trabalho/>.

Acesso em 03 de agosto de 2021.

Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013 [1969].

Saffioti, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Santana, Fernanda. *Empregadas são obrigadas a ficar na casa dos patrões “enquanto a pandemia durar”*. Correio. Bahia, 10 de abril de 2021. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/empregadas-sao-obrigadas-a-ficar-na-casa-dos-patroes-enquanto-a-pandemia-durar/>. Acesso em 18 de maio de 2021.

Serafim, Rose. *Empregadas domésticas podem recorrer à Lei Maria da Penha por violência de gênero*. Eco Nordeste. 8 de março de 2021. Disponível em:

<https://agenciaeconordeste.com.br/empregadas-domesticas-podem-recorrer-a-lei-maria-da-penha-por-violencia-de-genero/>.

Acesso em 18 de maio de 2021.

Soares, Marcela. *“Trabalho escravo contemporâneo” e o avanço da superexploração da força de trabalho: as particularidades periférico-dependentes de Brasil e México*. In: Figueira, Ricardo Rezende et al. (Orgs.). *Escravidão: moinho de gentes no século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Mauad X, 2019.

Soares, Marcela. *Precariedade e mistificação da precarização: superexploração da força de trabalho*. Revista Vértices, v. 22, n. Especial, 2020, p. 667-686.

Souza, Caroline Passarini; Tardivo, Giovana Puppini; Haack, Marina Camilo. *Localizando a mulher escravizada nos mundos do trabalho*. Dossiê Mundos do Trabalho, Cantareira, Niterói. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view//44322/28124>. Acesso em 18 de maio de 2021.

Suzuki, Natália (org.). *Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil?* São Paulo: Repórter Brasil, 2020.

5.

Na “viela” do progresso: imagens e narrativas femininas da luta por moradia na cidade-mercadoria

*Carolina Cristina Mantovani Ferreira
Stela Cristina de Godoi*

Uma introdução ao contexto e à metodologia empregada

Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre a problemática teórica da produção capitalista das cidades brasileiras, analisando as evidências empíricas produzidas no âmbito do desenvolvimento de um projeto de extensão realizado junto às mulheres da Ocupação Joana d’Arc¹, que se formou em 02 de novembro de 2012, em um dos trechos da extinta linha férrea do VLT (Veículos Leves Sobre Trilhos) de propriedade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU, no município de Campinas-SP). Em 2018, parte dessas linhas do VLT foi reaproveitada para a construção do BRT (*Buss Rapid Transit*) ou “Rapidão”. As fotografias analisadas na última parte deste capítulo datam do período liminar entre 2017 e 2018, marcado pela espera da remoção e sua deflagração com a chegada das obras do BRT ao bairro Cidade Jardim².

¹ O projeto de extensão *A cidadania feminina em ocupações urbanas: mulheres em ação politizando a cidade*, da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, atuou junto às mulheres da Ocupação Joana d’Arc, contribuindo para que desenvolvessem formas mais soberanas de reflexão e ação diante de suas vivências de desigualdade social e de gênero.

² As obras do BRT tiveram um impacto nas negociações das famílias e da liderança da ocupação Joana D’Arc com o poder público municipal.

Além das fotografias, a análise também levou em consideração nossas observações acerca do drama das mulheres da Ocupação, obtidas com a gravação do documentário *(entre)ocupações*³. Com a iminência da remoção, no último semestre de 2017, iniciamos um processo de registro da trajetória de vida de sete mulheres assentadas na Ocupação, cujos relatos evidenciaram o sentimento devastador de insegurança vivido pela população sem-teto, diante de mais um deslocamento forçado e da espera de um lugar na cidade onde pudesse permanecer.

Nas análises que seguem, empregamos a pesquisa bibliográfica para a investigação teórica de nosso assunto de interesse – as contradições da produção capitalista do espaço e os desafios da luta por moradia no Brasil. Todavia, além dessa metodologia, fizemos uso também da fotografia, não só como instrumento de documentação visual do “instantâneo da experiência”, mas como produto da pesquisa.

O uso da imagem nas Ciências Sociais ganhou espaço, sobretudo, a partir dos anos 1980, com o reconhecimento da “distância que separava as ciências sociais da discussão sobre as formas de representação da visualidade contemporânea e dos avanços das novas tecnologias de comunicação e produção de suportes imagéticos” (Mello, 1998, p. 214).

Segundo relato colhido com Galvão, liderança do MTD no local, havia uma promessa de doação de um terreno do governo federal no qual seriam construídas habitações de interesse social com financiamento imobiliário via entidade, através do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV). Ainda segundo ele, essas negociações foram emperradas após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, ao mesmo tempo em que avançava a promessa de remoção da Ocupação em função das obras do BRT. Quando a obra do BRT alcançou os trilhos do VLT na altura do bairro Cidade Jardim, a remoção do Joana D’Arc se tornou iminente. Iniciou-se, deste modo, o cadastro das famílias para o recebimento do auxílio aluguel, medida que reiterou a provisoriidade que marca a experiência da pobreza urbana (Silva, 2020).

³ No segundo semestre de 2017, realizamos a gravação de entrevistas sobre a trajetória de vida dessas mulheres do Espaço das Joanas, as quais foram matéria de edição para a produção de um documentário de curta-metragem, “(entre)ocupações”, desenvolvido pelo Grupo de Alunas Voluntárias de Extensão (GAVE), sob coordenação da docente responsável pelo projeto de extensão ((entre) ocupações, 2017).

A fotografia é uma invenção moderna do século XIX [1839] que entra na era da reprodutibilidade técnica com a reputação pouco atraente de ser a mais realista e, portanto, a mais fácil das artes miméticas (Sontag, 2004). Todavia, ela também é um mecanismo social de crítica da sociedade burguesa (Benjamin, 1987), visto que, ao captar o que está fora do controle da racionalidade, o registro fotográfico permite documentar o caráter ontológico da realidade social. Susan Sontag (2004) atribuiu ao movimento surrealista essa capacidade de criar um mundo em duplicata, muitas vezes mais dramático do que a realidade percebida pela visão natural.

Neste capítulo, não usamos as imagens apenas como instrumento para congelar a realidade, e sim como representação social do caráter fenomenicamente fragmentário da sociedade contemporânea. Como nos apresenta Martins (2016),

A fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente dependente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia, a fotografia como representação social e memória do fragmentário, que é o modo próprio de ser da sociedade contemporânea. Mesmo que tenha tido uma origem difusa e funções inespecíficas, a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo impossível, como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade (p. 36).

Assim, a combinação da pesquisa bibliográfica com a narrativa visual dos vestígios da vida das mulheres e crianças, deixados após a remoção da Ocupação Joana d'Arc, busca uma compreensão crítica da realidade que sirva à transformação social. A produção e análise dessas fotografias não são apenas dados de uma observação sociológica neutra. Mais que isso, são registros de quem foi afetada pela pergunta da criança “nômade” no meio da devastação: “pra onde eu vou agora, tia?”.

Planejamento urbano e segregação socioespacial na cidade-mercadoria

As histórias de vida de cada uma das sete mulheres da Ocupação Joana d'Arc que cederam depoimentos para o documentário *(entre)ocupações* se encontram na busca por “ocupar” um território. Suas trajetórias socioterritoriais são liminares. Os relatos denunciam o seu não-lugar nesse “imenso território da desigualdade” em que se constituiu a formação socioespacial brasileira (Souza, 1994). Como relata Rose, uma de nossas entrevistadas: “Eu me lembro, com cinco anos, já carregando trouxa na cabeça para ocupar, uma montanha. A gente ocupou, era bem alta até, tinha que subir, praticamente escalar, o apelido da montanha era ‘pedra do bode’, porque só os bodes conseguiam subir”.⁴

Segundo Souza (1994) as ideologias geográficas no Brasil reforçam um certo orgulho que temos da nossa continentalidade e mistificam as desigualdades socioespaciais que nos dividem. A partir da modernidade produzida desde o centro do capitalismo, o Estado-Nação foi tomado como território (Santos, 1994), entretanto, o Brasil, em função da sua condição periférica e colonial, aparece como uma “área de expansão” que permanentemente desloca, expulsa e desenraiza os que não tem lugar. Como afirma outra entrevistada, a Sandra, “Apesar de nascida e criada em Campinas, eu nunca consegui uma casa da COHAB”.⁵

A produção capitalista unificou o espaço, mas construiu sua unidade sobre o esfacelamento, sobre a destruição da unidade. Essa relação pendular entre a unificação e a fragmentação apresenta-se como uma condição para a expansão do capital sob todas as formas de vida social. Se as condições urbanas de produção tinham perigosamente reunido as

⁴ Depoimento de uma moradora durante os trabalhos de campo realizado na Ocupação Joana D'Arc no ano de 2017. Gravação de 17'29" - [(entre)ocupações, 2017].

⁵ Depoimento de uma moradora durante os trabalhos de campo realizado na Ocupação Joana D'Arc no ano de 2017. Gravação de 17'29" - [(entre)ocupações, 2017].

trabalhadoras e os trabalhadores atomizados, a cidade tem que prevenir todas as possibilidades de encontro (Debord, 1997).

Mike Davis (2006), embasado em uma perspectiva global acerca dessas desigualdades urbanas, lembra-nos de que a segregação socioespacial é histórica e estrutural no capitalismo. Todas as formas de segregação socioespacial são, dessa maneira, constitutivas do modo de ser da cidade-mercadoria. No capitalismo periférico, todavia, o colonialismo definiu a ocupação do solo urbano a partir de determinantes de classe e raça, segregando a população pobre e racializada para as periferias dos centros urbanos.

A “desigualdade do Terceiro Mundo é visível até mesmo do espaço” (Davis, 2006, p. 104), é o que mostram os contrastes colossais de densidade populacional nas fotografias tiradas por satélite. Esses abismos socioespaciais não são fortuitos. Na periferia do sistema, eles recapitulam lógicas antigas de controle imperial e de dominação racial. Em todo o Terceiro Mundo, as elites pós-coloniais, apesar da retórica de libertação nacional e justiça social, adaptaram com agressividade o zoneamento racial do período colonial para defender os seus próprios privilégios de classe e a exclusividade espacial.

Ainda em sua análise sobre a favelização do mundo como tendência global do novo milênio, Davis (2006) reúne dados impressionantes sobre a escalada da remoção populacional forçada, tanto daquelas e daqueles que têm posse legal, quanto dos indivíduos considerados “invasores” sob a ótica da representação ideológica hegemônica da cidade. Em todo o mundo pós-colonial, sobretudo com as ditaduras militares, os governos declararam uma guerra às favelas, empregando as forças de segurança pública para a remoção compulsória de assentamentos irregulares. Como consequência,

Os pobres urbanos são nômades, moradores transitórios num estado perpétuo de realocação. [É] uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do ‘progresso’, do ‘embelezamento’ e até da ‘justiça social para os pobres’, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalha-

dores de classe média. Como na Paris da década de 1860 sob o reinado fanático do barão Haussmann, a reconstrução urbana ainda luta para maximizar ao mesmo tempo o lucro particular e o controle social. (Davis, 2006, p. 106).

Como recorda Debord (1997), a sociedade capitalista que se expande modelando tudo o que a cerca precisa fazer do território o palco de seu espetáculo. Nesse sentido, o urbanismo é a técnica para a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo. Assim, o que o teatro da modernidade esconde é que o verdadeiro negócio da cidade é a disputa pela localização (Maricato, 1996).

Desde o final dos anos 1970, os livros de sociologia urbana apontam para o caráter contraditório da urbanização brasileira. Em um trecho quase profético, Blay (1978) afirma que “os projetos governamentais de organização do espaço urbano não conduzirão a solucionar o problema das favelas mas [sic], ao contrário, propiciarão condições à disseminação delas por todo o interior do Estado de São Paulo” (p. 171). Se nos anos 1970 a cidade de São Paulo, por exemplo, tinha menos de 1% da população do município morando em favelas, no início dos anos 1990, segundo dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), essa taxa era de 19,4% (Maricato, 1996).

De acordo com Blay (1978), no Estado de São Paulo, a cidade se expandiu por dois processos concomitantes: absorção das favelas e absorção das faveladas e dos favelados. Conforme essas famílias obtinham maiores rendas, as moradias mais precárias iam melhorando, e a favela se transformava em bairro. Entretanto, essa expansão foi se dando de modo desequilibrado, pois os fluxos de migração rural urbana se tornaram, na última década, muito mais intensos do que o processo de crescimento do mercado de trabalho. “Os desequilíbrios não são apenas habitacionais [sic] mas incidem sobre todos os aspectos da vida urbana” (Blay, 1978, p. 171).

Então, qual a razão desses desequilíbrios constituírem a expansão urbana? Trata-se apenas de uma carência de regulamentação? Ora, essa seria uma resposta ingênua. Segundo Debord (1997, p. 112-113), o urbanismo é a realização

moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização de trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente reunido. Para o autor, a luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado.

Nesse sentido, a demanda não atendida por moradias populares no Brasil não é apenas um problema de falta de normas e de planejamento urbano, mas de contração do seu poder de atuação quando esbarra nos interesses dos grupos de alto poder econômico. Segundo Maricato (1996), a questão da moradia no Brasil está atravessada pelo deslocamento entre a ordem legal e a ordem real. De um lado, há o imprevisto para lidar com os problemas acumulados na cidade clandestina e, de outro, o rigor normativo e a ação cartorial na cidade legal.

Incorporando a perspectiva da escola paulista de sociologia acerca do processo de modernização brasileira, Maricato (1996) compreende que a contradição entre norma e infração no urbanismo periférico é uma manifestação da especificidade de nossas relações capitalistas marcadas pelas ambiguidades da sociedade colonial. Embora a formação social brasileira seja parte integrante de um processo que é capitalista, segundo essa perspectiva, não se pode perder de vista que a República nasceu marcada por relações calcadas no favor, no privilégio e na arbitrariedade e tal relação calcada no favor constitui a negação da universalidade dos direitos. Apesar de previsto na ordem legal, o conteúdo do liberalismo brasileiro se definia, no plano econômico, por comércio, produção escravista e compra de terras (após 1850); e, no plano político, por eleições indiretas e censitárias. Tratava-se do liberalismo do cidadão proprietário (Maricato, 1996, p. 33).

Em 1850, deu-se uma perfeita articulação entre o processo de “extinção” do cativo e a mercantilização das terras. Entre 1830 e 1850, entraram no Brasil, segundo Bosi (1992, p. 196), 700.000 africanas e africanos. Ou seja, no Brasil do século XIX, encontramos um “liberalismo adaptado às ‘circunstâncias’ e às ‘peculiaridades’ nacionais” (Maricato, 1996, p. 33). Já para Ricupero (2008, p. 59-60),

O liberalismo na Europa correspondia às aparências, num contexto onde [sic] prevalecia o trabalho livre e a igualdade perante a lei. Já no Brasil, onde o trabalho escravo era dominante e, conseqüentemente, relações materiais de força eram normais, a exploração se revelaria sem subterfúgios. Mas aqueles que não eram escravos se relacionariam, para além da força por meio do favor e, dessa maneira, afirmariam sua condição de homens livres.

Assim, as “ideias fora do lugar”, sugeridas por Schwarz (2000), não tratam só da inadequação das ideias liberais para o contexto brasileiro, mas evidenciam que nos países periféricos a formação se completa na “torção” das formas que supostamente nos tornariam “civilizados”. Essas formas torcidas têm valor heurístico para revelar a contradição do urbanismo capitalista.

Dessa forma, Maricato (1996) sugere que pensar a ocupação do solo e as lutas por moradia na chave da “irregularidade” ou na falta de planejamento urbano reitera a mistificação imposta pela representação ideológica hegemônica acerca da cidade: O desconhecimento da cidade real pelas classes médias e dominantes da sociedade é reforçado pelo seu confinamento a uma área de circulação restrita pelas “ilhas de primeiro mundo” (p. 27). “Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente homogêneo, contando com comércio e serviços requintados” (p. 27).

Para romper com essa mistificação, é preciso, pois, considerar a articulação contraditória entre a norma e a infração. Ou seja, retomando a análise de Roberto Schwarz acerca da elite brasileira no contexto de modernização das relações de trabalho no pós-abolição, Maricato (1996, p. 32) afirma que a contradição entre norma e infração no urbanismo periférico se explica na “formação ideológica e moral da sociedade brasileira” pela “convivência do ideário liberal” com relações de dominação pessoal.

A partir de meados do século XIX, desenvolveu-se uma malha de leis e regulamentos para dar maior precisão ao loteamento, no ainda incipiente mercado fundiário urbano. Contudo, foi com o início da República que se afirmou o urbanismo modernista segregador, com proibições para

construção de cortiços e “edificações acanhadas nas áreas mais centrais”. Estrutura-se, deste modo, todas as condições para a disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações da cidade (Maricato, 1996, p. 38).

O centro foi reservado às elites e às classes médias de consumo, enquanto as periferias às trabalhadoras e aos trabalhadores pobres. O Estado foi conivente com a ocupação do solo urbano em loteamentos clandestinos onde as condições de urbanização (infraestrutura urbana) eram (e são) absolutamente precárias ou inexistentes. Para a autora:

Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferência do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial. É o que se desprende dos dados históricos e da experiência empírica atual. A lei de mercado é mais efetiva do que a norma legal (Maricato, 1996, p. 26).

Ela aponta também para o fato de que a especulação imobiliária se realizou especialmente por meio de investimentos públicos. Resumidamente, o processo é mais ou menos assim: inicialmente, a população pobre ocupa os espaços sem valor de mercado; depois, por meio de pressão popular, chega a infraestrutura básica; então, os imóveis se valorizam e grandes obras públicas de locomoção e urbanização abrem alas ao cortejo triunfal do progresso que, incessantemente, destrói territórios para aquecer o mercado imobiliário que assiste impassível à tragédia humanitária das remoções em função da instalação de grandes empreendimentos.

Direito à cidade e os movimentos de ocupação urbana no Brasil

As desigualdades urbanas estruturais e a falta de políticas públicas que garantissem o acesso ao solo urbano e à moradia motivaram a população a se organizar em movimentos

sociais. A genealogia dos movimentos de moradia relaciona-se ao fim da ditadura militar no Brasil, quando aconteceram as primeiras ocupações organizadas de terra, os primeiros movimentos de luta pela urbanização e pela regularização fundiária nas favelas e o nascimento do movimento dos sem-terra urbanos (Gohn, 1991).

Depois de participarem ativamente do processo de redemocratização de fins dos anos 1970 e início de 1980, esses novos movimentos sociais “que entraram em cena” foram atingidos pelo projeto neoliberal que esvaziou essas lutas em nome de um projeto político que culminou na democracia de mercado (Sader, 2001; Trindade, 2017; Santos, 1994).

Nos anos 2000, os movimentos sociais de luta por moradia ganharam novo fôlego por meio de sua articulação com outras pautas ligadas ao contexto de crise política e econômica que passava o país. Esse foi o caso do movimento social que construiu a Ocupação Joana D’Arc, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD). O MTD, fundado como Movimento dos Trabalhadores Desempregados, nasceu da necessidade de vincular a luta por moradia nos grandes centros urbanos à luta por trabalho (Menezes, 2019). O relato cedido por Galvão, militante do MTD e liderança local, é elucidativo para se entender a formação da Ocupação Joana D’Arc:

A gente começou com um trabalho em uma ocupação no fundo da gleba, uma ocupação espontânea no Jardim Icarai e essa ocupação foi despejada, a gente continuou o processo de organização das famílias, que constituíram a Associação Joana D’Arc. E a gente passou a reivindicar áreas para um projeto de moradia. O argumento que se tinha era que não tinha terreno disponível. No mapeamento que a gente fez tem 218 imóveis, só da extinta rede ferroviária, só dentro do município de Campinas, não operacionais, que são áreas que não está mais sendo utilizada na questão ferroviária.⁶

⁶ Depoimento do coordenador do Movimento dos Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) durante os trabalhos de campo realizado

Nossa observação participante durante os três anos em que desenvolvemos ações extensionistas dentro da Ocupação Joana D'Arc evidenciou que a coordenação do MTD local buscava conciliar várias lutas. A escolha do local a ser ocupado aponta para a busca das organizações de pautar a questão da moradia para além da casa em si, incluindo sua localização urbana, o que demonstra que a luta por moradia é também uma luta por direito à cidade como um direito humano coletivo de viver em uma cidade inclusiva, justa e sustentável (Saule Júnior, 2016).

A noção de direito à cidade inicia-se em 1967, com o ensaio *Le droit à la ville*, de Henri Lefebvre, em um momento na França no qual uma nova onda de transformações urbanas provocou um sentimento de perda com as demolições e até de desespero com a marginalização. Como afirma Harvey (2014, p. 15), a noção de direito à cidade surgiu “basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” e não oriundas do espaço acadêmico.

Assim, podemos afirmar que a “importação” dessa noção de direito à cidade serviu como um catalisador dos novos movimentos sociais que surgiam no Brasil nos fins dos anos 1970 e no início de 1980. Como explica Cafrune (2016), principalmente a partir da redemocratização, após a ditadura civil-militar, a ideia de direito à cidade se tornou uma reivindicação comum no Brasil, reunindo demandas de grupos sociais muito diversos, movimentos de luta à moradia, à mobilidade urbana, ao patrimônio material e imaterial. Ainda segundo o autor, trata-se de uma trajetória de apropriação de um conceito que se iniciou através do diálogo de intelectuais progressistas brasileiros com o trabalho de Henri Lefebvre (2001), tendo se difundido em diversas áreas do conhecimento e alcançado, recentemente, o campo jurídico (Cafrune, 2016, p. 186).

Nesse sentido, a ideia de direito à cidade engrossa o caldeirão político e cultural dos novos movimentos sociais,

na Ocupação Joana D'Arc no ano de 2017. Gravação de 17'29" - [(entre) ocupações, 2017].

tensionando ainda mais o campo político. Paradoxalmente, conforme o aparato jurídico-institucional acomoda o termo, tanto nas esferas legais nacionais quanto nas internacionais, a ideia de direito à cidade foi perdendo o seu caráter utópico que tinha originalmente. Para Trindade (2017):

Em Lefebvre ([1968] 2008), o direito à cidade aparece como uma utopia, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade. Como sublinhado por Souza (2010, p. 318), para Lefebvre o direito à cidade não se refere ao direito a uma vida melhor e mais digna na cidade capitalista, mas sim a uma vida diferente, em uma sociedade diferente, onde a lógica de produção do espaço esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca. (p. 135).

Assim, apesar da noção de direito à cidade empregada no contexto dos novos movimentos sociais ter se materializado em algum tipo de conquista social na legislação brasileira, como aponta o entendimento abrangente de direito à cidade do Estatuto da Cidade (2001) – enquanto direito à terra, à habitação, à infraestrutura urbana, ao saneamento ambiental, ao transporte, ao serviço público, ao trabalho, ao lazer – o Estado nunca elegeu como prioridade a regulação do uso do solo e da propriedade urbana. De acordo ainda com o autor,

Mesmo depois de tanto tempo, não houve mudança significativa no modelo de política urbana adotado no Brasil. Em 2009, com o lançamento do programa “Minha Casa, Minha Vida”, pelo Governo Federal, foram anunciados investimentos bilionários com o objetivo de auxiliar no combate ao déficit habitacional do país, a partir de subsídios que tinham como alvo preferencial as faixas de renda situadas na base da pirâmide social (0 a 3 salários-mínimos). Se, por um lado, essa quantia de recursos foi vista como uma conquista, o que se tem verificado, por outro, é que o programa federal em questão continua reproduzindo o padrão periférico de urbanização ao “empurrar” para as áreas mais distantes e periféricas

justamente aquela população com menos recursos para se locomover pelo território. (Trindade, 2017, p. 146-7).

Talvez, então, a grande tarefa histórica do debate sobre o direito à cidade seja ainda atualizar a radicalidade histórica e teórica que o constituiu, imaginando uma cidade para além do capital, centrada na vida e na reprodução social.

Narrativas visuais da sociabilidade feminina na ocupação Joana D'Arc

Até o momento, exploramos o argumento de que, na sociedade capitalista, classe e raça estruturam a ocupação socioespacial, relegando, sobretudo nos países de passado colonial, as periferias da cidade – onde estão instaladas as piores condições de infraestrutura sanitária, mobilidade, habitabilidade e acesso a bens culturais – às trabalhadoras e aos trabalhadores pobres e racializados. Todavia, o uso e a ocupação do solo urbano guardam conexão com as relações sociais de gênero também.

No debate político moderno, a própria cidade foi concebida a partir de uma aparente dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Segundo Biroli (2014), essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que a isola das relações de poder na vida cotidiana, onde está situada as nossas “capacidades sociais disponíveis para dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e, de modo mais geral, sustentar conexões” (Fraser, 2020, p. 261).

Historicamente, pelo menos desde o período industrial, conforme a produção foi deslocada para fora da unidade familiar, operou-se uma cisão entre o trabalho de reprodução social e o de produção econômica. O processo de reprodução social foi enclausurado no espaço doméstico e o cuidado passou a ser representado como trabalho de mulher (Fraser, 2020). As desigualdades entre homens e mulheres na configuração das relações de cuidado determinam, também, as possibilidades de acesso aos recursos e à participação política (Biroli, 2015).

A observação da dinâmica social no interior da Ocupação Joana d'Arc revela que essas contradições socio-reprodutivas das sociedades capitalistas se manifestam de modo agudo na experiência de vida das mulheres e crianças pobres e sem-teto. Elas formam os grupos mais duramente afetados pelos despejos, porque as diferenças entre os gêneros no desempenho dos trabalhos reprodutivos são fatos determinantes do modelo de realidade urbana construído historicamente. É sobre as mulheres que pesa a responsabilidade, quase que exclusiva, de criação das crianças. Assim, não ter casa implica submeter suas crianças à vulnerabilidade das ruas. O risco de violência sexual também é muito maior para as mulheres e crianças. Além disso, no contexto de desigualdade de gênero, são as mulheres que atravessam os espaços públicos para realizar as atividades necessárias à reprodução de seu grupo familiar: ir ao mercado, à escola, ao centro de saúde.

Rolnik (2011), na condição de relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, na cartilha *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia*, sugere que o direito humano à moradia seja pensado do ponto de vista das mulheres, uma vez que a própria desigualdade na divisão sexual do trabalho e o genocídio da juventude pobre e negra dá enorme protagonismo a elas, como principal responsável familiar. Segundo a autora,

Para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens. Se quisermos de fato promover a igualdade entre homens e mulheres, essas diferenças precisam ser levadas em consideração. Tradicionalmente, no entanto, tal compreensão não costuma ser levada em conta pelos governos na hora de formular leis, de elaborar políticas públicas ou de executar projetos. Mas é preciso ficar claro que reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que “lugar de mulher é na cozinha” e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é

fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos. (Rolnik, Reis, Santos & Iacovini, 2011, p. 5)

Apesar da expressiva quantidade de mulheres em ocupações, em nossa experiência empírica, observamos que a presença da agenda feminista dentro dos movimentos de luta pela moradia ainda é tímida. Contudo, a observação da dinâmica social da Ocupação Joana D'Arc permite afirmar que as mulheres constroem suas redes mesmo não tendo ainda se estruturado enquanto militância dentro do movimento de luta por moradia. Segundo Helene (2019):

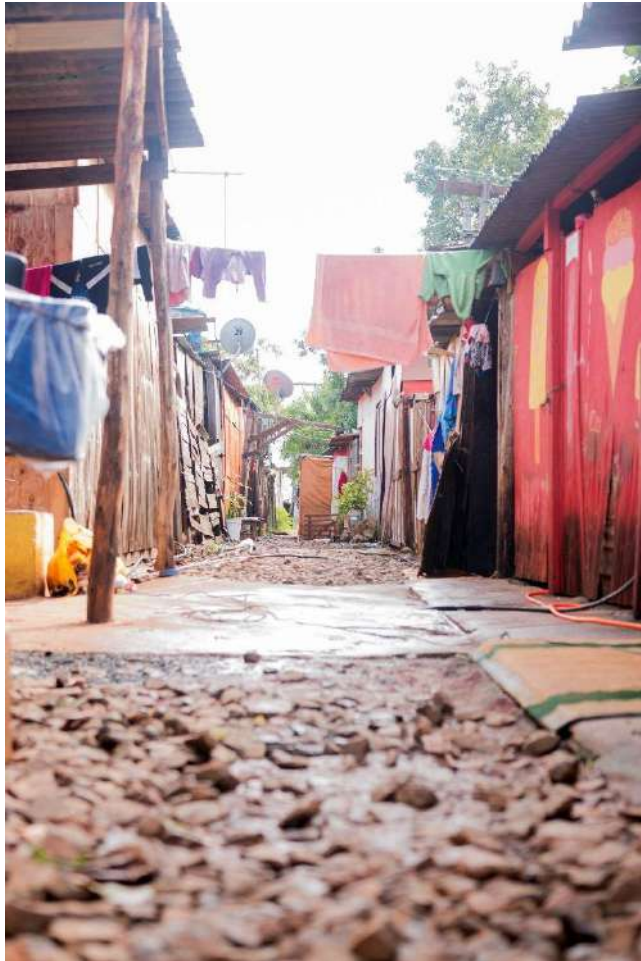
Independentemente do [sic] debate feminista estar inserido de forma mais sistemática dentro das pautas de militância dos movimentos de luta por moradia, as relações entre empoderamento feminino e os ganhos de autonomia das mulheres ao participarem desses movimentos são prementes e envolvem fatores relacionados à formação do capitalismo e das cidades no tocante às desigualdades de gênero. (p. 952-3).

Para a autora, a participação massiva de mulheres em movimentos de moradia deve-se a chamada “feminização da pobreza” (Helene, 2019, p. 960). Sua presença é crucial para questionar o urbanismo capitalista que “privilegia as tarefas relacionadas à produção no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas a [sic] realização das tarefas reprodutivas” (Helene, 2019, p. 960).

Na ocupação Joana D'Arc, era impossível ignorar a presença feminina. Elas estavam atrás do balcão da pastelaria, da sorveteria, das festas no Barracão. Do mesmo modo, na dinâmica social da Ocupação, a mãe era a principal referência das crianças, diante de uma figura paterna quase sempre fraca e violenta; isso, quando não ausente. Assim, esses rastros deixados no espaço e registrados nas fotografias analisadas a seguir são vestígios da presença feminina e suas redes de apoio, dentro do movimento de luta por moradia.

As fotografias *Viela Ocupada* (figura 1) e *A viela tá estreita!* (figura 2) mostram o local de passagem construído pela comunidade no território que encarna as vivências de liminariedade experimentadas por essa população.

Figura 1 - Viela Ocupada



Fonte: Carolina Mantovani, 2017.

O trabalho de campo levou ao entendimento de que o termo “viela” tanto se referia a um lugar de passagem localizado entre as duas quadras de blocos de família, como se constituía no signifiante de uma experiência de risco e insegurança. Ou

seja, levando em consideração esse campo sociolinguístico, compreendemos que a “viela” das mulheres da Ocupação Joana d’Arc encarna os elementos mais sombrios da vida urbana reservados às mulheres pobres dentro da lógica da cidade-mercadoria. A interpretação dos aspectos simbólicos daquela espacialidade se confirma também na gíria utilizada pela comunidade para se referir a uma situação de conflito e violência: “a viela tá estreita!”.

Figura 2 - A viela tá estreita!



Fonte: Carolina Mantovani, 2018.

A fotografia acima nos permite acessar visualmente essa experiência que o termo representa. Com a chegada dos tratores e o processo de remoção, a viela se estreitou e os vestígios das atividades reprodutivas do cuidado sumiram. Podemos notar que as roupas no varal, a mangueira de borracha e o alinhamento das tábuas que fechavam as paredes dos barracos, presentes na figura 1, *Viela ocupada*, depois da desocupação, foram substituídas pelo abandono e a desolação na figura 2, *A viela tá estreita*.

Além da viela, outro espaço construído pela comunidade, que é fundamental para compreender as experiências das mulheres no contexto da luta por moradia, é o “Barracão das

Crianças”. O Barracão foi construído com muito esforço pelo coletivo de jovens (Família Nós que tá) e uma liderança comunitária (Sandra).

Em 2015, quando chegamos à Ocupação, não havia um centro de cultura ou um espaço de socialização das mulheres, isto é, um lugar para onde as atividades reprodutivas da comunidade podiam ser deslocadas, fora da esfera privada da família. Mediante um esforço grande de arrecadação de recursos para compra de materiais, a comunidade utilizou a área de um barraco que havia sofrido um incêndio para a construção de um espaço de convivência social, local onde as mulheres e suas crianças podiam fazer festas, brincar e participar das atividades promovidas pelas universidades e outros parceiros. As fotografias abaixo, figuras 3 e 4, testemunham a destruição do “Barracão das Crianças” e simbolizam o processo contínuo de desarticulação das redes de apoio construído pelas mulheres e para as mulheres.

Figura 3 - Festa no Barracão das crianças



Fonte: Carolina Mantovani, 2017.

Figura 4 - Barracão condenado



Fonte: Carolina Mantovani, 2018.

A foto *O Barracão condenado* anuncia a tristeza que encontraríamos, depois, nos vestígios da demolição. A remoção movimentou mais de 200 famílias em um voo forçado, de rota incerta. As famílias recebiam o dinheiro (menos de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo) do auxílio aluguel e enfrentavam muitas dificuldades para conseguir alugar uma casa com aquele valor. Sem dinheiro para o transporte, sem fiador para aluguel, com móveis precários que foram abandonados, as mães e suas crianças foram duramente atingidas.

A foto abaixo, intitulada *O quadro da destruição* (figura 5), é muito simbólica, tanto por aquilo que a própria imagem revela, quanto pela história que ela esconde. Em um dos dias em que presenciamos as atividades do Barracão, uma garotinha entregou esse quadro para decorar o salão. Ela pintou a casa pela qual todos ali lutavam. O quadro ficou para trás, enquadrado naquele museu da destruição.

Figura 5 - O quadro da destruição



Fonte: Carolina Mantovani, 2018.

Além do quadro da casa pintado pela garotinha, encontramos vários outros vestígios da infância que ficou para trás: a bicicleta ao lado do carvão da fogueira e a criança espreitando a terra arrasada ao seu redor. No muro que aparece na imagem a seguir (figura 6), estão depositadas diferentes camadas de tempo. No plano de fundo, vemos um conjunto habitacional abandonado, localizado em frente à antiga estação do VLT, na altura do bairro Cidade Jardim. As três torres provavelmente foram erguidas quando a instalação do VLT trazia uma promessa de valorização da área. Sobre o cimento cru, vemos várias pichações com os códigos da juventude periférica.

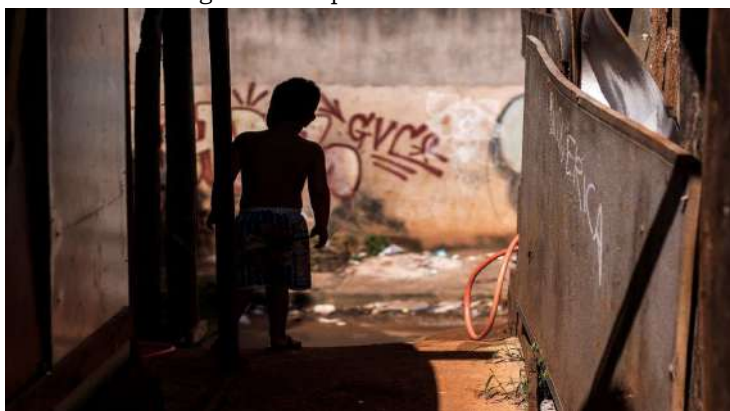
Figura 6 - Crianças invisíveis no pé da fogueira



Fonte: Carolina Mantovani, 2018.

Na fotografia abaixo (figura 7), vemos o garotinho de uma das últimas famílias a deixar o terreno da Ocupação. O garotinho cresceu nas “vuelas do progresso”. Seu barraco ficava localizado na quadra de cima do antigo trilho do VLT: “sai da viela, menino, que o trem vai te pegar!”, dizia a mãe, com a ironia de quem sempre soube que os pobres são tratados como um obstáculo para a locomotiva do “progresso”. Sua pergunta ainda não tem resposta: “pra onde eu vou agora, tia?”.

Figura 7 - Espreitando o amanhã



Fonte: Carolina Mantovani, 2018.

A paisagem que o menino espreitava mudou. O “progresso” chegou. Onde havia os barracos, agora há o asfalto do corredor do BRT e os vidros da estação. Nos últimos anos, desde a remoção, a família mudou de casa mais inúmeras vezes, mas em nenhuma delas pôde encontrar o “seu lugar”. Tudo mudou, só a provisoriade imposta aos “nômades” da cidade-mercadoria é que permaneceu.

Considerações finais

O caminho teórico-metodológico que traçamos partiu da suposição do caráter premente da fotografia na contemporaneidade. A fotografia como prova cabal das lembranças está arraigada ao nosso imaginário social, como revelam os filmes de ficção que o atualizam. Os androides imaginados por Ridley Scott, por exemplo, tomavam as fotografias de família como o álibi perfeito de sua humanidade (Barros, 1989).

Para além da memória familiar individual, a fotografia é um dos principais suportes da memória social. A distância que separa o fotografado de quem vê a fotografia não é apenas temporal, pois a imagem duplicada capta a dramaticidade que a visão natural não alcança no instante sincrônico da realidade percebida (Sontag, 2004).

Como documento da tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade, a fotografia refaz os vínculos entre os momentos desencontrados do todo, impossível de perceber a olho nu (Martins, 2016). Através desses fios invisíveis, as fotografias apresentadas revelam, expõem, denunciam o caráter ontológico da desigualdade socioespacial na urbanidade periférica brasileira.

O estatuto da escravidão e a racialização dos sem-lugar na cidade mercadoria; o capitalismo hipertardio e o território brasileiro como “área em expansão”; e a estrutura agrária desigual e o voo forçado de trabalhadoras e trabalhadores em busca de trabalho e redes de proteção social nos grandes centros urbanos são processos que marcam profundamente nossa formação socioespacial.

As fotografias do “antes” e do “depois” do despejo das famílias da Ocupação Joana D’Arc revelam que a precarização das condições de habitação são o “estado de exceção” permanente dos pobres na periferia do capitalismo. Por sua vez, a análise dos processos sociorreprodutivos, reiteradamente ocultados no pensamento androcêntrico, alerta para o fato de que para compreender e transformar a vida das mulheres nas “viegas” do progresso, o recorte de classe é imprescindível, mas insuficiente para interpretar seu lugar liminar.

O trem corta o espaço.
Os vidros permitem ver.
O trilho atravessar.
Mas se era para ver a vida passar,
Porque não querem ver as vidas que insisto em apresentar.
O que é a cidade?
Casa sem rua? Rua sem sarjeta? Ponte sem vida?
Desde quando morar é um privilégio e a cidade uma mercadoria?
A violência está na travessa.
Mulher na rua abusa da sorte:
“Tá à toa, tá na vida, tá pedindo!”.
Dizem: “na casa está segura!”.
Ouço: “não moro, me escondo!”.
Dizem que trabalho é criação,
Mas quando cuida da cria, dizem que não é uma ocupação.
Quando dão trabalho, são um problema e o trabalho uma punição.
Sob os trilhos, à espera da desocupação.
Com um braço estende a lona, com o outro estende a mão.
Se a “viela tá estreita”, o coração não.

[(entre)ocupações, Stela C. de Godoi, 2017]

Referências

(ENTRE) OCUPAÇÕES. Produção: Stela Cristina de Godoi, Carolina Mantovani, Daniele Mendes do Prado e Iara Teixeira. Intérpretes: Claudene, Érica, Galvão, Jaqueline, Mara, Rose, Sandra e Vanda. Roteiro: Stela Cristina de Godoi. Campinas, SP: Grupo de Alunas Voluntárias de Extensão (GAVE), Projeto de Extensão “A cidadania Feminina em ocupações Urbanas:

mulheres em ação politizando a cidade”, 2017. 17’29”, son., color. Disponível em: < <https://youtu.be/paAqaCgfvY>>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

Barros, Myriam. Memória e família. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 29-42.

Benjamin, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas I*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

Biroli, Flávia. O público e o privado. In: Miguel, Luis Felipe (org.) *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

Biroli, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 00, n. 18, 2015, p. 81-117.

Blay, Eva Alterman. Planejar para quem? ou a reprodução de favelas nas cidades paulistas In: Blay, Eva A (Org.). *A luta pelo espaço*. Textos de Sociologia urbana. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1992.

Cafrune, Marcelo. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 1, 2016, p. 185-206.

Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Editora Boitempo, 2006.

Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1997.

Fraser, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 27, n. 53, 2020, p. 261-288.

Gohn, Maria. *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo. Edições Loyola, 1991.

Harvey, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2014.

Helene, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrôpole*, v. 21, n. 46, 2019, p. 951-974.

Júnior, Nelson. Direito à cidade como centro da nova agenda urbana. IPEA. *Boletim regional, urbano e ambiental*, n. 15, 2016, s./p.

Maricato, Ermínia. *Metrôpole na periferia do capitalismo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

Martins, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo, Editora Contexto, 2016.

Mello, Maria Teresa. Os usos da imagem nas ciências sociais. In: Feldman-Bianco, B.; Leite, M. (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, Editora Papirus, 1998, p. 214-219.

Menezes, Hilário. *O processo de territorialização do movimento de trabalhadoras e trabalhadores por direitos na interface campo-cidade*. (Tese de doutorado). Santa Maria, 2019.

Ricupero, Bernardo. Da formação à forma: ainda as "idéias fora do lugar". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 73, 2008, p. 59-69.

Rolnik, Raquel *et al.* *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?*. Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2011.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2001.

Santos, Milton. O retorno do território. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia; Silveira, Maria Laura (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Editora 34, 2000.

Silva, Fernanda. A reiteração do provisório: considerações sobre o emprego do auxílio aluguel no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020, p. 1-25.

Sontag, Susan. *Sobre a fotografia*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2004.

Souza, Maria Adélia. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia; Silveira, Maria Laura (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

Trindade, Thiago Aparecido. *Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade*. Jundiaí, Editora Paco, 2017.

6.

Migração, gênero e reprodução social¹

Mariana Shinohara Roncato

Introdução

Em 1990, o Japão reformou sua Lei de Controle de Imigração [*nyūkanhōkaisei*, 入管法改正] e passou a abrir suas fronteiras para descendentes de japoneses de até terceira geração. Começou, assim, o chamado fenômeno de *dekassegui*, que compreende o fluxo migratório da população brasileira com ascendência japonesa (*nikkeis*) e que atualmente contabiliza mais de 208 mil trabalhadoras e trabalhadores oriundos do Brasil². A abertura jurídica coincide com a chamada questão populacional naquele país, que corresponde à baixa taxa de fecundidade, ao envelhecimento populacional e à dificuldade de reposição geracional, resultando na carência de força de trabalho em diversos setores chaves da economia.

Em comparação a outros países centrais do capitalismo, o Japão tem uma fraca tradição no número de imigrantes (Morris-Suzuki, 2006), não ultrapassando 2% de sua população. Não obstante, a dificuldade em repor a força de trabalho necessária à manutenção de seu capitalismo tem colocado a questão migratória em debate, seja no âmbito parlamentar, entre o empresariado japonês ou na sociedade civil. Portanto, nesse contexto, as políticas migratórias vêm se moldando em

¹ Este capítulo é uma versão atualizada do artigo “Trabalho, Estado, políticas migratórias e relações de gênero no Japão”, apresentado no GT16 - Estado e políticas migratórias: visibilidade, exclusão e violência, no 44º Encontro Anual da ANPOCS.

consonância com a necessidade requerida pela burguesia local e em diálogo com a opinião pública, resultando em uma disputa entre ideários liberais, correntes progressistas e o grau de nacionalismo vigente.

No ano de 2020, lá residiam quase 3 milhões de estrangeiras e estrangeiros que se dividiam em setores chaves da economia japonesa. De um lado, havia imigrantes oriundos de países de economias centrais que se localizavam em grandes centros urbanos e possuíam vistos de trabalho destinados a profissionais com qualificação profissional. Do outro, correspondendo a maior parte da população imigrante, estavam os indivíduos oriundos de países periféricos, situados em setores não qualificados do mercado de trabalho e residindo em polos industriais, longe das metrópoles.

A população dekassegui, comunidade brasileira que reside mediante vistos de permanência auferidos por sua ascendência japonesa, insere-se nesse segundo grupo, ou seja, localiza-se em nichos de trabalho majoritariamente fabril e vive em grandes centros industriais. Os trabalhos realizados por essa população, a despeito de três décadas no país, seguem as mesmas relações contratuais: informalizadas e de curta duração, salários por hora, menor proteção social e sem estabilidade.

A desigualdade de gênero no universo dekassegui segue tendências japonesas, porém, de modo intensificado. A mulher japonesa recebe, em média, 27% a menos que seu compatriota, acompanhando o cenário internacional em que divisão sexual do trabalho permanece como regra. Por sua vez, a mulher dekassegui chega a receber 30% a menos que o homem brasileiro, e trabalha igualmente em situações precárias.

Consideramos, com isso, que o pertencimento étnico e de gênero informam o lugar de classe que a população dekassegui se encontra na sociedade de classes japonesa. Essas três dimensões, vivenciadas de modo paradigmático pela imigrante, potencializam vivências opressivas e de exploração, seja no trabalho assalariado, seja na reprodução de suas vidas. Desse modo, este capítulo visa apresentar como as dimensões de classe, gênero e etnia se manifestam tanto nas políticas migra-

tórias, como no papel do Estado e nas relações de trabalho da população de kassegui.

A pesquisa foi conduzida, centralmente, através do diálogo entre a Teoria da Reprodução Social (TRS) e a leitura sobre migrações internacionais e trabalho. Além disso, foram utilizados também dados estatísticos do governo japonês. Para a análise das condições de trabalho das de kassegui, foi realizada uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, com 44 de kassegui e conversas informais com mais de 100 imigrantes, na cidade de Toyota, no Japão. Consideramos que a concepção integrativa entre a produção da mercadoria força de trabalho e a reprodução do capital abre caminhos para a compreensão da classe social, da raça/etnia e do gênero enquanto uma tese unitária que possibilita a explicação de como a classe trabalhadora se produz e é reproduzida.

Neste texto, em um primeiro momento, será apresentado o contexto social em que se precede o nascimento da força de trabalho imigrante, isto é, as relações familiares em articulação com a economia política que culminou no déficit populacional presente. Para tanto, faremos um breve recuo histórico a fim de expor algumas mudanças na estrutura familiar daquele país e demonstrar os conflitos existentes entre produção e reprodução da vida. Em seguida, analisaremos como a migração brasileira se adentra na sociedade japonesa, as motivações subjacentes para escolha desse fluxo migratório burocratizado e o enquadramento econômico do neoliberalismo de 1990. Por fim, iremos demonstrar em qual medida a produção da diferença – enquanto resultado da demanda do capital – molda as relações de trabalho e a família e como ela se manifesta para a mulher imigrante brasileira, reestruturando as relações de gênero e raça no Japão.

1.1 Trabalho e produção da vida

Entendemos que a Teoria da Reprodução Social (TRS) tem como objeto de análise a interação entre trabalho remunerado e não remunerado, entre produção e reprodução social, “[...] posicionando estes como partes diferentes, mas igualmente essenciais do mesmo global (capitalista) sistema.

Como tal, vê a divisão e relação contínua entre as duas formas de trabalho, não a natureza do trabalho de gênero, como o principal problema feminista” (Ferguson, 2019, p. 3). Nessa perspectiva, compreende-se, então, que a opressão da mulher, por exemplo, não se origina da organização capitalista do trabalho doméstico não remunerado, e sim em sua relação interna e integrativa com o trabalho assalariado.

Lise Vogel (1983), precursora da renovada Teoria da Reprodução Social, em seu livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e a opressão das mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária], destaca a relação contraditória, porém necessária, entre a acumulação do capital e o trabalho de reprodução social. Essa compreensão é contrária aos dualismos teóricos que apresentam a existência do capitalismo de um lado e, paralelamente, o patriarcado do outro, coexistindo duas formas de organização social que eventualmente se articulariam. A tese unitária, possibilitada pela TRS, examina a lógica sócio-histórica por meio da qual o capitalismo e a família patriarcal são coconstituídos (Ferguson, 2019, p. 112). A análise do trabalho imigrante, a nosso ver, ganha densidade teórica ao entender a produção da diferença (étnica e de gênero), assim como as opressões mediante explicações internas ao capital (sem ser funcionalista, no entanto), não precisando recorrer a causas externas ao mesmo.

Partimos dessa perspectiva e, para tanto, consideramos pertinente analisar como ocorre a interação entre o trabalho capitalisticamente produtivo e o trabalho doméstico não remunerado dentro do lar. A razão de tal enquadramento se justifica para sabermos por qual pressuposto nasce o trabalho imigrante no Japão, já que identificamos uma forte atração de imigrantes e entendemos ser fundamental responder por quais razões essa forte atração existe. Desse modo, a análise sobre o trabalho, o Estado, a divisão internacional do trabalho, a cultura local e a família são enfoques prioritários em nossa pesquisa.

Os padrões de família têm sua relação com o Estado via políticas públicas de incentivo ao aumento de fecundidade, de legalização do aborto, de criação de creches públicas, entre outros serviços que contribuem ou não para a reprodução social.

Esses indicativos, por sua vez, dialogam com a produção capitalista na medida em que esta tenta controlar a gestação da força de trabalho. Destarte, a tese unitária aqui assumida não se pretende funcionalista e tampouco determinista, pois não há um controle racional, direto e funcional do capitalismo para com a reprodução social e a gestação da força de trabalho. Tal relação se mostra como um campo de batalha, dotado de conflitos em que se compreende que a sexualidade é uma questão de Estado (Federici, 2017), assim como os corpos sexuados também são sujeitos que lutam contra sua apropriação.

1.2 Algumas considerações sobre a família japonesa

A socióloga japonesa Emiko Ochiai (1994), em seu clássico livro sobre a família japonesa *21-seiki kazoku e* [Rumo à família do século XXI] afirma que o modelo de família nipônica que hoje conhecemos é fruto da era Taisho (1912-1926) e resultado do êxodo rural e do crescimento econômico pós-Primeira Guerra Mundial. A representação da dona de casa, tal como hoje, inexistia e outros tipos de arranjos familiares eram a norma. Segundo a autora, o período de desenvolvimento econômico no Japão não teve uma estrutura familiar aos moldes ocidentais. A família nuclear japonesa, bastante presente no imaginário popular, é fruto de uma longa gestação e formada por um casal heterossexual, com um pai que trabalha fora de casa, uma mãe trabalhadora do lar e dois filhos, todos sustentados pelo salário familiar (Ochiai, 1994).

Antes da Primeira Guerra Mundial, havia a prevalência da família extensiva, com muitos filhos, e a coabitação de diversos casais sob um mesmo teto, o que resultava em menor sobrecarga do trabalho doméstico já que havia uma divisão dele, isto é, era feito de maneira mais coletivizada, porém, sempre realizado pelas mulheres (Ochiai, 1994). Naquele mesmo período, a mulher japonesa tinha uma inserção no mercado de trabalho mais alta em comparação a países como a Suécia, os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, entre outros – com mais de 60% das mulheres participando do trabalho assalariado fora de casa. Um aspecto importante salientado por Ochiai (1994) é

que, na era Tashio, não havia a saída do mercado de trabalho (e o retorno ao lar) após a gravidez, realidade muito diferente das últimas décadas no Japão. A coabitação permitia que as mulheres mais velhas (geralmente avós) cuidassem das crianças e dos idosos, enquanto as mais jovens pudessem sair para o trabalho fora de casa.

A curva demográfica M, que representa a relação entre a mulher e o mercado de trabalho, é recente na história japonesa e há uma peculiaridade lá. Compreendemos por curva M o percurso da mulher japonesa de entrar, sair e entrar novamente no mercado de trabalho: após concluir seus estudos, essa mulher entra, por alguns anos, no mercado de trabalho; porém, após o nascimento do filho, ela afasta-se de sua ocupação remunerada e dedica-se, exclusivamente, ao trabalho doméstico não remunerado; mais tarde, entre os 40 e 55 anos, essa mesma mulher retorna ao mercado de trabalho, quando o crescimento de seu filho assim o permitir.

Vale reforçar que essa curva M é fruto da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009) japonês, em que os trabalhos domésticos são executados quase que exclusivamente pelas mulheres e, por isso, socialmente desvalorizados, assim como desprovidos de remuneração. É em razão da sobrecarga de trabalho, da insuficiência de creches públicas e do lugar social destinado à mulher que existe este padrão de emprego.

Sobre a taxa de fecundidade, em qualquer país, é recorrente o seu crescimento após um período de guerra. No Japão, antes da Primeira Guerra Mundial, a média de filhos era de cinco por cada mulher. Durante o período entre guerras, ocorreu uma momentânea suspensão da fecundidade, contudo, após a Segunda Guerra Mundial, a taxa voltou a subir prontamente. Não obstante, segundo Ochiai (1994), passado o *baby-boom* (1954-1973) do pós-Guerra, o Japão voltou a entrar em um declínio nos padrões reprodutivos que se diferenciaram de países centrais como Inglaterra e Estados Unidos durante o mesmo período.

Para a autora, o *Milagre Econômico japonês* (1954-1973) necessitava de um tipo específico de família nuclear, até então inexistente naquele país (Ochiai, 1994). Para ela, depois da

Segunda Guerra Mundial, ao contrário do imaginário em que haveria a modernização da mulher japonesa, o que se sucedeu foi o retorno da mulher à casa, no que ela chama de *standardização* (画一化) do que é considerado uma “família desejável”, seja no número de filhos, seja no que se entende como “a família japonesa”. (Ochiai, 1994, p. 56).

A socióloga japonesa recorre à análise de Philippe Ariès (1981), relativa à construção social da ideia de infância, e entende que o declínio no número de filhos bem como essa nova família foram resultados da industrialização japonesa (Ochiai, 1994). Para ela, o êxodo rural e o assalariamento industrial transformaram a caracterização da criança, outrora como uma força produtiva a mais na família rural, em um custo social (p. 60-61). O milagre japonês, acompanhado pela produtividade e pela industrialização, desintegrou a família extensiva e deslocou-a para as cidades, consolidando, assim, o ideal de família em que se era desejável ter entre dois ou três filhos.³

As formas como ocorriam a contracepção também se transformaram. No pós-Guerra, o número de aborto era superior ao uso de preservativo masculino, uma vez que grande parte dos homens justificava o desconhecimento de sua utilização (Ochiai, 1994). Em todo o período Showa (1926-1989), manteve-se um salário familiar que abrangia um contingente considerável da classe trabalhadora japonesa, não sendo restrito à classe média, como foi o caso de outros países de economia central (Ochiai, 1994).

Teóricas feministas como Silvia Federici (2017) analisaram o capitalismo enquanto uma organização social “acumuladora de diferenças” na medida em que a chamada acumulação primitiva não proporcionou somente a concentração de trabalhadores exploráveis para o capital. Para além disso, o desenvolvimento do capitalismo também fez nascer as diferenças dentro da classe trabalhadora via construção de identidades e de diferenças de gênero, raça, idade, segmentando, assim, a classe (Federici, 2017, p. 119). No Japão não foi diferente. Apesar de haver certa divisão sexual do trabalho na

³ Vale lembrar que a construção da ideia de criança e infância é correlata a própria construção social do amor materno (Badinter, 1985).

família rural, podemos dizer que ela se acentua com a industrialização e a modernização japonesa. A unidade familiar e a produção camponesa borravam as fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo, não havendo trabalho improdutivo atribuído às mulheres. A construção de identidades, isto é, a produção de diferenças tal como se apresenta atualmente foi, portanto, fruto da divisão sexual do trabalho solidificada naquele período.

O chamado Toyotismo corroborou para a fragmentação das identidades na medida em que o *Sistema Toyota de Produção* consolidou o emprego vitalício (終身雇用 *shuūshin koyou*), o pleno emprego, o baixo patamar de *turn over*, bem como a promoção progressiva por tempo de trabalho (年功序列 *nenkou jyoretsu*) quase que exclusivamente para os homens japoneses. Assim, durante o período Showa, intensificou-se a divisão sexual do trabalho, fazendo com que a mulher japonesa permanecesse em casa, com seu *status social* rebaixado e seu trabalho doméstico não remunerado invisibilizado. Do ponto de vista da estratificação social, há no imaginário das pessoas a ideia de uma nação relativamente homogênea e com pouca desigualdade social. Entretanto, tal ideário camufla também uma ampliada gama de produções de diferenças cada vez mais acentuadas (Roncato, 2020). Os poucos imigrantes presentes naquele período, naturalmente, também estavam excluídos de toda proteção social.

O modelo familiar até agora exposto conseguiu se reproduzir por algumas décadas, não obstante, um novo patamar de declínio populacional precoce ocorreu de modo antecipado a outros países de capitalismo central. Em meados da década de 1970, a taxa de fecundidade decresceu para menos de dois filhos por cada mulher japonesa. Já na década de 1980, a mulher japonesa começou a ter uma maior participação no mercado de trabalho, ainda que a curva M tenha permanecido. O pano de fundo para tal padrão se encontra na redução da abrangência do salário familiar e o declínio do salário real. A diminuição do salário da família, a desvalorização do trabalho doméstico e a insuficiência dos serviços públicos como creches corroboraram para a diminuição da taxa de fecundidade,

acarretando o declínio populacional salientado desde a década de 1980 (Roncato, 2020).

Conforme o entendimento de Susan Ferguson e David McNally (2014),

Durante a industrialização do século XIX, as mulheres da classe trabalhadora da Europa e da América do Norte cada vez mais afirmavam controlar a reprodução biológica, precipitando um declínio acentuado e contínuo da gravidez, do parto e do tamanho da família. Esse dramático desenvolvimento, que reduziu pela metade o número médio de crianças nascidas de mulheres casadas na Europa (uma vez apelidado por Seccombe como "*O Grande Declínio da Fertilidade Proletária*") demonstra que a renovação geracional da classe operária é um processo sócio-histórico, poderosamente influenciado por escolhas reprodutivas das mulheres. Em vez de deixar esse processo "para os impulsos de autopreservação e propagação do trabalhador", como Marx sugeriu, o capital voltou-se cada vez mais para o Estado, promovendo leis que regulavam rigorosamente o controle de natalidade e o aborto, ao mesmo tempo avançando políticas de imigração que refletiam a necessidade do capital de uma reserva substancial do exército de trabalho (p. 4, tradução nossa)⁴.

O que o pensamento da TRS traz para o debate é a ideia de que a reprodução geracional não se sucede de modo "natural", sem que haja a agência das mulheres para tal. Se por um lado há as diversas formas de interferência do Estado na

⁴ *No original*: "Throughout nineteenth-century industrialization, working-class women in Europe and North America increasingly asserted control over biological reproduction, precipitating a sharp and continuous decline in pregnancies, childbirth and household size. This dramatic development, which halved the average number of children borne by married women in Europe, (once dubbed by Seccombe 'The Great Proletarian Fertility Decline') demonstrates that the generational renewal of the working class is a socio-historical process, powerfully influenced by women's reproductive choices. Instead of leaving this process 'to the worker's drives for self-preservation and propagation', as Marx suggested, capital increasingly turned to the state, promoting laws that strictly regulated birth control and abortion, while also advancing immigration policies that reflected capital's need for a substantial reserve army of labour."

escolha reprodutiva, há também o papel das mulheres em tentar controlar seus corpos. E é nesse contexto de disputa que a “questão demográfica” se acentua e a comunidade de kassegui entra em cena.

2. 1 Questão demográfica e imigração

No Japão, nos últimos dez anos, o número de matrimônios diminuiu 20%, enquanto a idade do primeiro matrimônio aumentou para ambos os sexos e a taxa de fecundidade não logrou sair do 1.4 filhos por mulher. Com isso, a população, como um todo, está decrescendo pelo oitavo ano consecutivo.

Segundo levantamento (Roncato, 2020), economicamente, o conjunto da população ativa, em 2019, somava 61%, um dado que se mantém e é insuficiente para a reprodução do capitalismo. Além disso, tal levantamento aponta, ainda, que, naquele ano, o número de pessoas idosas, acima de 65 anos, correspondia a 35 milhões, representando 28% da população, estimando-se, com isso, que, para a reposição geracional, seria necessário aumentar a taxa de fecundidade para, pelo menos, 1.8 por mulher, patamar até hoje não atingido.

Percebemos que a mudança no padrão reprodutivo ocorreu a despeito da vontade do capital, pois, no cenário atual, o déficit populacional impacta em sua economia, não havendo nenhuma lei populacional natural capaz de resolver tal impasse. Apesar de o estado japonês incentivar as mulheres para que tenham mais filhos, suas condições materiais e as mudanças culturais fizeram com que elas não respondessem a tal incentivo e, com isso, o país não consegue atingir a reposição geracional almejada pelo capital.

Nesse contexto, a força de trabalho imigrante se torna essencial, resultando em fluxos migratórios centrais às leis populacionais de cada país. Há uma expansão da superpopulação relativa em escala global que retroage nas populações autóctones, desempenhando transformações na composição de raça/etnia, gênero e classe.

Desde a década de 1980, a necessidade da força de trabalho imigrante tornou-se importante, sobretudo no setor automobilístico, no de eletroeletrônicos e no da construção civil. Porém, foi somente no ano de 1990, por meio da Reforma da Lei Migratória [*nyūkanhōkaisei*, 入管法改正], que imigrantes descendentes de japoneses de até terceira geração puderam entrar no país, mediante vistos de permanência. Segundo a análise de Ocada (2006), a classe empresarial japonesa tinha a intenção de atrair uma força de trabalho imigrante numerosa, participativa, produtiva e perseverante. Para esse autor, houve a instrumentalização do que ele chama de *ethos do gambarê*, uma espécie de *ethos* do trabalho oriundo da moral confuciana em que nikkeis do Brasil, descendentes de japoneses, supostamente teriam herdado culturalmente de seus antepassados (Ocada, 2006). Esse *ethos* daria aos dekasseguis um *habitus* de perseverança, esforço e persistência, disposições funcionais e requeridas para o trabalho imigrante no Japão (Ocada, 2006).

Cabe ressaltar que a alteração na lei migratória não fez abrir suas fronteiras para a entrada de trabalho imigrante não qualificado, pelo menos não oficialmente. Na realidade, havia a necessidade de preenchimento de tais postos de trabalho, entretanto, ao atrair a população dekassegui, o Japão conseguiu uma força de trabalho não qualificada, sem precisar legislar abertamente sobre isso, apenas inserindo os vistos de permanência. Desse modo, o país conseguiu atrair uma força de trabalho com características culturais e fenotípicas supostamente mais parecidas com sua população, sem receber imigrantes não qualificados de forma desordenada.

2.2 O trabalho dekassegui

No ano de 2019, residiam mais de 210 mil brasileiras e brasileiros no Japão. Desse total, 45% estavam no setor industrial e 35% no de serviços⁵. Por outro lado, imigrantes oriundos dos países que compõem o G8 se inseriam, principalmente, em trabalhos no setor da educação (40,6%), tendo uma

⁵ Ver Roncato (2020, p. 38) para mais detalhes.

baixíssima participação, apenas de 4,9%, no setor industrial, sinalizando a segmentação interna ao próprio universo imigrante. Outras imigrantes oriundas de países como Peru, Filipinas e Vietnã também tiveram uma alta inserção na indústria.

Das 44 pessoas entrevistadas em nossa pesquisa, quase todas trabalhavam na fábrica e possuíam relações de trabalho informais com contratos de curta duração (Roncato, 2020). As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2016 e 2017, na cidade de Toyota, sede da fábrica homônima, e teve como objetivo uma análise qualitativa das relações de produção e reprodução de suas vidas. Todas as pessoas entrevistadas emigraram para o Japão por razões econômicas, argumentando que queriam comprar casa própria, ajudar os familiares que permaneceram no Brasil, custear os estudos e fazer poupança (Roncato, 2020, p. 45).

Ademais, as entrevistas abrangeram 21 mulheres e 23 homens, com idades que variaram entre 17 e mais de 60 anos de idade. A ascendência japonesa também foi diversificada, incluindo *dekasseguis* desde a primeira geração (*issei*) até a quarta (*yonsei*) – nesse último caso, compreendendo pessoas que emigraram com os pais ainda quando eram crianças, ou até mesmo algumas nascidas no Japão. A maioria das pessoas entrevistadas possuía fenótipos assemelhados com o japonês, portanto, sendo *nikkeis*. No entanto, cônjuges de *nikkeis* também foram entrevistadas e, neste caso, encontramos *dekasseguis* negras ou brancas. Praticamente todas as pessoas entrevistadas relataram que emigraram com a intenção de permanecer poucos anos por lá, entretanto, a dificuldade em fazer uma poupança e as crises econômicas e sociais no Brasil fizeram sua estadia se estender por um longo período (Roncato, 2020). Dessa forma, não eram raros os casos de *dekasseguis* que residiam no Japão há mais de 10 anos, incluindo pessoas com mais de 20 anos de estadia.

Por possuírem trabalhos informais, a proteção social que compreende os diversos tipos de seguridades social é consideravelmente menos abrangente para a população *dekasseguis*. A única proteção social aderida por todos era o Seguro de Saúde

Japonês (*kokumin kenkou hoken* 国民健康保険), de participação compulsória para toda a população do país. Cabe ressaltar que muitas pessoas entrevistadas não contribuíam com a Previdência Social em nenhum dos dois países.⁶

As pessoas entrevistadas, em sua maioria, residiam em conjuntos habitacionais subsidiados pelo município onde o valor do aluguel é consideravelmente mais baixo que outras localizações, assim como há modalidades de habitação em que o valor é calculado de acordo com sua renda e arranjo familiar (Roncato, 2020). Este tipo de moradia, geralmente situado aos redores de polos industriais, tornou-se pequenos guetos operários onde a concentração de dekasseguis proporciona uma miríade de comércio e serviços voltados para a comunidade brasileira, facilitando sua estadia.

Essas habitações são bastante convenientes para mulheres chefes de famílias monoparentais por proporcionar uma moradia de baixo custo que, dependendo de sua renda, resta como único tipo possível para sua condição financeira. É importante salientar que, assim como no Brasil e em diversos outros países, o grupo social de mães chefes de família monoparentais é o mais atingido pela pobreza. No ano de 2018, estimava-se que 51% destas famílias se situavam na pobreza no Japão (Roncato, 2020).

Reproduzimos a seguir o relato de uma das entrevistadas, Marlene⁷, de 52 anos, que residia no Japão há 25 anos. Ela é uma mulher não descendente de japonês, negra e chefe de família monoparental. Emigrou para o Japão quando era casada com seu ex-companheiro nikkei e, após a separação, criou o filho sozinho com seu salário de operária. Segue um pouco de sua trajetória.

Eu comecei a trabalhar no Brasil muito nova. Eu comecei a trabalhar com dez anos, de faxineira, de babá.
[Isso em Pernambuco?]

⁶ Desde o ano de 2012, Brasil e Japão firmaram um acordo em que os anos trabalhados no Japão entram na contabilidade para Previdência Social brasileira.

⁷ Nome fictício.

No Brasil, em São Paulo. Com onze anos eu estudava meio período e meio período eu trabalhava. Eu morava na Vila Alpina, então eu trabalhava meio período e meio período eu estudava... Até a quarta série. Porque na quarta série aconteceu de eu ficar grávida, aí mudou minha vida. Aí com quinze anos eu comecei a trabalhar pra sustentar meu filho e ajudar em casa. Parei a escola, aí eu trabalhei no supermercado. Fui caixa, trabalhei na Levis, fui balconista e só. Ah, trabalhei também na indústria, lá no Brasil.

[...]

Eu vim atrás do meu marido. Meu marido morava aqui, então eu vim trazer o filho pra ele conhecer. Aí quando chegou aqui eu não sabia o que era nada, eu não sabia nem o que era hashi, eu não sabia nada. Nada, nada, nada desse país. Aí quando eu cheguei aqui, mesmo sem saber nada, eu mesmo sozinha tirei o meu apartamento, porque conversa aqui, conversa ali, né? Aí eu estudei no gakko [escola], pra aprender um pouco de japonês. Eu queria continuar estudando, mas não deu. Estudei um pouquinho de Kumon.

[Sobre as condições materiais de vida no Japão]

Tã, pois então vou te dar um exemplo. Eu ganho cento e trinta mil por mês⁸. Eu tô sustentando a casa sozinha, tô pagando minhas contas sozinha, tô comendo sozinha, tudo com esse dinheiro.⁹

O caso de Marlene é bastante emblemático, pois expressa a condição de ser mulher, imigrante, negra, operária e chefe de família monoparental, fato que, longe de uma exceção, segue sendo realidade de muitas trabalhadoras. O que se diferencia da realidade brasileira, podemos dizer, é certamente sua relação com o Estado e a proteção social. Segue abaixo seu relato, quando questionada como foi o processo após a separação.

O Japão ajuda bastante a mulher solteira. Ajuda. Eu acho que no Japão, uma mãe solteira ela sobrevive bem, em vista do Brasil. Tem várias ajudas, né? Porque o filho você

⁸ Cerca de 1.300 dólares.

⁹ Depoimento de uma trabalhadora, coletado durante o trabalho de campo na cidade de Toyota, Japão, no ano de 2017 [Arquivo pessoal da autora].

não paga até dezoito anos. Depois, porque quando eu cheguei aqui o meu filho já tinha nascido. Quando eu me separei ele tinha nove anos, né. Então falo assim, mas o país em si ajuda bastante. Você não paga médico. Você não paga nenhum tratamento nem pra você e nem pra ele. Bom, pro meu ex [marido] tanto faz ser obrigado ou não, porque ele nunca ajudou com nada mesmo. Como sempre.¹⁰

Tal como apresenta Marlene, todas as mulheres chefes de famílias monoparentais entrevistadas em nossa pesquisa reproduziram falas em que apontavam a ausência – física e de suporte financeiro – por parte dos pais de seus filhos. No caso brasileiro, a pensão alimentícia, após o divórcio, é coercitiva, sob pena de prisão em caso de descumprimento. O Japão se difere da legislação brasileira e não há uma sanção coercitiva que estabeleça ao cônjuge pagar a pensão, tampouco há uma penalização. Há casos em que cônjuges pagam uma certa quantia na forma de indenização no momento do divórcio, não obstante, o cenário mais recorrente é o abandono completo por parte dos cônjuges homens e a criação dos filhos realizada unicamente pelas mulheres.

No relato de Marlene, percebemos que serviços básicos para reprodução da vida como saúde, educação e moradia foram garantidos via Estado. Porém, vale dizer que, mesmo nessas situações, a renda da mulher como única responsável para manutenção da casa é significativamente inferior às demais famílias, por isso, esse arranjo familiar é socialmente mais vulnerável. Para Santos (2008), há uma especificidade no Japão, onde,

Em oposição à ênfase da presença da mãe no desenvolvimento dos filhos, a função paterna aparece como algo abstrato e incerto. Enquanto, no ocidente, experimenta-se uma nova afirmação do papel paterno, o pai japonês aparenta apegar-se à função formal da paternidade. A rígida divisão sexual do trabalho, segundo

¹⁰ Depoimento de uma trabalhadora, coletado durante o trabalho de campo na cidade de Toyota, Japão, no ano de 2017 [Arquivo pessoal da autora].

a qual espaços femininos e masculinos se separam nitidamente, faz com que a relação pai-filho seja escassa; a tendência é que tal dinâmica relacional permaneça após a ruptura conjugal, principalmente pelo fato de que é a mãe que tem, na maioria dos casos, a guarda da criança. (p. 60).

O ex-companheiro de Marlene era brasileiro e nikkei, portanto, nascido e socializado no Brasil. No entanto, assim como outras mulheres chefes de família monoparentais nos relataram, ao emigrarem para o Japão e após a separação de suas ex-companheiras, muitos desses homens se eximiam de qualquer responsabilidade com seus filhos e não pagavam nenhum tipo de pensão. Avaliamos que o processo migratório engendra (replica?) novas facetas nas desigualdades de gênero em relações conjugais e que, nesse caso, de kasseguis brasileiros reproduzem padrões de comportamento do país de destino, reforçando a desigualdade.

Conforme sugere Santos (2008), assim como no relato de nossas entrevistadas, a ausência de responsabilização da figura paterna ocorre em função da proteção social do Estado, condição atípica para o Estado neoliberal a nosso ver, mas que, nesse caso, favorece a ordem de gênero patriarcal. Na prática, o que se sucede é um novo matrimônio por parte dos homens que, desobrigados de sustentar seus filhos, contam com o Estado para reestruturar suas vidas. Do outro lado, na maior parte das situações, há uma acentuada queda nos padrões de vida para mãe e filhos. Consideramos, dessa forma, que a mulher chefe de família monoparental e imigrante é o elo mais fraco da triade *neoliberalismo – patriarcal – racializado* (Roncato, 2020).

2.3 Kaisha: a fábrica japonesa

Em japonês, a palavra *kaisha* é utilizada para designar o trabalho. É comum se expressar “vou ao *kaisha*”, “em qual *kaisha* você trabalha?” ou “este *kaisha* aceita brasileiras?” dentro da própria comunidade brasileira, assim como na língua japonesa. O termo significa “empresa” ou “companhia”, em japonês, e deriva da junção de dois ideogramas do *kanji*: *kai*= 会

e sha =社, significando, assim, “encontro” e “sociedade”, respectivamente (Roncato, 2020, p. 60).

No Japão, há um *ethos* do trabalho em que se compreende o *kaisha* como parte de sua vida, tal como sua casa ou a extensão de sua família. Com isso, a despeito da comunidade de *dekassegui* possuir relações de trabalho informalizadas, dela é esperada uma dedicação considerável, seja na disposição para alternâncias de turnos, seja nas jornadas de trabalho flexíveis como das horas extras.

Os *kaishas* em que as brasileiras se inserem são em sua maioria de pequeno e médio porte e quase todos fazem parte do setor automobilístico e eletroeletrônico. Geralmente, elas são subcontratadas de grandes empresas, onde não há o trabalho de *dekassegui*. Como já apontado, as relações contratuais são de curta duração, geralmente entre três e seis meses, podendo ser renovadas ou cessadas quando convenientes para o *kaisha*¹¹. Parte considerável das *dekasseguis* tem a figura da empreiteira como mediadora da relação com o *kaisha*, implicando, nesse caso, redução de uma parcela do salário com encargos. Apesar de 30 anos do fenômeno migratório, as condições de trabalho se mantêm extenuantes, compreendendo jornadas longas, processos de trabalho flexibilizados e ascensão dentro da empresa praticamente inexistente.

As atividades mais executadas pelas pessoas entrevistadas foram no setor de montagem de peças, no torno, na solda, na inspeção, entre outras funções do setor metalúrgico. Situadas sob o *Sistema Toyota de Produção*, há a polivalência em que elas são convocadas a realizarem mais de uma tarefa, principalmente quando algum colega de trabalho se ausenta da função. A jornada diária de trabalho compreende entre 10 e 12 horas, ou até mais em alguns casos entrevistados. A população de *dekassegui*, geralmente, trabalha seis dias por semana, tendo uma jornada mais diminuta aos sábados. Praticamente todas as

¹¹ A crise financeira de 2008-2009 se mostrou emblemática para a comunidade de *dekassegui*, pois, a despeito de estarem há quase 20 anos no país, naquela época, suas relações contratuais informais resultaram em demissão em massa, alterando substancialmente a trajetória de vida de centenas de milhares de brasileiros. Para a análise da situação imigrante e crise econômica, ver Roncato (2013).

pessoas entrevistadas realizavam turnos alternados de trabalho, divididos semanalmente entre o matutino e o noturno, tendo um acréscimo salarial quando noturno.

A extenuante jornada de trabalho tem seus reflexos na saúde física e mental da comunidade brasileira. Inúmeras pessoas que entrevistamos relataram o desgaste físico, especialmente pela longa jornada e pela alternância de turnos, impactando na qualidade do sono e interferindo no estabelecimento de uma rotina sadia. Questionamos um trabalhador de 44 anos sobre adoecimento laboral. Segue seu relato:

Anteontem eu tive um amigo que teve uma leve convulsão, que fala, a língua dele enrolou. Ele tava deitado assim, às quatro da manhã da madrugada. Eu tava assim, deitado também, um deitado pra um lado e outro pra outro. Aí ele começou (sons de gemidos), eu digo "mas rapaz, o Pikachu", o apelido dele é Pikachu, eu digo "o Pikachu tá passando mal, tá tendo pesadelo, vou até gravar pra depois dizer que não é mentira". Mas quando a gente viu que ele tava passando mal mesmo, a gente levantou ele. "Pikachu, o que você tem?", "a minha enrolou", ele falava. A língua dele enrolou, disse que tava faltando ar e por isso que ele tava pedindo ajuda.

[Mas que tem a ver com o trabalho?]

Não sei, porque ele faz um horário lá... Porque tem dois turnos e tem um que é três turnos, é um horário bem louco. **Ele tava no nono dia** trabalhando direto.

[Seguido?]

Seguido.¹²

O excesso de trabalho relatado por esse trabalhador não é uma raridade. O relato de Maurício¹³, um dekassegui de 35 anos na época, dizia que *“O meu máximo de horas de zangyo [hora-extra] que eu fiz [no mês], foi cento e sessenta horas de zangyo”*. A jornada de trabalho considerada padrão para as normas trabalhistas japonesas é semelhante ao Brasil,

¹² Depoimento de um trabalhador, coletado durante o trabalho de campo na cidade de Toyota, Japão, no ano de 2017 [Arquivo pessoal da autora].

¹³ Nome fictício.

correspondendo a 40 horas semanais, embora a realidade da imigrante seja muito distante e considerada de alto risco para a saúde (Roncato, 2020, p. 70).

A razão da longa jornada de trabalho da população dekassegui ocorre exclusivamente por sua relação contratual, enquanto fração da classe trabalhadora de tipo horista. O mesmo não ocorre com seu colega de trabalho japonês que costuma ser mensalista. A situação de flexibilidade em que essa comunidade se encontra é a que a impele para sua condição precária e para a aceitação de horas extras, tendo limitadas margens de negociações com seus superiores. Muitas pessoas entrevistadas, uma parte considerável, relataram não se recusarem a fazer horas extras quando solicitado por receio de ficarem “marcadas” pelos seus chefes, podendo, em contexto de baixa produção fabril, serem as primeiras demitidas (Roncato, 2020).

Manter um núcleo duro de trabalhadores operários japoneses com contratos de trabalho estáveis e, ao mesmo tempo, um contingente de imigrantes informais é convenientemente funcional para o *kaisha*, pois permite a descartabilidade do segundo grupo, quando a demanda produtiva assim o exigir (Roncato, 2013).

Sobre o salário dos dekasseguis, como já expusemos, trata-se de um salário por hora trabalhada e, diferentemente de parte da classe trabalhadora japonesa, não há o salário familiar para essa população. Portanto, a participação da mulher dekassegui no mercado de trabalho se difere substancialmente do padrão de gênero da mulher japonesa. A somatória da renda mensal de uma trabalhadora e de trabalhador dekassegui pode variar entre US\$1.300 a US\$ 3.000 mensais¹⁴. Embora seja um valor consideravelmente alto quando se comparado à realidade brasileira, o custo de vida lá é alto, consumindo boa parte de suas rendas, por isso, não é raro dekasseguis que não conseguem ter poupanças, tampouco enviar dinheiro para o Brasil, razões pelas quais se deslocaram para lá.

¹⁴ Esta discrepância ocorre devido à diferença entre o salário feminino e o masculino.

3.1 Mulheres no Japão: classe, raça e gênero

A divisão sexual do trabalho japonês é destacada em todos os segmentos do mercado de trabalho e se dá em consonância com sua regra em *separar* trabalhos considerados de homens dos executados por mulheres, bem como relacionado à *hierarquia* em que o trabalho da mulher vale menos que o masculino¹⁵ (Kergoat, 2009). A recente história do país em confinar as mulheres no âmbito do trabalho doméstico não remunerado se sobressai, sobrecarregando, principalmente, as mães. A despeito do salário familiar ainda persistir, cabe observar que ele tem recuado (Roncato, 2020), fazendo com que as mulheres japonesas estejam trabalhando cada vez mais no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que são as responsáveis por quase que a totalidade do trabalho doméstico não remunerado.

No ano de 2000, a mulher japonesa recebia 30% a menos que o trabalhador japonês homem, exercendo a mesma função, e, embora tal diferença tenha recuado (para 27%), ainda se situa acima da média mundial (Roncato, 2020). Essa discrepância acompanha todas as faixas etárias, bem como as diferentes profissões e persiste em todos os graus de qualificações profissionais. No entanto, assim como classe social não existe em abstrato, mas sim em sua forma generificada e racializada, a categoria gênero aqui mencionada tampouco é abstrata. Sobre isso, é importante recordar Angela Davis, quando afirmava que “claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida.” (2011, n.p.).

Nesse raciocínio, pelo gênero informar a classe social, tampouco podemos fazer um enquadramento do “trabalho da mulher” no Japão em abstrato, no singular, posto que o gênero é atravessado pela classe, assim como pela etnia e raça (Antunes, 2009, p. 256-257). Por esta razão, não podemos inferir

¹⁵ Para compreensão mais acurada dos princípios que regem a divisão sexual do trabalho, ver Kergoat (2009).

uma condição única para “a mulher no Japão”, mas sim, apenas analisar as distintas situações concretas das mulheres dekasseguis que carregam suas dimensões de classe (trabalhadora) e simultaneamente são racializadas.

A prática da diferença salarial é explícita para as dekasseguis: uma mulher dekassegui, em média, recebe até um terço a menos que seu compatriota dekassegui e realiza (lhes é ofertado) menos horas-extras. Por essa razão, a somatória do salário mensal é consideravelmente mais baixa, embora timidamente, já em algumas fábricas, de maneira minoritária, haja uma pequena implementação de salário igual para ambos os sexos. Entretanto, mesmo em tais fábricas, há uma divisão salarial entre as seções da mesma empresa. Ou seja, os trabalhos em seções consideradas “leves”, como inspeção de mercadorias, têm sua hora/salário menor que nas seções “pesadas”, como a das esteiras ou a do torno, embora ambas as funções sejam indispensáveis para a produção da mercadoria. Nesse caso, curiosamente, as mulheres dekasseguis são remanejadas majoritariamente às seções “leves” e, portanto, na prática, acabam por receber menos, porém, de maneira “justificada” pelo *kaisha*. Conforme relatado pelas nossas entrevistadas, em escassas fábricas onde há a equiparação salarial, algumas poucas dekasseguis estão nas seções “pesadas”, embora nos descreveram que não havia nenhum homem dekassegui trabalhando nas seções “leves” (Roncato, 2020).

Faz-se necessário destacar que as diferentes valorações entre o trabalho feminino e masculino não é exclusivo daquele país. O caso dekassegui se mostra acentuado, pois, mesmo quando ambos se inserem na fábrica japonesa enquanto classe trabalhadora racializada (portanto menos valorosos), em postos de trabalhos em que não exigem qualificação prévia, cria-se uma espécie de meritocracia em separar falsamente o trabalho “pesado” do “leve”. Ora, a diferenciada socialização entre mulheres e homens fez com que a educação feminina se voltasse para que elas obtivessem habilidades classificadas como “minuciosas” (trabalho de inspeção), sendo tal habilidade socialmente menos valorada que o trabalho “pesado” dos

homens. Ressaltamos novamente que todas estas seções da fábrica contribuem e são necessárias para seu funcionamento.

A informalidade do trabalho também marca a trajetória de mulheres e homens de maneira diferenciada. Sobre as oposições nas classificações do trabalho entre típico e atípico¹⁶, portanto, formal e informal, Kurumi Sugita (2009) afirma que “é a construção social das formas de emprego – integrando as relações de gênero, de idade, o papel da instituição familiar e a divisão sexual do trabalho –, que dá coerência a esse sistema de classificação. O fato de que a classificação se baseie numa prática corrente nas firmas nos dá uma boa pista para entendermos o lugar da empresa na sociedade japonesa, ao lado do Estado e de outras instituições públicas” (p. 210).

Concordamos com a autora sobre a intrínseca relação entre Estado, instituições públicas e família e sua articulação no importante lugar que a empresa – o *kaisha* – tem na sociedade japonesa.

No ano de 2018, 44% das mulheres no Japão exerciam trabalhos regulares e estáveis, ao passo que 56% se inseriam na informalidade, com contratos por tempo determinado e proteção social reduzida. Do universo de trabalhos informais, 44% eram *part time* e *arubaito*¹⁷, seguidos por trabalho de empreitada (7%) e terceirizadas (3%) (Roncato, 2020, p. 125).

A desigualdade entre o universo masculino e o feminino se destaca consideravelmente. No mesmo ano, apenas 22% dos trabalhadores homens eram informais, ao passo que 78% da

¹⁶ Cabe uma reflexão crítica acerca da divisão entre emprego atípico e típico realizado por alguns sociólogos (Vasapollo, 2006). Consideramos que o que se considerava comumente como típico, tipificado no trabalho estável e formalizado, na realidade sempre foi marginal no desenvolvimento capitalista. Uma análise mais acurada revela a limitação do emprego típico em seu enquadramento temporal (ex.: Estado de Bem-estar Social ou no *Welfare State*) pela sua curta extensão, sua diminuta extensão territorial (países de economias centrais), mas principalmente pela sua reduzida abrangência em que se excluíam mulheres, pessoas racializadas e imigrantes do trabalho formalizado. Com estas considerações, como podemos designar o trabalho formalizado como típico, no sentido de uma norma? Na realidade, uma mirada para as populações dominadas revela que a norma capitalista sempre foi a informalidade.

¹⁷ Trabalho de curta duração. Deriva da palavra *arbeit* em alemão.

força de trabalho masculina possuía contratos de trabalho estáveis, por tempo indeterminado e com proteção social plena.

Através destas breves considerações acerca do mercado de trabalho japonês – para autóctones e imigrantes –, constatamos que a análise da mulher imigrante dekassegui racializada só se efetiva com o olhar para a íntima conexão entre o Estado e a família. Ou seja, sem a compreensão da articulação entre produção e reprodução social da vida não se pode analisar a opressão da mulher e das pessoas racializadas na sociedade de classes. Cinzia Arruzza (2015), refletindo sobre a origem do moderno modo de dominação de gênero, em comparação ao feudalismo, compreende que “embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado” (p. 46). Isto significa que é precisamente sob relações capitalistas de produção e sua separação entre produção e reprodução que a dominação de gênero perde sua autonomia em relação às demais esferas da sociedade. Como vimos no começo deste capítulo, a industrialização japonesa, o êxodo rural e as modernas formas do capitalismo japonês fizeram com que as opressões de gênero e as étnico-raciais fossem coconstitutivas à exploração de classe.

Considerações Finais

Abdelmalek Sayad (1998) entendia que era o trabalho – em todas as suas dimensões possíveis – que fazia nascer o ser social imigrante. É o trabalho a sua condição de existência. Concordamos com essa observação e reiteramos que a escolha de nosso olhar para o trabalho imigrante é, além de um recorte possível de análise, um enfoque epistemologicamente privilegiado por nele congregar as dimensões de classe, raça/etnia e gênero de modo paradigmático.

Apesar de gestado a serviço da extração de mais valor, o fenômeno dekassegui não tem razão de ser guiado unicamente por uma lógica econômica reducionista. Ou seja, relações de

classe não existem sem as dimensões de gênero, de raça e etnia. O estudo da mulher imigrante racializada não está “acoplado” ou tampouco se “soma” ao entendimento da classe social. A moderna divisão sexual do trabalho, enquanto produto do capitalismo, só se complementa com a divisão étnica e racial de modo simultâneo e não autonomizado. Estas forças sociais se movimentam de modo concomitantes ao desenvolvimento do capitalismo.

A pesquisa aqui realizada se opõe a uma separação entre o econômico, o político e o social. Concordamos com Ferguson e McNally (2014) com a perspectiva de que “Uma teorização adequada da reprodução social total da relação capital-trabalho exige, portanto, uma análise multidimensional que, embora reconhecendo o papel decisivo de trabalho remunerado e outras práticas monetizadas, as situam em um nexos através das quais a vida da classe trabalhadora é produzida e reproduzida” (p. 2, tradução nossa).

A perspectiva unitária em relacionar esta multidimensionalidade nos permite compreender a produção das diferenças – de gênero, raça e etnia – através de uma compreensão interna ao capitalismo. Tal enquadramento foge de um funcionalismo em associar essa produção de identidades – do “outro” e da “outra” na sociedade de classes – unicamente em razão de um movimento econômico em abstrato. Paralelamente, diferente de teóricos que recorrem aos sistemas duais, o ponto de vista aqui adotado possibilita investigar exploração e opressão de modo uno e interno à lógica do capital.

A pesquisa sobre a comunidade dekassegui pretende desvelar as particularidades com que as três dimensões (classe, gênero e raça) se manifestam no Japão. Além disso, a escolha por este enquadramento investigativo, caso bem-sucedido, pode se evidenciar adequada para a análise de outros fenômenos sociais em que estas articulações estejam presentes no capitalismo contemporâneo.

Referências

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.

Arruzza, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015, p. 33-58.

Badinter, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985.

Davis, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Portal Geledès, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

E-stat:

<https://www.e-stat.go.jp/stat-search/files?page=1&layout=datalist&toukei=00250012&tstat=000001018034&cycle=1&year=20200&month=24101212&tclass1=000001060399>. Acesso em 2 de agosto de 2022.

Federici, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* [Trad. de Coletivo Sycorax]. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

Ferguson, Susan; McNally, David. Precarious Migrants: Gender, Race and the Social Reproduction of a Global Working Class. *Socialist Register*, v. 51, n. 1, p. 1–23, 2014.

Ferguson, Susan. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*. Londres, Pluto Press, 2019.

Gender Equality Bureau, Cabinet Office:

http://www.gender.go.jp/about_danjo/whitepaper/h25/zentai/html/zuhyo/zuhyo01-00-10.html. Acesso em 15 de agosto de 2022.

Kergoat, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, Editora da Unesp, 2009.

Ministry of Health, Labour and Welfare:
https://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/chingin/kouzo_u/z2018/dl/13.pdf. Acesso em: Acesso em 15 de agosto de 2022.

Morris-Suzuki, Tessa. Invisible Immigrants: Undocumented Migration and Border Controls in Early Postwar Japan. *The Journal of Japanese Studies*, v. 32, n. 1, 2006, p. 119-153.

Ocada, Fábio. *A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2006.

Ochiai, Emiko. *21-seiki kazoku e [Towards 21st century family] 21世紀家族へ: 家族の戦後体制の見かた・超えかた*. Tokyo, Editora Yuhikaku. 1994.

Roncato, S. Mariana. *Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2013.

Roncato, S. Mariana. *Working poor japoneses: trabalho imigrante de kassegui e suas transversalidades*. Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 2020.

Santos, Yumi. *Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2008.

Sayad, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

Sugita, Kurumi. Trajetórias sexuadas e experiências de desemprego no Japão. Guimarães, Nadya; Hirata, Helena; Sugita, Kurumi (Orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, Edusp, 2009.

Vasapollo, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: Antunes, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Boitempo, 2006.

Vogel, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago, Haymarket Books, 2013.

Parte II.

Flexões e Flexibilizações Presentes
nos Mundos do Trabalho

7.

Dimensões da flexibilidade nas relações de produção na indústria têxtil brasileira: uma discussão crítica¹⁸

Flávio Lima

Questões de partida

As intensas transformações nas relações de produção que ocorreram ao longo das últimas décadas impulsionaram um conjunto de mudanças que afetou o mundo do trabalho. De modo resumido, pode-se assimilar essas transformações enquanto uma nova rodada que intensificou a reestruturação permanente do capital, que teria imposto um conjunto de alterações na organização espacial, técnica, social e nos marcos regulatórios do trabalho, culminando na potencialização da flexibilidade das relações de produção no setor têxtil – um dos ramos pioneiros no impulso industrial brasileiro. Esse setor industrial se adaptou às imposições do capital para restaurar a elevação dos níveis de lucratividade, ora antecipando, ora incorporando estratégias de atuação econômicas e produtivas – as quais se efetivaram pelo espaço –, como a implantação de novas formas de gestão, dominação e de tecnologias sobre o trabalho, algo típico da reestruturação permanente. Há uma multiplicidade de interpretações sobre tais transformações, contudo, situo, aqui, duas posições conceituais que se sobressaíram, de algum modo, às demais: a baseada no conceito

¹⁸ Agradeço à Fabiane Previtali e Tábata Berg, pelos comentários críticos realizados nos primeiros esboços deste capítulo.

de "pós-fordismo" e a baseada no conceito de "especialização flexível".

Os princípios reguladores da posição baseada no conceito de "pós-fordismo" seguem a ideia de que as transformações teriam gerado uma unidade de contrários, ou seja, a dissolução do paradigma fordista (que se baseava na linha de montagem vertical voltada para a produção em massa e num modo de consumo), resultou no surgimento do paradigma técnico pós-fordista (um modelo flexível de gestão organizacional da produção e do trabalho que se baseava, sobretudo, nas inovações tecnológicas) e na substituição do "modo de vida" fordista por uma estrutura social mais individualizada, baseada na multiplicação de bens e no endividamento. As causas da dissolução e da substituição do "modo de vida" estariam: a) no fracasso dos métodos de produtividade e na desaceleração da produção (Lipietz, 1991, p. 41-2); b) na queda da lucratividade; c) no colapso da negociação salarial sob o fordismo e no endurecimento da luta de classes na produção (Braga, 2002); e d) no colapso dos "arranjos monetários internacionais que caracterizaram o boom do pós-guerra" (Kilmister, 2000, p. 257).

Já a posição baseada no conceito de "especialização flexível" aceita o princípio geral de que as transformações teriam efetivado a transição do fordismo para a acumulação flexível, dando corpo a um conjunto de práticas políticas que geraram flexibilidade na produção, nos mercados e no consumo (Harvey, 1989[1992]; Coriat, 1994; Pereira Júnior, 2012). Ela é, antes, um modelo alternativo de produção que, em indústrias particulares, pode seguir, preceder ou coexistir com métodos de produção em massa (Kilmister, 2000). A ênfase dessa transição estaria na inovação dos sistemas financeiros e monetários como um requisito para superar a rigidez "organizacional", "política e geográfica típica do paradigma fordista" (Harvey, 1989[1992], p. 183-4).

Do ponto de vista conceitual, tanto a especialização flexível quanto o pós-fordismo aparecem enquanto posições baseadas em afirmações empíricas abrangentes que analisam distintas facetas do processo de reestruturação produtiva (Kilmister, 2000, p. 258). Ambas vinculam essas transformações

a desenvolvimentos em uma ampla gama de outras instituições e processos e utilizam como marco eventual da discussão a crise multidimensional que passou a se manifestar a partir das décadas de 1960 e 1970 – associada à acumulação e à expansão do capital pelos países de capitalismo situados na porção ocidental do globo. Com efeito, tais posições preservam - mas não centralizam - um elemento explicativo que é inerente ao capitalismo, quer em sua preponderância sobre a esfera produtiva, quer sobre a esfera financeira: o sistema se reproduz explorando a força de trabalho, ainda que sob moldes mais fragmentados, individualizados ou flexibilizados.

No limite, as problemáticas levantadas por essas duas posições conceituais terminam por restringir suas pesquisas aos marcos das transformações ocorridas no contexto do capitalismo norte-ocidental, extraíndo, a partir das reestruturações e das racionalizações na organização do trabalho, das mudanças nos marcos regulatórios e dos deslocamentos geográficos, explicações totalizantes de uma suposta lógica universal sobre o globo, mas que se restringem a algumas formações particulares.

A particularidade brasileira pode ser elucidativa desta questão. Na contramão da porção norte-ocidental do globo, o Brasil vivia, em 1980 – década em que as posições conceituais mencionadas afloraram –, a efervescência das lutas trabalhistas e sindicais, o que abria possibilidades para a instauração de uma ordem democrática (Antunes, 1980, 2011; Oliveira, 1996), dando sinais de contraposição às ordens ditatoriais e neoliberais que se estruturavam anteriormente no país e na América Latina. Na década de 1990, no entanto, efetivou-se no país, de maneira sistêmica e abrangente, um amplo processo de transformação nas relações de produção, que impôs padrões de flexibilidade organizacional, política e espacial semelhantes – mas não iguais – àqueles já vigentes nos países do capitalismo norte-ocidental, a partir dos quais se baseavam as posições resgatadas.

Estou considerando estes e outros aspectos para argumentar que, por mais expansivo e totalizante que sejam os processos desencadeados a partir da porção norte-ocidental do globo, as posições conceituais que se debruçam sobre eles para, com isso, forjar explicações de processualidades universais,

terminam por generalizar e, assim, encobrir os processos e dinâmicas atinentes às particularidades históricas das formações socioespaciais das periferias do capitalismo ocidental – onde se situa o Brasil. Desse modo, forjar uma explicação sobre as transformações ocorridas nas relações de produção a partir da realidade brasileira ao longo das últimas décadas requer um esforço de identificação dos elementos explicativos que são próprios de nossa singularidade.

Se se consideram esses aspectos, pode-se questionar: qua(is)l é(são) a(s) especificidade(s) própria(s) do processo de acumulação flexível nos quadros da formação socioespacial brasileira?

Considero que esse exercício pode ser realizado a partir de um exame sobre as relações de produção na indústria têxtil brasileira. Por se tratar de um setor que historicamente esteve presente em todo o território, ele não apenas testemunhou as *transformações* no modo de produção capitalista e no conjunto das relações sociais, como se adaptou às imposições das forças produtivas, ora antecipando, ora incorporando novas estratégias de atuação, tais como a implantação de novas formas de gestão/dominação e de tecnologias a fim de se resguardar a utilização da força de trabalho manual, sobretudo nos espaços domiciliares. Sua história se confunde e se mescla com a expansão horizontal e vertical das relações de produção capitalistas pelo espaço e no tempo, podendo ser elucidativa desse processo. Não há praticamente qualquer dimensão do trabalho explorado no Brasil que não se reflita na trajetória da indústria têxtil¹⁹ nacional.

Essa trajetória remonta à história das relações capitalistas em gestão no país. Desde a instalação das primeiras

¹⁹ Adotei o conceito de indústria têxtil mais clássico, concebendo os processos produtivos sediados no setor em sua totalidade. Assim, ao me referir à indústria têxtil, estou considerando e tratando dos dois departamentos gerais que compõem o setor: i) o da conversão de algodão, seda, lã e linho, corresponde às etapas de fiação de fibras, de beneficiamento, tecelagem, tinturaria e acabamento produtivo de tecidos, fios e malhas; e ii) o de confecções, cujas etapas decorrem da criação, de modelagem e pilotagem, da lavagem, de expedição e costura, do bordado e da estamparia até chegar ao aviamento (linhas, botões, bordados e anilinas).

estruturas fabris, ainda no século XVII, a indústria têxtil combinou a utilização da força de trabalho de sujeitos escravizados e libertos, que produziam as mercadorias nos espaços fabris (convertidos em domiciliares ou departamento externo da fábrica [Marx, 2004 [1867]]). No século XX, essa combinação se deu de modo mais expressivo na medida em que acentuou a exploração da força de trabalho e a subsumiu formalmente ao capital. A partir do impulso do processo de industrialização, na década de 1930, observou-se uma simbiose entre trabalhadores nos espaços domiciliares e nas grandes estruturas fabris que produziam e trabalhadores por conta própria urbanos que vendiam essas mercadorias. Essa combinação foi a condição essencial da expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção no Brasil.

Nas últimas décadas do século XX, quando a informalidade, a terceirização e a precarização da força de trabalho se acentuaram – e ganharam novos conteúdos –, a utilização do “trabalho barato” na produção têxtil começou a ser processada em larga escala, consolidando o início de um patamar de retorno ao capitalismo industrial, que opera hoje a partir de relações que se assemelham às do período de acumulação inicial das estruturas fabris. Eis o motivo pelo qual esse amálgama de formas – uma marca da acumulação flexível no Brasil –, tornou-se um condicionante basilar das relações de produção têxteis.

Contudo, outra pergunta surge: explicar as relações flexíveis a partir das relações de produção não seria isolar um setor e pensá-lo como elucidativo dos demais? Na realidade, existem paralelos significativos entre o desenvolvimento das relações de produção na indústria têxtil e nos demais setores da economia. Digo isso levando em conta, a exemplo de Marx, que o revolucionamento no modo de produção numa esfera da indústria condiciona e impulsiona, também, o revolucionamento em outras esferas (Marx, 2004 [1867]) – principalmente se se considera a condição presente do processo de produção global. Desse modo, tratar das relações de produção da indústria têxtil pressupõe abordar as relações de produção nos demais setores industriais, assim como, por ser o setor da indústria de transformação mais antigo do país, pode-se afirmar que ele

antecipa experiências que foram implementadas, posteriormente, em outros setores. Portanto, a proposta é pensar nas relações de produção têxteis, situando-as no quadro do debate do fenômeno sobre a flexibilização.

Para compreender as raízes do trabalho flexível no Brasil, torna-se necessário apresentar uma caracterização geográfica das formas de trabalho flexível, expondo algumas das dinâmicas, articuladas no espaço e no tempo, presentes na formação socioespacial brasileira (Santos, 2004a; 2004b). Vale adiantar que o processo de acumulação flexível que me preocupo aqui é essencialmente nacional. O argumento central do capítulo é que a trajetória das relações de produção na indústria têxtil brasileira – que se deu, *historicamente*, sob moldes flexíveis – é vista, portanto, como aquela que, ao ser reiterada com a expansão do capital, *pavimenta o caminho* dessa expansão das formas de acumulação flexível (de capital) para os demais setores industriais, sustentando-se, fundamentalmente, na exploração da força de trabalho. Com isso, espero demonstrar como as relações capitalistas brasileiras renovam e potencializam formas já existentes de flexibilidade em tempos de crise.

Antecedentes históricos da flexibilidade nas relações de produção na indústria têxtil no contexto do capitalismo originário

A expansão das fronteiras da produção algodoeira e têxtil se caracterizou, entre o final do século XVIII e início do século XIX, como uma das frentes de expansão do capitalismo brasileiro. As características das relações que aí se processaram estiveram fundadas nas produções de alimentos e de matérias-primas, realizadas na base do trabalho escravizado (Oliveira, 1977), com sede no Nordeste brasileiro, onde estiveram assentadas as bases das oligarquias agrária no período. Como ocorreu a organização da produção têxtil no período em questão?

Inicialmente, a emergência da produção algodoeira no Brasil esteve vinculada aos impulsos provocados pelas demandas de expansão das relações imperialistas comandadas

pela Inglaterra, berço da Revolução Industrial (RI). Essas relações redefiniram a paisagem da região Nordeste pelo menos de duas maneiras: assistiu-se, de uma parte, ao deslocamento da produção açucareira de sua antiga posição de produtor principal – que ficou a cargo da Antilhas caribenhas (Oliveira, 1993[1981])²⁰; e, de outra, ao “avanço da indústria têxtil na economia inglesa” quando, em decorrência dos impulsos da RI, a demanda por algodão começou a crescer exponencialmente (Oliveira, 1993[1981], p. 46) no cenário interno e externo.

A emergência dessa produção – que coincidiu com o crescimento da produção têxtil na Inglaterra – ocorreu em meio a um período de revitalização da ordem escravocrata brasileira. Atrela-se a essa questão a afirmação de que os países colonizadores se beneficiavam das explorações e expropriações realizadas em suas Colônias (Oliveira, 1993[1981]; Porto-Gonçalves, 2006).

De modo geral, as pesquisas documentais registram que as produções têxteis mantinham vínculos espaciais com as plantações de algodão, a despeito, principalmente, do baixo desenvolvimento no setor de transportes, mas também em função da distribuição do tráfico de escravizados por regiões no Brasil (Almico & Saraiva, 2020; Santos, 2020). Análises historiográficas registram a ocorrência das plantações de algodão e de sujeitos escravizados (Santos, 2020) bem como das produções têxteis (que estariam vinculadas à presença geográfica de escravizados), por todas as subdivisões provinciais do território nacional (Libby, 1997).

Em sua caracterização dos indícios da indústria originária brasileira, realizada a partir de documentos oficiais da província de Minas Gerais, Libby (1997) constatou a presença significativa da produção têxtil naquela província. O autor mostra a existência de domicílios que produziam fios e tecidos grossos por mecanismos “artesanais de fiação”, “tecelagem e costura” e “bordadura” (Libby, 1997, p. 101-4). Ele constatou,

²⁰ Neste caso, a redefinição esteve também vinculada às características físicas e ambientais do Nordeste que, por serem benéficas ao cultivo do algodão, contribuíram para que a região geográfica se consolidasse como principal produtora brasileira.

ainda, que esses trabalhos eram majoritariamente desempenhados por mulheres (principalmente as escravizadas) que, por serem consideradas inaptas aos trabalhos na agricultura e na mineração, eram submetidas à produção artesanal de “panos de algodão para ensacamentos e fios” (Libby, 1997, p. 110).

Por implicação de imposições como essa que valorizava o trabalho masculino externo e submetia as mulheres ao trabalho domiciliar manual, a atividade doméstica têxtil fora concebida, desde os primórdios, como uma ocupação tipicamente feminina (Libby, 1997), o que confere, já neste momento, uma rígida divisão sexual do trabalho para este setor. Até aquele momento, o trabalho se situava, majoritariamente, nos espaços domiciliares que eram as residências dos “*barões do algodão*” ou dos trabalhadores libertos. Os domicílios, espaços reservados à reprodução da vida, eram também espaços produtivos, locais onde estava baseada a produção artesanal têxtil que supria parte das demandas do mercado nacional. A separação formal entre essas duas esferas ocorreu décadas depois.

Além disso, a pesquisa de Libby (1997) expõe, a partir dos relatos realizados por viajantes estrangeiros, a importância para o país das atividades de costura, uma vez que essas atividades foram constatadas nas diversas regiões do país – excetuando-se à amazônica que até então estava esparsamente povoada. O relato de um viajante observa que, em meados de 1811, a província do Maranhão teria sido uma das maiores regiões exportadoras de algodão do mundo e outros relatos registram a produção de panos de algodão ao largo da primeira metade do século XIX nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A importância da Bahia foi assimilada em outra pesquisa documental, realizada por Silvana Santos (2020). A autora registra que, por volta de 1866, a província era o centro dinâmico da atividade industrial têxtil do país: “a província sediava cinco das nove fábricas têxteis existentes no Brasil, três das quais estavam entre as quatro maiores” (Santos, 2020, p. 29). É bom que se registre, no entanto, que a forma como a indústria têxtil fora implementada pelo capitalismo algodoeiro não foi a

capitalista avançada, nos termos de extração de mais-valia relativa tal qual a condição presente.

A produção têxtil que se processou naquele período seguiu um duplo caminho. No âmbito interno dos espaços produtivos fabris, realizou-se em diferentes etapas produtivas que iam “desde a limpeza do algodão até a tecelagem: a sala dos batedores, a sala de cardar, a sala de fiar e a sala de tecer”, local onde as costuras eram realizadas (Santos, 2020, p. 204). Nesse caso, as atividades eram, em geral, realizadas por trabalhadoras livres nos espaços internos, embora existam registros de que o trabalho escravizado compulsório também tenha sido utilizado nas dependências das fábricas (Santos, 2020, p. 210).

Já no âmbito externo dos espaços fabris, os trabalhadores – em geral escravizados – exerciam atividades destinadas ao serviço de campo (Santos, 2020, p. 209) enquanto as trabalhadoras realizavam as atividades de costura em seus domicílios ou em pequenas fábricas. Esse duplo caminho já pressupunha a dispersão espacial dos trabalhadores que, muitas vezes, trabalhavam em seu próprio espaço domiciliar. Os trabalhadores internos viviam em edifícios construídos no entorno da fábrica, separados por sexo e estado civil. Existia também uma distinção do local de moradia entre os trabalhadores livres e os escravizados (Santos, 2020).

Aqui, abre-se uma fenda para as produções têxteis: por um lado, havia instalações que seguiam os impulsos da modernização em curso como a utilização de fusos, teares e motores hidráulicos e do trabalho livre; por outro, empregava-se o trabalho compulsório dos escravizados, com métodos artesanais e manuais, e o das trabalhadoras livres nos espaços domiciliares, com máquinas de costura próprias, alugadas ou fornecidas pelos contratantes do trabalho, que alimentavam a produção para a acumulação originária que se processava (Santos, 2020). Por esses aspectos, quero ressaltar a importância do trabalho escravizado para a produção têxtil e de algodão – assim como fez Santos (2020) – e a diferenciação como um elemento importante para a produção da racialização que

será emblemática ao longo da construção histórica da formação socioespacial brasileira.²¹

Após a Independência e a constituição do Estado Brasileiro, começam a aparecer as primeiras fissuras dessa fase preliminar da produção artesanal. O primeiro estímulo se deu com a introdução das produções mecanizadas. A partir disso, a produção industrial propriamente dita foi impulsionada, tendo sido a introdução de maquinários – principalmente a máquina de costura, que se tornou um instrumento utilitário amplamente disseminado – o objeto de trabalho que contribuiu para o arranque da produção. Foi também a partir daí que a divisão socioespacial do trabalho entre espaço fabril e domiciliar passou a ser enormemente reforçada.

Naquele período, a importância das relações comerciais, mediadas por países colonizadores que detinham a hegemonia política no mercado mundial, foi fundamental na determinação da expansão horizontal e vertical assumida pela produção algodoeira brasileira. Três condicionantes gerais reorientaram os rumos da produção têxtil, marcando uma nova fase. Em primeiro lugar, a produção têxtil sofreu em função da abertura das negociações de produtos no mercado mundial, que resultou em uma enxurrada de tecidos oriundos das fábricas inglesas e, também, na intensificação da exportação de algodão brasileiro. Em segundo, perdeu intensidade de produção e de exportação (Oliveira, 1993), após a produção algodoeira – matéria-prima elementar para a produção – ter sido “esmagada” pela expansão do café. Este foi, inclusive, um dos condicionantes decisivos para o solapamento da indústria doméstica (Libby, 1997), o que afastou as possibilidades de o Brasil figurar como competidor internacional no mercado têxtil (Cano, 2007[1977]). Em terceiro, sofreu com os efeitos negativos decorrentes do protecionismo instituído pelas oligarquias agrárias do Nordeste. Tal

²¹ Tomo como referência o conceito de *formação socioespacial* formulado por Milton Santos (2004a; 2004b), como tentativa de interpretar, a partir da categoria conceitual *espaço*, as especificidades pelas quais o modo de produção se reproduz em arranjos sociais nacionais particulares.

protecionismo provocou um choque de interesses políticos no âmbito nacional, acirrando os conflitos políticos inter-regionais.

Esses condicionantes gerais vão conferir outro papel ao Nordeste algodoeiro, e as oligarquias que detinham seu comando, secundarizadas para a produção pelas oligarquias cafeeiras. Daí em diante, o complexo agroexportador se concentrou nas ‘novas’ regiões cafeeiras (Cano, 2007[1977]) –, de onde se processaram os estímulos que orientaram e mobilizaram as demandas domésticas e a produção de fiação e costura de sacaria para o café²². Um testemunho disso foi a produção voltada para as sacarias da indústria de café no Vale do Paraíba, que tinha na costura domiciliar seu apoio principal (Matos, 1993). Nesses marcos, a concentração industrial se adensou na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, sendo que, ao final da década de 1920, possuía mais de “2000 mil” estruturas fabris (Almico & Saraiva, 2020, p. 112).

Esse adensamento impulsionou o emprego de mulheres e crianças com baixos salários nas estruturas fabris e foi, também, uma alternativa encontrada pelos capitais para tirar proveito de uma grande quantidade de força de trabalho de baixo custo e desorganizada. O significado que este “trabalho livre e não assalariado” teve para a produção de “sacos de estopa” para estocar e transportar a produção de café foi extremamente importante (Matos, 1993, p. 65-66). Nesses moldes, enquanto o trabalho das costureiras de domicílios era empregado para reduzir ainda mais os custos diretos com a produção, surgiram as grandes estruturas industriais que, mais tarde, deram composição – junto aos impulsos políticos-administrativos - ao processo de industrialização.

Outro elemento que resume tal momento analisado foi a transferência espacial da produção, que passou a ser realizada com sede nas cidades (Oliveira, 1993[1981]). Se antes a produção fabril demandava proximidade com as fontes energéticas, com as matérias-primas e insumos e com as vias de transportes, com o avanço das tecnologias mecânicas, essas

²² Vale registrar que novamente a expansão da cafeicultura se mantém em sua relação com a ordem escravocrata (Almico & Saraiva, 2020; Franco, 1976).

demandas deixaram de condicionar e regular espacialmente a produção.²³ A partir de então, começou a se processar um projeto político orquestrado pelas burguesias agroexportadoras no comando do Estado para resolver os problemas da acumulação de capital. Esse projeto político “concentrou esforços e políticas públicas no sudeste brasileiro, essencialmente no eixo Rio-São Paulo, em detrimento das demais regiões brasileiras” (Almico & Saraiva, 2020, p. 95-96).

A forma de sua implementação se deu, principalmente, pela intervenção do Estado no “projeto abolicionista” (Coutinho, 2015, p. 26), como maneira de se aproximar da realidade produtiva dos Estados inseridos nos moldes do liberalismo positivista, mas também como maneira de mitigar as lutas emergentes. Desse modo, o Estado brasileiro construiu os aparatos legais para a abolição da escravatura ao mesmo tempo em que encobriu as relações de dominação – a instauração do mito da democracia racial (Fernandes, 2008[1964]) cumpriu um papel fundamental nesse aspecto –, e os interesses econômicos e políticos existentes nessa medida jurídica. Daí a ideia de que o abolicionismo institucional, nos moldes como foi implementado no Brasil, não era incompatível com a permanência das formas de dominação que se utilizavam da racialização.

Tanto é que esse “reparo” institucional (Gilmore, 2002) não alterou as desigualdades decorrentes dos períodos anteriores, e sim formalizou-as e aprofundou-as, na medida em que, ao instituir as relações de propriedade da terra, dificultou seu acesso aos sujeitos libertos das relações de escravidão. Na medida em que se formaliza essa desigualdade, projeta-se no homem branco a figura do cidadão e no sujeito liberto a figura do outro, oposto ao cidadão (Safatle, 2020). O papel que o Direito Penal – “a serviço e, mais tarde, em atuação co-participativa com

²³ Trata-se do assim chamado processo de concorrência espacial monopólica, que possui incidências em escala global. À medida que a concorrência espacial monopólica diminuiu, tanto material quanto politicamente, ao longo do tempo, “outras formas de monopólio se destacaram” (Harvey, 2018, p. 160). Por exemplo, destacam-se, hoje, entre outras, as formas de orientações que se vinculam à proximidade do mercado.

O Direito do Trabalho” (Coutinho, 2015, p. 26) – cumpriu nesse período nos ajuda na compreensão da promoção de formas punitivas e excludentes que foram ampliadas, sob distintos moldes, até a condição presente (Coutinho, 2015). Tem-se como resultado imediato a pacificação das lutas abolicionistas revolucionárias.

Foi a partir dessa relação que a urbanização, desigual pela natureza dos processos capitalistas que foram sendo implementados, ganhou impulsos nas décadas seguintes. A conversão da "região" do café em "região industrial" redefiniu a própria divisão regional do trabalho em todo o território brasileiro (Oliveira, 1993[1981]), forjando, pela expansão horizontal no espaço, uma progressiva diferenciação produtiva entre as regiões geográficas que foram sendo caracterizadas (e, mais tarde, institucionalizadas pelas vias das políticas de desenvolvimento regionais) e aprofundando as desigualdades, a pobreza e a miséria existentes (Conceição, 2005).

Neste ponto, é necessário reforçar o argumento das transições, segundo o qual as experiências foram dessemelhantes em distintas regiões do Brasil (Martins, 1982). Foi durante esse período que as bases da produção têxtil nas estruturas fabris foram criadas: a produção tinha seu principal apoio no trabalho domiciliar – antes realizado por escravizados e, pós-institucionalização da abolição da escravatura, por trabalhadores livres, não assalariados. Essas formas de utilização da força de trabalho, tidas como arcaicas, foram regeneradas e ampliadas, ganhando novos impulsos nos períodos posteriores (Martins, 1982; Oliveira, 2003a[1972]). Elas impulsionaram o revolucionamento das relações de produção têxtil no Brasil, configurando a fundação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista, que caracterizou uma nova fase de expansão, orquestrada sob moldes do capitalismo industrial.

A expansão da flexibilidade nas relações de produção na indústria têxtil no contexto do capitalismo industrial

A década de 1930 resultou em transformações estruturais na formação socioespacial brasileira. Ela pode ser

lida como um “novo” momento sob o qual estão assentadas as relações de produção no Brasil. A partir dela, deu-se início ao processo de revolução burguesa, sob o qual foram assentadas as bases do capitalismo urbano-industrial, que impulsionaram a industrialização brasileira – sobretudo após os anos 1950 (Oliveira, 2003a[1972]). Foi também desde então que o capitalismo industrial se configurou como dominante, sobrepondo-se às demais modalidades existentes.

A partir desse momento, foram trazidos à tona os debates que aprofundaram o nascente processo de industrialização, isto é, foi acrescido ao discurso da época, de traços higienistas e ideais positivistas e que supunha a construção de uma Nação e de um povo, a “necessidade” de modificação das bases do mercado de trabalho nacional, impulsionando a modificação da “matriz” (Almico & Saraiva, 2020, p. 98) da força de trabalho no país e fazendo com que os migrantes oriundos do continente europeu ocupassem um papel fundamental nela (Coutinho, 2013).

O processo de industrialização que se processou a partir da década de 1930 se beneficiou de duas formas aparentemente contraditórias de produção industrial: pela manutenção do trabalho doméstico que fora instaurado nas transições que ocorreram no período originário – elevando a qualidade de suas formas de produção e de consumo transmutadas e se utilizando do urbano que se formava como espaço de sustentação da indústria (Santos, 2013) –; e pela consolidação do modo de produção de mercadorias que se sobrepunha sobre as formas de organização da economia e da sociedade dos períodos anteriores (Oliveira, 1977). Foi nesse período ainda que se processaram e se proliferaram as relações econômicas e jurídicas que sedimentaram as relações societárias brasileiras, alinhando-as às leis do mercado mundial. Tratou-se, portanto, de um momento em que houve um pleno processo de integração espacial do Brasil ao capitalismo mundial (Bambirra, 2013[1978]).

Do ponto de vista espacial, o processo de industrialização representou o adensamento populacional ao redor das indústrias que se formavam, consolidando grandes centros

urbanos e, em alguns casos, as vilas operárias (Oliveira, 2003a[1972]). Foi a partir desse momento, também, que o Estado – que ou era inexistente (sobretudo nas teorizações realizadas até então) ou se configurava como projeção (Oliveira, 1977) – assumiu um lugar fundamental no processo de expansão e alteração das condições gerais que foram criadas nos períodos de transições anteriores, visto que foi dirigido pelas burguesias industriais emergentes (Oliveira, 2003a[1972]). Ao contrário do que se processara até então, o centro dinâmico das relações jurídicas de trabalho se transformou em regime de trabalho assalariado (Coutinho, 2013).

Sob o Estado Novo varguista, o vínculo entre o desenvolvimento da produção algodoeira e têxtil persistiu, mas sua forma se processou de maneira diferente. No que diz respeito à base espacial, quando o Sudeste se industrializou, passou seu papel de produtor agroexportador massivo para outras regiões, inferindo na maneira pela qual o “capital agroexportador” teria se expandido pelo território brasileiro (Oliveira, 2003a[1972], p. 43-4). A linha de frente da expansão se deu em direção às regiões interioranas, expandindo a lógica da propriedade da terra que se projetou pelas grandes extensões individuais. O papel do Estado foi, novamente, o de abrir caminho com a instauração das infraestruturas – como estradas de ferro e rodagem, bancos e cartórios (Oliveira, 2003a[1972]; Souza & Silveira, 2011) – pela via do financiamento (Oliveira, 1977). A expressão política e geográfica desse momento de expansão foi a assim chamada *Marcha para o Oeste*.²⁴

Com isso, o “recém-nascido” Estado [dirigiu] a força de seu aparato em benefício das burguesias industriais, incentivando o desenvolvimento industrial e colocando a classe trabalhadora sob sua tutela (Oliveira, 1977, p. 71). No entanto, essa tarefa dependia da edição de marcos regulatórios nas relações reiteradas entre o capital e o trabalho. A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) despontou como o marco mais importante, na medida em que fixou os pressupostos da compatibilização dos interesses da acumulação tipicamente

²⁴ Para uma discussão sobre o processo de ocupação territorial brasileira ver, entre outros, Moraes (1994) e Lira (2017).

capitalista e institucionalizou as regras do jogo que regularam o trabalho urbano subordinado (Coutinho, 2013). A “ordem jurídica se torna, então, igualmente uma ordem econômica vigente” (Coutinho, 2013, p. 171).

No que se refere à institucionalização, a CLT cumpriu as funções de: a) continuar a reprodução da acumulação ampliada do capital, ainda que se trate da ampliação de direitos e garantias – e neste ponto é ambígua e insuperável – ; b) ocultar a exploração do trabalho não pago, em sua “função de mascaramento do trabalho enquanto mercadoria, objeto e da existência de uma relação de poder” ; e c) mascarar a desigualdade decorrente da relação de poder e sujeição entre empregado e empregador (Coutinho, 2013, pp. 170-2). Já quanto à compatibilização, a CLT cumpriu as funções de: a) converter uma enorme massa de trabalhadores, mediante mecanismos de expropriação e expulsão, em um imenso contingente de população disponível para o capital; b) denominar todas as categorias de trabalho ao igualá-las, “reduzindo – antes que incrementando - o preço da força de trabalho”, e subordinando-as às atividades urbanas; e, c) impulsionar a produtividade do trabalho (Oliveira, 2003a[1972], p. 38-39).

Outra vez, houve um aprofundamento do que a ordem escravocrata já havia instaurado, que fora a inserção desigual dos sujeitos sociais nas formas jurídicas que se promulgavam, uma vez que os trabalhadores urbanos (principalmente os industriais) tiveram seus direitos garantidos pela nova CLT, enquanto os trabalhadores rurais não. Outro ponto a chamar a atenção foi o de que a maioria dos trabalhadores negros foi deliberadamente excluída das instaurações jurídicas e das proteções do trabalho, o que reafirmou o projeto de “reparo” institucional instituído com o pós-abolição.²⁵

²⁵ Do ponto de vista da inserção dos libertos no mercado de trabalho, Florestan Fernandes ressalta que há um duplo caráter: por um lado, onde a produção se encontrava em níveis baixos, os ex-escravizados tinham de optar, na quase totalidade, pela reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores; por outro, onde a produção se encontrava em níveis altos, a degradação ocorria pela via da

Há, além dessa inserção desigual de trabalhadores na ordem jurídica (e, portanto, na rede de proteção social a ela atrelada – algo que é típico de países que estão a meio caminho do desenvolvimento econômico), outra característica constituinte do processo do capital no Brasil: “sua competência para regenerar formas [consideradas] arcaicas de relações sociais” (Martins, 2001, p. 7). Se no centro do capitalismo o fordismo sugeria que a concentração produtiva deveria ser realizada em um espaço fabril, no caso brasileiro, essa concentração não se efetivou completamente. Aqui, o desenho das relações de produção no chão de fábrica incorporou, ora pelos espaços de controle das cidades sedes, ora pelas vilas operárias do entorno das indústrias que modificavam as relações sociais dos pequenos municípios, os espaços domiciliares enquanto espaço produtivo. Ou seja, o modo pelo qual esse movimento obteve seu maior ponto de apoio foi pela regeneração de um mecanismo de redução de custos com a produção, a dizer, pela transferência dos custos com a produção – e os meios (linhas, agulhas) – para os espaços domiciliares.

O fator que regulou o trabalho, em ambos os casos, foi o custo com a produção, algo que, nas circunstâncias da produção industrial que se processava, ampliou as taxas de lucro. A permanência dessa forma de trabalho domiciliar esteve, portanto, condicionada à contenção dos custos com a produção, o que revelou, a partir do espaço, a economia política do trabalho explorado no Brasil. Foram mudanças que reforçaram o caráter do padrão do “fordismo periférico” (Lipietz, 1989) e de exceção (Oliveira, 2003b), constitutivo da produção têxtil em todo o território nacional. Bem longe de obstacularizar a acumulação de capital, esse processo conferiu validade a ele, articulando os traços históricos dos princípios das produções têxteis.

A partir da década 1960, essa realidade começou a ganhar novos contornos. Se, antes, a industrialização se processou num quadro conflitivo entre os setores urbano-industrial e o agroexportador, desse momento em diante, houve o estímulo da entrada de capitais estrangeiros, o que

incorporação na economia de subsistência do lugar (Fernandes, 2008[1964]).

impulsionou a produção automobilística e a de eletrodomésticos. Para efetivar essa associação, o Estado se acoplou ao capital externo - veja-se que sua junção é anterior - por meio de dívidas externas que viabilizavam os investimentos públicos, a fim de “equacionar” problemas econômicos e de investimento. Ao oferecer subsídios para a produção de infraestruturas (Mendonça & Fontes, 1988) – sobretudo via financiamento e construção das grandes obras dos setores de comunicações (telégrafo e telefonia), logística e transportes (Souza & Silveira, 2011)²⁶ –, o Estado alterou a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias, reduzindo as barreiras para a integração geográfica do território (Oliveira, 2007).

Inaugurou-se, portanto, por meio desse projeto que caracterizava um novo rumo do Estado brasileiro, a ruptura com o pacto populista varguista – forjado com o Golpe Militar de 1964. Esse golpe teve um duplo sentido destrutivo: representou a “destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores”, que se deu, de modo sistemático e repressivo, pelo: “impedimento de todas as formas de organização popular” (Mendonça & Fontes, 1988, p. 19-20); e institucionalizou, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – ou fundo do desemprego, se quisermos nomear adequadamente a política – em 1967, a perda da estabilidade no emprego e a necessidade de empresas arcarem com programas assistenciais que mantinham para seus trabalhadores (Rodrigues, 2012). Foi a partir da criação do FGTS e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (Maricato, 1988), que o mundo do trabalho começou a subsidiar a produção do urbano – pela via dos financiamentos e das concessões de créditos aos capitais imobiliários –, utilizando-se, principalmente, da ideologia da “casa própria” que fora introjetada no ideário das classes trabalhadoras (Rodrigues, 2012, p. 13).

As características gerais da produção têxtil no período em questão podem ser resumidas em três dimensões gerais, que

²⁶ Assume destaque, para o caso brasileiro, a problemática da valorização do modal rodoviário como dominante sobre as demais modalidades de transportes. Essa discussão pode ser acessada em Souza & Silveira (2011).

são interconectadas entre si. No que se refere à dimensão espacial, passou a ocorrer uma diferenciação dos pesos produtivos da indústria têxtil. Ainda que a produção têxtil estivesse dispersa em todo o Brasil, os níveis de produção das mercadorias despontaram sobremaneira no estado de São Paulo, que começou a assumir uma posição de destaque no cenário nacional. Teve-se, com isso, um processo de concentração das estruturas têxteis nesse estado nacional. Essa concentração industrial (que coincidiu com a concentração industrial de outros setores produtivos) aprofundou a desigual divisão social do trabalho já existente (Oliveira, 1984).

No que se refere às dimensões econômica e política, o direcionamento massivo de recursos públicos para as indústrias de base e as de consumo de bens duráveis – cuja indústria automobilística era o pilar central (Pinto, 2007) –, sobretudo a partir do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), promoveu uma redefinição das “linhas estratégicas dessa industrialização”, o que incidiu sobre os pesos produtivo e político que tinham o setor industrial (Festi, 2018, p. 52). Em decorrência da competição interindustrial daí decorrente, a redução dos dispêndios com salários – sem levar em conta o que é necessário à sua reprodução biológica enquanto sujeito – passou a ser um mecanismo amplamente disseminado no setor têxtil em geral (Abreu & Sorj, 1993). Esse processo de afirmação do grande capital hegemônico começou a tomar outros rumos em 1974, (momento de crise social decorrente do regime político imposto pelo regime militar que provocou a aceleração da concentração de renda, a expansão da miséria e o aumento da produtividade do trabalho com a classe trabalhadora reprimida em sua capacidade de reivindicar e barganhar) quando começam a aparecer as primeiras fissuras do processo (Mendonça & Fontes, 1988).

As vozes provenientes do mundo do trabalho, exaustas com sua condição, foram as que sacudiram aquele momento e indicaram, pelas lutas e pela efervescência do sindicalismo (Antunes, 1980), a necessidade de mudanças. Tais movimentos deram claros sinais de contraposição à ordem que se estruturava desde o início do domínio militar e conduziram a

sociedade para um cenário que abria possibilidades de instauração de uma ordem democrática (Antunes, 1980; 2011). Essa grande efervescência caracterizou a tentativa de ampliar os direitos sociais e estendê-los aos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras, o que culminou na construção da Constituição Federal de 1988 – também chamada de “Constituição Cidadã” (Previtali & Lucena, 2017, p. 80). No entanto, essa possibilidade viu-se esgotada diante da ofensiva do capitalismo ocidental que impôs, durante a década de 1990, um novo rumo a este processo, marcando o aprofundamento dos avanços desregulatórios que caracterizam a era da desertificação neoliberal.

Os impulsos da flexibilidade nas relações de produção na indústria têxtil no contexto do capitalismo neoliberal

A gênese da discussão geral sobre a flexibilidade nas relações de produção remonta às décadas de 1980 e 1990, quando o advento de uma contrarrevolução burguesa incidiu sobre o mundo capitalista ocidental. Entre os casos mais emblemáticos, encontra-se o chileno. Naquele país, foram implementadas medidas de flexibilização, por meio de violência aberta, postas em prática através da ditadura militar, instaurada com intencionalidades semelhantes àquela instaurada no Brasil (Antunes, 2011).

Os governos eleitos através do voto direto – como o estadunidense e o inglês – buscaram, por meios distintos e, também, similares, estender a lógica da competitividade e da responsabilidade social, típicas da pragmática neoliberal, ao ideário das classes trabalhadoras, com intuito principal de reconduzir a regulação Estatal ao mínimo e destinar os recursos públicos para as iniciativas privadas (Antunes, 1999; Harvey, 2008[2005]). No Brasil, a década de 1980 foi marcada, como assinalado anteriormente, pelas tentativas de construção de uma ordem democrática que ia em direção oposta aos padrões neoliberais que estavam sendo impostos de maneira sistemática em muitos países da porção ocidental do globo.

Entretanto, a década seguinte, a de 1990, significou uma reviravolta nesse processo: foi quando os pressupostos do neoliberalismo (existentes de maneira desordenada até então), passaram a ser projetados de modo sistemático sobre o país como uma reação direta do capital às lutas emergentes ocorridas nas décadas anteriores. Essa reviravolta deflagrou uma nova rodada de reestruturação produtiva capitalista (Antunes, 2011), imposta com o objetivo de ampliar as lógicas de centralização e de acumulação de capital, estagnadas até então pela crise profunda que se instaurou com a agenda econômica do regime militar e potencializada pelas lutas que emergiram na década de 1980.

Essa contrarrevolução seguiu os parâmetros do capital em distintas escalas. No cenário externo, o país esteve envolto à falta de alternativas políticas abrangentes, o mesmo que aconteceu com muitos países do globo, após a queda do muro de Berlim (Harvey, 2005). Dessa forma, teve de, por um lado, aprofundar a lógica capitalista já em vigor e, por outro, render-se aos pressupostos da nova ordem mundial estabelecida. Os Estados nacionais estavam sendo “orientados”, por imposições de organismos multilaterais e de países de capitalismo mais adiantado, a implementar ou ampliar políticas de austeridade (Harvey, 2008[2005], Fontes, 2010).

A partir de então, alterações no plano político, social e jurídico foram implementadas na realidade brasileira em decorrência da nova divisão internacional do trabalho que se desenhou no cenário externo (Antunes, 2009, p. 38). Como tendência do processo mundial iniciado na década de 1970, pôde-se verificar, como ferramentas para a “reestruturação competitiva” no Brasil, os processos de abertura comercial e de intensificação da concorrência intercapitalista, além da desregulamentação, tudo comandado pelo crescente modo de acumulação predominantemente financeiro (Antunes, 2009). Em particular, observou-se um processo de reengenharia industrial e organizacional, que ocorreu em múltiplas dimensões.

Quanto à questão política, houve a utilização massiva dos recursos do fundo público do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico (BNDES), já sob o governo de José Sarney (1985-1990), incorporando “cenários de integração competitiva entre as empresas” e abrindo caminho para a transnacionalização (Fontes, 2010, p. 346). A continuidade desse projeto se deu no período de governo de Fernando Collor (1990-1992), ao se estabelecer uma fase de abertura comercial, de privatizações e de ajuste fiscal. As ações desses dois governos funcionaram como ferramentas de expansão da lógica do capital uma vez que estimulavam os investimentos produtivos e ofereciam vantagens aos setores privados (Oliveira, 2007), mudando os rumos que as classes trabalhadoras tentavam dar ao Estado.

Já nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ocorreu, de modo mais sistemático, a “implementação de um amplo programa de reforma do Estado” (Previtali & Lucena, 2017, p. 80), o que marcou o aprofundamento das ações do governo até então implementadas. Seguindo a racionalidade economicista dos mercados financeiros, Cardoso operacionalizou a independência do Banco Central (afastando essa instituição das pressões democráticas); e redefiniu os parâmetros da transnacionalização de empresas brasileiras e os impulsos da acumulação comandada pela racionalidade financeira.

No que se refere ao mundo do trabalho, a postura mais agressiva dessa rodada de reestruturação se efetivou mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comportou tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores. Orientados pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington, os governos acima citados implementaram uma série de medidas que desregulamentaram, ainda mais, as relações formais de trabalho no Brasil²⁷.

²⁷ Quero recordar, como faz Biavaschi & Droppa (2011), que a Lei do Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, de 1974, foi uma das que abriu as portas para a fragmentação das relações de trabalho, pela via institucionalização no campo jurídico. Ela balizou parte das decisões judiciais sobre o reconhecimento do vínculo de emprego direto entre prestador dos serviços e empresa, impulsionando a flexibilização das

Uma face desse processo foram as mudanças nos marcos regulatórios que acentuaram a flexibilização da legislação trabalhista (Coutinho, 2013). Se, antes, os esforços estavam no sentido de construir um capitalismo de base nacional, a desregulamentação comandada pela lógica neoliberal – em sua fase de globalismos – foi quem deu a tônica para o afastamento do modelo tradicional de emprego. Entre as mudanças mais nefastas, podemos mencionar a “ampliação do uso do contrato por tempo determinado, o contrato em tempo parcial”; “a suspensão do contrato de trabalho em tempo determinado”; e “a correspondente redução de salário, encargos e benefícios” (Braga, 2017, p. 116).

A outra face desse processo foi o aprofundamento das reestruturações organizacionais e tecnológicas. No âmbito das empresas, foram gestados novos padrões organizacionais e tecnológicos, ou seja, “novas formas de organização social do trabalho” (Alves, 2007), combinadas às novas formas de gestão da força de trabalho. Nesse aspecto, a forma de reestruturação produtiva que se processou no bojo da terceira revolução industrial utilizou-se das novas tecnologias microeletrônicas e telemáticas para organizar a produção a partir da constituição de redes de fábricas fornecedoras (Druck, 1995), suscitando coordenações transversais e horizontais que alteraram a lógica dos espaços produtivos, representando os influxos toyotistas na produção brasileira. De modo mais claro: o tipo de organização que existiu na produção fordista, com grandes fábricas verticais que concentravam a produção, foi parcialmente deslocado para dar lugar a uma produção dispersa no espaço (Antunes, 2009).

Com isso, acompanhamos a consolidação de formas de gestão da força de trabalho. Tais modelos de gestão combinavam os mecanismos burocráticos verticalizados com formas flexíveis de gestão e de produção (Braga, 2012), tendo a disciplina como regra, com mecanismos mais flexibilizados e horizontais, baseados, sobretudo, na produção fluída, na “produção flexível” e “difusa” (Alves, 2007, p. 158). Em função desses processos, a estratégia utilizada pelo empresariado foi intensificar as perdas

normas de proteção social ao trabalho e incidindo, inclusive, sobre processos de terceirização.

para os trabalhadores – os seus "parceiros" preferenciais para sustentar os “prejuízos decorrentes desta situação” (Druck, 1995, p. 43), o que se realizou por meio da “externalização da produção”, da “terceirização” e da “subcontratação da força de trabalho”, determinadas, principalmente, pela redução cega dos custos na busca por aumento de competitividade (Druck, 1995, p. 145). Nesse aspecto, as mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva capitalista pelo Brasil revelaram a generalização de formas que já eram implementadas no mundo do trabalho, mas que foram redefinidas em meio ao contexto de crise estrutural do capital.

Novamente, temos o setor têxtil como uma chave para entender a reorganização produtiva e a dinâmica territorial dela decorrente. Seu principal impulso para corrigir distorções na acumulação foi reforçar e expandir os processos acima descritos. Nesse setor, as empresas passaram a recorrer ainda mais à terceirização, reduzindo os custos da produção, acarretando enorme desemprego e enfraquecendo a coesão e a solidariedade dos trabalhadores (Antunes, 2009). A título de exemplo, podemos mencionar o caso de uma indústria têxtil situada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que terceirizou mais de 50% da sua produção, resultando no desemprego de cerca de 70% da sua força de trabalho num período de cinco anos (Jinkings & Amorim, 2006). Outro caso de uma indústria situada no noroeste do Paraná também pode ser elucidativo: a indústria que empregava 2.431 trabalhadores em 2000 passou a empregar 852 em 2010, em um cenário de aumento da produção superior a 200% para o mesmo período (Lima, 2018, p. 160-2). Dizendo em outras palavras, o emprego industrial deixou de se afirmar como tendência dominante, repetindo uma tendência mundial de declínio do emprego industrial que se processava desde 1980 (Oliveira, 1996). O que passou a ser tendência entre as estratégias perseguidas pelo empresariado têxtil da região noroeste, foi inserir trabalhadores migrantes haitianos como protótipos de um processo contínuo de flexibilização das condições de trabalho (Lima, 2022) e submetê-los à condições precárias e exploratórias de trabalho e de vida, para fomentar o rebaixamento dos custos com a produção.

Além disso, as evidências empíricas atestam que nas últimas décadas do século XX – com maior intensidade a partir de 1990 – observou-se a ampliação da utilização do “trabalho barato” na produção têxtil, iniciada em larga escala (Souza Lima, 2009; Silva, 2012; Martinelli, 2017), consolidando o início de um patamar de retorno ao capitalismo industrial, que opera até hoje a partir de relações que se assemelham as do período de acumulação inicial das estruturas fabris (Lavinias *et al*, 2000; Leite, 2004). É neste quadro geral, portanto, que o processo intensificação da exploração da força de trabalho precisa ser situado.

A dispersão espacial da produção (Lencioni, 1994; 1996) que aparece como uma oferta de benefícios para o capital foi, sob distintos prismas, um processo geográfico. Ela reafirmou a necessidade do capitalismo de ajustar espacialmente suas crises (Harvey, 2008[2005]), mobilizando-se de forma a reduzir custos, abrir novos mercados e aumentar os lucros, o que ocorreu pelo espaço, da mesma forma como nos períodos de transições.

Note-se que em meio a esse processo de dispersão espacial que se soma ao incremento de novos maquinários²⁸, a produção teve um crescimento exponencial. Sem embargo, esse crescimento não “poderia se dar sem o apoio de serviços propriamente urbanos” (Oliveira, 2003a[1972]), p. 55), lidos como não industriais. Trata-se, antes de tudo, de um aprofundamento da divisão do trabalho entre as empresas no interior da cadeia produtiva e das relações de trabalho que predominam no interior delas (Leita, 2004).

A novidade aqui foi a incidência com a qual esse processo, conceitualmente caracterizado como dispersão espacial, impôs-se a partir de 1990. Antes disso, as estruturas fabris se concentravam, em sua maioria, nas grandes cidades e estavam organizadas sob a lógica comandada pela relação fordista e concentracionista piramidal de produção – mas

²⁸ Aprofundamento de “práticas de engenharia na produção e novas formas de contratação e subcontratação da mão de obra, levando a uma maior divisão territorial das etapas do processo produtivo” (Pereira Junior, 2019, p. 14).

sempre com o amálgama que é típico das relações de produção têxtil.

Embora no período colonial existissem instalações de estruturas produtivas têxteis em quase todo o país, sua sede produtiva mais importante no cenário nacional estava no Nordeste. Com as mudanças que se processaram nos períodos das transições, o Sudeste recebeu o repasse de centro produtivo têxtil, tendo em São Paulo sua maior sede produtiva. Essa relação se consolidou e expandiu após a revolução burguesa e se aprofundou com a ditadura militar.

Foi daí que se processou um movimento de retorno de processos precarizantes, implementados primeiramente no Sudeste e expandidos, depois, para as demais regiões. Com isso, a economia política e espacial da produção têxtil brasileira foi redefinida e tornada num processo que é regido, em última instância, pelos comandos da acumulação ampliada de capital. Em favor de um melhor entendimento desse movimento de retorno, pode-se situar o caso de algumas indústrias do setor têxtil já consolidadas no Sul que instalaram suas “unidades de produção nas capitais ou nas cidades do interior, interessadas, principalmente, na oferta de trabalho a baixo custo, nos benefícios fiscais e na maior possibilidade de flexibilizarem a produção e as relações de trabalho” (Pereira Júnior, 2012, p. 214).

Algumas dessas indústrias, inclusive, romperam a fabricação de produtos nos seus estados de origem, mantendo nesses espaços apenas seus escritórios de gestão e administração ou seus centros de pesquisa (Pereira Júnior, 2012) e, com isso, garantiram uma posição consolidada no mercado nacional, confirmando uma tendência de centralização de capital assinalada por Lencioni (1994; 1996). Desde então, São Paulo é quem detém o monopólio industrial e comercial (Lencioni, 2008). Por ser o “centro” de comando dos fluxos e de informação (Silva, 2009), impõe os traços precarizantes que serão implementados nas diversas regiões do país.

Temos, portanto, um condicionante que adquire uma expressão geográfica bastante acentuada em diferentes escalas espaciais. Enquanto no século XIX a expansão horizontal foi sua

maior expressão, a rodada de reestruturação produtiva que se processou a partir dos anos 1990 representou a maior diferenciação entre as regiões geográficas, incidindo sobre o desenvolvimento geográfico desigual. Nesse aspecto, deve-se ressaltar que as tentativas anteriores de explicação das formas flexíveis de trabalho tenderam a se fixar no nível de generalidade do processo, que tem seus aspectos universais, mas que apresenta particularidades em suas distintas ocorrências regionais. Com isso, estou sugerindo que a rodada de reestruturação produtiva capitalista que se processou a partir de então apresenta algumas implicações espaciais.

Uma novidade foi a desintegração de qualquer obstáculo territorial em função dos benefícios fiscais (Pereira Júnior, 2012). Nesse ponto, a questão das flexibilizações das ações estatais que se deram em sintonia com o planejamento acoplado com o setor privado pode ser elucidativa (Pereira Júnior, 2012; Lima, 2018). Assim, toda a “flexibilização surgida a partir dos novos modelos concede outra racionalidade ao uso de máquinas e investimentos, assim como ao que diz respeito à localização das unidades de produção industrial”, que são alojadas para onde apontam as melhores condições de mercado (Pereira Júnior, 2012, p. 165). A intensidade com que esse movimento se processou no e pelo espaço foi novidade com relação ao processo já reconhecido no Brasil.

Um aspecto que confirma isso é que a expansão espacial da indústria, em escala nacional, ocorreu de forma assimétrica entre as regiões geográficas do país. A maior parte da expansão da capacidade industrial do pós-1990 não se instalou nas áreas mais centrais das cidades de São Paulo, e sim nas periferias e em cidades menores, já que nesses locais poderia se haver ganhos expressivos em várias frentes principalmente em função do preço da terra e da força de trabalho e da disponibilidade de recursos naturais), formando novas regiões produtivas para as quais o capital escoaria. No limite, são lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis (Harvey, 2011).

Outro ponto a ressaltar é que, reduzindo os custos da produção, o capital consegue também outros “benefícios” para si. O mais óbvio pode ser, talvez, que esse processo “reduz, não apenas, o emprego no conjunto da economia, mas também leva à eliminação [...] de postos de trabalho melhor [sic] remunerados (salários e benefícios) nas grandes empresas e à sua substituição por empregos” de pior qualidade, nas terceirizadas (Druck, 1995, p. 39). Um dos resultados disso foi a pulverização de pequenas e médias unidades produtivas, de facções e de trabalhadoras em domicílio pelos pequenos municípios do interior do Brasil, locais onde, em geral, a organização é baixa e os trabalhadores se submetem aos regimes impostos por não terem outra opção de venda da força de trabalho. Como exemplo, temos as formações de regiões produtivas nos estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Por fim, aponto, ainda, para uma última inferência desse processo que seriam os efeitos dessas formas de diminuição dos custos. Os benefícios obtidos pelo capital, com a externalidade da produção, não são unicamente relacionados à redução dos custos. Pode-se ver que, a partir da expansão que se procedeu com o consentimento dos trabalhadores, tem-se um menor controle sobre o produto de seu trabalho e, por estarem espacialmente dispersos, há um enfraquecimento da possibilidade de coesão e de solidariedade de classe.

Esse conjunto de alterações representou o aprofundamento da reestruturação competitiva intercapitalista da economia brasileira e a passagem para a regulação neoliberal. No entanto, é preciso recordar que, mesmo que se tenha essa aproximação com as dimensões da exploração, a produção têxtil opera hoje de forma diferente. No momento atual, as indústrias passaram a produzir em distintas e diferenciadas etapas do processo produtivo, baseadas numa rede de agências e de relações comerciais e de circulação em rede – concentração do capital em estados (Pereira Júnior, 2012). Desde então, constituíram-se as cadeias produtivas de valor, conformadas em vários níveis de fornecimento, ao contrário das estruturas

formadas pelas grandes indústrias e seu enorme conjunto de fornecedores, predominantes durante o fordismo (Leite, 2004).

Sintetizando: houve a regressão da organização produtiva fabril e a casa foi, uma vez mais, impulsionada como espaço de extensão dos espaços produtivos. Assim, a possibilidade de uma exploração de práticas de trabalho domiciliares, que embora nunca tenha desaparecido, foi amplamente contemplada pelo capital. A indústria têxtil foi, talvez, o setor propulsor dessas formas que se generalizaram e se universalizaram em quase todos os setores do mundo do trabalho atual²⁹, assumindo dimensões mais dramáticas para aqueles que vivem do trabalho.

A diferença aqui é que se o padrão anterior se estruturou a partir da articulação dos processos de exploração da força de trabalho, com baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, o novo padrão enfeixa todos estes elementos, potencializa e combina com um processo de dispersão espacial, que vai intensificá-lo ainda mais e demarcar – pelo espaço – um patamar de retorno do capitalismo brasileiro. Diante disso, pode-se afirmar que estamos vivenciando um processo de regressão espacial, a partir do qual a incidência está sobre a dispersão pelo espaço como uma das facetas da expansão do capital pelo espaço.

Referências

Abreu, Alice; Sorj, Bila (Orgs.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo Econômico, 1993.

Almico, Rita; Saraiva, Luiz Fernando. Raízes Escravas da Indústria no Brasil. In: Salles, Ricardo; Muaze, Mariana (Org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em Perspectiva Histórica*. São Leopoldo, Casa Leria, 2020, v. 1, p. 93-120.

²⁹ As pesquisas de Druck (1995) e de Pinto (2007) confirmam essa tendência.

Alves, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina, Editora Práxis, 2007.

Antunes, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula). Campinas, Editora Autores Associados, 2004.

Antunes, Ricardo. As formas diferenciadas da reestruturação produtiva e o mundo do trabalho no Brasil. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 2, n. 21, 2009, 35-49.

Antunes, Ricardo. *O Continente do labor*. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

Antunes, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999. Bamberia, Vânia. *O Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2013[1978].

Biavaschi, Magda Barros; Droppa, Alisson. A história da Sumula 331 do Tribunal Superior do Trabalho: alteração na forma de compreender a terceirização. *Revista Mediações*, v. 16, n. 1, 2011, pp. 124-141.

Braga, Ruy. *A nostalgia do fordismo: Elementos para uma crítica da Teoria Francesa da Regulação*. 329 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Braga, Ruy. *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Editora Boitempo, 2012.

Braga, Ruy. *A rebeldia do precariado*. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

Burawoy, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo, Editora Alameda, 2014.

Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Editora da Unicamp, 2007[1977].

Conceição, Alexandrina. A Geografia do Espaço da Miséria. *Scientia Plena*, v. 1, n. 6, 2005, p. 166-170.

Coriat, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, Editora Reva, 1994.

Coutinho, Aldacy Rachid. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre: do escravismo ao liberalismo. (in): SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (Org.). *O mito: 70 anos da CLT: um estudo preliminar*. São Paulo, Editora LTR, 2015, pp. 26-32.

Coutinho, Aldacy Rachid. Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência: 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho Brasileira. *Revista Estudos do Século XX*, v. 13, n. 1, 2013, p. 167-180.

Druck, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. 271 P. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Editora Globo, 2008[1964].

Festi, Ricardo. *O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960)*. 421 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Campinas, 2018.

Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2010.

Fontes, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Bom Texto, 2005.

Franco, Maria Sylvia. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Editora Ática, 1976.

Gilmore, Ruth Wilson. Fatal Couplings of Power and Difference: Notes on Racism and Geography, *The Professional Geographer*, v. 54, n. 1, 2002, p. 15-24.

Harvey, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Editora Loyola, 1989 [1992].

Harvey, David. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo, Editora Loyola, 2008 [2005].

Harvey, David. *O enigma do capital*. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

Harvey, David. The Sociological and Geographical Imaginations. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, v. 18, n. 3/4, 2005, pp. 211-255.

Jinkings, Isabella; Amorim, Elaine Regina Aguiar. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I*. São Paulo, Editora Boitempo, 2006. p. 337-386.

Kilmister, Andrew. Reestructuring. In: Browning, Gary; Halcli, Abigail (Orgs.). *Understanding Contemporary Society: Theories of the Present*. London, Sage publications, 2000, p. 252-266.

Lavinas, Lena; Sorj, Bila; Barsted, Leila; Jorge, Angela. *Trabalho a Domicílio: Novas Formas de Contratualidade*. Rio de Janeiro: Estudos Sociais do IPEA, 2000.

Leite, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Revista Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2004, p. 57-93.

Lencioni, Sandra. A Reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*, v. 11, 1996, p. 79-90.

Lencioni, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, v. 39, n. u, 2008, p. 7-20.

Lencioni, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Revista Espaço e Debates*, s./i., 1994.

Libby, Douglas. Notas sobre a Produção Têxtil Brasileira no Final do Século XVIII: Novas Evidências de Minas Gerais. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 27, n. 1, 1997, p. 97-125.

Lima, Flávio. *Nas trilhas da exploração da força de trabalho: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná*. 245 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Lima, Flávio. Under the shadows of capital-imperialism: conditions of expropriation and exploitation of Haitians immigrants. In: Ritchie, Genevieve, Carpenter, Sara & Mojab, Shahrzad. *Marxism and Migration*. Nova York, Palgrave Macmillan Books, 2022, p. 131-156.

Lipietz, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo, Editora Nobel, 1991, p. 7-16.

Lipietz, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. Porto Alegre, *Revista Ensaios*, v. 10, n. 2, 1989, p. 303-335.

Lira, Larissa. A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 10, 2017, p. 169-186.

Maricato, Erminia. A cidade é um grande negócio. *Revista Teoria e debate*, n. 210, v. 3, 1988. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1988/06/15/a-cidade-e-um-grande-negocio/>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

Martinelli, Samanta Eliza. *As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado das facções do polo regional de confecções de Maringá – PR*. 110 p. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

Martins, José de Souza. A escravidão contemporânea - Entrevista a Mário Rolim Cândido. *Ciência Hoje*, v. 28, n. 168, 2001.

Martins, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Editora Símbolo, 1982.

Marx, Karl. *O Capital* - Volume I. São Paulo, Editora Boitempo, 2004 [1867].

Matos, Maria Izilda Santos de Matos. Trabalho domiciliar - trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930). In: Abreu, Alice; Sorj, Bila (Orgs.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo Econômico, 1993, p. 63-82.

Mendonça, Sonia Regina de; Fontes, Virginia Maria. *História do Brasil Recente: 1964 – 1980*. São Paulo, Editora Ática, 1988.

Moraes, Antonio C. R. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericana. *Revista Do Departamento De Geografia*, v. 7, n. 1, 1994, p. 81-86.

Oliveira, Floriano José Godinho. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245, v. 65, 2007, s./p.

Oliveira, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

Oliveira, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÊS, José Álvaro; Oliveira, Francisco de. (Orgs.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, p. 65-76.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista - o ornitorrinco*. São Paulo, Editora Boitempo, 2003a [1972].

Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993 [1981].

Oliveira, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção (2003). *Revista Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, 2003b, p. 9-14.

Oliveira, Francisco de. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; Stedile, João Pedro; Genoino, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1996, p. 7-22.

Pereira Júnior, Edilson. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, n. 1, 2019, pp. 1-20.

Pereira Júnior, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012.

Pinto, Geraldo Augusto. *A máquina automotiva em suas partes: um estudo das estratégias do capital nas autopeças em Campinas*. 598 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Campinas, 2007.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a Natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

Previtali, Fabiane; Lucena, Carlos. Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. In: Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane; Lucena, Lurdes (Orgs.). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia, Editora Navegando, 2017. p. 72-96.

Rodrigues, Arlete Moysés. Políticas públicas: FGTS e planos diretores - conteúdos e significados. *Revista cidades*, v. 9, n. 06, 2012, p. 10-20.

Safatle, Vladimir. Beyond necropolitics principle: suicidal state and authoritarian neoliberalism. *Crisis and Critique*, v. 7, 2020, p. 360-380.

Santos, César Simoni. A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana. 321 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Santos, Milton. *Espaço e sociedade*. São Paulo, Edusp, 2004a[1977].

Santos, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Edusp, 2004b[1978].

Santos, Silvana. *Escravidão, tráfico e indústria na Bahia oitocentista: a sociedade Lacerda e cia e a fábrica têxtil Todos os Santos (c.1844-c.1878)*. 271 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

Silva, Adriana Bernardes. A cidade de São Paulo e a Produção de Informações: Contribuições à Pesquisa e ao Debate. In: *Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB*, 2009.

Silva, Silvana Cristina da. *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros da Brás e Bom Retiro (SP)*. 327 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Souza Lima, Angela. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 2009.

Souza, Vitor; Silveira, Márcio. O Transporte Rodoviário no Brasil: Algumas Tipologias da Viscosidade. In: Silveira, Márcio Rogério (Org.). *Circulação, Transportes e Logística: diferentes perspectivas*. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2011, p. 277-298.

8.

O mundo do trabalho e a opressão regional: projeto de país ou “invenção do Nordeste”?

Iuri Tonelo

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Chico Science

Introdução

Uma interpretação foucaultiana sobre o nordeste brasileiro ganhou espaço nos debates acadêmicos nas últimas décadas. Segundo essa visão, tomada a partir da obra de Durval Muniz (2011) como representativa, o Nordeste seria uma “invenção”, o produto de uma enunciação, de dizeres, narrativas e discursos. Entre as mais importantes perspectivas sobre a região, duas visões – uma tradicionalista e outra que se constrói por um *discurso* marxista –, destacadas pelo autor, governariam boa parte das artes (literatura, pintura, cinema) no pós-1930 e seguiram pelas décadas do século XX, contribuindo para colocar em evidência uma visão estereotipada do que seria essa região. Dessa forma, falar sempre de seca, fome, desemprego e precarização do trabalho seria alimentar essa caricatura e reafirmar um espaço de *dizibilidade*, que deve ser relativizado para desfazermos essa narrativa.

Contudo, atualmente, o debate mudou. Éramos felizes e não sabíamos! O grande debate acadêmico das últimas décadas de interpretação do Nordeste, que versava problematizar e relativizar as visões de Gilberto Freyre e dos “marxistas” das

artes nacionais como agentes, voluntários ou não, da *invenção do Nordeste*, foi substituído. Como todo grande debate, esse também está lançado no palco vivo e complexo da História. Desta vez temos, entre os que apresentam a tragédia em pleno desenvolvimento, o atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e seus representantes. Em 2019, o chefe do poder executivo federal referiu-se ao Nordeste da seguinte forma: “*daqueles governadores de ‘paraíba’ o pior é o do Maranhão; tem que ter nada para esse cara*” (Jornal das Dez, 2019). Sim, o presidente Bolsonaro referiu-se à população nordestina como “paraíba” de maneira preconceituosa. No mesmo ano, Sérgio Camargo, da Fundação Cultural Palmares, nomeado por Bolsonaro, declarou que a “*escravidão foi benéfica para os descendentes*” (Presidente, 2019).

Expressões e posicionamentos como esses são evidências agudas da xenofobia e do racismo no regime político brasileiro e vêm crescendo nos últimos anos, particularmente após o golpe institucional de 2016 e a nova correlação de forças no país. As contradições da sociedade brasileira já existiam. Podemos nos lembrar de um caso escandaloso, em 2010, quando uma jovem publicou em seu *Twitter* o seguinte: “nordestino não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado” deixando uma parcela da população atônita (Jovem, 2012). Entretanto, a “*novidade*” agora é que temos representantes da nação reproduzindo esse discurso.

E essa ofensiva contra a população nordestina se articula e se expressa, também, no plano econômico. Segundo dados do IBGE, em 2020, chegamos à situação espantosa de que mais da metade da população das regiões Nordeste e Norte pode passar fome ou tem restrições na alimentação (Gandra, 2021). O desemprego também bate recorde no Nordeste e, segundo dados que apresentaremos neste capítulo, o local é o principal alvo da precarização do trabalho no país.

Ao expor todo esse quadro, nosso objetivo aqui é discutir as tendências laborais que estão colocadas para a região nordeste do Brasil e tomar a opressão existente contra o povo nordestino, a partir das elites e das forças do capital, em âmbito nacional, como parte de um pérfido projeto nacional, e não uma

narrativa que possa parecer inocente. Ou seja, compreender que existe mais do que um *discurso* no *fato* da sede do Governo de São Paulo se chamar Palácio dos Bandeirantes, mais do que um jogo estatístico no quadro de fome na região (o mais agudo do país) e mais do que uma narrativa na questão de a região Nordeste possuir a maior desvalorização da força de trabalho por parte das empresas entre as regiões brasileiras.

Por isso, longe de uma visão particularista do problema, o que buscaremos neste capítulo é expandir o problema da precarização do trabalho, compreendendo suas determinações internacionais e as formas de manifestação que vêm tendo no Brasil (e o lugar que nosso país começa a cumprir na divisão internacional do trabalho), para, por fim, definir algumas das determinantes da situação laboral nordestina, sua imbricação com as formas de opressão racista contra a população da região, a conexão disso com o “projeto” do capital no Brasil e o lugar do Nordeste dentro desse laboratório nacional de precarização. Além disso, mostrar que, para esse projeto, foi e continua sendo necessário esconder a grandiosa história de lutas, revoltas e rebeliões da população nordestina, uma das mais expressivas de nosso país.

Crise econômica, pandemia e as tendências internacionais da precarização

O mundo tem assistido a manifestações diversas de precarização laboral no contexto que se abriu após a crise de 2008. Uma nova reestruturação produtiva começou a ganhar forma na última década, estando em pleno curso de transformação na esfera laboral. O imediato pós-crise condensou duas modificações significativas: a emergência das tecnologias da indústria 4.0 nos parques fabris alemães (Pinto, 2020) e o surgimento das economias de compartilhamento nos serviços de transporte dos Estados Unidos, em empresas como a *Lift* e a *Uber* (Slee, 2017). A fusão dessas tendências, ao longo da década de 2010, com inovações no setor de tecnologias de informação e comunicação, está produzindo novas modalidades de trabalho digital e de economias de plataforma, como a figura do

cibertariado (Huws, 2018) ou a do infoproletário (Antunes & Braga, 2009). Essas transformações que conformam o trabalho digital e as economias de plataforma têm sido descritas por alguns sociólogos como uberização do trabalho (Abílio, 2020).

O mundo dos algoritmos, dos aplicativos, do controle digital do trabalho e da aplicação das tecnologias industriais baseadas em *Big Data* e *Machine Learning* – formas de inteligência artificial aplicadas à esfera da produção – determina cada vez mais a importância dos serviços de plataforma e tem sido uma das tônicas da nova reestruturação produtiva. Essa transformação internacional é um determinante fundamental para modular a dinâmica laboral brasileira, e a velocidade com que isso vem ocorrendo no nosso país é impressionante. Segundo dados da Locomotiva, “São 32,4 milhões de pessoas que recebem renda por algum aplicativo, dos quais 11,4 milhões aderiram ao serviço após o início da pandemia” (Uol, 2021). Além disso, a pesquisa aponta que, “Para 15,7% dos trabalhadores que usam os apps, essas plataformas são a única fonte de renda” (Uol, 2021). Nesse sentido, estamos falando de, aproximadamente, 5 milhões de trabalhadores com renda proveniente apenas dos aplicativos.

Isso significa que estamos diante de uma incrementação tecnológica generalizada no mundo do trabalho no país? A essa pergunta devemos responder que não, pois precisamos entender como se vem formando as tendências da reestruturação do capital na atualidade. Na contramão do que Klaus Schwab (2016) advogou como uma “quarta revolução industrial”, ao não ser baseado em um *boom* econômico ou em uma explosão de investimentos, mas sim na crise econômica e financeira de 2008, o que se expressou na realidade foram tentativas do capital de precarizar e controlar ainda mais o trabalho, depois de três décadas de neoliberalismo (Tonelo, 2021).

No caso do Brasil, por ser uma economia dependente, a questão, então, baseia-se na particular e complexa combinação entre tendências *mais modernas* das tecnologias de controle do trabalho e as *mais atrasadas* formas de precarização e exploração (Oliveira, 2003), ou seja, associa-se pequenos nichos industriais com desenvolvimento tecnológico a parques

industriais de tecnologias arcaicas e rudimentares; monopólios comerciais e logísticos avançados a planejamentos desordenados de circulação e de realização das mercadorias. Ademais, há a emergência de um setor de serviços robusto nas metrópoles, contudo, tal setor tem sido alvo de denúncias de falta de *trabalho decente* e até mesmo de situações de trabalho análogo ao de escravo.

Nos últimos anos, com a aprovação da reforma trabalhista, com destaque para a legalidade do trabalho intermitente e a generalização das terceirizações (Antunes & Druck, 2017), desenvolveu-se com grande intensidade no país o fenômeno da uberização: não só pelo número de trabalhadores, como já citado, mas também pela força que ganhou os monopólios empresariais. Para darmos um exemplo expressivo: a *Ifood*, empresa brasileira cuja controladora *Mobile* tem sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, avançou rapidamente em um movimento de transnacionalização a partir de 2012, com operações no Vale do Silício norte-americano, bem como o aporte de investimentos de fundos globais, como o *Naspers* (sediada na África do Sul) e o *Innova Capital* (Naspers Press, 2018). Essa empresa está, ainda, presente em outros países da América Latina, competindo diretamente com outro gigante regional, a *Rappi* (com sede em Bogotá) que, por sua vez, tem também presença importante no mercado brasileiro. Essa transnacionalização coloca o país no mapa global do setor de serviços de entrega em domicílio por meio de plataformas digitais. Parece que, no interior da reestruturação produtiva internacional, o Brasil assumiu um papel especial: o posto de laboratório da precarização laboral. E, no interior desse laboratório, o estudo da força de trabalho nordestina precisa ter um lugar de destaque, uma vez que, analisando o mapa laboral brasileiro, é possível identificar um grau de massa salarial menor nos estados dessa região em comparação às demais, incluindo a força de trabalho industrial, além de tendências maiores à informalidade e à formação de um exército de reserva.

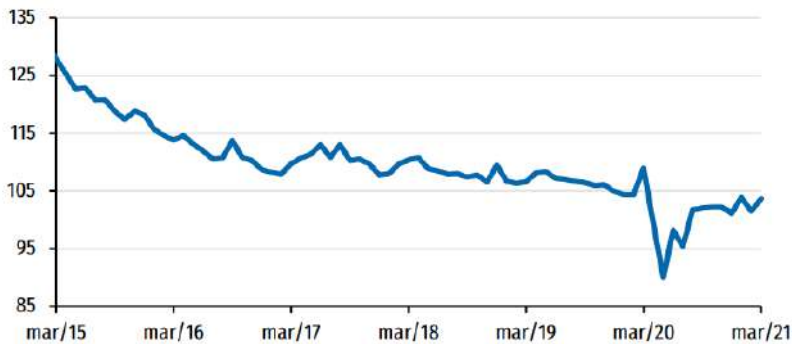
Se esse era o sentido geral, a pandemia aprofundou esse caminho, não só gerando novos efeitos na informalidade, na terceirização e na uberização, como também na própria

indústria. Analisando em termos nacionais, segundo um gráfico da Confederação Nacional da Indústria (figura 1), pode-se observar uma grande perda da massa salarial durante a pandemia:

Figura 1 – Gráfico da Confederação Nacional da Indústria

Massa salarial real

Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)



Deflator: INPC-IBGE

Fonte: Confederação Nacional das Indústrias (2021).

Assim, o que queremos desenvolver a partir desses dados são os fundamentos para embasar a hipótese de análise de um duplo processo em curso: o Brasil como um laboratório da precarização internacional e o Nordeste como região “privilegiada” desse experimento.

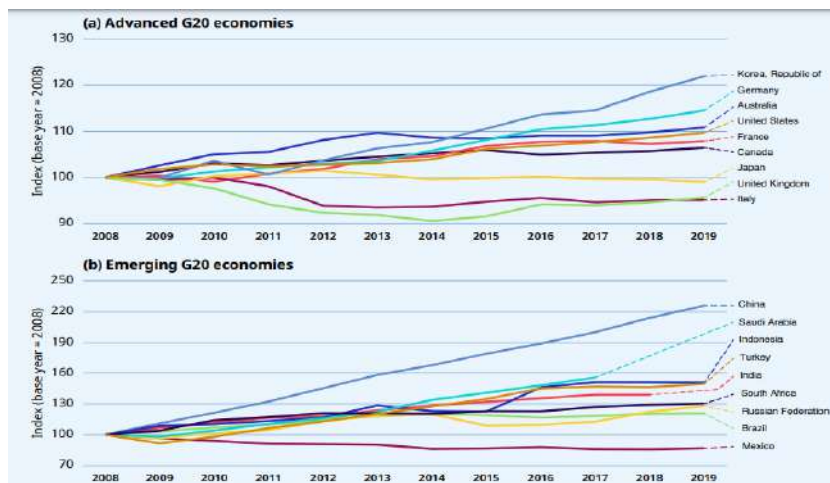
O laboratório brasileiro e o estudo do Nordeste

Para entender o caso brasileiro, discutiremos, inicialmente, as grandes concentrações da precarização laboral em âmbito internacional. Nas décadas neoliberais, era um fato perceptível que a China havia se tornado um *locus* fundamental da precarização do trabalho, cumprindo o papel de rebaixar o valor da força de trabalho internacional com o *status* de *fábrica do mundo*. No entanto, as pretensões de se tornar potência, evidenciadas nos últimos anos (tendência particularmente expressa a partir de 2012), impõe àquele país a necessidade de

aumentar a produtividade do trabalho e, paulatinamente, a massa salarial. Assim, a pergunta que emerge é a seguinte: se o lugar da China na divisão do trabalho tem se alterado paulatinamente, qual a nova “promessa” da devastação laboral?

Diante dessa questão, a Índia, com sua população de 1,3 bilhão de pessoas, aparece como um local de evidente importância no continente asiático. Pelo enorme peso do proletariado indiano, uma das chaves da atual reconfiguração internacional do trabalho está presente naquele país (Badaró, 2019, p. 77). Contudo, os movimentos do capital parecem ter apontado, também, para outro oceano, o Atlântico, especialmente a partir do advento da pandemia do SARS-COV-2. Analisando o relatório *Global Wage Report 2020–21: Wages and minimum wages in the time of COVID-19*, da Organização Internacional do Trabalho, deparamo-nos com a seguinte informação: México e Brasil são os campeões do G-20 na queda salarial real média nos anos pós-2008, superando China, Índia e África do Sul. Vejamos a figura 2:

Figura 2 - Índice de salário real médio para os países do G20 entre 2008 e 2019



Fonte: OIT, *Global Wage Report 2020–21: Wages and minimum wages in the time of COVID-19* (Global, 2020).

Não é novidade o *status* do Brasil como um país da desigualdade, marca que carrega há muito tempo. No entanto, no caso do mundo do trabalho, é preciso levar em conta que o capital financeiro se assustou com o que viu no ascenso operariado do final dos anos 1978-80 (Frederico, 1990. Não foi uma revolução, mas mostrou a força de um dos proletariados mais robustos do mundo. Certamente, o neoliberalismo no país foi intenso, mas distinto de outros países: alguns serviços públicos foram mantidos, como o SUS; não foi possível privatizar tudo, algumas importantes empresas ainda seguiram estatais, como a Petrobrás; e a precarização foi aumentada, mas não como no “projeto Sudeste asiático”. Não era esse o projeto (ou a relação de forças não permitiu ir além) até a recessão de 2014 pegar forte no país. A partir daí veio a pergunta do capital financeiro: por que não reeditar os ataques neoliberais e explorar mais as possibilidades desse imenso laboratório continental da precarização?

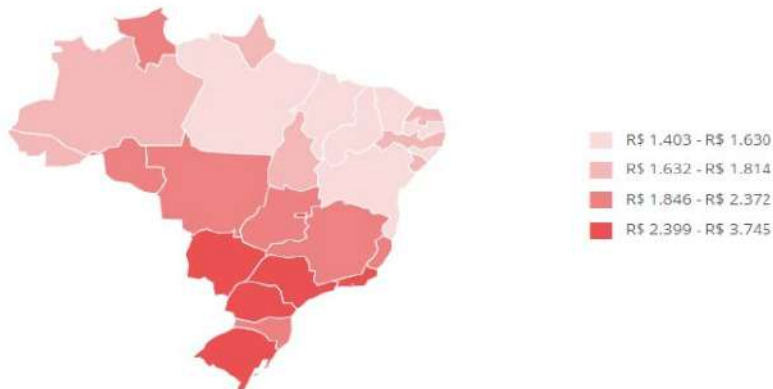
Por isso, parte dos aspectos mais essenciais da explicação do *impeachment* de 2016 está na necessidade de se avançar a passos largos no experimento do laboratório da precarização, muito além do que nas experiências da década anterior. Em 2017, ocorreu a mudança da legislação trabalhista e o incremento do trabalho intermitente, legalizando-o e ampliando as possibilidades de terceirização, agora irrestritas (Teixeira, 2017). Ampliou-se, também, a nova faceta da reestruturação pós-2008, com a uberização do trabalho, atingindo 4 milhões de trabalhadores no país, como já citado³⁰. Nos acidentes de trabalho, o país é o segundo maior em número no G-20, só ficando atrás do México (Basílio, 2021).

E dentro de nossa hipótese de tomar o Brasil como um laboratório internacional da precarização do trabalho, parte fundamental do experimento está em estudar especificamente o caso nordestino, pois, na contramão da tese da “invenção do Nordeste” (Muniz, 2011) que abordaremos nos próximos tópicos,

³⁰ Embora Lucia Garcia (2020) apresente algumas problematizações sobre os dados de trabalhadores em aplicativos apresentados pela Locomotiva em pesquisa publicada na revista da ABET, ainda assim a economista aponta o número de 3 milhões de trabalhadores nessa condição no país.

é chamativo no projeto do capital financeiro como, na região, tem sido impressa uma dinâmica mais intensa de exploração. Vejamos, no gráfico abaixo (figura 3), os dados apresentados na última pesquisa PNAD COVID19 sobre a média salarial do trabalho formal no país:

Figura 3 – Gráfico PNAD COVID19 sobre a média salarial do trabalho formal no Brasil



Fonte: Extraída da PNAD COVID19 (2020).

A depressão da massa salarial pode se dar em distintas esferas: no setor industrial, no comércio, nos serviços, no trabalho no campo. No caso dos estados do Nordeste, chama a atenção a combinação dessa tendência em diferentes áreas. Na indústria, por exemplo, um dado alarmante é que os estados do Nordeste totalizam seis dos dez estados com menor remuneração dos trabalhadores.³¹ Vejamos a tabela 1:

³¹ Os dados da Confederação Nacional da Indústria podem ser consultados em Portal da Indústria, 2021b.

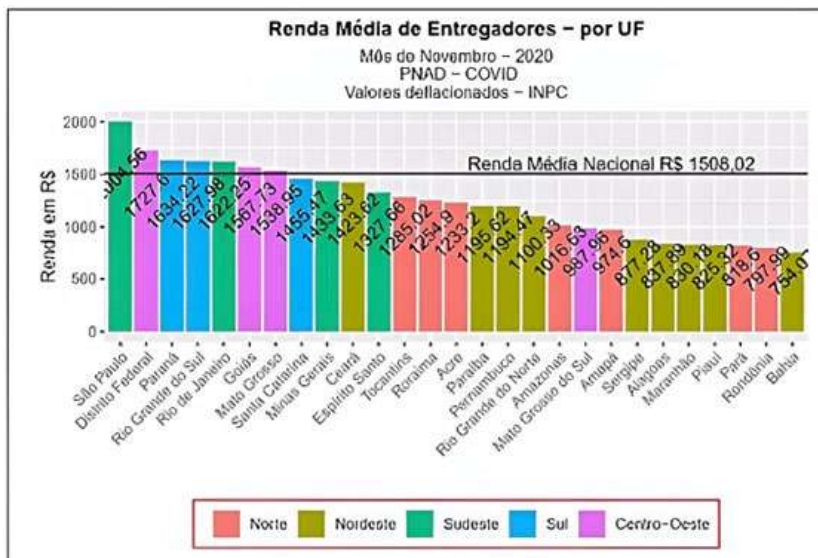
Tabela 1 - Salário Industrial Médio – Índice 2019

18	RORAIMA	R\$ 2.090,0
19	PERNAMBUCO	R\$ 2.061,8
20	RONDÔNIA	R\$ 2.054,1
21	TOCANTINS	R\$ 2.026,9
22	MARANHÃO	R\$ 2.019,6
23	PIAUI	R\$ 1.837,5
24	ALAGOAS	R\$ 1.802,6
25	CEARÁ	R\$ 1.759,3
26	PARAIBA	R\$ 1.711,9
27	ACRE	R\$ 1.696,9

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (Portal da Indústria, 2021a)

Se percebemos essa realidade no que tange ao trabalho “tradicional” – industrial –, algo similar pode ser observado também no caso das últimas tendências da precarização laboral, como o caso dos trabalhadores por aplicativos. Tomando dados do ano de 2021, por exemplo, entregadores de alimentos totalizavam cerca de 1 milhão de trabalhadores (Lapa, 2021). Se analisarmos a massa salarial deles, é perceptível como a remuneração, em termos gerais, nos estados nordestinos (e do Norte do país), é menor comparada a dos estados das demais regiões. A figura 4 abaixo demonstra isso:

Figura 4 - Renda de Trabalhadores em R\$ – por UF –
 Novembro de 2020



Fonte: Lapa (2021).

Assim, tanto nos empregos formais e tradicionais quanto nas formas mais precarizadas, como os trabalhos uberizados, a região Nordeste se destaca com os menores salários. Não podemos deixar de analisar, ainda, os efeitos no campo, que tem sido uma região de comércio privilegiado de *commodities* e tem configurado o mundo do trabalho a partir do “efeito China” (Melo, 2013), com muitos enfrentamentos, inclusive entre o agronegócio e os povos indígenas.

Com esses dados, cabe avançar na reflexão e analisar como esse fenômeno que ocorre na região Nordeste tem importância não só para a descrição regional das formas de manifestação desse experimento da precarização laboral (Santos & Saiani, 2020), como também para se conectar com a própria reflexão sobre nossa formação nacional brasileira (Santos, 2021). Indo além, deve nos levar a refletir quais tendências estão colocadas para o futuro do trabalho na região, especialmente no contexto de efeitos duradouros do golpe institucional de 2016 e, agora, com o governo Bolsonaro. Esse sombrio futuro não nos exime de pensar criticamente também os governos federais do

PT, que expandiram a terceirização no conjunto do país e na região, e, também, os atuais governos estaduais, que convivem e administram sob essas condições em vários estados.

O fato é que o governo Bolsonaro, seus ministérios e militares têm tido uma linha nova, expressão da extrema-direita internacional, de explorar a questão regional e a opressão racista como parte do projeto de espoliação do capital. Bolsonaro é a faceta sem máscaras da herança escravista agora no governo federal. Vejamos, então, os fundamentos dessa forma de opressão regional e como ela tem se inserido no projeto de acumulação capitalista.

A opressão regional e a superexploração do trabalho

A questão nordestina tem sido explorada por distintos sociólogos e economistas há décadas. Muito se tem discutido sobre o subdesenvolvimento nordestino e as possibilidades de transformação das condições socioeconômicas da região, com debates que vão de grandes cabeças da economia nacional, como Celso Furtado, a sociólogos de envergadura nacional como Francisco de Oliveira. E não só o debate, mas inclusive políticas econômicas, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na década de 1950, no entanto, ainda com promessas de transformação social não realizadas.

Dentre as visões que abordaram a questão nordestina, em oposição à lógica da CEPAL e à de buscar decifrar o “subdesenvolvimento regional”, os autores da Sociologia que compreendem a dimensão desigual e combinada do desenvolvimento do país e, inclusive, das particularidades regionais apontaram, ao nosso ver, para o caminho correto. Tal âmbito é explorado por Roberto Schwarz no prefácio que fez da obra *Crítica da Razão Dualista*, de Chico de Oliveira, cuja conclusão é chamativa para se pensar a questão regional: “Os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização. Algo análogo vale para as escleroses regionais, cuja explicação não está no imobilismo dos tradicionalistas, mas

na incapacidade paulista para forjar uma hegemonia modernizadora aceitável em âmbito regional” (Schwarz, 2003, p. 23).

Do ponto de vista da descrição da inter-relação entre o “atrasado” e o “moderno”, a imagem dos meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos como forma atroz da modernização capitalista é forte. O capitalismo dependente brasileiro, em sua forma desenvolvida, tem como traço endógeno formas brutais de precarização laboral. Também se pode extrair da conclusão do autor algo interessante: perceber que a análise interessada em que a responsabilidade das mazelas sociais seja de fenômenos regionais é simplista e carente de fundamentação dialética nacional. No entanto, há um sujeito na análise de Schwarz que é a “incapacidade paulista”, o que também, a nosso ver, não responde completamente à questão.

O que muitas vezes camufla o debate sobre subdesenvolvimento é que a mecânica da exploração nordestina não é apenas uma ausência momentânea de condições sociais, mas parte do projeto do capitalismo brasileiro, especialmente se tomarmos as particularidades do trabalho na região, uma vez que a manutenção e o aprofundamento de formas de precarização laboral favorecem por um lado grandes multinacionais, mas também serve como mecanismo de pressão sobre o valor nacional da força de trabalho. Em outras palavras, o “atrasado” e o “moderno” em sua combinação são parte fundamental da dinâmica do capitalismo brasileiro, e a exploração do trabalho na região nordestina é peça importante da espoliação financeira internacional e da acumulação capitalista no país.

Da mesma maneira que a herança colonial que escravizou negros e indígenas e o próprio racismo contra a população brasileira tem sido funcional à burguesia nacional, as formas de racismo e opressão regional contra o “nordestino” servem a essa mesma lógica de exploração, não só para a população residente na região, mas especialmente no Sudeste que, com o fenômeno de largo impacto da migração interna nordestina, impôs a essa população o trabalho braçal na construção e/ou na indústria de construção civil, na edificação das cidades e na reprodução de seus serviços nos grandes centros urbanos. Manter a sina de opressão contra o nordestino nas grandes metrópoles do

Sudeste tinha (e tem) sua razão material de ser, ao gosto das elites herdeiras da escravidão, seja na burguesia fabril, seja nas suas novas faces financeiras.

Por que o Nordeste?

Analisar a complexidade da questão laboral nordestina implica um estudo que imbrique distintas dimensões, pois é uma questão que extrapola a reflexão específica sobre o trabalho.

A indagação sobre quando surge a “questão nordeste” ou mesmo a determinação da região em sua particularidade é um tema que divide opiniões dos historiadores. Contudo, existe um *fazer-se* do Nordeste que deixou marcas fundamentais no conjunto da história e da região, que foram os incríveis processos de lutas sociais das negras e dos negros e dos indígenas no país. Algumas das mais impressionantes batalhas contra a colonização e em resistência à escravidão se deram na região, cabendo destacar, desde o século XVII, o Quilombo dos Palmares (Matos & Alfonso, 2010), a Revolta dos Tapuias e a Confederação dos Cariris (Shakur, 2021).

Com o passar dos séculos, a região não deixou de ser palco de uma enorme miríade de conflitos, tendo em seus três maiores polos industriais (Bahia, Pernambuco e Ceará) algumas das mais emblemáticas lutas. Na Bahia, por exemplo, temos sua independência em 1823, a *Confederação dos Alfaiates*, a *Revolta dos Malês* e a, talvez, primeira greve do país, a dos *Ganhadores* (1857); já em Pernambuco, podemos citar a *Revolução de 1817*, a *Confederação do Equador*, o *Quilombo do Catucá / Malunguinho* e a *Revolução Praieira*; e, no Ceará, entre os distintos processos, valeria destacar a *Greve dos Jangadeiros* do início dos anos 1880, que levou a que o estado fosse o primeiro, junto ao Amazonas, a abolir a escravidão. Em todos os demais estados da região existem processos destacáveis de formação de quilombos e batalhas indígenas. Não é um acaso que essa história de luta tenha deixado marcas na cultura, nas tradições e, sobretudo, na formação da classe trabalhadora nordestina.

Daqui que se deriva um dos enigmas da exploração desenfreada da classe trabalhadora da região: a necessidade de se enfrentar essa história de luta não era um problema apenas das oligarquias regionais, mas um problema da formação da burguesia nacional. Essa é parte fundamental da explicação que deve ser agregada à reflexão econômica sobre a formação econômico-social do Brasil.

Do ponto de vista da economia política, uma visão que criou certa tradição na análise está em compreender a decadência do ciclo da cana-de-açúcar e do algodão como determinantes para relegar a região a uma posição mais secundarizada na economia nacional, um processo que avançou decisivamente no pós-abolição e “produziu o avanço das relações de trabalho capitalistas de maneira desigual”, conforme argumenta Nivalter Santos (2021). O autor ainda continua:

No Centro-Sul, por exemplo, determinou a dinâmica da economia cafeeira. Enquanto no Nordeste houve um processo de combinação das formas modernas de produção/exploração com as tradicionais. Possibilitando, então, a permanência, por longo tempo, dos Senhores de Engenho no Nordeste açucareiro e dos Coronéis no Nordeste algodoeiro-pecuário em suas respectivas posições de dominação, em combinação com uma burguesia mercantil e de uma indústria tradicional associada à cana e ao algodão. (Santos, 2021, p. 53).

Tal processo se aprofundou com a ascensão de Vargas em 1930 e a concentração da industrialização no centro-sul, o que gerou fenômenos mais agudos de desigualdade entre as regiões, um fenômeno bastante desenvolvido pela literatura de economia (Prado Júnior, 2011; Furtado, 2007; Oliveira, 1993). Esse processo foi intensificado com a migração europeia, uma vez que era necessário tentar afastar das fábricas, no pós-abolição, a população negra que havia conquistado a sua liberdade por meio de uma série de processos de luta, incorporando-a, desde finais do século XIX e início do XX, apenas aos postos de trabalho “livre” mais precários.

Essa imbricação entre o elemento econômico e também o “subjetivo” (em sua mentalidade escravocrata a partir de sua formação no Brasil) parece-nos importante para compreender que as manifestações de racismo contra a população nordestina é um fenômeno de longa data, das entranhas da formação nacional, e que, na atualidade, temos vivenciado suas consequências. Além disso, entendemos que rebaixar o valor da força de trabalho entre os que tiveram uma história de luta mais expressiva, como vimos que aconteceu, fez parte de uma estratégia do capital para se assentar a industrialização brasileira. Portanto, a opressão ao nordestino e toda a carga racista contra a população da região, seus modos de falar, seus costumes, os aspectos culturais do local e até supostas características físicas foram utilizados de forma permanente e sistemática como um dos engendros do sistema de acumulação nacional, que conformava um dos aspectos, junto às questões de raça e gênero, das condições para a exploração desenfreada. Nesse sentido, *essa forma de opressão é a continuidade da histórica opressão racista por outros meios.*

Quando argumentamos que se trata de um problema nacional, isso se torna patente ao observar o caso da *migração nordestina* em meio ao processo de industrialização nacional. Novamente, o fator da opressão à população da região tem seus efeitos não apenas no próprio tabuleiro da exploração regional, como também na arena nacional, inclusive no Sudeste, onde se conformavam bairros inteiros nas periferias, além das favelas, compostas por uma grande concentração da população nordestina, relegada aos trabalhos precários nas nascentes indústrias da região ou nos serviços. Também poderíamos citar os exemplos da forte migração nordestina para o Amazonas durante o Ciclo da Borracha (Guille, 2002) ou para Brasília durante sua construção. Não é exagero dizer que muito da produção de valor nas mais intensas e grandiosas obras e construções na segunda metade do século XX tiveram as mãos e os braços nordestinos.

Assim, trata-se de um processo que percorre parte do século XX, contudo, aprofunda-se a partir da década de 1980 quando se tem um retrocesso desse movimento de migração

para o Sudeste. Como vimos em dados apresentados no início deste capítulo, a região nordeste brasileira tem sido palco de uma selvagem exploração laboral. Não é muito difícil de demonstrar que tanto em postos industriais ou no comércio, como em serviços e nos empregos precários – o recente fenômeno da uberização seria um exemplo disso –, a região tem sido campeã na baixa remuneração e no baixo valor da força de trabalho. Conforme argumentamos, o Nordeste tem sido uma espécie de região de superexploração no país da exploração, um laboratório de extração de valor.

A invenção da opressão ao nordestino?

A abordagem sobre esse tema, partindo do mundo do trabalho, tem um significado importante também em decifrar a engrenagem e a articulação entre os mecanismos racistas de caráter regional e a arquitetura da acumulação no Brasil. Nesse sentido, vai na contramão das análises que buscam compreender a região Nordeste como um “discurso” ou uma “dizibilidade” de artistas ou setores acadêmicos.

Durval Muniz é um dos intérpretes do Nordeste de matriz teórica foucaultiana que buscou traçar esse entendimento. Sem dúvida, dentro da sua perspectiva teórica, a obra de Muniz é meritória em chamar a atenção para as visões sobre a região, na tradição sociológica, que terminavam criando uma caricatura sobre o local ou encontrando uma interpretação que, por vezes, servia a determinados interesses, seja da perspectiva tradicionalista (freyriana), seja da influência que o stalinismo teve no pensamento social e artístico brasileiro. No entanto, podemos apontar três notas críticas sobre o texto do autor que ajudam a refletir o problema da região Nordeste do ponto de vista do mundo do trabalho e mostram a necessidade de superar limites que a interpretação de Muniz e de matrizes foucaultianas e pós-modernas colocam, a fim de podermos enfrentar os dilemas da população trabalhadora daquela região.

A primeira delas seria a própria aceção filosófica, visto que o autor trata o Nordeste brasileiro não a partir de bases materiais, e sim como uma invenção, como um discurso (a

palavra da moda no momento). Para ele, *“Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza”* (Muniz, 2011, p. 35, grifos do autor).

Durval Muniz (2011) busca se contrapor a visões caricaturais de esquerda ou da visão sociológica-tradicionalista sobre o Nordeste, entretanto, sua resposta é argumentar que estes são enunciados e, portanto, produtos de uma operação de “invenção”, de um lugar de “dizibilidade” sobre a região, o que termina por relativizar não apenas essas visões que ele propõe defrontar, como as próprias contradições reais da região, sobretudo – e é o que estamos querendo argumentar –, relacionadas ao projeto nacional de opressão racista e xenofóbica e à superexploração do trabalho a que o nordeste brasileiro é submetido.

Um segundo ponto é que esse anseio de determinados pensadores foucaultinos de superar os limites da “interpretação marxista” utiliza-se da confusão entre o marxismo e o stalinismo, seja na análise social, seja na reflexão sobre a arte, confundida com a reflexão do realismo socialista soviético – um recurso retórico, diga-se de passagem, sempre realizado pelos liberais. Essa confusão tem apelo, mas diminui o nível da discussão. No primeiro, em criar um espantinho, a “visão marxista”, com adjetivos e maximizações, como nesta passagem:

O materialismo devia ser capaz de lutar contra todas as aparições místicas, contra todas as fantasias subjetivas. A arte deveria ser objetivação plena de um espaço realista e inquestionável. Um espaço feito de razões e não de crenças; feito daquilo que era visto e não imaginado. Portanto, uma arte que ressaltasse a base econômica da sociedade, o seu cerne, fator determinante da vida dos homens. Seriam obras que tratassem realisticamente da luta entre capital e trabalho, e não se estiolassem em retratar dramas que giravam em torno da vida privada e mesquinha da burguesia (Muniz, 2011, p. 216).

Com o perdão da expressão, esse é um excelente exemplo de como criar uma caricatura. Sim, o realismo socialista soviético e os Partidos Comunistas do período stalinista, inclusive o brasileiro, rebaixaram a discussão da arte a esse ponto, mas, para Muniz, que é avesso aos estereótipos, escolher o que houve de mais atrasado no pensamento artístico da esquerda para tomar como “a visão marxista”, em sua totalidade, é no mínimo suspeito. Indo além, como é sabido, muitos artistas do modernismo e outras vertentes tiveram alguma influência e, por vezes, relação direta com o Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, a partir disso, tratar todas essas visões como simples “realismo socialista” que ajudou a construir a “invenção do Nordeste” com o mecanismo que só fala de economia e tira o conteúdo dramático da vida é criar um esquema sobre o conjunto da complexa literatura, pintura e cinema brasileiros. O autor ainda continua:

Os romances de Graciliano Ramos e Jorge Amado, da década de trinta, poesia de João Cabral de Melo Neto, a pintura de caráter social da década de quarenta, e o Cinema Novo, do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, tomarão [*sic*] o Nordeste como o exemplo privilegiado da miséria, da fome, do atraso, do subdesenvolvimento, da alienação do país. Tomando acriticamente o recorte espacial Nordeste, esta produção artística “de esquerda” termina por reforçar uma série de imagens e enunciados ligados à região que emergiram com discurso da seca, já no final do século passado. Vindo ao encontro, em grande parte, da imagem de espaço-vítima, espoliado; espaço da carência, construído pelo discurso de suas oligarquias (Muniz, 2011, p. 216).

Entre muitas passagens que se poderia elencar, esse trecho é perceptível do “esquema” de reflexão de sua obra, uma vez que todos esses autores elencados por Muniz (2011) seriam parte do “discurso marxista”, logo, influenciados igualmente pelo realismo socialista e, portanto, contribuem das mesmas formas para a invenção do Nordeste como o estereótipo da carência e do atraso.

Todavia, o que chama bastante a atenção é como Durval Muniz, com esse esquema, consegue, numa tacada, entrelaçar várias coisas: primeiro, e acreditamos ser sem sua intenção direta, relativizando as denúncias sociais na literatura com muita ênfase, ele termina por desviar o foco dos dramas sociais presentes no Nordeste e, como vimos até agora, da profunda espoliação laboral da população nordestina; segundo, o autor aponta a sociologia de Gilberto Freyre e do “marxismo” e, sobretudo, a expressão acadêmica como os grandes “perigos” da interpretação do Nordeste ao invés de trazer os grandes monopólios ideológicos nacionais e defrontar-se com eles. As principais emissoras televisivas, as principais revistas e os principais jornais de massa têm pouco peso em sua reflexão, ou seja, toda a campanha racista e xenofóbica contra a população nordestina – que levou, como vimos, uma jovem, em 2010, a escrever nas redes sociais “afogue um nordestino” –, uma campanha bastante interessada em dividir o país e gerar sentimentos hostis contra a população que protagonizou as mais importantes lutas e revoltas no período da escravidão, é secundarizada pela obra de Durval Muniz, pois sua ênfase está nas visões sociológicas ou no modernismo socialista brasileiro. Ele não traz para a reflexão contra quem essas visões estavam lutando, contextualizando-as.

Por fim, nosso terceiro ponto, ao relativizar todas as “enunciações” sobre a região, o autor relativiza também sua história e cultura, incluindo o conjunto das denúncias sociais e lutas de resistência. É bem verdade que a classe média branca das capitais nordestinas possa querer se afastar da tradição cultural nordestina, de toda a incrível riqueza e contradições que marcam a região, “reinventando” esses traços à medida em que se apartem daquilo que caracteriza as massas pobres e trabalhadoras do Nordeste. Contudo, essa percepção cultural, sem dúvida, não se dá da mesma forma para a massa da população trabalhadora e o conjunto dos setores oprimidos que, na contramão da interpretação relativista, tem *orgulho* de serem nordestinos, de sua história e tradições.

Nesse ponto, poderíamos traçar uma analogia também com lugares de fortes contradições sociais no Sudeste. Também

poderíamos dizer que existe uma “invenção da favela carioca”, ou a “invenção das periferias de São Paulo”, pois muito o que se diz sobre esses lugares é produto da visão acadêmica, cinematográfica, elitistas ou mesmo racista. Mas isso não nos habilita a escrever o livro “A invenção da favela” ou “A invenção da periferia” e, ainda que existam agudas contradições sociais – de se viver em condições precárias de vida, enfrentando a fome e as balas da repressão policial –, que devem ser dia a dia denunciadas por ativistas e artistas da esquerda, isso não tem retirado o orgulho dos moradores, como sua identidade negra expressa, por exemplo, no Rap ou Funk, e particularmente da sua condição de classe contra as elites e a burguesia escravocrata. Deve ter algo a ver com o exagero da relativização que, na volumosa obra de fontes e bases históricas de 376 páginas de Durval Muniz, não se encontra o nome Zumbi dos Palmares ou Dandara. Infelizmente, essa história do Nordeste (que gera orgulho) foi invisibilizada pelos livros de muitos historiadores e, também, secundarizada pelos novos.

O nosso intuito aqui, no entanto, não é centrar a polêmica contra uma determinada tradição historiográfica. Pelo contrário, é reabilitar o espaço para os debates acadêmicos sobre as contradições sociais nordestinas que estão na base da explicação do rebaixamento do valor da força de trabalho na região e das formas de opressão racista que se manifestam, não para constatarmos isso como quem constrói um novo “espaço-vítima”, mas, pelo contrário, buscar reabilitar também a incrível história de lutas e rebeliões do povo negro e indígena na região, as ligas camponesas, as lutas da classe trabalhadora, em suma, o conjunto da viva e profunda história dessa população. Isso pode oferecer uma resposta que nos leve além do debate regional acadêmico que gira em torno de si mesmo, isto é, nos levar a uma visão que reivindique a história social, literária e artística de resistência e luta nordestinas, e fortaleça o enfrentamento contra a precarização laboral e as misérias sociais da região, tomando-as como parte das contradições e mazelas do capitalismo brasileiro.

Referências

Abílio, Ludmila. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 34, n. 98, abr. 2020, p. 111-126. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142020000100111&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2021.

Antunes, Ricardo; Braga, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Antunes, Ricardo; Druck, Graça. In: Antunes, Ricardo. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo, Boitempo, 2014.

Badaró, Marcelo. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo, Boitempo, 2019.

Basilio, Patrícia. Brasil é 2º país do G20 em mortalidade por acidentes no trabalho. *G1*, São Paulo, 01 de maio de 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/01/brasil-e-2o-pais-do-g20-em-mortalidade-por-acidentes-no-trabalho.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

Confederação Nacional das Indústrias. *Indicadores industriais*, Brasília, ano 29, n. 3, mar. 2021. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/9a/1d/9a1da4b4-4f36-43dd-aff5-d407ed73daf6/indicadoresindustriais_marco2021.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

Frederico, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. São Paulo, Difel, 1990.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2007.

Gandra, Alana. Estudo: Norte e Nordeste são regiões com maior insegurança alimentar. São Paulo, *Agência Brasil*, 02 de setembro de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/estudo-norte-e-nordeste-sao-regioes-com-maior-inseguranca-alimentar>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Garcia, Lucia. Brasil tem 3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras vinculados a aplicativos. *DMT entrevista Lucia Garcia*. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 2020 Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/brasil-tem-3-milhoes-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-vinculados-a-aplicativos-dmt-entrevista-lucia-garcia/>. Acesso em 19 de maio de 2021.

Global Wage Report 2020–21: Wages and Minimum Wages in the Time of COVID-19 International Labour Office. Geneva, ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_762534.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Guillen, Isabel. Cidadania e exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão. Trajetos. *Revista de História UFC*, Fortaleza, vol. 1, n 2, 2002. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17191/1/2002_art_icmguillen.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Huws, Ursula. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real* [Trad. Murillo van der Laan]. Campinas, Editora Unicamp, 2018.

Jornal das Dez: Bolsonaro ataca Nordestinos. São Paulo: Globonews, 2019. 1 vídeo (01m10s). Publicado pelo G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/bolsonaro-ataca-nordestinos-daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-7779504.ghtml>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Jovem é condenada por mensagem contra nordestinos no Twitter. *G1*, São Paulo, 16 de maio de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/condenada-estudante-que-publicou-mensagem-contra-nordestinos-em-sp.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Lapa, Raphael Santos. Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: Relatório de Pesquisa 1. Brasília, Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.trabalhoemplataforma.org/post/relat%C3%B3rio-de-pesquisa-1-an%C3%A1lise-da-pnad-covid19-sobre-entregadores-por-app>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Matos, Daniel; Alfonso, Daniel (Orgs.). Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil. São Paulo, Edições Iskra, 2013.

Melo, Maria Cristina. Comércio Exterior da Região Nordeste na Esteira do “Efeito China”. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44, n. 2, 2013, p. 453-474.

Muniz, Durval. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

Naspers Press. *iFood Funding to Total Unprecedented USD\$500M*. Nasper, 2018. Disponível em: [https://www.naspers.com/news/ifood-funding-to-total-unprecedented-usd\\$500m](https://www.naspers.com/news/ifood-funding-to-total-unprecedented-usd$500m). Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Oliveira, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*, n. 18, 1993, p. 43-63.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

Pinto, Geraldo Augusto. A indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo, 2020.

Pnad Covid 19. Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em 19 de maio de 2021.

Portal da Indústria. *Perfil da indústria nos Estados*. CNI, SESI, SENAI, IEL, 2021. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 19 de maio de 2021a.

Portal da Indústria. *Ranking dos Estados*. CNI, SESI, SENAI, IEL, 2021b. Disponível em: <https://perfileindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=18&id=2934>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2011.

Presidente da Fundação Palmares diz que escravidão foi “benéfica”. *R7*, São Paulo, 27 de novembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/presidente-da-fundacao-palmares-diz-que-escravidao-foi-benefica-27112019>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Santos, Nivalter. *Questão nordestina na formação econômico-social brasileira: reflexões sobre o Estado, as lutas de classes e o desenvolvimento desigual*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

Santos, Patrick; Saiani, Carlos. Desigualdades setoriais dos rendimentos do trabalho e conjuntura econômica: análise comparativa entre o Nordeste e o centro-sul brasileiro de 2002 a 2018. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 4, out./dez. 2020, p. 137-158.

Schwab, Klaus. *A quarta revolução industrial*. [Trad. Daniel Moreira Miranda]. São Paulo, Editora Edipro, 2016.

Schwarz, Roberto. Prefácio com Perguntas. In: Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

Shakur, Renato. A revolta dos Tapuias e a Confederação dos Cariris. *Ideias de Esquerda*. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-revolta-dos-Tapuias-e-a-Confederacao-dos-Cariris-um-simbolo-da-resistencia-Indigena-no-Nordeste>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

Slee, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

Teixeira, Marilane *et. al.* (Org.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. São Paulo, Editora do CESIT, 2017.

Tonelo, Iuri. No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Editora Boitemo/Edições Iskra, 2021.

Uol. Do WhatsApp ao Uber – 1 em cada 5 trabalhadores usa apps para ter renda. *Instituto Locomotiva*, São Paulo, 12 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/uol-do-whatsapp-ao-uber-1-em-cada-5-trabalhadores-usa-apps-para-ter-renda>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

9.

Quando a redação é um grupo no Zap: o trabalho plataformizado dos jornalistas

Ana Flávia Marques

Introdução

"A nossa redação é um grupo no Zap", afirmou Regiany Silva, jornalista do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*.³² A fala evidencia a situação de trabalho de diferentes veículos e coletivos da mídia alternativa que atuam em condições muitas vezes precárias, mas que produzem informação com pluralidade e diversidade, em um país que sofre com um monopólio na comunicação, cuja concentração está nas mãos de apenas seis famílias.³³ Por meio de posicionamentos editoriais que buscam retratar um Brasil que não é considerado relevante e não é pautado nas corporações de mídia nacionais, a comunicação alternativa surge e se mantém. Nesse sentido, ela só pode existir em relação àquilo que se contrapõe – a mídia hegemônica – numa relação dialética convergente e, ao mesmo tempo, de rivalidade do ponto de vista da organização do trabalho e do papel do jornalismo para a sociedade.

Essa situação torna-se ainda mais complexa e desigual quando ampliamos o olhar para compreender o cenário da comunicação em nível mundial. Os grandes monopólios e redes

³² Informação retirada da discussão em grupo focal, etapa metodológica da Pesquisa "As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia", realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA-USP.

³³ Quem controla a mídia no Brasil? Monitoramento do Intervenções e Repórter Sem Fronteiras.

sociais agravam ainda mais a realidade com as inovações do capitalismo que, nutrido pela fração do capital financeiro, encontra nos dados e nos algoritmos novos pilares que reorganizam parte do sistema de produção, avançando nas formas de expropriação de mais valor sob forma de não valor (Antunes, 2018).

Analisando entrevistas realizadas entre 15 de maio e 30 de junho de 2021, de quatro “arranjos econômicos alternativos” (Figaro, 2018) de comunicação – *Jornal Empoderado*; *Nós, Mulheres da Periferia*; *Jornalistas Livres e Mídia Ninja*, evidenciamos a crescente virtualização do trabalho desses jornalistas, ou seja, cada vez mais, com o aumento e até a dependência das plataformas de comunicação e trabalho, as rotinas produtivas dos profissionais de comunicação são deslocadas para o espaço virtual que se torna, com isso, o local que conforma e organiza a sociabilidade das rotinas de produção de veículos da mídia alternativa.

O nosso objetivo neste capítulo é demonstrar essa movimentação do espaço físico para o virtual que tem transformado as redações jornalísticas. Isso será feito a partir dos veículos que fazem parte da pesquisa “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia”, realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA-USP, e do *Jornal Empoderado*, adicionado por nós na relação por conter o componente racial.

Por plataformas de comunicação e trabalho, compreendemos as infraestruturas digitais que têm como negócio principal a mediação entre dois ou mais grupos e que, a partir dessa interação, mercantiliza os dados extraídos através de aplicação algorítmica, tornando-os cada vez mais precisos e, consequentemente, capazes de influenciar comportamentos, intervir em consumo e aplicar uma vigilância e um controle nunca vistos na história, promovendo, assim, um estado de vigilância mundial por parte dos monopólios globais. São infraestruturas que dependem da comunicação para viabilizar os seus negócios e possibilitar as relações de trabalho.

Para refletir sobre esse processo de plataformização do trabalho dos jornalistas, vamos analisar a própria noção de mídia alternativa à luz do conceito de hegemonia e, também, do binômio comunicação e trabalho que orienta o desenvolvimento da discussão e será apresentado a seguir.

Binômio comunicação e trabalho

O mundo do trabalho é assim denominado, porque é complexo e portador de muitas contradições. Por isso, ele é também decisivo para se entender as relações sociais – materiais e históricas – e se apreender a realidade além de sua aparência, ou seja, na essência, na radicalidade do mundo concreto.

Karl Marx (1985) sustenta que a relação do homem com a natureza para garantir a produção e a reprodução de suas condições existenciais é a base do materialismo. Já Sader (2010), no prefácio que faz da obra *A ideologia alemã*, de Marx, apresenta que “Uma forma específica de apropriação da natureza determina as formas de organização social e a consciência”. Voltando ao autor alemão de *O capital: crítica da economia política*, vemos que ele discute o trabalho como pressuposto de toda a existência humana, como “primeiro ato histórico” para suprir as necessidades de se alimentar, morar, vestir etc. (Marx, 2017). Também é no trabalho, na troca com outros indivíduos que se dá a existência da consciência e da linguagem.

Engels (1979), em seu clássico texto *Dialética da natureza*, defende que a consciência é, entre outras habilidades, a capacidade de abstração e de discernimento que contribuiu com o desenvolvimento do trabalho e com a ação do homem sobre a natureza e a “palavra”. Para evidenciar as características que fundam o ser o social, o autor apresenta, ainda, que “primeiro o trabalho, e depois em simultaneidade com ele, a linguagem; eis os dois principais estímulos sob cuja influência o cérebro do macaco se foi, pouco a pouco, transformando em cérebro humano” (Engels, 1979, p.11).

Deste modo, esse desenvolvimento dos sentidos, da linguagem, da consciência fez com que o homem evoluísse, se

tornasse capaz de realizar operações complexas e pudesse viver em grupo. É justamente o trabalho – e a fabricação de instrumentos –, a linguagem e a consciência que distinguem o homem de outros animais. Marx (2017) ilustra esse contraste ao usar o exemplo da abelha que "envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia", porém, como o próprio autor descreve, a diferença é que na mente do arquiteto a colmeia existe antes mesmo do início de sua construção (Marx, 2017, p. 255).

A atividade essencialmente humana do trabalho é social por este não poder existir sem a cooperação entre os sujeitos. Conseguimos imaginar divisão de trabalho sem comunicação entre os indivíduos? Para Marx, isso não é possível. Leontiev (2004), ao se apoiar em um pensamento marxista, expõe a seguinte reflexão: “Na produção os homens não agem apenas sobre a natureza. Eles só produzem colaborando de uma determinada maneira e trocando entre si as suas atividades. Para produzir, entram em ligações e relações determinadas uns com os outros e não é senão nos limites dessas relações e dessas ligações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, a produção” (p. 81).

Nessa mesma linha, o autor ainda afirma que a “linguagem não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também uma forma da consciência e do pensamento humano” (Leontiev, 2004, p. 82).

Neste sentido, a contribuição também de György Lukács (2013) é fundamental para nos ajudar a compreender a ontologia do ser social. Divergente de Engels quanto à explanação dos movimentos da dialética e, conseqüentemente, sobre o entendimento das categorias de universal e particular e a certo logicismo hegeliano, Lukács não tem como objetivo reconstituir numericamente por ordem de desenvolvimento os elementos que fundam o ser, o que seria para ele um "pseudoproblema". Para o húngaro marxista, não existe trabalho sem abstração e, por isso mesmo, “palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual são elementos vinculados do complexo chamado ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com a análise ontológica dele

por meio do conhecimento das funções reais que eles exercem dentro desse complexo” (Lukács, 2013, p. 85).

Seja devido à ineliminável e ininterrupta ação recíproca que Lukács aponta entre linguagem e trabalho, seja pelo fato de que o trabalho é sempre uma ação conjunta – trabalhar com o outro – (Figaro, 2008), é necessário considerar ambas as categorias, comunicação e trabalho, como chaves analíticas do processo para a compreensão do movimento real do trabalho.

Nossa análise assenta-se sob esse quadro teórico para entender as rotinas de produção dos jornalistas da mídia alternativa, um segmento da comunicação por si só diverso e plural, tanto por seus objetivos, posicionamentos editoriais, nichos, como pela multiplicidade de mãos que escrevem outras narrativas e histórias que não estão na mídia hegemônica. Por isso, antes de passarmos ao exame das condições concretas desse tipo de trabalho, é necessário explicitarmos o nosso entendimento acerca do conceito de hegemonia e de mídia alternativa.

Hegemonia e o conceito de mídia alternativa

Para iniciar esse tópico, é importante a compreensão de que os meios de comunicação são também meios de produção (Williams, 2011) e são mobilizados para determinadas finalidades pelos setores hegemônicos, porque auxiliam a criação de outras experiências na produção de outras relações culturais e sociais. Essa noção é importante, visto que expõe a cultura em sua materialidade e no campo simbólico, além de sua conexão com a construção da hegemonia como um conjunto de práticas e expectativas relacionadas à constituição da percepção individual e coletiva sobre “nós mesmos e o mundo dentre significados, valores, vivências e práticas” (Williams, 2011, p. 165). Para apreender melhor esse sentido, o autor nos oferece um conceito mais claro, como podemos ver:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e

expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes (Williams, 1979, p. 112).

Outra contribuição relevante para o tema é trazida por Luciano Gruppi (1978) a partir do pensamento de Gramsci. O autor aponta que a formação social é como uma situação de “sincronia ou assincronia entre o poder e as fontes de legitimação no centro da sociedade civil” (p. 12) local onde há a guerra de posição e o cenário para que sejam exploradas contradições, elementos neutralizados visando a que a “classe operária exerça hegemonia sobre as demais classes não exploradoras, apresentando-se como uma alternativa ao poder.” (Gruppi, 1978, 12). Isso ocorre, pois, para Gramsci, os conceitos de estrutura e superestrutura são eixos principais da ideia de hegemonia e sua junção é o que forma o chamado bloco histórico. Tanto ele quanto Lênin, precursores das ideias sobre hegemonia e contra-hegemonia, seguiram a operação metodológica feita por Marx de isolar e abstrair a estrutura para compreendê-la e defini-la a ponto de entender a unidade orgânica da sociedade. Para Lênin (1982):

Esse é o esqueleto do capital: tudo consiste, porém no fato de que Marx não se contenta com esse esqueleto; que ele não se limita apenas à teoria econômica no sentido habitual da palavra; que mesmo explicando a estrutura e a evolução de uma dada formação social exclusivamente por meio das relações de produção, ele também investiga sempre e por toda a parte as superestruturas correspon-

dentes a essas relações de produção, revestindo o esqueleto com carne e sangue (p. 26).

Ao afastar o economicismo e o determinismo, aproximamo-nos da formulação de uma realidade viva e dinâmica, pulsante, assim como o coração que bombeia a carne e o sangue citados por Lênin. O conceito de “bloco histórico” é, desse modo, essencial para apreender o lugar e a função da comunicação como aparelhos privados de hegemonia na sociedade compreendida como totalidade. Tanto os meios alternativos quanto os monopólios de comunicação estão inseridos numa unidade de forças sociais e políticas distintas e a concepção de mundo construída por cada qual forma os liames que agregam as diferentes forças e atuam em todos os níveis da sociedade ao buscarem a direção ética, moral, política e ideológica no seio da sociedade civil.

É nessa disputa pela direção moral, ética, política e ideológica que são fundamentais as forças contra-hegemônicas para tensionar as contradições entre as forças do bloco histórico. Tais forças também são fundamentais para denunciar e ultrapassar as condições em que vive a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999), assim como aprofundar o conhecimento da realidade para transformá-la, tendo como atribuição sobrepujar o determinismo e o conformismo que se colocam como táticas das quais os meios de comunicação têm papel preponderante na propagação. Esse processo contra-hegemônico é gradual e permanente e precisa agir para transformar as relações sociais de poder.

Desse conceito de hegemonia deriva a concepção de que a ideologia e, conseqüentemente, as práticas culturais e a produção dos meios de comunicação são componentes de uma arena de lutas contínuas e não pré-determinadas acerca da disputa de significados e sentidos.

Os meios de comunicação são agentes fundamentais que carregam a ideologia de forma material e objetivam angariar e sedimentar apoio na sociedade civil (Gramsci, 2006), seja para manter a dominação de seu grupo, seja para explorar as contradições entre as classes. Além disso, aqueles que visam à

manutenção dos blocos de poder estão articulados nas mais múltiplas dimensões, entre elas, a coercitiva do Estado.

Sendo assim, é importante indicar que ao lado das questões que permeiam a definição sobre o que é alternativo está a análise da história social, política e econômica, ou seja, as condições concretas que influem na formação dos grupos de comunicação. Isso porque o alternativo é alternativo numa situação dada, estabelecida materialmente. Outro elemento da formação do alternativo é ao que ele se refere. Como vimos, a comunicação alternativa só existe em relação ao que se contrapõe – mídia hegemônica –, numa relação dialética convergente e, ao mesmo tempo, de rivalidade do ponto de vista da organização do trabalho e do papel do jornalismo para a sociedade.

Há, nos estudos de comunicação, uma tendência de reconhecer como mídia alternativa somente aquela resultante da resistência à ditadura militar. De acordo com o Kucinski (2011), principal referência em artigos sobre o tema, a imprensa alternativa surgiu da junção do posicionamento contrário ao regime militar, com as limitações que o autoritarismo impunha aos jornalistas no exercício da profissão, e da mobilização das forças de esquerdas de transformar a realidade. O autor dividiu em duas categorias os jornais alternativos. Em uma, estão aqueles que faziam mais pautas políticas e reivindicavam a valorização do pensamento e da cultura popular nacional “tinham raízes no marxismo vulgar dos meios estudantis dos anos 1960” (Kucinski, 2011, p. 45). Mesmo tendo uma linha “pedagógica e dogmática”, como o autor classifica os jornais alternativos políticos, é justamente nas páginas desse tipo de jornalismo que há a denúncia do crescente endividamento externo já em 1973 e a crescente pobreza diante da promessa do “extraordinário crescimento econômico”. As cenas da população mais pobre, os chamados boias-frias, e o vigor do sindicalismo, ao lado de discursos criativos para diminuição da censura, faziam parte dos temas dessa imprensa alternativa. Já na outra categoria anunciada pelo autor, temos a representação do movimento de contracultura estadunidense, o orientalismo, o anarquismo e o existencialismo de Jean-Paul Sartre. Segundo

Kucinski (2011, p. 46), “Eram voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média”.

Entretanto, se mobilizarmos o conceito de mídia alternativa acerca das condições de produção dos profissionais da comunicação, vamos encontrar outras experiências no curso histórico do país. O processo produtivo é a categoria de análise que confere força ao alternativo e influencia tanto a produção quanto a práxis social. Nesse sentido, aproximamo-nos de Atton (2002) que apresenta a posição do trabalho no que diz respeito às relações de produção e formula “uma relação dialética entre os atores e estruturas envolvidos no sistema de mídia, formando assim uma mídia crítica” (p. 21).

Se as relações de produção, logo de partida, identificam-se pela reprodução mecânica, como na relação de um veículo comercial, a totalidade do processo será marcada por essas relações. O fato de serem caracterizadas pela horizontalidade ou mais permeabilidade das fontes e leitores, faz com que haja mais discussão sobre as práticas jornalísticas.

Assim sendo, o conteúdo refletido das mediações, entre essas e a do trabalho, pode ser resultado de inferências que dialogam culturalmente com as contradições existentes entre capital e trabalho.

Se o modo de produção é uma categoria determinante que influencia o conteúdo e as formas de participação no processo comunicativo, as diferenças que separam os tipos de comunicação se dissolvem a ponto de conseguirmos identificar a comunicação popular, a comunitária e a imprensa alternativa no mesmo guarda-chuva desse alternativo.

Buscando ainda refletir sobre o termo “alternativo”, pensemos que a categoria modo de produção foi desenvolvida por Marx para qualificar a maneira de organização da sociedade na produção de suas necessidades materiais, relacionadas ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Para Marx (1993, p. 24), “A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na

produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”.

Portanto, a utilização do modo de produção como “centro do nó” de alternativo possibilita entender, de maneira coesa, o seu conceito, fazendo com que a principal distinção entre os tipos de mídias fique mais clara até em contraposição à comercial, visto que as pautas populares e comunitárias não são veiculadas em todo o espectro da mídia hegemônica, se não estiverem articuladas à lógica da informação como mercadoria, ao entretenimento ou à forma de dominação.

Desse modo, ao invés de classificar somente a mídia que resistiu ao período da ditadura como alternativa, concebemos outras experiências de comunicação no curso da história brasileira como o primeiro jornal abolicionista, *O Homem de Cor*, elaborado em 1833 pelo tipógrafo Francisco Paula Brito, assim como o *Diabo Coxo* de Luís Gama, ou mesmo o primeiro jornal dedicado às mulheres *A mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, ao lado dos veículos de comunicação criados pelos trabalhadores gráficos, as experiências da comunicação sindical e anarquista, a comunicação popular das Comunidades Eclesiais de Base – movimento da igreja católica – e, até, os blogueiros e midiativistas dos tempos atuais sob o conceito-sede³⁴ (Canclini, 2016) de mídia alternativa, cuja chave analítica que os agrega ou difere é o modo de produção, aferindo, assim, um olhar marxista para este importante segmento da comunicação, essencial para a disputa na sociedade.

Apenas direcionando o olhar para a produção é que é possível identificar um novo espaço social do trabalho do

³⁴ Néstor García Canclini (2016), ao falar do significado de tradução como “dizer de outra forma”, iguala a ação ao uso de metáforas e conceitos e sustenta que esse último viaje entre disciplinas, épocas e comunidades acadêmicas dispersas. Segundo o autor, “[...] os conceitos se parecem com as metáforas na medida em que não condensam de um único modo o sentido, de uma vez por todas, porque são pontos flexíveis de coincidência, ‘sedes de debates’, estratégias providenciais para conversar, colaborar ou brigar, com certa coerência” (Canclini, 2016. p. 68).

jornalismo e o seu processo de "uberização" que, mesmo sem ter um aplicativo específico para o serviço, como o dos motoristas, tem nas plataformas de comunicação e trabalho a conformação de todo o processo de labor.

O trabalho plataformizado dos jornalistas da mídia alternativa contemporânea

Para dar continuidade às questões teóricas que articulam comunicação e trabalho, recorreremos ao conceito de *atividade linguageira*, termo materializado nas diferentes situações de comunicação (Nourodine, 2002). “Práticas linguageiras” compreende, conceitualmente, a atividade como linguagem *sobre* o trabalho, linguagem *como* trabalho e linguagem *no* trabalho. Tal distinção dessas atividades se faz necessária para identificação das relações de comunicação enunciadas na ligação entre linguagem e trabalho e, conseqüentemente, para captar o uso do discurso no mundo do trabalho.

Para ancorar a nossa compreensão sobre as condições de produção dos arranjos econômicos alternativos de comunicação de nosso tempo atual, vamos analisar quatro veículos: *Jornal Empoderado*; *Jornalistas Livres*; *Mídia Ninja* e *Nós, Mulheres da Periferia*.³⁵

O *Jornal Empoderado* foi criado em 2016 por um ativista negro, Anderson Moraes, e tem como proposta ser a voz das e dos invisíveis. De acordo com o fundador do jornal,

Desde quando começamos, buscamos estar próximos de quem está à margem e que sempre foi tratado como números negativos em um país cada dia mais racista e conservador. Abrimos as portas para quem tem muito a mostrar e não tem espaço nas mídias comerciais tradicionais. Defendemos todos os dias a ideia de valorização do corpo negro e negra viva, sendo assim, não esperamos o

³⁵ Destes quatro, somente o *Empoderado* não fez parte da pesquisa de tipo exploratória realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da ECA-USP.

corpo preto e preta tombar, seja por morte, atos racistas ou prisões injustas.³⁶

Moraes aponta que o objetivo é viabilizar a participação da população negra e periférica, inclusive, as comunicadoras e os comunicadores negros no ambiente midiático. Além disso, ele coloca o veículo como contra-hegemônico, já que a mídia tradicional e os seus "programas policiaiscos [...] mostram apenas as favelas como locais só de sofrimento e a população negra e periférica estereotipada".

Já a fundação dos *Jornalistas Livres* foi marcada pela urgência de narração e de análise das manifestações contrárias e pró-*impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015. As jornalistas fundadoras eram oriundas de redações de grandes empresas e tinham contatos com trabalhadores de outras empresas. Foi assim que descobriram que a Rede Globo estava preparando interromper a sua programação para transmitir a cobertura das manifestações favoráveis ao *impeachment* e decidiram organizar um trabalho independente para mostrar os protestos.

O nome *Jornalistas Livres* foi definido pelas participantes (cerca de 60 jornalistas) que se juntaram para mostrar o que não era veiculado na mídia. "Nós escolhemos Livres porque aqui é o espaço para o jornalista ser livre de todas as amarras, das amarras da redação, do modelo de fazer jornalismo e apresentar um novo tipo de militância para aquele jornalista que estava na redação", descreve Mônica Galvão (nome fictício) em entrevista (Marques, 2019)³⁷. A fala evidencia o ímpeto de jornalistas por uma ação social a partir do jornalismo, cuja bandeira é a própria comunicação.

Esse objetivo dos *Jornalistas Livres* diferencia-os da *Mídia Ninja*, rede fundada a partir do movimento cultural *Fora do Eixo* que promovia festivais de cultura fora do eixo comercial Rio de Janeiro-São Paulo. Para esse grupo, a comunicação

³⁶ Entrevista concedida para a elaboração deste artigo que seguiu o mesmo questionário aplicado pelo CPCT anteriormente citado.

³⁷ Entrevista concedida para dissertação de mestrado e que confere anonimato com a utilização de nome fictício, conforme orientação da Plataforma Brasil.

estava no centro, porque precisava divulgar as atividades, fazer *releases*, transmitir, fotografar, diagramar convites, artes para as bandas e todo tipo de trabalho que envolvia a iniciativa cultural. Porém, em março de 2013, para fazer a cobertura do Fórum Mundial de Mídia Livre, foi fundado um coletivo específico de comunicação dessa rede. Logo após, no mesmo ano, nas chamadas “jornadas de junho”, esse grupo jornalístico ficou conhecido por transmitir os protestos ao vivo e por organizar uma militância em torno de uma proposta colaborativa de comunicação que abrange desde as pessoas que moram nas casas Fora do Eixo até centenas de pessoas que se organizam a partir de suas cidades ou áreas de atuação. O tempo de trabalho é a principal forma de contribuição dos participantes, como aponta uma entrevistada:

“Ah, aqui todos somos do *Fora do Eixo* ninguém tem um salário, ninguém está ali tipo ‘seu trabalho é isso aí, você tem que trabalhar oito horas e depois que você acabar você está liberado para fazer tal coisa’. Não! a gente vive isso, a gente mora nas casas, a gente trabalha e dedica tudo a isso. Nossa principal moeda é nosso tempo, então nós estamos dedicando nosso tempo a esses projetos”.
(Entrevistada da Mídia Ninja, 2017)³⁸

A entrevistada indicou, ainda, que o principal espaço de organização do trabalho são *chats* no *Telegram*³⁹, como veremos adiante.

Por fim, o coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* foi fundado a partir do *blog Mural da Folha de São Paulo* que publicou, no dia 07 de março de 2012, um artigo assinado pelas integrantes e com o nome do coletivo na seção *Tendências e Debates* para tratar sobre a invisibilidade e os direitos de milhões de mulheres que moram em bairros periféricos das grandes cidades. Aqui, o sentido de periférico utilizado é o de longe do centro, locais

³⁸ Entrevista concedida ao CPCT- ECA/USP que garante o anonimato, conforme indicado pela Plataforma Brasil.

³⁹ O *Telegram* é um serviço de mensagens instantâneas, baseado em “nuvem”, fundado em 2013 pelos irmãos Nikolai e Pavel Durov, fundadores do VK, a maior rede social da Rússia.

afastados, às margens dos grandes municípios. Uma das jornalistas integrantes explica a política editorial: “A gente sempre diz que nosso trabalho está baseado em três eixos, que é de gênero, que é de raça, que é de classe. Então a abordagem dos nossos textos, na maioria, sempre vai tentar contemplar pelo menos um desses três temas que seguem nossa linha editorial. Mas a produção jornalística em si é comum que a gente faria em qualquer outro meio”⁴⁰.

Como podemos ver, os arranjos são diversos. Essas mídias reúnem desde jornalistas que saíram da redação de conglomerados de mídia até aqueles que não tiveram essa oportunidade e são oriundos de famílias da classe trabalhadora e/ou pertencentes a políticas públicas de acesso ao ensino superior (Sisu, Fies e ProUni). Todos realizam o trabalho – de forma remunerada ou não – em meio a outras atividades de labor. Agregam também comunicadores sem graduação, pessoas de diferentes idades e regiões de país que têm em comum uma bandeira social e de luta e que utilizam o jornalismo para dar visibilidades às suas pautas, omitidas das páginas da chamada imprensa "tradicional".

Há também nesses veículos de comunicação o pêndulo do trabalho que se movimenta entre a precarização estrutural e as inovações derivadas dessa realidade concreta. Em meio às adversidades, a outra face desse trabalho são as inovações jornalísticas como a comunicação colaborativa, a inovadora relação com as fontes e o alargamento do chamado *Gatekeeper*⁴¹ para entrada das pautas.

Outra evidência dessa dinâmica do trabalho é a criação de um novo espaço de atividades, a redação virtual⁴². Porém, esse novo espaço cria, do outro lado do pendente, há uma dependência das plataformas de comunicação e trabalho.

⁴⁰ Entrevista concedida ao CPCT- ECA/USP que garante o anonimato, conforme indicado pela Plataforma Brasil.

⁴¹ *Gatekeeper* está relacionado ao conceito jornalístico *Gatekeeping* que trata sobre os "porteiros da redação", aqueles que autorizam as pautas e percorrem o processo de produção.

⁴² Tema da dissertação de mestrado desta autora: "A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia" (Marques, 2019).

Compreendemos por plataformas de comunicação e trabalho as infraestruturas digitais que têm como negócio principal a mediação entre dois ou mais grupos para, a partir dessa interação, mercantilizar os dados extraídos através da aplicação algorítmica. Esses dados têm ficado cada vez mais precisos e, conseqüentemente, com uma capacidade maior de influenciar comportamentos, intervir em consumo e aplicar uma vigilância e um controle nunca vistos na história, promovendo, assim, um estado de vigilância mundial por parte dos monopólios globais. Ao mesmo tempo em que essas infraestruturas dependem da comunicação para viabilizar os seus negócios, também produzem uma dependência já que as mídias alternativas somente conseguem se viabilizar a partir das relações de trabalho estabelecidas por elas.

Essas plataformas precisam ser compreendidas em uma moldura geral de modificações de como o sistema de produção capitalista tem alterado as formas de extração de mais valor. Isso porque o capital financeiro encontrou no setor de tecnologia e comunicação o destino para o capital excedente (Grohmann, 2020). De fato, nos últimos anos, ampliou-se a valorização e o aumento da concentração econômica do chamado *GAFAM* ou *Big Five*, siglas para designar as maiores empresas proprietárias de infraestrutura da sociedade – *Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft* – cujo cenário de oligopólio da economia digital representa riscos coletivos e uma ofensiva do capital sobre o trabalho. É importante destacar que desde o início do processo de desregulamentação, os grupos industriais são ativos da mundialização financeira (Chesnais, 1996) e esta fração do capital é que conjuga, atualmente, todas as outras e torna ainda mais complexa a identificação dos limites entre as frações do sistema capitalista.

Em fase anterior à crise do capital de 2008 e às suas respostas que implicaram no crescimento da economia digital, os conglomerados de comunicação já estavam articulados através do investimento de bancos e fundos de pensão que foram atraídos pela alta rentabilidade das empresas com o crescimento deles no ambiente digital. Dênis de Moraes (2005, p. 187) explicita que a intersecção se dava através de: “[...] a) garantia

de suporte financeiro à aguda internacionalização da indústria de bens simbólicos; b) financiamentos bancários a compras, fusões e infraestrutura tecnológica; c) sociedades e participações cruzadas que asseguram aos bancos cotas acionárias e parcerias em projetos de entretenimento; d) interferência do trade financeiro em ações estratégicas dos conglomerados de comunicação”.

As plataformas utilizadas pelos arranjos de mídia alternativa são as de mensageria. O *Jornal Empoderado* e o *Nós, Mulheres da Periferia* utilizam o *WhatsApp*, pertencente ao grupo *Facebook*; e os *Jornalistas Livres* e a *Mídia Ninja* utilizam o *Telegram* para organizar a rotina de produção jornalística. Esses veículos também são dependentes das plataformas de redes sociais para circulação de sua produção. Sendo assim, percebemos que a redação não está em extinção, mas sim em transformação, da mesma forma como o próprio trabalho do jornalista. Ademais, a redação é uma noção fundamental que nos permite acompanhar e investigar as mudanças do jornalismo.

A redação virtual se constitui em espaço e tempo nos quais se operam as ações e decisões sobre o trabalho. É o ambiente em que se modulam e se padronizam as relações de trabalho e é o local possível para se observar como esses jornalistas falam *sobre* e *no* trabalho em termos ideológicos; como constroem valor de uso e de troca; e como se dão as novas formas culturais das relações de produção, bem como os valores mobilizados para o trabalho e o que levam do trabalho para a sociedade.

Graham e Anwar (2018) utilizam o conceito de *labor geographies* de Andrew Herod para demonstrar a possibilidade de produção do espaço através do trabalho. A concepção trata os trabalhadores como agentes ativos capazes de “criar e manipular o espaço para benefício próprio. Em outras palavras, ferramentas e tecnologias digitais criam um novo plano de existência. Um espaço que é ‘fixo em um local digital distinto e, ao mesmo tempo, acessível de qualquer lugar’. Uma segunda maneira de visualizar o espaço digital é considerá-lo algo que

Figura 2 - Gestão dos espaços virtuais de trabalho



Fonte: Mídia Ninja.

Assim como na redação física, o espaço social da produção jornalística também é marcado por hierarquias e atribuições diferenciadas. Nos veículos que analisamos, as relações são mais horizontais e o profissional goza de mais liberdade e autonomia no fazer jornalístico. Entretanto, essas relações estão localizadas em espaços diferentes, como podemos verificar na figura 3, *Fluxo de trabalho do Jornalistas Livres*.

Essa imagem ilustra a hierarquia no *Jornalistas Livres*, cujas posições centrais orientam e decidem a produção. Embora essa organização seja diferente da verticalização da redação física, os círculos denotam a presença de direção e comando no arranjo. O círculo menor é o núcleo dirigente que conta com menos pessoas e decide quem entra nos grupos, questões práticas etc.

As redações virtuais analisadas estão inseridas em aplicativos e *softwares* com origem no exterior (Estados Unidos e Rússia). Essas plataformas detêm e produzem discursos ideológicos próprios que impactam as relações de produção. Atuam para mostrarem-se neutras, espontâneas, sem hierarquia, livres e sem interesses no controle algorítmico e na

concentração de tráfego na rede mundial de computadores, apresentando-se apenas como plataformas que fazem a mediação e aparentando ser componentes da esfera pública, porém, são essencialmente privadas. Os coletivos e veículos alternativos que analisamos dependem desses aplicativos e *softwares* para existirem como lugar social do trabalho.

Outro fator que podemos compreender é que a redação virtual representa o espaço de transformações na produção do jornalismo, contudo, dialeticamente, é o espaço em que se dão as contradições do trabalho e as relações mais precárias, em alguns casos, similares às do século passado, sem jornada fixa, divisão de tempo de trabalho e não trabalho e intensidade do trabalho com engajamento total e polivalência, aprofundando característica do toyotismo. Quanto menos formas de sustentação, maior a dependência da tecnologia para fazer jornalismo. Como podemos verificar na afirmação da entrevistada do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*:

“É ao mesmo tempo a hora que der, mas ao mesmo tempo, é o tempo todo porque a gente fica se falando o dia todo no WhatsApp, no Facebook. Então, toma bastante tempo da gente nesse sentido, mas um tempo específico de agora vou dedicar duas horas por dia na rotina, é o quando vai dar, quando tem tempo livre” (Entrevistada do Nós, Mulheres da Periferia, 2018).⁴³

Essa também é a realidade dos comunicadores nos outros três arranjos. Como não recebem salário pelo trabalho realizado, o trabalho voluntário é feito a qualquer momento vago e através da conectividade do celular. O trabalho está sempre perto, próximo, literalmente na palma da mão e em meio às mensagens pessoais, de amigos ou outras pautas nas plataformas de mensageria.

Esse fator reflete em certa naturalização do que realmente as plataformas representam. Com o trabalho jornalístico, os dados gerados requerem outro tipo de tratamento para serem mercantilizados, visto que já passam por uma

⁴³ Trecho de entrevista concedida ao CPCT, conforme citação anterior.

construção e uma organização de sentidos da mensagem e que podem ampliar o lucro de sua venda.

Enquanto essas empresas lucram, os jornalistas enfrentam condições precárias para garantir um serviço essencial para a sociedade contemporânea com pluralidade e diversidade de informação ao versar sobre uma pauta que evidencia outras dimensões sociais, econômicas e culturais do Brasil.

Considerações

A reflexão que trazemos busca chamar a atenção para a plataformização do trabalho dos jornalistas dentro da moldura geral de transformações do sistema de produção do capital. Em que pese ser os objetos de um segmento específico, a mídia alternativa, a observação revela tendências que foram também implantadas durante o período da pandemia de COVID-19 nos conglomerados de comunicação e com a crescente precarização do trabalho nesses espaços. Embora não seja o foco deste capítulo, é relevante considerar esse aspecto para um programa de pesquisa acerca da virtualização do mundo do trabalho na comunicação e identificar esse período como um dínamo de situações que já vinham ocorrendo anteriormente. Um exemplo é a editora *Abril* que já anunciou que vai implementar o regime *home office* para os jornalistas (Observatório, 2021).

Essas modificações do trabalho e o deslocamento do espaço físico para o virtual trazem consigo também as lógicas das plataformas de comunicação e do trabalho que conformam e padronizam as rotinas produtivas dos jornalistas no cotidiano do labor em acentuada situação de precarização do trabalho.

As relações têm impactos relevantes, principalmente quando tratamos de veículos de comunicação que buscam cumprir, de certo modo, funções contra-hegemônicas ou mesmo estimulam cizânias no bloco de poder histórico atual do capital. É por isso que o processo de trabalho e a dependência das plataformas tanto para organizar o trabalho quanto para a circulação do material produzido não podem ser naturalizados.

É importante considerar que temos pistas para refletir sobre outras questões como o trabalho dotado de sentido vital e emancipatório para esses comunicadores, diferente do processo de trabalho alienante, assim como refletir se há neste tipo de trabalho valor de uso, qual é a razão por não ter valor de troca ou mesmo ser um trabalho desvalorizado neste sentido? Esses são alguns temas pertinentes para além da comunicação e que podem ser explorados em outros artigos e livros.

Referências

Antunes, Ricardo. *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação da negação do trabalho*. São Paulo, Editora Boitempo, 1999.

Atton, Chris. *Alternative Media*. London, Sage, 2002.

Canclini, Néstor García. *O mundo inteiro como lugar estranho*. São Paulo, Edusp, 2016.

Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Editora Xamã, 1996.

Engels, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Marxists Internet Archive, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2016.

Figaro, Roseli. *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo, ECA-USP, 2018.

Figaro, Roseli. Atividade de comunicação e de trabalho. *Revista Trabalho, Educação, Saúde*, Fiocruz, 2008.

Graham, Mark; Anwar, Mohammed. *Labour, in Ash, Kitchin and Leszczynski (eds) 'Digital Geographies'*. Sage: London, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2991099>. Acesso em: 18 de jan de 2021.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6º Volume. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

Grohmann, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *EPTIC*, v. 22, n. 1, 2020.

Gruppi, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1978.

Intervozes e Repórter Sem Fronteiras. *Quem controla a mídia no Brasil?* RSP, 2017. Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>. Acesso em: 18 out. 2020.

Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Editora Scritta, 2011.

Lenin, Vladimir Ilitch. *Materialismo e Empiriocriticismo*. Lisboa, Editora Avante, 1982.

Leontiev, Alex. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Editora Livros Horizonte, 2004.

Lukács, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

Marques, Ana Flávia. *A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Orientadora: Roseli Aparecida Figaro Paulino, 2021. Tese (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Marx, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo, Editora Hucitec, 1985.

Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Editora Boitempo, 1993.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

Moraes, Dênis de. *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

Nouroudine, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: Souza E Silva, M. Cecília P., Faïta, Daniel. (Orgs.). *Linguagem e trabalho*. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

Observatório da Imprensa. *Redações em mutação: Covid-19 impulsiona modelo híbrido*. Observatório da Imprensa, 29 de junho de 2021. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/redacoes-em-mutacao-covid-19-impulsiona-modelo-hibrido/>. Acesso em 5 de agosto de 2021.

Sader, Emir. Apresentação. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Editora Boitempo, 2010.

Williams, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo, EdUnesp, 2011.

Williams, Raymond. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires, Editora Las Cuarenta, 1979.

Parte III.

Marx e a Ontologia:
Novos Olhares e Desafios

10.

Notas críticas sobre natureza, trabalho e valor na Ontologia lukácsiana

Murillo van der Laan

Introdução

Diante dos desastres ambientais que ano a ano se tornam cada vez mais dramáticos, a filosofia e as ciências humanas se esforçam, de maneiras muito distintas, para apreender teoricamente as determinações desses processos – no melhor dos casos, com o intuito de suplementar as resistências ecológicas que ocorrem em todas as partes. Nas últimas duas décadas, em particular, houve um proficuo resgate do pensamento marxiano por parte do que passou a ser conhecida como a escola da ruptura metabólica, fundada sobretudo pelos trabalhos de John Bellamy Foster e Paul Burkett. Além de responder às leituras críticas que descartaram o pensamento de Marx como relevante para a reflexão das questões ambientais contemporâneas, essa escola construiu um arcabouço teórico para a cognição e o enfrentamento dos problemas ecológicos atuais.

György Lukács tem um lugar singular nessas reflexões. Seu pensamento de juventude é associado ao ponto de partida de um conjunto de intervenções do marxismo ocidental que, através de uma recusa da dialética da natureza, acabou contribuindo para relegar a um segundo plano as questões ambientais. Já seu pensamento ontológico da maturidade retoma posicionamentos sobre a imbricação entre sociedade e natureza que, por via da herança crítica desenvolvida por István

Mészáros, aparecem como reconhecida influência da própria escola da ruptura metabólica.

Partindo dessas reflexões contemporâneas, este capítulo pretende retomar a interpretação de Marx, avançada na ontologia lukácsiana, argumentando que sua concepção de práxis apoiada no trabalho é profícua para uma apreensão realista dos problemas ecológicos contemporâneos – em contraposição, por exemplo, às leituras construcionistas ou aos excessos do chamado novo materialismo. Todavia, almeja também indicar que, não obstante essa dimensão profícua, a interpretação ontológica realizada por Lukács do valor o faz resvalar em uma concepção produtivista frente ao mundo natural, algo que Marx foi capaz de evitar.

Nesse sentido, logo de início, retomaremos reflexões contemporâneas inspiradas na escola da ruptura metabólica, como as de Andreas Malm e Kohei Saito, além das próprias intervenções de Foster e Burkett, para apresentar uma interpretação, próxima à leitura de Thimothée Haug, sobre o construcionismo presente na perspectiva marxista do jovem Lukács. Na sequência, nos referiremos a uma possível reorientação realista da filosofia lukácsiana, que culminará em sua perspectiva ontológica dos anos 1960, e os aspectos que consideramos frutíferos em tal reorientação. Finalmente, inspirados na reflexão crítica de Mészáros, de Peter Hudis e, novamente, de Haug sobre Lukács, além de retomar nossas próprias reflexões sobre a teoria do valor-trabalho na ontologia lukácsiana, indicaremos as dimensões que interpretamos como produtivistas na reflexão de maturidade de Lukács.

Construcionismo idealista, literalista e a perspectiva do jovem Lukács

A discussão a respeito do estatuto teórico da natureza assumiu um caráter mais fundamental – e, para muitos, urgente – nas últimas décadas, considerando particularmente os debates atuais acerca do Antropoceno, a nova era geológica que teríamos adentrado com a ubiquidade contemporânea do capital e seu concomitante desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, intervenções recentes reeditam discussões que têm uma história ainda mais longa, dentro e fora do marxismo, sobre abordagens da natureza que são conhecidas como construcionistas.

Essas perspectivas, de maneira implícita ou explícita, acabam negligenciando o reconhecimento de uma dimensão ontológica própria do mundo natural, que não seria redutível a processos sociais. Frequentemente, elas recorrem à motivação de enfrentar um dualismo cartesiano, que separaria natureza e sociedade, mas acabam assumindo um posicionamento que efetivamente reduz a autonomia e a influência de processos naturais frente ao mundo social (Foster & Clark, 2016a). Ou, ainda, indicam a natureza como uma mera construção ideológica que deve ser combatida pela crítica social (Haug, 2021, p. 106).

Sobre o construcionismo, Andreas Malm (2018, p. 35), em diálogo com Anna Peterson (1999), aponta duas abordagens distintas que essa perspectiva assumiria frente ao mundo natural: uma idealista e outra literalista. A primeira, considerando sobretudo que a linguagem e o pensamento compõem uma dimensão inescapável de nossa cognição da natureza, toma o mundo natural como construído pelas ideias e pelos discursos que apresentamos sobre ele. Já a perspectiva literalista, diferentemente, indica que a práxis humana constrói ou produz a natureza. Ainda que a periodização nesse último caso seja variada – e, por vezes, incoerente –, é sobretudo no período do Antropoceno que a perspectiva de uma produção da natureza assumiria proeminência.

Aspectos de um construcionismo idealista da natureza aparecem, por exemplo, nas reflexões de Donna Haraway (1992, p. 298), quando a autora afirma que a natureza é uma “poderosa construção discursiva” que não preexiste a tal construção. Ou, mais recentemente, em Noel Castree (2014, p. 6) que, considerando a existência de muitas comunidades epistêmicas que tratam do mundo natural – e mobilizam suas ideias sobre

ele para objetivos diversos e muitas vezes espúrios –, afirma ser a natureza uma “ficção particularmente poderosa”.⁴⁴

Para a tradição do realismo crítico, reflexões como essas acabariam incorrendo em uma falácia epistêmica, isto é, recorrer-se-ia a uma redução de afirmações sobre o ser as afirmações sobre o conhecimento acerca desse ser (Collier, 1994, p. 76). Dessa forma, leituras como a do construcionismo idealista da natureza acabariam confundindo ontologia e gnosiológica/epistemologia.

O realismo filosófico assumido pelo velho Lukács, que veremos mais abaixo, já indicava a necessidade de tal distinção, como, por exemplo, em sua crítica ao neopositivismo, apontando inclusive que o cotidiano e o seu realismo prático poderiam, por vezes, servir de saudáveis contrapesos à ciência e à filosofia. Assim, é conhecida a tirada lukácsiana de que o mais obstinado neopositivista, por mais que negasse a realidade e insistisse apenas na possibilidade de representações lógicas dessa, teria de parar em um cruzamento, porque, do contrário, um carro real o atropelaria realmente (Lukács, 1969, p. 12).

Nos debates contemporâneos sobre a natureza, essas indicações ganham um caráter ainda mais dramático quando levamos em conta os graves problemas metabólicos que hoje enfrentamos. O contraste entre as posições idealistas e realistas evidenciam como as primeiras podem dar margem a um enfrentamento inadequado ou mesmo à negação da questão ambiental. Ao passo, por exemplo, que o construcionismo idealista da natureza assumido por Noel Castree (2014, p. 236) afirma que a “mudança climática global é uma ideia, ao invés de um simples conjunto de ‘processos biofísicos reais’ ocorrendo independentemente de nossas representações deles”, Kate Soper (1995, p. 151), de um ponto de vista realista, insistiu, já no começo dos anos 1990, que “não é a linguagem que tem um buraco em sua camada de ozônio [...] a coisa ‘real’ continua a ser poluída e degradada, mesmo enquanto refinamos nossos *insights* desconstrutivistas no nível do significativo”.⁴⁵

⁴⁴ Ver Malm, 2018, p. 23-25.

⁴⁵ Cf. Malm, 2018, p. 27.

O construcionismo literalista, diferentemente do idealista, insiste que a natureza é construída pela atuação humana. Em *Thinking Like a Mall: Environmental Philosophy after the End of Nature*, por exemplo, Steven Vogel utiliza a categoria do trabalho para argumentar no sentido do “fim da natureza”. Vogel (2015, p. 8) avança a ideia de que, dada a capacidade humana de alteração ambiental, o mundo natural teria deixado de existir “no momento em que o primeiro humano apareceu em cena”. Há, aqui, o que Andreas Malm (2018, p. 34-35) critica como sendo uma concepção purista de natureza, que se esvairia com o contato humano. Na perspectiva de Vogel, uma vez que nenhum aspecto do meio ambiente deixaria de ser afetado pelo trabalho, a natureza passaria então a ser produzida.

Algumas décadas antes, Neil Smith assumiu uma posição similar. Ainda que sua periodização não seja tão resoluto como a de Vogel, Smith defende a ideia de que a natureza não é independente do âmbito social e que a tentativa de separação dessas duas dimensões é inócua. Devemos, ao contrário, segundo ele, ater-nos à ideia de uma “produção da natureza”. Sobretudo contemporaneamente, o mundo natural teria sido completamente subsumido pela lógica do capital. Qualquer remissão a uma “natureza externa” interagindo com a humanidade seria “dualismo”, um “fetiche da natureza”, e as próprias ciências naturais incorreriam em erro por aterem-se às “chamadas leis naturais”, fora da sociedade (Smith, 2008; 2006; Foster & Clark, 2016a; Malm, 2018, p. 29).

Um problema fundamental em tais perspectivas é que elas terminam por confundir *afetar* ou *mudar* algo com *construir* ou *produzir* algo. Enquanto essas duas últimas atividades indicam um processo diacrônico que resulta em um produto que não existia previamente, como uma cadeira ou um computador, *afetar* ou *mudar* algo não é necessariamente sinônimo de construção ou produção. O fato, por exemplo, de que os oceanos ou o clima são seriamente afetados pela atividade contemporânea dos seres humanos, não significa que foram construídos

ou produzidos por tal atividade.⁴⁶ Por outro lado, as relações sociais que conformam o chamado capitalismo fósil são sim resultado do conjunto – e conflitos – das diversas práxis humanas e das relações que foram por elas criadas (Malm, 2018, p. 37).

Por mais imbricados que estejam, remeter a uma distinção entre o social que é de fato construído e uma natureza que não é, faz-se importante para localizar claramente a fonte dos graves problemas ambientais que experimentamos atualmente. Além disso, é significativo também, porque mantém uma perspectiva substantiva da natureza, sem reduzi-la, em última instância, a uma dimensão social. Ao negligenciar e confundir tais questões, as perspectivas construcionistas tanto subestimam a ideia de limites naturais que estão sendo rompidos pelo capitalismo, como podem abrir um perigoso flanco para soluções ilusórias à questão ambiental. A nosso ver, a ideia da natureza como um referente ontológico próprio é importante para um posicionamento ecológico, ainda que não seja obviamente uma garantia de tal posicionamento.

As atuais perspectivas em torno de um construcionismo da natureza ecoam algumas posições mais antigas que dialogaram com a produção marxiana. Dentre elas, a obra de Alfred Schmidt (2014), *O conceito de natureza em Marx*, publicada em 1962 na Alemanha, destaca-se aqui pela grande influência que durante muito tempo exerceu. Resultado de sua tese de doutorado, sob a orientação de Adorno, a argumentação de Schmidt carrega a perspectiva pessimista e generalizante da crítica ao iluminismo que se estende à própria interpretação da produção marxiana da maturidade e, também, às ciências naturais (Foster & Clark, 2016a).

Nesse sentido, a obra de Schmidt (2014), a despeito de buscar na produção marxiana uma concepção substantiva da natureza, de apontar um horizonte de unidade entre seres humanos e mundo natural no jovem Marx e de chamar atenção para a mobilização da ideia de metabolismo na perspectiva

⁴⁶ Entretanto, possivelmente, significaria sim que estaríamos caminhando para a *destruição* do clima ou dos oceanos, enquanto processos biofísicos determinados.

marxiana e mesmo para o efeito deletério da forma-valor sob o mundo natural, termina por incorrer em uma perspectiva trans-histórica de dominação da natureza que é, então, atribuída ao Marx da maturidade. Essa dominação se intensificaria ainda mais sob o comunismo e acabaria por subsumir todo o mundo natural. Com isso, a possibilidade da “vingança da natureza” contra os seres humanos seria, na interpretação de Schmidt, minada passo a passo pela racionalidade instrumental imposta ao mundo natural (Foster & Clark, 2016a).

O construcionismo revela-se aqui nessa indicação de uma tendência trans-histórica de dominação da natureza que acaba, em última instância, reduzindo-a a um processo unilateral, no qual o mundo natural aparece, por fim, como uma dimensão passiva que é absorvida inteiramente pelas forças sociais (Burkett, 1997, p. 168). Enquanto Schmidt avalia tal absorção como marcadamente negativa, as perspectivas mais recentes de produção ou construção da natureza, diferentemente, não a entendem necessariamente dessa maneira. Em todo caso, essas distintas perspectivas que tomam o mundo natural desde uma posição mais literal do construcionismo terminam por encontrar-se num apagamento da natureza como um referente ontológico próprio que, por sua vez, mina a compreensão das graves dimensões ecológicas avançadas pelo metabolismo imposto pelo capital (Burkett, 1997, p. 174).

Perto de quatro décadas antes da publicação do livro de Schmidt, era o próprio Lukács (2003) quem aparecia como uma das figuras centrais no debate acerca da natureza, com uma polêmica que ganhou notoriedade em *História e consciência de classe* e que também acabou incorrendo em uma perspectiva construcionista do mundo natural.

Lukács argumentou contra interpretações que ele considerava “vulgares” do marxismo e que, muito próximas aos métodos das ciências naturais, tomavam os fenômenos sócio-históricos como submetidos a leis quase naturais. Tais perspectivas, muito presentes à época nas interpretações em torno da Segunda Internacional, esvaziavam a presença da subjetividade e da práxis humana na história e assumiam posicionamentos reformistas que buscavam se apoiar nessas

supostas leis quase naturais. Nesse sentido, teóricos como Karl Kautsky e Eduard Bernstein enrijeceram passagens famosas – ainda que complexas e, por vezes, problemáticas – das teorizações de Marx e Engels sobre o desenvolvimento das forças produtivas e as contradições que ensejariam nas relações de produção. Mobilizaram tais interpretações para justificar posicionamentos reformistas, apoiados na ideia de uma maturação natural do desenvolvimento tecnológico, já em germe no capitalismo e na humanidade como um todo, que levaria à transição para o socialismo (Haug, 2021, p. 110).

Contra tais perspectivas, Lukács desenvolveu sua leitura da reificação capitalista, apoiada nas considerações de Marx sobre a lei do valor e do fetichismo da mercadoria. Não é nosso intuito, aqui, retomar toda a complexidade da argumentação lukácsiana. O que gostaríamos de destacar é que tal polêmica busca a especificidade do desenvolvimento das forças produtivas, naturalizadas pela economia política e pelas posições reformistas, justamente na estrutura do valor, específica da produção capitalista, e mostra como tal estrutura conforma-se em um conjunto de relações construídas pela práxis humana, particularmente dos trabalhadores, mas que aparece a eles como externa, necessária e apartada dos indivíduos e da atuação coletiva (Haug, 2021, p. 110).

Essa crítica à reificação capitalista avança também na discussão sobre a transposição dos métodos das ciências naturais para a compreensão dos fenômenos sociais. Se, para a cognição do social, Lukács aponta a práxis como o elemento determinante, uma vez que ela carrega a potencialidade de ações transformadoras da realidade social, para a natureza não haveria a possibilidade de tal ação verdadeiramente transformadora, mas apenas uma ação que, em última instância, seria contemplativa. Nesse sentido, Lukács irá dizer que, “quando o ideal de conhecimento das ciências naturais é aplicado à natureza, ele serve somente ao progresso da ciência. Porém, quando é aplicado à evolução da sociedade, revela-se um

instrumento de combate ideológico da burguesia” (Lukács, 2003, p. 80).⁴⁷

A distinção entre o mundo natural e o social e as epistemologias distintas que os acompanhariam estão presentes na conhecida nota de rodapé de *História e consciência de classe*, na qual Lukács questiona o modo como Engels estende a dialética à natureza:

Essa restrição do método à realidade histórico-social é muito importante. Os equívocos surgidos a partir da exposição de Engels sobre a dialética baseiam-se essencialmente no fato de que Engels – seguindo o mau exemplo de Hegel – estende o método dialético também para o conhecimento da natureza. No entanto, as determinações decisivas da dialética (interação entre sujeito e objeto, unidade de teoria e prática, modificação histórica do substrato das categorias como fundamento de sua modificação no pensamento etc.) não estão presentes no conhecimento da natureza. Infelizmente não é possível discutirmos aqui em detalhes essas questões (Lukács, 2003, p. 69).

No entanto, como Thimoteé Haug destaca, Lukács não se contenta com essa separação clara entre dois campos de objetividade e dois métodos distintos, porque também tal separação seria um resultado dos processos da reificação capitalista e ocultaria o modo como também as ciências da natureza estão inseridas em suas próprias determinações sociais. A perspectiva lukácsiana em *História e consciência de classe* considera, por exemplo, que a separação dos “fatos” científicos de sua ligação orgânica com o mundo natural através do experimento seria um produto particular do período capitalista; e que a compreensão da natureza como um sistema de leis – através de modelos físicos e matemáticos –, seria uma projeção da estrutura da sociedade mercantil capitalista (Lukács, 2003, p. 275-277).⁴⁸

⁴⁷ Ver Haug, 2021, p. 110-111.

⁴⁸ Cf. Haug, 2021, p. 111.

Para Haug, Lukács apresentaria aqui um construcionismo social e metodológico, mas não apenas. Ele avançaria também para um construcionismo ontológico. Nenhum objeto real corresponderia ao conceito de natureza, uma vez que essa seria uma categoria social. Assim, em *História e consciência de classe*, o autor afirma que: “o que a natureza deve significar quanto à sua forma e ao seu conteúdo, à sua extensão e à sua objetivação, é sempre condicionado socialmente” (Lukács, 2003, p. 429). E essa perspectiva construcionista se encontraria ainda com um argumento histórico que afirmaria a subsunção da natureza às leis da economia capitalista não como um processo aberto e potencialmente destrutivo, mas como um fato efetivamente realizado (Haug, 2021, p. 112).

Caso a interpretação de Haug se sustente, *História e consciência de classe* reproduziria aspectos tanto de um construcionismo idealista, quanto de um construcionismo literalista. Isto é, reduziria a natureza às suas construções epistêmicas, mas afirmaria, também, uma subsunção completa do mundo natural ao capitalismo. Como as demais posições construcionistas, isso acabaria representando um obstáculo epistemológico a uma substantiva cognição do devir histórico da natureza e dos problemas ecológicos que a reprodução capitalista enseja.

Longe de esgotar tais questões, o que gostaríamos de destacar é que a perspectiva construcionista indicada por Haug em *História e consciência de classe* dialoga, em certa medida, com as indicações de Foster sobre o impacto da obra de juventude de Lukács no chamado marxismo ocidental. Mais especificamente, a rejeição lukácsiana a uma dialética da natureza, ainda que ambígua, e a defesa da existência de um método dialético “pleno” apenas para a história humana – em que se manifestaria a relação de identidade entre sujeito e objeto –, acabariam inspirando o afastamento de partes de correntes do pensamento crítico e do marxismo ocidental da própria natureza como um objeto de análise e, por conseguinte, das ciências naturais. Ao lado de uma crítica à razão instrumental que exacerbava ainda mais tal afastamento, essas perspectivas assumiriam, no melhor dos casos, um posicionamento abstrato

e unilateral sobre a “dominação da natureza” – como no caso de Schmidt e do próprio Lukács de *História e consciência de classe* – e que, em última instância, terminariam por reduzir o mundo natural ao social (Foster; Clark, 2016b).

Essa suposta posição construcionista de Lukács, no entanto, foi sendo paulatinamente alterada entre fins da década de 1920 e o início dos anos de 1930. O contato com os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx, e com os *Cadernos Filosóficos*, de Lênin, além do esforço para responder aos críticos de *História e Consciência de Classe*, vão deslocando a reflexão lukácsiana para uma posição mais realista (Oldrini, 2002). Esse deslocamento não está apartado do influxo revolucionário experimentado pelo movimento dos trabalhadores em âmbito internacional e da opção política de Lukács pela defesa da ideia de socialismo em um só país.

Argumentaremos nas duas próximas seções que essa reorientação geral da filosofia lukácsiana, ao mesmo tempo em que carrega a potencialidade de uma compreensão mais substantiva e profícua do mundo natural e de sua necessária articulação com o social, incorre em um produtivismo que é deletério não apenas do ponto de vista da natureza, mas também desde uma perspectiva concernente à questão da emancipação humana avançada por Marx.

Por ora, ressaltamos que tal reorientação geral aparece registrada no famoso prefácio, de 1967, à *História e Consciência de Classe*, no qual Lukács indica o que considera como equívocos de sua posição de juventude. Particularmente, ele aponta como sua obra de 1923 é enfática em considerar a natureza como uma categoria social, assumindo o marxismo como teoria exclusivamente social e obliterando seus fundamentos ontológicos. As consequências desse rechaço a uma consideração substantiva da natureza seriam ainda mais problemáticas na perspectiva de *História e Consciência de Classe* pela ausência que há na obra de uma análise detida do trabalho como forma elementar da práxis, o que, por sua vez, comprometeria a investigação da relação entre sujeito e objeto, do metabolismo entre seres humanos e natureza, do estranhamento etc. (Lukács, 2013, p. 14-28).

É interessante notar como essa reorientação está presente em um breve diálogo que o autor estabelece com Alfred Schmidt e como ele entende a influência que *História e Consciência de Classe* teve nas interpretações sobre a natureza, que aqui designamos como construcionistas.⁴⁹ Schmidt havia enviado a Lukács seu livro *O conceito de natureza em Marx*, publicado em 1962, como mencionamos acima. Em agosto de 1963, Lukács respondeu agradecendo o envio da obra, dizendo que a havia lido com “grande interesse” e que se tratava de um importante “avanço científico”, particularmente, porque se empenhava em uma interpretação processual da reflexão marxiana e não apenas de uma contraposição entre um jovem e um velho Marx (Lukács, 1963).

No entanto, impossibilitado na ocasião de adentrar nos detalhes da argumentação de Schmidt, Lukács limitou-se a apenas um comentário sobre uma questão de fundo da obra:

Por mais que você [Schmidt] enfatize em diversos lugares a objetividade da realidade, a análise do metabolismo entre sociedade e natureza tem, em várias partes, uma semelhança fatal [*fatale Aehnlichkeit*] com *História e Consciência de Classe*. Isso aparece de maneira particularmente acentuada quando você censura o velho Engels por considerar a natureza de maneira ontologicamente objetiva – supostamente em oposição ao método de Marx. Eu, no entanto, considero que o conceito de metabolismo com a natureza, que tem importância central, é baseado na objetividade ontológica da própria natureza *independentemente da sociedade*. Apenas a partir disso, o trabalho, a atividade social e a própria sociedade podem ser consistentemente compreendidos do ponto de vista filosófico. Todas as considerações de Marx são baseadas nesse método. Uma vez que eu, com *História e Consciência de Classe*, sou o principal culpado pelo método errado, considero como meu dever expressar essa concepção de maneira bem nítida (Lukács, 1963, grifos do autor).

⁴⁹ Essa correspondência é mencionada por Tertulian (2005, p. 211) e foi retomada recentemente por Haug (2021).

Lukács foi, portanto, enfático na reorientação que elaborou de sua perspectiva filosófica e, em tal reorientação, a natureza passou a assumir explicitamente um estatuto ontológico distinto que não poderia ser reduzido a uma dimensão social. Como a carta a Schmidt evidencia, tal reconhecimento era necessário à compreensão adequada do “trabalho, [da] atividade social e [da] própria sociedade”. Para as discussões que avançamos aqui, essa posição mais realista afasta-se tanto do construcionismo idealista quanto do literalista, que se constituem como obstáculos teóricos à apreensão dos graves problemas ecológicos que hoje enfrentamos.

Sob a perspectiva de fundo que afirma a objetividade ontológica da natureza, essa não termina reduzida às diversas epistemes ou completamente subsumida à legalidade capitalista. Ademais, o reposicionamento da perspectiva sobre o mundo natural representa uma reabertura das reflexões de Lukács a um devir da natureza e às investigações das ciências naturais. Por certo, a despeito da potencialidade que essa reorientação da filosofia lukácsiana assume, por si só ela não representa uma garantia de uma abordagem frutífera dos problemas engendrados pelo metabolismo capitalista, como tentaremos argumentar logo abaixo.

A reorientação realista da filosofia lukácsiana

A carta de Lukács a Schmidt data do decênio final de sua vida, quando ele, avançando o projeto de construção de uma *Ética* marxista, faz um *détour* para uma investigação ontológica. Tal investigação ontológica teve o intuito de cumprir a tarefa que, em certa medida, foi colocada de maneira brevíssima na correspondência com Schmidt: oferecer uma fundamentação adequada para a compreensão da práxis e da sociedade. Dessa maneira, seria delineado um terreno fértil para a projetada *Ética* – que nunca foi redigida e permaneceu em forma de anotações. O ponto de partida de toda essa reflexão, como Lukács escreveu a Schmidt e vimos acima, estaria no reconhecimento da “objetividade ontológica da própria natureza *independentemente da sociedade*”.

Nesse quadro geral, os dois manuscritos deixados por Lukács (2010; 2012; 2013), *Para uma ontologia do ser social e Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, buscavam o delineamento de uma ciência fundamental, capaz de mediar criticamente as diversas atividades científicas. A ontologia lukácsiana teria o intuito de ser uma ciência chave, sempre aproximativa, que teria como objeto “o que existe realmente” e “investigar[ia] o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior” (Lukács, 1969, p. 15).

Os princípios dessa “ciência fundamental” Lukács encontra já nos escritos de juventude marxianos, mais especificamente na apropriação crítica que Marx faz de Feuerbach, que teria inaugurado uma perspectiva ontológica materialista no pensamento filosófico alemão, a partir de sua contraposição à filosofia hegeliana. Tal contraposição discute os procedimentos especulativos de Hegel e os princípios de sua filosofia, ou seja, contesta tanto o ponto de partida do ser abstrato do sistema hegeliano, como a concepção – teológica na opinião de Feuerbach – de que a natureza e a realidade seriam postas pela ideia.⁵⁰

Na leitura lukácsiana, Marx também teria se oposto tanto ao ponto de partida abstrato da filosofia de Hegel, quanto aos procedimentos desta que logicizavam o ser, violando suas dimensões ontológicas. Sobre esse último caso, Marx (2005, p. 108), na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, afirmara que o “compreender não consiste, como pensa Hegel, em reconhecer por toda parte as determinações do Conceito lógico, mas em apreender a lógica específica do objeto específico”. E, criticando a interpretação de Hegel sobre o Estado, disse ainda que na análise hegeliana “o momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica” (Marx, 2005, p. 39).

À essa rejeição da logicização do ser, liga-se, ademais, um posicionamento explícito de Marx sobre o caráter primeiro e irreduzível da objetividade, segundo Lukács. Marx, já em 1844, teria delineado alguns traços ontológicos básicos que indicariam

⁵⁰ Ver Frederico (2009, p. 26) e Chasin (2009, p. 42).

“as inter-relações entre objetividades como a forma originária de toda relação ontológica entre entes” (Lukács, 2012, p. 303).

A partir dessa “inter-relação entre objetividades”, ou seja, desse ponto de partida ontológico, Lukács indica um desenvolvimento imanente, processual e radicalmente histórico do ser, resultando na conhecida divisão da ontologia lukácsiana entre três grandes esferas: ser inorgânico, ser orgânico e ser social. A despeito de remeter às diversas ciências específicas a tarefa de reflexão sobre a gênese e a complexificação de cada uma dessas esferas – e de reconhecer suas limitações no âmbito das ciências naturais –, o autor utiliza-se da ideia hegeliana da identidade da identidade e da não-identidade para descrever essa dinâmica de continuidade e descontinuidade da emersão e da complexificação do ser (Lukács, 2012, p. 240-241).

O ser conforma uma totalidade que se desenvolve imanentemente em totalidades relativas. Não há, assim, uma justaposição das grandes esferas do ser, mas a dinâmica de uma totalidade que se transforma e se conserva. De interações específicas do ser inorgânico, emerge o ser orgânico e a novidade da reprodução que, não obstante, traz consigo continuidades com a esfera inorgânica (Lukács, 2012, p. 257-258). Há aqui, a nosso ver, o delineamento de um metabolismo universal que se organiza a partir de determinações causais, compreendidas por Lukács (2013, p. 48) como um “automovimento que repousa sobre si mesmo”. Importante destacar que esse “automovimento” realiza-se de maneira distinta nessas duas esferas do ser. Mais especificamente, no ser orgânico as interações com a causalidade conservam e reproduzem a vida, emergindo, segundo o autor, germes de consciência nas espécies mais desenvolvidas.⁵¹

São justamente a consciência e os processos teleológicos que ela detona que marcam a distinção entre o ser social e as duas outras esferas do ser. Novamente, no entanto, essa é uma distinção que emerge a partir de um desenvolvimento ontológico imanente, apoiado no ser inorgânico e no orgânico e que carrega continuidades e descontinuidades com essas esferas ontológicas precedentes. A dimensão crucial da continuidade, aqui, é a

⁵¹ Ver Lukács (2010, p. 50-51; e 2013, p. 202). Ver, também, Lessa (1995, p. 38).

conservação e a reprodução da vida humana através de interações com o mundo orgânico e inorgânico. A descontinuidade, no entanto, está no fato de que essa reprodução se realiza por meio da práxis, de objetivações que tem um fim pré-determinado na consciência.

O trabalho é, para Lukács, o complexo que realiza o metabolismo com a natureza, necessário para a demanda premente da reprodução. Aqui já apareceriam as determinações fundamentais da práxis que marcariam a capacidade de intervenção diferenciada da humanidade em seu meio: a teleologia que projeta um fim para a satisfação de uma necessidade, mas, junto a ela, o espelhamento e sua capacidade de representar determinações fundamentais da realidade, de refletir sobre possibilidades inscritas em seu meio, de valorar e de escolher. Para que essa capacidade de projeção de um fim determinado realize o metabolismo de maneira bem-sucedida, é preciso, no entanto, que a objetivação humana se atenha às determinações causais – ao “automovimento que repousa sobre si mesmo” – que constituem a realidade e submeta e corrija, caso necessário, as objetivações que buscam realizar o metabolismo entre seres humanos e natureza (Lukács, 2013, p. 44-110).

Por essa via, a práxis carrega a capacidade tanto de afetar a natureza, quanto de fazer emergir, a partir das causalidades dadas, objetos completamente novos, cuja estrutura, a despeito de estar assentada em insuprimíveis determinações causais naturais, não encontram paralelo na natureza. Tanto em um caso como em outro, no entanto, Lukács insiste que há uma unidade, uma síntese entre teleologia e causalidade, mas não uma identificação entre ambas. A despeito de ser posta, a nova causalidade – seja a natureza afetada ou artefatos completamente novos – não se transforma em teleologia, nunca é plenamente subsumida à consciência, e sim permanece “automovimento que repousa sobre si mesmo”. Mais ainda: a atuação teleológica sobre a infinitude das conexões causais que constituem o real é sempre limitada, desde o ponto de vista dos processos que detona. Lukács (2013, p. 70-75) indica sempre a existência de um “período de consequências” e

de uma constante necessidade de lidar com as conexões resultantes da atuação da práxis.

A imagem à qual a perspectiva lukácsiana recorre é a de um contínuo “afastamento das barreiras naturais”, que permite uma crescente “socialização do ser social”, uma superação das limitações imediatas colocadas pelo mundo natural (Lukács, 2013, p. 159). Isso, no entanto, jamais significa uma absorção completa e uma identidade entre as diversas esferas do ser. O “automovimento que repousa sobre si mesmo”, não obstante a intensidade de sua articulação com a teleologia, permanece “automovimento que repousa sobre si mesmo”. As diversas posições teleológicas têm de lidar sempre com esse “automovimento” para realizar as demandas concretas do metabolismo social, entretanto, têm também de lidar com as consequências diversas dessas intervenções concretas.

É sobre essa perspectiva de fundo que Lukács discorre sobre o desenvolvimento do ser social. Um movimento que, tendo como dimensão fundamental o metabolismo com a natureza, perpassa a constituição das classes, a formação do capitalismo, de um mercado mundial, dos imperialismos, de um suposto socialismo – para Lukács, já presente na União Soviética – e a possibilidade de constituição do comunismo. Um caminho que tem como horizonte a superação das classes, dos estranhamentos e a formação de uma generidade para-si, com individualidades que se reconheçam e atuem conscientemente como pertencentes ao gênero humano. Tudo isso sempre assentado no movimento fundamental do metabolismo: por mais mediado que seja um complexo social com relação às dimensões inorgânicas ou orgânicas do ser, a esfera do metabolismo e a objetividade do “automovimento que repousa sobre si mesmo” sempre se fazem presentes.

A formação de uma ética, para Lukács, tem necessariamente de estar assentada nessa perspectiva substantiva e realista da natureza. Por mais que reconheça, de fato, a possibilidade de representações diversas do mundo natural, a ontologia lukácsiana não o reduz às suas representações ideais, como faz o construcionismo idealista. Pelo contrário, a natureza

constitui um referente próprio, cujo em-si não é inacessível à cognição e à práxis humana.

Daí a importância que Lukács confere às ciências. É a particularidade do espelhamento desantropomorfizante científico, nos termos do autor, que tem a prioridade no desvelamento do em-si do ser. Longe de um aval acrítico, a *Ontologia* insiste na importância de se atentar aos obstáculos ideológicos das ciências, assentados nas contradições sociais diversas. E, além disso, os distintos espelhamentos, que vão do cotidiano à filosofia, oferecem elementos para a crítica dos descaminhos em que a ciência pode incorrer.⁵² De qualquer forma, é a constituição ontológica do ser que, em última instância, importa à ontologia lukácsiana quando se remete às diversas possibilidades de reflexo da realidade.

A nosso ver, a forma como Lukács analisa filosoficamente a dimensão inorgânica e orgânica do ser desvia-se também das perspectivas de um construcionismo literalista que, como indicamos na seção anterior, termina por reduzir a natureza a uma dimensão social. Por maior que seja a capacidade humana de criar artefatos cuja estrutura não tem paralelos no mundo natural, ou ainda de impactar profundamente esse último, a natureza não se transforma em teleologia, não é subsumida completamente pelo ser social – e há sempre as dimensões e as consequências imprevistas da intervenção humana no mundo natural.

A referência a um desenvolvimento imanente do ser que, ademais, marca não apenas suas dimensões de continuidade, mas também de descontinuidade contrasta ainda com perspectivas teóricas mais recentes que são designadas como novo materialismo. A novidade dessa corrente teórica estaria na afirmação de que a matéria tem *agência* e no rechaço a qualquer tentativa de reduzir tal agência à especificidade da atuação reprodutiva orgânica e, sobretudo, à humana.

Transposta à dimensão ecológica, esse tipo de “ontologia plana”, que afirma que objetos têm a mesma agência que seres

⁵² Ver, particularmente, as considerações de Lukács (2013) no capítulo “O ideal e a ideologia”, em *Para uma ontologia do ser social*, vol. 2. Ver, também, Vaisman (1986).

humanos, reivindica que tiremos o foco de nossas análises de relações sociais que organizam a particularidade de nosso metabolismo, como o capital, e reconheçamos as agências dos diversos objetos. Em problemas como a mudança climática, por exemplo, Adam Trexler (2015, p. 58) argumenta que seria preciso compreender que os seres humanos não atuaram sozinhos para o surgimento de tal fenômeno, mas que este seria uma consequência imprevista da *agência* de seres diversos, como o dióxido de carbono, o metano, as geleiras etc. Em sentido similar, para Timothy James LeCain (2015, p. 21), seria preciso reconhecer a responsabilidade dos próprios combustíveis fósseis nas alterações climáticas. O carvão, por exemplo, teria moldado muito mais os seres humanos do que o contrário.⁵³

Além de abrirem a possibilidade para perspectivas demasiadamente deterministas – como no diagnóstico de LeCain logo acima –, a atribuição de *agência* a objetos inorgânicos (no sentido lukácsiano) por parte do novo materialismo incorre naquilo que a tradição marxista designa como fetichismo (Malm, 2018, p. 110; Hornborg, 2019, p. 177-192). Esse movimento torna-se particularmente problemático, pois há uma ligação intrínseca entre agência e responsabilidade. O reconhecimento da especificidade da práxis humana e de sua capacidade de autorreflexão é crucial para o diagnóstico dos problemas ecológicos contemporâneos. Colocando de forma direta: no momento em que é preciso indicar precisamente a dimensão antropogênica das mudanças climáticas – contra, ademais, negacionismos diversos –, o diagnóstico do novo materialismo é que o fundamental a se fazer é reconhecer a distribuição de agência por redes de humanos e não-humanos.

Essa dimensão antropogênica que aqui nos referimos é, por certo, estruturada em torno da compulsão pela acumulação capitalista, pelas relações de classe e atuação de seus representantes políticos, pelas trocas ecológicas desiguais entre os países e, também, pelas resistências diversas a esses processos. Que essa organização se realiza de maneira necessariamente imbricada e possibilitada pela matéria não

⁵³ Ver Malm, 2018, p. 93-98.

significa, a nosso ver, que os objetos inorgânicos tenham agência, mas sim objetividade e causalidade e que essa dimensão é, novamente, crucial para a identificação acurada dos problemas que vivemos contemporaneamente.

Nesse sentido, pensamos que a ontologia lukácsiana delinea um quadro mais frutífero do que o do novo materialismo quando, por um lado, aponta para um desenvolvimento imanente, estruturado e unitário do ser. Isso porque, indicando suas continuidades e descontinuidades, delinea aspectos qualitativos importantes, sobretudo a emergência da teleologia no ser social. Por outro lado, ao indicar a causalidade como “automovimento que repousa sobre si mesmo”, cuja objetividade é incontornável à práxis humana, Lukács ressalta a dimensão substantiva da matéria, sem precisar recorrer a posições fetichistas que, ao atribuírem agência ao ser inorgânico, podem mistificar os graves problemas que enfrentamos.

No entanto, essas dimensões frutíferas da *Ontologia* lukácsiana são minadas pelo modo como nela é delineado o processo de desenvolvimento do ser social, assentado em uma peculiar interpretação da teoria do valor-trabalho marxiano, o que parece apontar para um produtivismo otimista. Não obstante indicar a impossibilidade de uma subsunção completa do mundo natural, a *Ontologia* reproduz aspectos de uma temporalidade produtivista cega, que negligencia, ademais, a possibilidade que essa coloca de uma ruptura no metabolismo entre seres humanos e natureza.

Produtivismo na Ontologia lukácsiana

A indicação das continuidades e descontinuidades entre as esferas do ser e o delineamento substantivo da natureza como caminho ontológico necessário para uma compreensão adequada da práxis apontam, como dissemos, para o trabalho como elemento central do ser social, uma vez que aqui se encontra o cerne do metabolismo realizado entre seres humanos e mundo natural. Tal metabolismo já traz consigo a especificidade dos atos teleológicos e das diversas categorias que não encontram paralelo na natureza, fazendo com que a intervenção nela, por

meio do trabalho, tenha uma potencialidade distinta que “anima” o desenvolvimento do ser social: um processo que é descrito por Lukács, como mencionamos, através da imagem de um afastamento das barreiras naturais.

Há, no entanto, a nosso ver, um problema no modo como a *Ontologia* indica esse movimento do trabalho: uma articulação problemática entre o trabalho e as formas sociais nas quais este se organiza. Esse problema se manifesta de maneira mais explícita na interpretação generalizante que Lukács realiza da lei do valor-trabalho de Marx. Em mais de uma ocasião, em suas reflexões no final da década de 1960, o autor posiciona-se⁵⁴ afirmando, por exemplo, que a lei do valor-trabalho estaria presente “implicitamente” já no trabalho produtor de valores de uso, mas também quando fosse cessada a produção e a circulação de mercadorias (Lukács, 2012, p. 359). Para ele, mesmo no comunismo, seguir-se-ia “operando a lei do valor enquanto reguladora da produção” (Lukács, 2012, p. 421).

Para além do contraste com as próprias colocações de Marx e Engels, que já haviam indicado a historicidade da lei do valor⁵⁵, a generalização a-histórica do valor-trabalho realizada na *Ontologia* tem como intuito representar um suposto movimento de redução do tempo de trabalho que ocorreria em todas as economias, que constituiria uma lei a qual os indivíduos deveriam se adequar “sob pena de ruína” (Lukács, 2013, p. 113-114). No âmbito da produção, os diversos atos teleológicos seriam pautados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, que tenderia a diminuir, independentemente do que os próprios indivíduos pensassem sobre isso. Por mais que Lukács (2013, p. 113-114) indique os desvios que possam ocorrer nessa lei, ela acaba se impondo necessariamente.

Portanto, com esse delineamento do desenvolvimento do ser social, apoiado a uma generalização da lei do valor-trabalho, Lukács generaliza também um conjunto de categorias típicas do capitalismo: uma compulsoriedade da redução do tempo de

⁵⁴ Ver, por exemplo, Lukács (2008, p. 138).

⁵⁵ Ver, por exemplo, Marx (1985a, p. 56; 2012) e Engels (1987, 294-295). Ver também as breves, mas importantes críticas de Peter Hudis (2012, p. 158), e a incisiva e detalhada crítica de Mészáros (2002).

trabalho, a produção indiretamente social do capitalismo, a opacidade das valorações econômicas e o próprio tempo de trabalho socialmente necessário (van der Laan, 2020, p. 104-134). Esse movimento expansivo e “cego”, no âmbito da produção, seria crucial para o afastamento das barreiras naturais e levaria o ser social a patamares superiores de sociabilidade.

Para argumentar na direção de um desenvolvimento progressivo nesse sentido, Lukács acaba recorrendo, na *Ontologia*, a uma definição de estranhamento que faz concessões à perspectiva da produção pela produção, isto é, à produção capitalista orientada pela acumulação por meio dos valores de troca, que desconsidera ou torna secundário aspectos qualitativos diversos, presentes no âmbito produtivo. Para fundamentar sua perspectiva de estranhamento, o autor recorre a uma passagem das *Teorias da Mais-Valia*, na qual Marx refere-se aos debates entre David Ricardo e as perspectivas de um anticapitalismo romântico, como o de Jean Sismondi, que giraram em torno da dimensão progressista do capital (Lukács, 2013, p. 580).

Em tal passagem, Marx (1980, p. 549-552) censura as perspectivas que criticavam Ricardo, descrevendo-as como aquelas de “adversários sentimentais”, e diz que “com razão *para seu tempo*, Ricardo considera o modo capitalista de produção o mais vantajoso para a produção em geral, o mais vantajoso para a geração de riqueza” (grifos nossos). Essa geração de riqueza, por sua vez, ainda que tivesse como preço o sacrifício de indivíduos ou de classes inteiras, acabaria representando um desenvolvimento para o gênero humano e para os próprios indivíduos. Utilizando-se dessa passagem, Lukács considera que o estranhamento no âmbito da economia estaria em um desenvolvimento produtivo que, necessariamente, se efetivaria por meio de uma contradição: entre o desenvolvimento das capacidades e o desenvolvimento das personalidades humanas. Tal contradição, contudo, acabaria beneficiando o gênero humano como um todo e os próprios indivíduos (Lukács, 2013, p. 580-581).

O problema é que, da mesma maneira como fez com a lei do valor-trabalho e com as generalizações que mencionamos acima, Lukács também desistoriciza as considerações de Marx, que se referiam a um período específico do capitalismo. Ao fazê-lo, insere uma dimensão “otimista” ao movimento compulsório de redução do tempo de trabalho, que a *Ontologia* generaliza para todo o ser social. O sacrifício dos indivíduos hoje seria recompensado pelo desenvolvimento do gênero humano e das individualidades no futuro.

A nosso ver, ainda que tomasse como fundamental para a emancipação humana o desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, Marx já não considerava o capitalismo como a forma mais vantajosa de produção para seu próprio tempo. Além disso, considerava que uma formação social emancipada não estaria baseada apenas na produção pela produção, mas assumiria como “princípio fundamental [...] o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo” (Marx, 2013, p. 667).

Mais importante para nossas preocupações aqui é que a ideia de desenvolvimento das forças produtivas, ou de “forma mais vantajosa de produção”, tem um caráter muito mais histórico e concreto nas considerações marxianas do que na interpretação de Lukács. Uma historicidade e concretude que, ademais, parece-nos ter se aprofundado nos decênios finais da vida de Marx.

A dimensão destrutiva da agricultura capitalista, por exemplo, era tema importante da agronomia e da economia política de meados do século XIX.⁵⁶ Marx incorporou essas preocupações à sua análise e indicou que a particularidade da reprodução ampliada do capital, sob a lei do valor-trabalho, “solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” e pode levar a uma “*ruptura irremediável no metabolismo social*” (Marx, 2013, p. 572-573, grifos nossos). Os estudos marxianos sobre o metabolismo no decênio final de sua vida referiram-se ainda às mudanças climáticas, à criação de animais e ao desmatamento resultante do impacto da produção humana em diversos períodos históricos, mas especialmente aquele que

⁵⁶ Ver Saito (2021, parte II). Para uma consideração crítica de Saito, ver Löwy (2019).

ocorreu sob o capitalismo, com sua demanda de um tempo cada vez menor de rotação do capital (Saito, 2021).

Entretanto, Marx ocupou-se, também, nesse mesmo período, com o estudo de sociedades pré-capitalistas e de outros modos de organização do metabolismo entre sociedade e natureza, acenando para possibilidades de resistência ao capital e de transição revolucionária baseadas na propriedade comunal pré-capitalista. Há indícios de que o estudo das ciências naturais com uma perspectiva ecológica e a investigação das sociedades pré-capitalistas se conectem, no sentido de apontar para uma formação social emancipada e sustentável (Saito, 2021, p. 326-329).

Seja como for, o que nos parece evidente é que a posição marxiana de transição e de emancipação foge de um produtivismo “cego” e indica a possibilidade da mobilização da ciência e das forças produtivas em uma direção em tudo distinta daquela que se efetivou sob a lei do valor-trabalho. É interessante notar, por exemplo, como em um dos rascunhos da conhecida carta a Vera Zasulich, na qual Marx alude à possibilidade de as comunas aldeãs russas fazerem a transição ao socialismo sem passarem pelo capitalismo, ele indique que a crise capitalista “terminará com sua própria eliminação, com o retorno das sociedades modernas a uma *forma superior de tipo ‘arcaico’* de propriedade e produção coletiva” (Marx, 1881, grifos nossos). A nosso ver, tal colocação não indica nem uma volta romantizada a uma vida pré-capitalista, nem uma crença cega no desenvolvimento das forças produtivas.

Colocado de outra forma, para nossas preocupações aqui, a potencialidade do trabalho na organização do metabolismo social não é negada, mas também não é afirmada simplesmente como esteio último de uma perspectiva emancipatória, sobretudo se estiver pautada em uma compulsão pela redução do tempo de trabalho. Assim, o que nos parece decisivo é justamente aquilo que consideramos problemático na *Ontologia* lukácsiana, a articulação entre o trabalho e as formas sociais em que ele se realiza.

Quando Lukács, contra sua própria demanda de uma análise radicalmente histórica do ser social, generaliza a lei do

valor-trabalho e as relações típicas do capitalismo, alegando a existência de uma suposta lei de redução do *tempo de trabalho socialmente necessário*, à qual os indivíduos estariam submetidos sob pena de ruína, independentemente do que eles pensem; e quando, passo subsequente, recorre a uma definição desistoricizada de estranhamento que faz concessões “otimistas” a uma produção pela produção que, eventualmente, traria ganhos para o gênero humano, ele não apenas distorce a articulação histórica entre trabalho e suas formas sociais, como negligencia as dimensões destrutivas de tal articulação sob o valor-trabalho.

Essas concessões aparecem de maneira mais concreta nas caracterizações que o autor faz da formação soviética em que vivia. A despeito de seu “combate espiritual de um partisan” (Netto, 2008, p. 13) contra o stalinismo e de uma defesa de um reestabelecimento dos conselhos de trabalhadores em um futuro longínquo, Lukács (2008) acreditava, como dissemos, que já vivia sob o socialismo. Para ele, no entanto, nessa formação social, a lei do valor continuaria imperando e apontando para uma redução compulsória do tempo de trabalho (Lukács, 2012, p. 412). Por outro lado, “*o intercâmbio de mercadorias funciona[ria] como no capitalismo*” (Lukács, 2012, p. 420). Na *Ontologia*, o socialismo acaba sendo distinguido das sociedades de classes “‘só’ pelo fato de que nele a sociedade como tal, a sociedade em sua totalidade, torna-se o sujeito único [da] apropriação” do excedente econômico (Lukács, 2013, p. 269). Além de ser uma afirmação muito questionável sobre o destino do produto social nas sociedades soviéticas, a interpretação de Lukács negligencia a transformação qualitativa do âmbito produtivo proposta por Marx.⁵⁷

Esses problemas estão presentes também na reflexão que o autor faz das considerações marxianas n’*O Capital* sobre uma sociedade emancipada. Os aspectos fecundos da representação da natureza a que nos referimos na seção anterior estão presentes aqui para serem, no entanto, colocados em xeque pela leitura generalizante da lei do valor-trabalho da

⁵⁷ Tratamos mais detalhadamente de tais questões em van der Laan (2020, p. 254-274).

Ontologia. Estamos nos referindo às conhecidas passagens do terceiro volume d'O *Capital* sobre o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade”. A interpretação de Lukács das colocações marxianas sobre tais questões “desliza” da incontornável relação com a natureza que os seres humanos têm de estabelecer para a afirmação da presença do tempo de trabalho socialmente necessário e de sua redução independentemente da vontade humana.

Na passagem a qual nos referimos, Marx (1986, p. 273) afirmou que o reino da liberdade “de fato só começa onde cessa o ato de trabalhar, que é determinado pela necessidade e pela utilidade exterior; portanto, pela natureza da coisa, ele se situa além da esfera da produção propriamente material”. Ainda para o autor, diferentemente disso, no reino da necessidade,

A liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (Marx, 1986, p. 273).

Para Lukács, essas considerações de Marx indicam que a economia está, inevitavelmente, atrelada ao reino da necessidade. Nenhuma mudança no âmbito das formações sociais pode revogar os fundamentos ontológicos que vimos anteriormente: as dimensões de continuidade e descontinuidade entre o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social e a incontornável relação entre sociedade e natureza. Na *Ontologia*, lemos que

A transição do ser natural para o ser social não pode ter nenhuma repercussão sobre a constituição ontológica, categorial da própria natureza; a enorme expansão do

conhecimento da natureza por meio do trabalho e das ciências oriundas dele só pode intensificar o metabolismo entre ambos, elevá-lo a píncaros não imaginados, cujo pressuposto, porém, sempre é só a noção crescente do ser-em-si da natureza, jamais a mudança dos princípios do seu ser (Lukács, 2013, p. 530).

A dimensão substantiva da natureza, que designamos como frutífera na seção anterior, reaparece aqui. A potencialidade de transformação da práxis não implica em “nenhuma repercussão sobre sua constituição ontológica, categorial da própria natureza”. Diferentemente de perspectivas construcionistas, a natureza não se torna social, não há “mudança dos princípios do seu ser”.

No entanto, nessa mesma passagem, vemos os aspectos problemáticos da interpretação “otimista” de Lukács sobre as relações entre seres humanos e natureza. Interpretando diretamente a passagem de Marx sobre o “reino da necessidade”, Lukács afirma que “a enorme expansão do conhecimento da natureza por meio do trabalho e das ciências oriundas dele só pode intensificar o metabolismo entre ambos, elevá-lo a píncaros não imaginados” (Lukács, 2013, p. 530).

Contudo, Marx tinha, como vimos brevemente, uma análise de que sob as relações do valor-trabalho, a atividade produtiva “solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. Isso é, o “trabalho” e as “ciências oriundas dele” não poderiam somente levar o metabolismo a “píncaros não imaginados”, nos termos de Lukács, mas também ao seu contrário: a uma “*ruptura irremediável no metabolismo social*”.

Daí que, quando se refere a uma sociedade emancipada, a indicação de Marx de uma “regulação racional” do metabolismo com a natureza tem em vista sua conservação; o autor alemão ressalta, ainda, a necessidade da preservação das condições “inalienáv[eis] da existência e da reprodução das cadeias de gerações humanas que se substituem umas às outras” (Marx, 1985b, p. 265). A indicação de uma não-dominação de uma força cega – contra o próprio metabolismo estabelecido sob o valor-trabalho – também tem essa referência

à conservação do mundo natural e não visa apenas à liberação dos produtores associados.

Lukács, no entanto, de maneira coerente com sua generalização da lei do valor-trabalho, mas em contraste com a perspectiva marxiana sobre a qual procura se apoiar, utiliza a concepção substantiva de natureza delineada na *Ontologia* como “escada” para a sua afirmação de uma lei compulsória de redução do tempo de trabalho. Ele afirma que o reino da necessidade, mencionado por Marx, está submetido às “leis da essência do desenvolvimento econômico”, que apontariam para essa redução do tempo de trabalho, e para o “afastamento da barreira natural com a crescente socialização da sociedade e integração das sociedades originalmente pequenas até o surgimento de uma economia mundial” (Lukács, 2013, p. 530). Independentemente das intenções e do que pensem os indivíduos, o encontro das diversas posições teleológicas teria esse resultado – considerando ainda que nesse processo o estranhamento poderia sacrificar indivíduos ou classes inteiras, mas que, eventualmente, levaria ao enriquecimento desses próprios indivíduos.

Todavia, se a natureza permanece em uma relação necessariamente heterônoma com a sociedade – a despeito da continuidade que o ser orgânico tem na constituição do ser social –, se, em outras palavras, o metabolismo é incontornável e tem mesmo de se realizar em um limite de tempo que garanta, no mínimo, a continuidade biológica dos indivíduos, isso não implica a imposição da “essência do desenvolvimento econômico”, delineada por Lukács (2013, p. 530). A “necessidade” e a “utilidade exterior”, mencionadas por Marx na passagem acima, às quais se atrelam o trabalho, dizem respeito a essa incontornável base natural – da qual os seres humanos fazem parte e à qual eles têm de se reportar –, mas não demandam uma compulsoriedade cega da redução do tempo de trabalho.⁵⁸

⁵⁸ Aqui, ressaltamos uma diferença com a interpretação de Haug (2021, p. 116-117), com a qual, em termos gerais, temos muito acordo. Sem mencionar a generalização feita na *Ontologia* da teoria do valor-trabalho marxiana, Haug afirma que Lukács negligencia as considerações implícitas de Marx sobre a irracionalidade do metabolismo sob o capital e a necessidade de um metabolismo sustentável no comunismo. Isso permitiria

Lukács, no entanto, afirma que a regulação racional do metabolismo, o “controle comunitário” e o “mínimo emprego de forças”, referidos por Marx, fariam parte da “pura linguagem da economia”. Permaneceriam subsumidos àquilo que a *Ontologia* designa como essência do complexo econômico. Entretanto, se chocariam com “as condições mais dignas e mais adequadas da natureza humana”, porque introduziriam, nas palavras de Lukács (2013, p. 531), uma “fissura” na economia, uma vez que nessa última “a pressão pelo aumento da produtividade se origina com necessidade espontânea da própria atividade econômica”.

Lukács é, assim, consequente até o fim com sua extensão da lei do valor-trabalho para todas as formações sociais e, por isso, sua perspectiva de emancipação humana contrasta com a marxiana. A regulação racional do metabolismo, o “controle comunitário” e o “menor esforço possível”, mencionados por Marx, não estão na “pura linguagem da economia”. Elas demandam uma organização do processo produtivo, por parte dos produtores associados, que está além da estreita definição de economia na *Ontologia*. Mais importante ainda, Lukács não menciona em sua interpretação dessa segunda fase do comunismo que a liberdade no reino da necessidade, a despeito

a Lukács uma interpretação do “reino da necessidade” como uma base técnica do metabolismo entre sociedade e natureza, que seria herdada do capitalismo e que permaneceria inalterada durante a transição do capitalismo para o socialismo. A *Ontologia* para Haug seria atravessada por uma tensão entre o reconhecimento das limitações do metabolismo entre sociedade e natureza e a defesa de um produtivismo estratégico de outro. Os problemas, entretanto, parecem-nos mais profundos. Lukács não apenas negligencia a irracionalidade do metabolismo sob o capital, como afirma que trabalho e ciência só podem elevar esse metabolismo a “píncaros não imaginados”. Contudo, e esse ponto é mais importante, a interpretação de Lukács da passagem de Marx é tal que o “reino da necessidade” está submetido à generalização da lei do valor-trabalho e à redução compulsória do tempo de trabalho – às “leis da essência do desenvolvimento econômico”. Assim, a nosso ver, não há propriamente uma tensão em meio às limitações do metabolismo entre a sociedade e a natureza e um produtivismo estratégico e sim uma mobilização de tais limitações – que resulta da natureza como necessariamente um referente ontológico próprio – para a afirmação de uma perpétua e compulsória redução do tempo de trabalho que, ademais, não se limita à transição do capitalismo ao socialismo, mas, como veremos, permanece, inclusive, no comunismo.

de ter de lidar com a incontornável heteronomia da natureza, implica não ser dominado “por uma força cega”. Diferentemente de Marx, ele afirma que a essência da economia continua a se impor por “necessidade espontânea da própria atividade econômica”. Isso nos parece alinhado ainda à opacidade das valorações e à compulsão – que aqui aparecem como “pressão espontânea” – para a redução do tempo de trabalho, presente em sua generalização da lei do valor (Lukács, 2013, p. 531).

“As condições mais dignas e mais adequadas da natureza humana”, mencionadas por Marx, aparecem na interpretação da *Ontologia* como algo exógeno ao movimento da economia, o que implica em uma tensão perigosa entre tais condições e a “regulação racional”, “o controle comunitário” e o “mínimo emprego de forças” (Lukács, 2013, p. 531). Em certo sentido, a ideia da produção pela produção, criticada por Marx, parece ter continuidade para Lukács mesmo em uma sociedade emancipada. Do modo como a *Ontologia* interpreta as palavras marxianas, essa racionalidade e esse controle comunitário continuam subsumidos à “necessidade espontânea da própria atividade econômica” que pressiona pelo aumento da produtividade; as condições mais dignas, por sua vez, aparecem apenas como um limite a esse movimento.

A proposta de Marx, no entanto, parece-nos mais radical. Ela implica em uma organização da produção e do tempo de trabalho que não dê margem a uma imposição sobre os indivíduos. A organização da produção em uma sociedade emancipada não está contraposta às “condições mais dignas e mais adequadas da natureza humana”, mas a assume como central desde um ponto de vista de amplo respeito pela individualidade e aberta à sua participação. Mais importante para nossas preocupações é que a perspectiva de Marx de uma regulação racional do metabolismo com a natureza indica uma preocupação com o mundo natural que, ainda que reconheça a importância da redução da jornada de trabalho, afasta-a ainda mais de qualquer compulsoriedade cega do complexo econômico.

Considerações finais

Retomando o que foi colocado acima, gostaríamos de avançar algumas breves hipóteses a partir dessas notas sobre as considerações de Lukács acerca da natureza. Nossa interpretação até aqui considera que elas ocupam uma posição peculiar nos debates sobre tal questão no interior do marxismo. Dando razão à autocrítica aos seus trabalhos de juventude, consideramos que a reflexão lukácsiana move-se de uma posição construcionista com relação ao mundo natural para um posicionamento que, do ponto de vista filosófico, vai ganhando contornos realistas.

Essa não é uma mudança casual na interpretação de Lukács. Em seu próprio diagnóstico, uma concepção substantiva da natureza, do ponto de vista ontológico, seria fundamental para a reflexão sobre a práxis e sobre o ser social. Tal reflexão, por sua vez, abre-se, sobre essa base realista, para uma perspectiva sobre o devir da natureza e sobre os limites e as consequências imprevistas da capacidade distinta da intervenção humana. Frente ao que, até aqui, consideramos como vicissitudes das posições construcionistas ou do chamado novo materialismo, a abordagem ontológica lukácsiana nos parece mais frutífera para uma aproximação aos graves problemas ecológicos contemporâneos.

Essa posição mais frutífera dialoga com importantes desenvolvimentos recentes sobre a questão ambiental no marxismo, particularmente aqueles feitos pela chamada escola da ruptura metabólica. Ela dá lugar à abertura para um diálogo crítico com as ciências naturais voltada à reflexão sobre os limites ecológicos que estaríamos enfrentando atualmente. O posicionamento realista, tanto de Lukács quanto da escola da ruptura metabólica, não obstante o privilégio conferido às investigações científicas, não descarta a importância das reflexões de outras esferas da práxis, do cotidiano à arte. Contudo, diante da urgência dos problemas ecológicos que enfrentamos, dos negacionismos diversos, das negligências ou mistificações avançadas por diferentes teorias sociais, tais

posicionamentos frente às ciências naturais nos parecem fundamentais.

A perspectiva de Lukács, no entanto, encontra-se em uma interpretação do desenvolvimento do ser social apoiada em um otimismo produtivista que abre, inclusive, um flanco para uma passagem de um realismo filosófico para uma *realpolitik*, deletéria para os seres humanos e o mundo natural. Diferentemente de um criticismo contemporâneo das ciências naturais, não consideramos que esse seja um caminho necessário.⁵⁹ Pelo contrário, um realismo filosófico, que estabeleça um diálogo crítico com as ciências naturais, é, inclusive, incontornável para a cognição adequada dos problemas ecológicos – o que não implica, mais uma vez, em uma aceitação acrítica dos resultados das ciências naturais.

O cerne dos problemas parece-nos que está, como dissemos, nas formas sociais do capital que organizam o trabalho e a produção como um todo e a maneira como esse realismo e as diversas ciências são limitadas e assumem mesmo um caráter destrutivo, ao permanecerem subsumidas a tais formas. Concentram-se aqui os problemas da generalização de Lukács da teoria do valor-trabalho. Elas distorcem, ademais, elementos fundamentais da relação reificada do capital com a natureza. A escola da ruptura metabólica, ao contrário, ao ter como dimensão fundamental uma percepção diametralmente oposta à de Lukács – isto é, não a generalização da teoria do valor-trabalho, mas sua crítica e superação (Burkett, 2016; Saito, 2021) – resgata essa dimensão fecunda do realismo filosófico da perspectiva marxiana e sua crítica radical ao metabolismo estabelecido pelo capital.

Por ora, consideramos que um possível “elo” entre essas duas perspectivas estaria na obra de István Mészáros, considerado como o verdadeiro herdeiro intelectual de Lukács e reconhecidamente uma referência importante da escola da ruptura metabólica (Foster; Clark, 2010). Incorporando uma interpretação ontológica da produção marxiana, Mészáros (1987; 2002; 2006), desde muito cedo, criticou os limites dos

⁵⁹ Ver, por exemplo, as reflexões de Alf Hornborg (2019).

posicionamentos políticos de Lukács e suas dimensões teóricas. Nessas críticas, indicou a necessidade de se ater ao que chamou de mediações de segunda ordem do capital, subsumidas ao valor-trabalho, que estariam presentes nas sociedades capitalistas ou pós-capitalistas e reconheceu, explicitamente, o caráter destrutivo da lei do valor-trabalho e do capital a seres humanos e natureza.⁶⁰

Frente aos graves problemas ambientais, suas codificações teóricas mistificadoras e as promessas futuras, seja de um capitalismo verde e humanizado, seja de um suposto socialismo de mercado, que hoje sacrificam humanos e natureza, as reflexões sobre os limites da experiência lukácsiana e seus desdobramentos críticos nos parecem importantes de serem, ainda hoje, retomadas.

Referências

Antunes, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.

Burkett, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. Londres, Palgrave Macmillan, 2016.

Burkett, Paul. Nature in Marx Reconsidered. *Organization & Environment*, v. 10, n. 2, p. 164–183, 1997.

Castree, Noel. *Making sense of nature: representation, politics and democracy*. Abingdon, Editora Routledge, 2014.

Chasin, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Editora Boitempo, 2009.

Collier, Andrew. *Critical realism: an introduction*. Londres, Editora Verso, 1994.

Engels, Friedrich. Anti-Dühring. In: *Marx-Engels Collected Works, volume 25*. Londres, Lawrence and Wishart, 1987.

⁶⁰ Em diálogo com as considerações de Mészáros, ver a excelente reflexão de Antunes (2020) sobre o trabalho no contexto da pandemia do COVID-19.

Foster, John Bellamy, Clark, Brett. *Marx's Ecology and the Left*, 2016a. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2016/06/01/marxs-ecology-and-the-left/>. Acesso em 24 de março de 2021.

Foster, John Bellamy; Clark, Brett. *Marxism and the Dialectics of Ecology*, 2016b. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/10/01/marxism-and-the-dialectics-of-ecology/>. Acesso em 24 de março de 2021.

Foster, John Bellamy; Clark, Brett. The Dialectic of Social and Ecological Metabolism: Marx, Mészáros, and the Absolute Limits of Capital. *Socialism and Democracy*, v. 24, n. 2, p. 124–138, 2010.

Foster, John Bellamy. *Marx's ecology: Materialism and nature*. New York, Monthly Review Press, 2000.

Frederico, Celso. *O Jovem marx. 1843-1844: As origens da ontologia do ser social*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

Haraway, Donna. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others. In: Grossberg, Lawrence *et al.* (Orgs.). *Culture Studies*. New York, Editora Routledge, 1992.

Haug, Timothée. Du constructivisme au naturalisme ontologique. L'itinéraire intellectuel de Lukács à la lumière des questionnements écologiques contemporains. *Actuel Marx*, n° 69, n. 1, 2021, p. 106–118.

Hornborg, Alf. *Nature, society, and justice in the Anthropocene: unravelling the money-energy-technology complex*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.

Hudis, Peter. *Marx's concept of the alternative to capitalism*. Leiden, Brill Books, 2012.

Lecain, Timothy James. Against the Anthropocene: a neo-materialist perspective. *International Journal for History, Culture and Modernity*, n. 3, 2015.

Lessa, Sérgio. *Sociabilidade e individuação*. Maceió, EdUFAL, 1995.

Löwy, Michael. *Marx e o ecossocialismo*. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/marx-e-ecossocialismo/?doing_wp_cron=1632058439.0342359542846679687500. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

Lukács, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

Lukács, György. [Correspondência]. Destinatário: Alfred Schmidt. Budapeste, 24 de outubro de 1963. Disponível em: <http://real-ms.mtak.hu/20605/>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

Lukács, György. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969.

Lukács, György. *História e consciência de classe*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.

Lukács, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo, Editora Boitempo, 2012.

Lukács, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo, Editora Boitempo, 2010.

Lukács, György. *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

Malm, Andreas. *The progress of this storm: Nature and society in a warming world*. London, New York, Verso, 2018. 248 p. ISBN 978-1-78663-416-0.

Marx, Karl. [Correspondência]. Destinatário: Vera Zasulich (primeiro rascunho). Londres, fevereiro/março de 1881. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/zasulich/draft-1.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

Marx, Karl. *A Miséria Da Filosofia*. São Paulo, Editora Global, 1985a.

Marx, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo, Editora Boitempo, 2012. E-book.

Marx, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Editora Boitempo, 2005.

Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Editora Boitempo, 2004.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Tomo 2. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985b.

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Tomo 1. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1986.

Marx, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, vol. 2. São Paulo, Editora DIFEL, 1980.

Mészáros, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo, Editora Ensaio, 1987.

Mészáros, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, Editora Boitempo, 2006.

Mészáros, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Editora Boitempo, 2002.

Netto, José Paulo. Introdução: sobre Lukács e a política. In: Lukács, György. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

Oldrini, Guido. Em busca das raízes da ontologia de Lukács. In: Pinassi, M. O.; LESSA, S. (Orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. 1. ed., São Paulo, Editora Boitempo, 2002.

Peterson, Anna. Environmental ethics and the social construction of nature. *Environmental Ethics*, n. 21, 1999.

Saito, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx*. São Paulo, Editora Boitempo, 2021.

Schmidt, Alfred. *The concept of nature in Marx*. Londres, Editora Verso, 2014.

Smith, Neil. Nature as accumulation strategy. In: *Socialist Register 2007*. Nova York: Monthly Review Press, 2006.

Smith, Neil. *Uneven development: nature, capital, and the production of space*. Athens, GE, The University of Georgia Press, 2008.

Soper, Kate. *What is nature?: culture, politics and non-human*. Oxford, Blackwell, 1995.

Tertulian, Nicolas. Adorno-Lukács: polémiques et malentendus. *Cités*, n. 22, 2005.

Trexler, Adam. *Anthropocene fictions: the novel in a time of climate change*. Charlottesville, University of Virginia Press, 2015.

Van Der Laan, Murillo. *O valor na ontologia lukácsiana: alcances e limites*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

Vogel, Steven. *Thinking like a mall: environmental philosophy after the end of nature*. Cambridge, MA, MIT Press, 2015.

11.

Friedrich Engels e o papel do trabalho na evolução do macaco em ser humano⁶¹

Wagner Miquéias F. Damasceno

Primeiramente o trabalho, em seguida e
depois com ele a linguagem
Friedrich Engels

É por ter sido faber (artesão), que o
homem se tornou sapiens (inteligente)
Ki-Zerbo

Introdução

“O papel do trabalho na hominização do macaco” compõe o livro *Dialética da Natureza*, obra inacabada de Friedrich Engels, escrita entre 1873 e 1886, mas que só veio a público em 1925, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁶².

Trata-se de um dos textos mais originais do marxismo, entretanto, ao longo dos anos, acumulou diferentes críticas que, de forma amalgamada, exprimem uma avaliação: o manuscrito

⁶¹ Agradeço ao meu amigo Tarcísio Eberhardt, fonte quase inesgotável de conhecimento sobre o marxismo, pelo rico diálogo durante a escrita deste texto. E agradeço, também, a leitura atenciosa e as considerações feitas pelo meu amigo e interlocutor de longa data, o biólogo William Tavares. Os eventuais erros neste capítulo são exclusivamente meus.

⁶² Vale lembrar que “O papel do trabalho na hominização do macaco” também termina abruptamente.

contido em *Dialética da Natureza* apresenta uma visão lamarckista e determinista de Engels⁶³.

Que o naturalista francês Jean-Batiste de Lamarck foi fundamental para as Ciências Naturais, não resta dúvida. Contudo, com o reconhecimento da teoria da evolução do inglês Charles Darwin, *lamarckismo* tornou-se uma ingrata designação para aqueles que foram barrados nos umbrais da Ciência⁶⁴. Por isso, aproveitamos esta oportunidade para analisar de forma mais pormenorizada este que é um dos textos mais originais do marxismo, levando em conta duas grandes controvérsias que ele suscita: o alegado lamarckismo do autor; e a relação causal entre trabalho e linguagem.

Neste capítulo, demonstraremos que Engels agiu de acordo com a teoria da evolução exposta à época por Darwin e sustentaremos que este manuscrito amplia a teoria marxista por oferecer uma espécie de arqueologia do trabalho. Tudo isso sem aderir às conclusões racistas vigentes à época e oferecendo *insights* importantes para uma abordagem materialista e dialética da relação entre o ser humano e a natureza.

Para tanto, optaremos aqui por uma exposição mais pormenorizada dos argumentos de Engels e sua vinculação às concepções darwinianas e antideterministas. Faremos isso nos apoiando nas obras de Charles Darwin *A Origem das Espécies*, publicada em 1859, e *A Origem do Homem e a seleção sexual*, publicada em 1871, e no manuscrito de Engels em sua mais

⁶³ Este trabalho nasceu, inicialmente, como uma resposta ao texto “Apontamentos sobre a questão evolutiva e a origem da linguagem em Engels” no qual seu autor, Pontes (2020), afirma que: 1) Engels era *lamarckista*; 2) Engels apresentava uma noção de *trabalho* equivocada e diferente daquela desenvolvida por Karl Marx; 3) a linguagem pressupõe o trabalho; e 4) a conclusão de Engels é antidialética.

⁶⁴ Engels reconheceu a importância de Lamarck em diversas ocasiões. Em uma delas, ao tratar da concepção hegeliana de natureza como mera “exteriorização alienante”, apresenta que: “[...] e nesse absurdo de um desenvolvimento no espaço, porém fora do tempo – a condição fundamental de todo o desenvolvimento –, Hegel coloca um grande peso na natureza, justamente ao mesmo tempo em que a geologia, a embriologia, a fisiologia vegetal e animal e a química orgânica foram desenvolvidas e em que, por toda a parte, na fundamentação dessas novas ciências, emergiam pressentimentos geniais da posterior teoria da evolução (por exemplo Goethe e Lamarck)” (Engels, 2020b, p. 57).

recente edição em língua portuguesa. A fim de discutir o papel desempenhado pelo trabalho para o surgimento da linguagem, vamos nos valer do experimento chefiado por Thomas Morgan, em 2016, que reproduziu a indústria lítica da Garganta de Olduvai, na Tanzânia-África.

O que diz a teoria da evolução de Darwin

Charles Darwin elaborou uma consistente teoria que repeliu definitivamente “deus” do centro das Ciências Naturais, demolindo o seu último refúgio nesse campo: a ideia de que o surgimento das espécies se deu de forma completamente individual e teleológica.

A obra *Origem das Espécies* começa explicando a variação dos seres vivos no estado doméstico, abordando especialmente a seleção operada pelo ser humano em plantas e animais segundo suas intenções.

Darwin dá exemplos de criadores e agricultores que, dentro da escala de tempo de sua própria existência, conseguiram produzir grandes modificações em plantas, bois e ovelhas.

Não poderíamos supor que todas essas variedades e raças já se tenham formado de uma só vez tão perfeitas e úteis como hoje as temos. Em muitos casos, efetivamente, sabemos que sua história não foi assim tão simples. A explicação reside na capacidade humana de seleção acumulativa: a natureza fornece as variações sucessivas; o homem sabe como levá-las para determinadas direções úteis para ele. Nesse sentido pode-se até dizer que o homem criou raças úteis para si próprio (Darwin, 2012, p. 58).

Em oposição a essa *seleção* realizada pelo ser humano, o autor chamou a seleção operada numa longa duração pela natureza de *seleção natural*:

A esses princípios [a luta pela sobrevivência e a preservação das modificações úteis para os indivíduos de uma determinada espécie e subsequente transmissão

hereditária] através do qual toda variação, por menor que seja, deve preservar-se, desde que apresente utilidade para o indivíduo, denominei Princípio de Seleção Natural, a fim de frisar sua relação com a capacidade humana de seleção (Darwin, 2012, p. 80).

A origem das espécies seria explicada, nas palavras do próprio Darwin (2012), pelo conjunto destas leis:

a do Crescimento, que caminha ao lado da de Reprodução; a de Hereditariedade, quase sempre englobada na precedente; a da Variabilidade, decorrente da ação direta e indireta das condições externas de vida e do uso e desuso; a da Multiplicação dos Indivíduos, tão acelerada que acaba por acarretar a da Luta pela Existência, e consequentemente a da Seleção Natural, atrás da qual seguem a da Divergência dos Caracteres e a da Extinção das Formas menos aptas (p. 381).

Note-se que as condições externas e o *uso e o desuso* são fatores importantes dentro da chamada Teoria da Evolução darwiniana exposta à época. Portanto, não são noções exclusivas a Lamarck, como costuma-se supor.

Ademais, amontoou-se sobre a teoria da progressão de Lamarck um volume imenso de incompreensões e até inverdades que ocultam a diferença fundamental entre a concepção lamarckiana e a darwiniana: Lamarck ofereceu uma teoria da progressão das espécies fundada em pressupostos metafísicos⁶⁵, enquanto Darwin ofereceu uma explicação materialista para a evolução das espécies⁶⁶.

⁶⁵ “À influência dos movimentos de diversos fluidos sobre as matérias de maior ou menor solidez de nosso globo é que se devem atribuir a formação, a conservação temporária e a reprodução de todos os corpos vivos que se observam em sua superfície, assim como todas as mutações que os restos desses corpos sofrem de modo incessante” (Lamarck, 2021, p. 275). Sobre o conflito metodológico de Lamarck, ver Martins (1993) e Martins e Martins (1996).

⁶⁶ Segundo Stephen Jay Gould (2006, p. 14), Darwin “sabia que a principal característica a distinguir sua teoria de todas as outras doutrinas evolucionistas era seu inflexível materialismo filosófico”.

O que diz Engels

Para a bióloga Rosaura Ruiz Gutiérrez (1991), Engels é absolutamente lamarckiano em *Dialética da Natureza*. Para ela, diferente do que escrevera em 1877-78 no *Anti-Dühring*, Engels abandonou o darwinismo “abraçando” o lamarckismo nessa obra tardia.

Trata-se, no entanto, de um intrigante⁶⁷ movimento, pois teríamos que reconhecer que o comunista alemão aderiu à teoria da evolução no *Anti-Dühring*, em 1877-78; depois, tornou-se lamarckista em *Dialética da Natureza* (escritos entre 1873 e 1886); e, novamente, aderiu à teoria da evolução em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, escrito em 1886⁶⁸.

Em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, Engels (2020b) afirma que – juntamente com a descoberta da célula e da transformação da energia – a teoria da evolução de Darwin foi decisiva para o enorme avanço do conhecimento da conexão dos processos naturais:

Por fim, a prova desenvolvida por Darwin, pela primeira vez nesse contexto, de que o elemento duradouro dos produtos orgânicos da natureza que hoje nos rodeia, incluindo os homens, é o produto de um longo processo de desenvolvimento a partir de alguns embriões originalmente unicelulares, por sua vez provenientes, por meio químico, do protoplasma ou da albumina (Engels, 2020b, p. 97).

⁶⁷ Robert Sáenz (2020, p. 20), por exemplo, afirma “que algunos argumentos engelsianos respecto de la lógica evolutiva, más que darwinianos parecen ‘lamarckianos’”.

⁶⁸ Ruiz Gutiérrez (1991) põe em dúvida a fidelidade e – até mesmo – a autenticidade da autoria de Engels de *Dialética da Natureza*, em virtude da sua publicação tardia pelas mãos da camarilha burocrática stalinista que se apossou do controle da URSS. Não restam mais dúvidas de que a burocracia stalinista tratou de deturpar os ensinamentos de Marx e Engels para justificar seus objetivos políticos. Nesse sentido, há de se separar o que foi o uso do manuscrito “O papel do trabalho na hominização do macaco” nas mãos da burocracia soviética, e o que foi que Engels exprimiu neste manuscrito. Para nós, não há divergência entre esse manuscrito e aquilo que Engels escreveu em *Anti-Dühring*. Ao contrário, como demonstraremos, Engels levou o materialismo e a chamada teoria da evolução ainda mais adiante neste manuscrito.

Todavia, vamos diretamente à passagem de “O papel do trabalho na hominização⁶⁹ do macaco” que é tomada, costumeiramente, como uma evidência de seu lamarckismo:

O domínio sobre a natureza que começou com o aprimoramento da mão, com o trabalho, ampliou o campo visual do ser humano a cada novo progresso. Nos objetos da natureza ele descobria continuamente novas propriedades até ali desconhecidas. Em contrapartida, o aprimoramento do trabalho necessariamente contribuiu para estreitar os laços entre os membros da sociedade, na medida em que multiplicou os casos de apoio mútuo, de cooperação, e proporcionou uma clara consciência da utilidade dessa cooperação para cada indivíduo. Em suma, os humanos em formação chegaram ao ponto de *terem algo a dizer* uns aos outros. **A necessidade criou um órgão para isso:** a laringe pouco evoluída do macaco foi mudando de forma de maneira lenta, mas segura, passando da modulação para uma modulação cada vez mais desenvolvida, e os órgãos da boca aprenderam aos poucos a articular uma letra após a outra (Engels, 2020a, p. 341, grifos meus).

Ora, mas vejamos o que diz Darwin sobre a redução ou ampliação de algum órgão:

[...] acredito que a seleção natural sempre terá êxito no longo processo de poupar-se de um desgaste através da redução e perda de qualquer parte do organismo, tão logo esta se torne supérflua, sem que isso de modo algum acarrete o desenvolvimento correspondente de outra parte qualquer. **E, de modo inverso, que a seleção natural possa perfeitamente ter êxito em desenvolver grandemente qualquer órgão,** sem que isso acarrete a necessidade de uma compensação, isto é, de se reduzir outra parte adjacente do organismo (Darwin, 2012, p. 142, grifos meus).

⁶⁹ O termo *hominização* refere-se ao processo evolutivo dos hominídeos de aquisição de características ou atributos distintivos da espécie humana.

Ou, ainda, quando o autor fala de pequenos roedores:

Do mesmo modo que na [Ilha da] Madeira as asas de certos insetos aumentavam de tamanho, enquanto que as de outros insetos foram reduzidas pela seleção natural, auxiliada pelo uso e desuso, no caso do rato-das-cavernas a seleção natural parece ter aceitado o desafio da falta de luz, aumentando o tamanho dos olhos, enquanto que, no caso dos demais habitantes das grutas escuras, o próprio desuso seria o responsável pelas variações neles verificadas (Darwin, 2012, p. 135).

Acaso Charles Darwin estava sendo “lamarckista”? Explicamos. Darwin foi mais longe do que todos os demais naturalistas de seu tempo porque, dentre outras coisas, ele se apoiou nos estudos da nascente Geologia, sobretudo nas pesquisas de Charles Lyell⁷⁰. Foster (2014) nos mostra que:

Foi somente em fins do século XVIII que a crença secular na escala da natureza foi seriamente minada por descobertas do anatomista francês Georges Cuvier, entre outros, apontando definitivamente para a extinção das espécies, e pelo nascimento da ciência da paleontologia. E foi somente no início do século XIX, sobretudo com a publicação de *Principles of geology* (1830-1833), de Charles Lyell, que a ideia de que a Terra tinha apenas uns poucos milhares de anos foi definitivamente superada e a noção de tempo geológico firmemente estabelecida – tornando concebível a ideia de um lento processo de evolução (p. 44).

Ao dar uma nova escala temporal à vida e à própria Terra (na ordem de milhões e depois bilhões de anos), a Geologia

⁷⁰ “As especulações evolucionárias de Darwin se haviam fortalecido enormemente com a leitura dos *Principles of geology* de Charles Lyell, cujo primeiro volume ele levou na viagem do *Beagle*, onde atuou como o naturalista da expedição. Foi a concepção de Lyell de um processo uniforme e extremamente lento de mudança geológica ao longo do que parecia um período quase interminável que proveu a base sobre a qual Darwin pôde erigir gradualmente as suas noções da transmutação das espécies (embora nessa época, o próprio Lyell rejeitasse a hipótese da transmutação das espécies)” (Foster, 2014, p. 253).

permitiu que Darwin pensasse a seleção natural operando nas espécies numa longa duração temporal: “Fugazes são os desejos e esforços do homem, e curto é seu tempo – e como! Daí a pequenez de sua obra de seleção, comparada com a que pode ser acumulada pela natureza durante períodos geológicos inteiros” (Darwin, 2012, p. 96).

Engels (2020a) também estava atento⁷¹ a esta longa duração temporal: “Certamente se passaram centenas de milhares de anos – que na história da Terra não representam mais do que um segundo da vida humana – antes que o bando de macacos que vivia trepado nas árvores desse origem a uma sociedade de humanos” (p. 343).

Por isso, quando se ignora essa longa escala temporal na qual Darwin e Engels inserem os exemplos de modificações nas espécies, se tem a impressão de que eles operam com concepções lamarckistas.

Porém, para Ruiz Gutiérrez (1991), o fato de Engels não usar a expressão “seleção natural” no manuscrito prova que o comunista alemão operava como um lamarckista. Entretanto, a verdade é que a noção de *seleção natural* está subjacente em todo o argumento engelsiano⁷². Além disso, “O papel do trabalho na hominização do macaco” é precedido por uma seção sobre *Biologia*, na qual Engels, por exemplo, critica Liebig – cujas pesquisas tanto ele quanto Marx levaram em grande conta – pois o químico alemão só “veio a ler Darwin em 1861 e só bem mais tarde os escritos biológicos paleontológico-geológicos que se seguiram ao de Darwin. Ele ‘nunca lera’ Lamarck” (Engels, 2020a, p. 322).

⁷¹ “Engels dedicou parte da primavera de 1863 à leitura de *Geological evidences of the antiquity of man*, de Charles Lyell e *Evidence as to man’s place in nature*, de Thomas Huxley, ambos publicados nesse mesmo ano e ambos considerados por ele ‘muito bons’” (Foster, 2014, p. 276).

⁷² Falando sobre o altruísmo no comportamento de formigas, o paleontólogo darwinista Stephen Jay Gould (2006, p. 263) falara sobre o macho: “Para ele é mais conveniente ter filhas, que partilham de todos os seus genes, do que ajudar suas irmãs, que partilham de apenas ½ dos genes com eles. (Não estou, com isso, atribuindo vontade consciente a criaturas de cérebro tão elementar. Uso frases como ‘para ele é mais conveniente’ apenas como um atalho para ‘no decurso da evolução, os machos que não se comportaram dessa maneira, ficaram em desvantagem seletiva e foram gradualmente eliminados.’)”.

Quando Engels (2020a, p. 341) diz que a necessidade criou o órgão, “mudando[-o] de forma de maneira lenta, mas segura, passando da modulação para uma modulação cada vez mais desenvolvida”, ele estava argumentando tal qual Darwin: a seleção natural se deu preservando, acumulando e transmitindo de forma hereditária⁷³ as características que culminaram no desenvolvimento da laringe, pressionadas por uma *atividade: o trabalho*.

Resumindo: Engels agiu de acordo com a teoria exposta por Darwin na *Origem das Espécies*. Se a ciência moderna negou ou retificou alguma parte desta teoria, é outro debate⁷⁴. Ao final deste texto, quando formos tratar da relação entre *trabalho e linguagem*, voltaremos a esse tema.

A mão de Darwin

Quando Darwin defendeu a tese de que todos os indivíduos de uma espécie – e até mesmo as espécies e grupos – não nasciam prontos e descendiam de ancestrais comuns, o naturalista britânico deu o exemplo da mão:

Dada a existência da mesma disposição óssea na mão do homem, na asa do morcego, na barbatana do boto e na pata do cavalo, assim como o mesmo número de vértebras compondo o pescoço da girafa e do elefante, além de inúmeros outros fatos desse tipo, a única explicação

⁷³ As descobertas do monge Gregor Mendel acerca da transmissão hereditária de características entre os indivíduos seriam fundamentais para a teoria darwiniana. A partir de 1856, Mendel começou a cultivar ervilhas para realizar experimentos envolvendo reprodução e hibridação. Ao cruzá-las, observava a transmissão de certas características para as novas gerações. O artigo com suas descobertas foi publicado em 1866 nos *anais* da Sociedade de Brünn para o Estudo da Ciência. E, apesar de ter enviado separatas de seu artigo para grandes cientistas naturais contemporâneos, seu trabalho só foi reconhecido em 1900 quando os botânicos Hugo de Vries, Carl Correns e Erich Tschermak-Seysenegg se aproximaram dos resultados de Mendel e descobriram o estudo publicado. Essa era a explicação para a hereditariedade das modificações que faltava a Darwin (Henig, 2001).

⁷⁴ Darwin, por exemplo, aceitava a hipótese da hereditariedade de caracteres também aceita por Lamarck, mas com uma diferença: secundarizada pela Seleção Natural.

plausível e imediata reside na teoria da descendência com modificações lentas, ligeiras e sucessivas (Darwin, 2012, p. 374).

Para o autor, o ser humano é o animal mais potente que apareceu sobre a terra e seu “domínio” sobre todas as outras espécies deve-se “às suas faculdades intelectuais, aos seus costumes sociais que o guiam em ajuda e defesa dos companheiros bem como à sua estrutura física” (Darwin, 1974, p. 64). Contudo, ele também era taxativo: “O homem não poderia ter alcançado a sua atual posição de domínio no mundo sem o uso das mãos que estão tão maravilhosamente adaptadas para agir segundo a sua vontade” (Darwin, 1974, p. 67).

Há um processo dialético aqui. Sob a regência da seleção natural, o gênero *Homo* foi acumulando sucessivas modificações que se mostravam úteis em sua luta pela vida. A mão humana não nasceu pronta. Grosso modo: ela é um produto do *externo* e do *interno*. É resultado do uso contínuo deste membro (isto é, o *continuum* dos seres que possuíam melhores estruturas morfológicas para manusear algo conseguiram se perpetuar e transmitir suas pequenas modificações aos seus descendentes), e das modificações que iam se acumulando ao longo do tempo.

Vejamos o que o próprio Darwin (1974) diz a respeito:

À medida que os antepassados do homem iam sempre mais assumindo a posição ereta, com as mãos e os braços sempre mais modificados de maneira a tornarem-se capazes de agarrar e aptos para outros fins, com os pés e as pernas transformados ao mesmo tempo qual base firme e meio de locomoção, deviam fazer-se necessárias outras mudanças infinitas de estrutura. O osso pélvico deve ter-se alargado, a espinha dorsal deve ter-se curvado particularmente para dentro e a cabeça deve ter-se fixado numa posição diferente; mudanças estas todas elas conseguidas pelo homem. [...] Poderiam ser acrescentadas várias outras estruturas que aparecem conexas com a posição ereta do homem. É difícil decidir em que medida estas modificações correlatas constituem o resultado da seleção natural e até que ponto são o resultado dos efeitos hereditários do aumento do uso de certas partes ou da

ação de uma parte sobre a outra. Não resta dúvida alguma de que estes instrumentos de mudança muitas vezes cooperam; assim, quando certos músculos e a parte de cima, do osso a que estão presos se alargam para o uso habitual, este fator revela que certas ações se realizam habitualmente e devem ser úteis. O resultado disto é que os indivíduos que as realizavam tinham melhor tendência a sobreviver em maior número (p. 68-69).

Charles Darwin, seguramente, foi um dos maiores gênios que habitou a Terra. Foi um estudioso extremamente disciplinado e profundamente materialista e dialético. No entanto, como veremos ao final deste capítulo, a sua grande debilidade residiu, justamente, em não ter levado às últimas consequências o papel do *trabalho* para esta espécie tão singular: o *Homo sapiens*.

O papel desempenhado pelo trabalho para o surgimento da linguagem

Seguramente, a Antropologia é um dos grandes bastiões do *pós-modernismo* e do *idealismo* dentre as chamadas Ciências Humanas e Sociais. Todavia, nem sempre foi assim. Para que a *cultura* pudesse se tornar a categoria central da Antropologia, foi preciso uma dura investida contra o *trabalho*.

Nos séculos XVIII e XIX, junto com outros ramos do conhecimento, a Antropologia forjou teorias *colonialistas* e de *darwinismo social* para justificar a escravização e a dominação de povos originários necessárias à acumulação primitiva do capitalismo. Já nos séculos XX e XXI, a Antropologia marginaliza, de seus domínios, a Antropologia Física – responsável pelos estudos acerca da formação do gênero *Homo* – sob a justificativa de combater o *evolucionismo* e o *darwinismo social* que ela mesma havia forjado.

Isso implicou, também, uma dura investida contra o *materialismo*, inclusive no âmbito do marxismo, como explica Foster:

Tudo isto pode parecer incontestável, mas é sumamente importante pelo fato de estabelecer o que Bhaskar chamou “a possibilidade do naturalismo”, isto é, “a tese de que há

(ou pode haver) uma unidade essencial de método entre as ciências naturais e sociais” – por mais que estes terrenos sejam diferentes. Isto é importante por afastar da divisão dualista da ciência social para um “positivismo hipernaturalista”, por um lado, e uma “hermenêutica antinaturalista”, pelo outro. O marxismo crítico, ocidental (com boa parte da filosofia e da ciência social da época), definia-se pela rejeição do positivismo cru do século XIX, que tentava transferir uma visão de mundo mecanicista e reducionista (à qual eram creditados alguns notáveis sucessos no desenvolvimento da ciência) para o terreno da existência social. No entanto, ao rejeitar o mecanicismo, inclusive o biologismo mecanicista da variedade social-darwinista, os pensadores das ciências humanas, inclusive marxistas, rejeitaram progressivamente o realismo e o materialismo, adotando a visão de que o mundo social construía-se, na integralidade das suas relações, pela prática humana – inclusive, destacadamente, esses aspectos da natureza que invadiam o mundo social –, negando pois simplesmente os objetos de conhecimento intransitivos (objetos de conhecimento que são naturais e existem independentemente de seres humanos e construções sociais) (2014, p. 21).

Em conformidade com essa viragem, o conceito de *cultura* vai sendo esvaziado de toda materialidade e apartado da natureza, tornando-se algo quase etéreo⁷⁵.

Somente apartando o *trabalho* do interesse antropológico – da formação da nossa espécie até os dias de hoje – é possível

⁷⁵ Sobre o conceito de *cultura*, Terry Eagleton (2011, p. 10) apresenta que, “Etimologicamente falando, então, a expressão atualmente popular ‘materialismo cultural’ é quase tautológica. ‘Cultura’ denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura. Talvez por detrás do prazer que se espera que tenhamos diante de pessoas ‘cultas’ se esconda uma memória coletiva de seca e fome. Mas essa mudança semântica é também paradoxal: são os habitantes urbanos que são ‘cultos’, e aqueles que realmente vivem lavrando o solo não o são. Aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. A agricultura não deixa lazer algum para a cultura.

analisar os seres humanos sob o *imperialismo* com a superficialidade relativista que marca parte significativa dos estudos antropológicos contemporâneos. Na década de 1980, algo semelhante aconteceu na Sociologia: junto da ideologia da superação da classe trabalhadora e das indústrias, surgiu o discurso de que o *trabalho* já não possuía uma centralidade sociológica explicativa. Disto, inúmeras classificações surgiram: “Sociedade Pós-Industrial”, “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento” etc.

Isso se deu, porque o debate entre as concepções *idealistas* e *materialistas* se revestem na fundamentação ontológica entre a *linguagem* e o *trabalho*⁷⁶, respectivamente. Na política, inúmeras organizações se vergaram a essas formulações idealistas, contribuindo para que designassem *outro* sujeito social da revolução, que não a classe trabalhadora.

Relembramos isso, pois opinamos que muitos dos ataques desferidos contra “O papel do trabalho na hominização do macaco” tratam-se de investidas idealistas contra a concepção materialista engelsiana que atribui ao *trabalho* um papel decisivo na formação do *Homo sapiens*.

Essa também era a opinião do paleontólogo Stephen Jay Gould (1993) ao criticar aqueles que acreditavam numa “primazia cerebral”. Gould, um dos maiores defensores da teoria da evolução no século XX, tinha em altíssima conta o manuscrito de Engels, classificando-o como “notável” e “a melhor defesa oitocentista da coevolução genético-cultural” (1993, p. 134).

Em *Darwin e os grandes enigmas da vida*, o paleontólogo estadunidense rebateu a ideia de que o aumento do cérebro no gênero *Homo* foi o que permitiu o desenvolvimento da postura ereta, e não o contrário:

O cérebro não pode começar a crescer no vácuo. É preciso que um modo alterado de vida, que coloque uma acentuada e seletiva recompensa sobre a inteligência,

⁷⁶ Na academia brasileira, o sociólogo Ricardo Antunes combateu as posições do filósofo Jürgen Habermas que colocava como centro a esfera comunicacional, pondo a *linguagem* e a *cultura* no núcleo do que chamava de “mundo da vida”. Ver, em especial, *Adeus ao trabalho* (Antunes, 1995) e *Os Sentidos do trabalho* (Antunes, 2009).

forneça o ímpeto inicial. A postura ereta libera as mãos da locomoção para a manipulação (literalmente, de *manus*, “mão”). Pela primeira vez, as ferramentas e armas podem ser elaboradas e usadas com facilidade. A inteligência aumentada é, em grande parte, uma resposta ao enorme potencial inerente a mãos livres para a manufatura – de novo, literalmente [...] Estamos tratando de reforços mútuos e interatuantes. Ainda assim, nossa evolução, no princípio, registrou uma mudança mais rápida de postura do que de tamanho de cérebro (Gould, 2006, p. 207).

Para o autor, a noção de uma “primazia cerebral” é tributária de uma tradição idealista que dominou por séculos a filosofia ocidental e que foi contestada duramente no século XIX por Darwin e pelo – em suas palavras – “pormenorizado relato” de Engels, do qual tratamos aqui⁷⁷. Aliás, o paleontólogo estadunidense lamentava que esse manuscrito não tenha tido “impacto visível sobre a ciência ocidental” (Gould, 2006, p. 208).

Pois bem, vejamos agora, logo abaixo, o que Engels (2020a) apresenta em seu texto acerca da relação entre trabalho e linguagem:

Primeiramente o trabalho, em seguida e depois com ele a linguagem – estes são os dois impulsos mais essenciais, sob cuja influência o cérebro de um macaco gradativamente passou a ser o de um humano, que, apesar de toda a semelhança, é bem maior e mais aperfeiçoado. O aperfeiçoamento do cérebro, porém, foi acompanhado do aperfeiçoamento de seus instrumentos mais imediatos, os órgãos dos sentidos. Do mesmo modo que o aperfeiçoamento gradativo da linguagem necessariamente foi acompanhado do refinamento de todos os sentidos [...] O efeito retroativo do desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, da consciência cada vez mais esclarecida, da capacidade de abstração e dedução sobre o trabalho e a linguagem conferiu-lhes estímulos sempre renovados para o aperfeiçoamento continuado, um

⁷⁷ Segundo Gould (2006, p. 209), “a importância do ensaio de Engels está não nas suas conclusões substanciais, mas sim na sua aguçada análise política do motivo pelo qual a ciência ocidental se achava tão apegada à asserção *a priori* da primazia cerebral”.

aperfeiçoamento que não se encerrou assim que o ser humano se separou definitivamente do macaco, mas, desde então, apesar de interrompido por algum retrocesso local e temporal, avançou tremendamente em termos globais nos diferentes povos e em diferentes épocas, diferenciando-se quanto ao grau e à tendência; por um lado, impulsionado com força para a frente, por outro, conduzido em direções mais específicas por um elemento novo que se somou à atuação do ser humano completo – *a sociedade* (p. 342, grifos nossos).

Não há determinismo algum nessa concepção de Engels. O que há, sim, é a definição de um ponto de partida: o *trabalho*. Depois, surge a *linguagem* e, a partir daí, ambos passam a caminhar juntos.

Agora, observemos como Darwin (1974) abordou o assunto:

Merece atenção o fato de que, tão logo os antepassados do homem se tornaram sociais (e isto deve ter acontecido, provavelmente, num período muito remoto), o princípio de imitação, a razão e a experiência devem ter incrementado e modificado em muito as capacidades intelectivas de maneira tal que lhe vemos somente os traços nos animais inferiores [...] Ora, se algum indivíduo de uma tribo, mais sagaz do que os outros, inventou uma nova armadilha ou arma, ou qualquer outro meio de ataque ou de defesa, o mais óbvio interesse pessoal, sem necessidade de demasiada capacidade de raciocínio, poderia levar os outros membros a imitá-lo e disto todos se aproveitariam. A prática habitual de toda nova técnica numa certa medida pode igualmente revigorar o intelecto. Se uma nova invenção é importante, a tribo se desenvolverá em número, estender-se-á e suplantará as outras (p. 156).

Amparado nos estudos dos antropólogos físicos Sherwood Washburn e Ruth Moore, Foster oferece uma boa noção do pioneirismo da análise engelsiana:

O segredo para se estender a evolução humana, segundo Washburn e Moore, está na explicação do desenvolvimento

da mão associado ao fabrico de artefatos e do trabalho em geral. Deste modo, boa parte da teoria antropológica moderna retornou à visão materialista-coevolucionária da qual Engels foi o pioneiro no século XIX. Desde o princípio o segredo, não só do desenvolvimento da sociedade humana mas também da “transição do macaco para o homem”, estava no trabalho. Foi o trabalho, além do mais, que definiu o nicho ecológico distinto que a humanidade ocupa. Marx e Engels, portanto, viam a relação humana com a terra em termos coevolucionários – uma perspectiva crucial para uma compreensão ecológica, visto que ela nos permite reconhecer que os seres humanos transformam o seu meio ambiente não inteiramente conforme a sua escolha, mas com base em condições dadas pela história natural (Foster, 2014, p. 284).

Falando sobre os primórdios da hominização, o historiador de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo, é tão categórico quanto eloquente: “é por ter sido *faber* (artesão), que o homem se tornou *sapiens* (inteligente)”. Ele continua:

Com as mãos livres da necessidade de apoiar o corpo, o homem estava apto a aliviar os músculos e os ossos do maxilar e do crânio de numerosos trabalhos. Daí a liberação e o crescimento da caixa craniana, onde os centros sensitivo-motores do córtex se desenvolvem. Além disso, a mão confronta o homem com o mundo natural. É uma antena que capta um número infinito de mensagens, as quais organizam o cérebro e o fazem chegar ao julgamento, particularmente através do conceito de meios apropriados para alcançar um dado fim (princípio de identidade e causalidade) (Ki-Zerbo, 2010, p. 835-836).

Para encerrar esta seção, recorreremos a um estudo chefiado pelo biólogo Thomas Morgan (2015), da Universidade do Estado do Arizona⁷⁸, intitulado *Experimental evidence for the co-evolution of hominin tool-making teaching and language* [Evidências experimentais para a co-evolução do ensino da

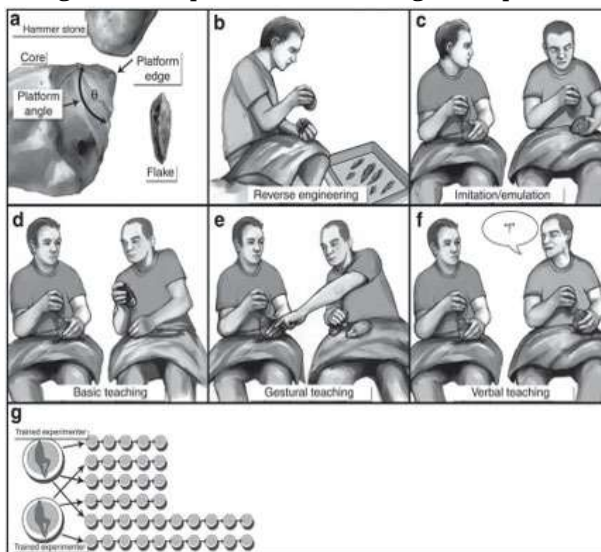
⁷⁸ Morgan conduziu este estudo em seu pós-doutoramento na Universidade da Califórnia em parceria com a Universidade Saint Andrews e a Universidade de Liverpool.

fabricação de ferramentas e da linguagem de homínidos]. Em nossa opinião, as conclusões deste recente estudo corroboram a tese de Engels de que o trabalho precedeu e possibilitou o surgimento da linguagem.

A hipótese de Morgan é a seguinte: a produção de ferramentas de pedras pelos nossos ancestrais na Garganta de Olduvai, na atual Tanzânia-África, há 2,5 milhões de anos, conduziu-os à evolução do ensino e da linguagem.

Para corroborar essa hipótese, o experimento foi estruturado com 184 estudantes adultos recrutados pela Universidade Saint Andrews que produziram mais de seis mil pedras de sílex – posteriormente pesadas, medidas e analisadas – executando cinco mecanismos de transmissão diferentes: 1) engenharia reversa; 2) imitação/emulação; 3) ensino básico; 4) ensino gestual; e 5) ensino verbal. Vejamos a figura 1, abaixo.

Figura 1 - Experimento de lascagem de pedras



(a) Um diagrama do processo de moldagem da pedra. A pedra-martelo atinge o núcleo com o objetivo de produzir uma lasca. A borda e o ângulo da plataforma são importantes para o sucesso do golpe. (b - f) As cinco condições de aprendizagem. (g) A estrutura do experimento. Para cada condição, foram realizadas seis correntes (quatro curtas e duas longas); um dos dois experimutores treinados iniciou cada cadeia (igualmente dentro de cada condição). Fonte: (Morgan *et al.*, 2015).

Segundo Morgan *et al.* (2015, p. 2), havia uma relação coevolutiva entre a fabricação de ferramentas e a evolução cognitiva, sugerindo que haveria uma seleção “para formas mais complexas de transmissão social que aumentaram a fidelidade da transmissão de informações”.

Além disso, os autores indicam que “vestígios arqueológicos mostram que as mudanças na morfologia dos hominídeos, incluindo aumento do tamanho geral do cérebro, siga o advento da fabricação de ferramentas olduvaienses” (Morgan *et al.*, 2015, p. 2).

Ao analisar as cinco formas de transmissão, Morgan *et al.* concluíram que o *trabalho* é mais eficiente no grupo em que há o ensino (e não apenas a imitação) e a *linguagem*. Vejamos:

A descoberta central deste trabalho é que a transmissão social da tecnologia olduvaiense é potencializada pelo ensino e, em particular, pela linguagem. Isso está de acordo com um relato co-evolucionário de cultura genética da evolução humana e apoia a hipótese de que **a fabricação de ferramentas de pedra de Olduvai gerou seleção que favorece o ensino e a linguagem cada vez mais complexos** (Morgan *et al.*, 2015, p. 3-4, grifos meus).

Os autores também afirmam que “nossos dados implicam que a fabricação de ferramentas olduvaienses teria criado um gradiente seletivo contínuo, levando do aprendizado por observação ao ensino verbal muito mais complexo” (Morgan *et al.*, 2015, p. 5).

Em resumo, sustenta-se que há uma coevolução – o que é diferente da noção relativista de que não há pontos de partida – entre a fabricação de ferramentas e a comunicação: “[...] a dependência dos hominídeos na tecnologia de pedra teria gerado uma seleção para uma comunicação cada vez mais complexa que permitia a disseminação mais eficaz de ferramentas de pedra” (Morgan *et al.*, 2015, p. 6).

Em outras palavras, o *trabalho* estimulou o desenvolvimento da linguagem produzindo, por seu turno, “seleção” entre os indivíduos. E, na medida em que o trabalho vai se tornando mais produtivo com o desenvolvimento da linguagem, ela própria

vai se tornando mais complexa também já que influi positivamente no resultado do trabalho.

O trabalho para Marx e Engels

Uma das tentativas de “preservar” o marxismo de suposto determinismo e evolucionismo é tentar separar Marx de Engels no que tange às concepções acerca da *natureza*, da *dialética* e/ou do *trabalho*.

Nós não consideramos Marx e Engels uma só pessoa. Aliás, cada um possuía – para usar um termo em voga hoje – uma “agenda de pesquisa” específica, e suas próprias idiossincrasias. Contudo, também não estamos entre aqueles que os veem de forma completamente separada. Isso porque, em primeiro lugar, suas “agendas de pesquisas” convergiam numa só estratégia de luta política⁷⁹ e teórica e porque, em segundo lugar, ao tornarem-se amigos em 1844, os dois trabalharam em estreita colaboração ao longo de suas vidas.

Marx e Engels desenvolveram, por exemplo, acordos de divisão de trabalho como revelara o próprio Engels (2015) em prefácio de 1887 dos textos reunidos e publicados sob o título *Sobre a questão da moradia*:

Em consequência da divisão do trabalho acordada entre mim e Marx, cabia-me defender nossas concepções na imprensa periódica e principalmente, portanto, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx dispusesse de tempo para elaborar sua grande obra principal (p. 28).

Em defesa dos compromissos ontológicos e epistemológicos com uma concepção materialista de natureza em Marx e Engels, Foster (2014) assim nos fala:

⁷⁹ No campo da política mais propriamente dita, as deletérias tentativas de cindir as concepções de Marx e Engels já haviam sido enfrentadas por Lenin (2010) em *O Estado e a Revolução*: “No entanto, seria um profundo erro crer numa divergência de opiniões entre Marx e Engels. Um estudo mais atento mostra que as ideias de Marx e de Engels a respeito do Estado e do seu definhamento são absolutamente idênticas, e que a expressão de Marx aplica-se justamente a um Estado em vias de definhamento” (p. 104).

Alegava-se comumente, em oposição a Engels – como se só ele, e não Marx, fosse responsável pela existência de uma concepção materialista de natureza dentro do marxismo –, que a dialética só se relacionava com a práxis, e assim com o mundo humano-social. Por este motivo, os cientistas sociais marxistas se distanciaram progressivamente da ciência – embora uma tradição marxista tenha continuado a existir de forma bem separada dentro da ciência. E deste modo o ideal do próprio Marx, claramente expressado no *Capital*, de uma análise conjugando uma concepção materialista de história com uma concepção materialista de natureza com toda a força da história natural, foi declarado uma violação da razão (p. 22).

Nossa tese é a de que “O papel do trabalho na hominização do macaco”, escrito por Engels, alarga o marxismo ao oferecer uma espécie de arqueologia do *trabalho*. Uma análise que encontra esteios, por exemplo, no que Marx e o próprio Engels escreveram n’*A ideologia alemã*:

Devemos constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. Mesmo que o mundo sensível, como em São Bruno, seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado. A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça (Marx & Engels, 2007, p. 33).

Preservando a concepção dialética de interação metabólica entre o ser humano e a natureza através do trabalho, o ensaio de Engels vai ao encontro das concepções apresentadas por Marx n’*O Capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2008, p. 211).

Agora, comparemos com o que Engels (2020a, p. 337) escreveu em “O papel do trabalho na hominização do macaco”:

Os economistas políticos dizem que o trabalho é a fonte de toda riqueza. Ele é isso – ao lado da natureza que lhe fornece o material que ele transforma em riqueza. Porém ele é infinitamente mais que isso. Ele é a primeira condição fundamental de toda vida humana, e em tal grau que em certo sentido devemos dizer: ele criou o ser humano como tal.

Vejamos o que Marx disse sobre os meios de trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza

órgão⁸⁰ de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da Bíblia. A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados. Nas cavernas mais antigas habitadas pelos homens, encontramos instrumentos e armas de pedra. No começo da História humana, desempenham a principal função de meios de trabalho os animais domesticados⁸¹, amansados e modificados pelo trabalho, ao lado de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados. O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho, e Franklin define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz instrumentos de trabalho. Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas. O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios

⁸⁰ Vale salientar a origem grega da palavra *órgão* (*organon*) a qual Marx, como sugerira Foster (2014), estava ciente. Sobre as transformações semânticas dos vocábulos *orgânicos* e *órgãos*, ver *Palavras-chave*, de Raymond Williams (2007).

⁸¹ Este *insight* de Marx merece atenção. O arqueólogo Gordon Childe (1986) deu relevo a isso na primeira metade do século XX, mas foi em 1997, com o biólogo e fisiologista darwinista Jared Diamond (2020), que surgiu a explicação mais consistente sobre a influência decisiva da disposição geográfica de plantas e animais domesticáveis para o desenvolvimento de certos grupos e sociedades humanas ao longo da história. Em sua obra monumental, *Armas, Germes e Aço: os destinos da sociedade humana*, Diamond apresenta uma consistente interpretação materialista que demole as explicações racistas sobre o desenvolvimento e o perecimento de certas sociedades passadas. Todavia – como muitos brilhantes cientistas estadunidenses – Diamond é materialista, mas não é marxista. Por isso, não consegue transpor os limites ideológicos da visão burguesa e ignora, por exemplo, os efeitos da acumulação primitiva de capital para o Velho Mundo.

de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (Marx, 2008, p. 213-214).

E vejamos o que disse Engels sobre os meios de trabalhos nos primórdios da hominização:

O trabalho começa com a confecção de ferramentas. E quais são as mais antigas ferramentas que encontramos? [Quais são] as mais antigas a julgar pelas peças mais antigas que se encontram do legado de gente pré-histórica e pelo modo de vida dos mais antigos povos históricos, bem como pelo modo de vida dos mais primitivos selvagens contemporâneos? São ferramentas de caça e pesca, sendo as primeiras ao mesmo tempo armas (Engels, 2020a, p. 343-344).

Portanto, não há absolutamente nada na elaboração de Engels que divirja do que Marx escreveu sobre o *trabalho*.

Como espécie de corolário de um manuscrito inacabado, Engels (2020a) ainda nos oferece uma das mais belas e dialéticas passagens do marxismo quando fala do domínio do ser humano sobre a natureza:

Não fiquemos demasiado lisonjeados com nossas vitórias humanas sobre a natureza. Esta se vinga de nós por toda vitória desse tipo [...] E, assim, a cada passo somos lembrados de que não dominamos de modo nenhum a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, ou seja, como alguém que se encontra fora da natureza – mas fazemos parte e estamos dentro dela com carne e sangue e cérebro e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, distinguindo-nos de todas as outras criaturas, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las corretamente⁸² (p. 348).

Não há espaço aí para visões *prometeicas*, nem dualismos de tipo cartesiano que cindem o *ser humano* da *natureza*.

⁸² Como visto, há também uma riquíssima contribuição de Engels à chamada *questão ambiental* que pode ser extraída neste manuscrito.

E por ter em vista a necessidade de estabelecer um novo metabolismo entre o *ser humano* e a *natureza* – quebrado pela alienação do trabalho e pela propriedade privada dos meios de produção – é que Engels (2020a) defende uma revolução completa do modo de produção capitalista para conseguirmos a regulação das forças produtivas donde

Os seres humanos voltarão não só a se sentir em unidade com a natureza, mas também a ter ciência disso, e tanto mais inviável se tornará aquela representação absurda e antinatural de um antagonismo entre espírito e matéria, homem e natureza, alma e corpo, que surgiu após a decadência da Antiguidade clássica na Europa e alcançou no cristianismo o seu maior aprimoramento (p. 348).

Considerações finais: os limites de Darwin

Em “O papel do trabalho na hominização do macaco”, Engels (2020a) faz uma pequena, mas contundente, crítica aos cientistas naturais: “cada coisa atua sobre a outra e vice-versa, e na maioria das vezes é o esquecimento desse movimento e dessa interação universais que impede nossos pesquisadores da natureza de ter uma visão clara sobre as coisas mais simples” (p. 346).

Bem podemos aplicar esta crítica a Darwin, afinal, ele cometeu grandes equívocos em *A Origem do Homem*.

Embora materialista, ao ignorar o papel fundamental do *trabalho* para o ser humano na interação com a *natureza* – combinado com seu pertencimento de classe, e com o prestígio que sua teoria angariou –, Darwin não resistiu à tentação de estender, às sociedades humanas de seu tempo, a lei da seleção natural. O resultado disso foram inúmeras formulações preconceituosas e racistas.

Houve méritos, também: ele reconheceu, por exemplo, que negros, indígenas e brancos formavam uma só espécie. No entanto, oscilou entre classificá-los como *raças* distintas e como *subespécies*⁸³.

⁸³ Opinamos, aqui, de maneira semelhante a Vieira (2010).

De forma comedida, reconheceu que a civilização do antigo Egito era composta em sua maioria por negros e que, – nas palavras atuais – a alta concentração de melanina na pele dos negros foi uma modificação operada pela seleção natural:

Por isso creio que os negros e outras raças escuras podem ter adquirido a sua cor de indivíduos mais escuros que se subtraíram à influência mortal do sistema da sua região natal durante uma série de gerações [...] (Darwin, 1974, p. 230).

Porém, com a visão turvada pelo racismo, Darwin – cuja capacidade de síntese e de dedução excedeu a de todos os naturalistas de seu tempo – reconheceu que os nossos primeiros antepassados habitavam a África, contudo, não deduziu que o *Homo sapiens* foi “o presente da África para o mundo”⁸⁴ e que eram negros, adiando, assim, por quase um século, esta conclusão científica que só a sua teoria foi capaz de fazer.

A adaptação ao meio foi um dos mais poderosos fatores de formação do homem, desde suas origens. As características morfosomáticas das populações africanas até o presente foram elaboradas nesse período crucial da Pré-História. Assim, o caráter glabro da pele, sua cor morena, acobreada ou negra, a abundância de glândulas sudoríparas, as narinas e os lábios proeminentes de grande número de africanos, os cabelos crespos, encaracolados ou encarapinhados, tudo isso provém das condições tropicais. A melanina e o cabelos encarapinhados, por exemplo, protegem do calor. Além disso, a postura ereta, que foi uma etapa tão decisiva do processo de hominização e que implicou ou acarretou um novo arranjo dos ossos da cintura pélvica, está ligada, na opinião de alguns pré-historiadores, à adaptação ao meio geográfico das savanas de ervas altas dos planaltos do leste africano: era preciso manter-se sempre ereto para

⁸⁴ “A explicação atualmente mais aceita é a de que todos os *Homo sapiens* provieram da África, chegando a alcançar a Austrália há cerca de quarenta mil anos. Assim, os mais antigos representantes de nossa espécie podem ser vistos como o presente da África para o mundo” (Connah, 2013, p. 40).

olhar por cima, a fim de espreitar sua presa ou fugir dos animais hostis (Ki-Zerbo, 2010, p. 834-835).

Embora tenha manifestado horror à escravidão, Darwin se apoiou em inúmeros preconceitos de Thomas Malthus⁸⁵ e de Francis Galton contra negros, indígenas, asiáticos e irlandeses.

A mesma observação é válida com igual ou maior força no que diz respeito aos numerosos pontos de semelhança mental entre as mais diversas raças humanas. Os aborígenes americanos, os negros e os europeus são tão diferentes entre si intelectualmente quanto o podem ser três raças quaisquer (Darwin, 1974, p. 213).

E chegou às raias da *eugenia* quando lamentou que, nas sociedades humanas, os “mais fracos” podem sobreviver e prosperar:

Devemos, portanto, suportar o efeito, indubitavelmente mau, do fato de que os fracos sobrevivem e propagam o próprio gênero, mas pelo menos se deveria deter a sua ação constante, impedindo os membros mais débeis e inferiores de se casarem livremente como os sadios (Darwin, 1974, p. 162).

Em suma, ao não levar às últimas consequências a importância do *trabalho* para os seres humanos, Darwin foi incapaz de entender a fundo que o desenvolvimento das forças produtivas “freava” enormemente a força da seleção natural sobre os seres humanos e que, por ser o *trabalho* uma *atividade* especificamente humana, também impedia a transposição pura e simples das leis das sociedades animais para as humanas,

⁸⁵ Galton e Malthus são mencionados em *Origem das Espécies*, mas nem de longe têm tamanho relevo quanto nesta obra. As elaborações acerca da *população* de Malthus lhe inspiraram. Entretanto, se eram razoáveis para se pensar o crescimento *sustentável* de uma determinada espécie – isto é, a capacidade de *sustentabilidade* “associada à máxima população de uma espécie que pode manter-se indefinidamente em um território sem provocar uma degradação na base de recursos que possa fazer diminuir essa mesma população no futuro” (Moreira, 2007, p. 202) – não faziam o menor sentido quando aplicadas às sociedades humanas.

como assinalara Engels (2020a) numa exemplar passagem da *Dialética da Natureza*:

Aceitemos a frase “luta pela existência” por um momento, *for argument’s sake* [para fins de argumentação]. O animal chega no máximo à *coleta*, o ser humano *produz*; ele produz meios de vida, no sentido mais amplo do termo, que a natureza não teria produzido sem ele. **Desse modo, está inviabilizada toda transposição sem mais nem menos de leis vitais das sociedades animais para as humanas.** A produção faz rapidamente com que a assim chamada *struggle for existence* [luta pela existência] não gire mais só em torno dos meios de subsistência, mas gire também em torno dos meios de fruição e desenvolvimento. A esse ponto – o dos meios de desenvolvimento socialmente produzidos – já não se aplicam de maneira nenhuma as categorias do reino animal. Por fim, sob o modo de produção capitalista, a produção atingiu um nível tal que a sociedade não consegue mais consumir os meios de vida, fruição e desenvolvimento produzidos, porque o acesso a esses meios é barrado artificial e violentamente à grande massa dos produtores; que, portanto, a cada dez anos uma crise restabelece o equilíbrio pela aniquilação não só dos meios de vida, fruição e desenvolvimento produzidos mas também de grande parte das próprias forças produtivas – que, portanto, a assim chamada luta pela existência assume a seguinte forma: *proteger* os produtos produzidos pela sociedade capitalista burguesa e as forças produtivas contra os efeitos destruidores da produção social capitalista, tirando a condução da produção social e da distribuição das mãos da classe capitalista, que se tornou incapaz de fazer isso, e passando-a para as mãos da massa produtora – isso é a revolução socialista (p. 333, grifos meus).

Ao se insurgir contra a tentativa grosseira de transposição do *natural* para o *social* e *humano*, Engels foi uma das primeiras vozes a protestar contra o darwinismo social, conforme notara acertadamente Rui Gutiérrez (1991).

Por fim, traíndo seu próprio método de análise, Darwin foi incapaz de estender aos seres humanos a compreensão de

que todos os diferentes povos – com suas diferentes características físicas e culturais – constituíam uma só espécie plenamente evoluída, o *Homo sapiens*.

Referências

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Editora Cortez, 1995.

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Editora Boitempo, 2009.

Childe, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1986.

Connah, Graham. *África Desconhecida: Uma introdução à sua Arqueologia*. São Paulo, EDUSP, 2013.

Darwin, Charles. *A origem do homem a seleção sexual*. São Paulo, Editora Hemus, 1974.

Darwin, Charles. *Origem das espécies*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2012.

Diamond, Jared. *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas*. São Paulo, Editora Record, 2020.

Eagleton, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo, EDuUNESP, 2011.

Engels, Friedrich. *Dialética da Natureza*. São Paulo, Editora Boitempo, 2020a.

Engels, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. São Paulo, Editora Hedra, 2020b.

Engels, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo, Editora Boitempo, 2015.

Foster, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2014.

Gould, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006.

Gould, Stephen Jay. *Um ouriço na tempestade: ensaios sobre livros e ideias*. Lisboa, Editora Relógio D'Água, 1993.

Henig, Robin. *O monge no jardim: o gênio esquecido e redescoberto de Gregor Mendel, o pai da genética*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

Ki-Zerbo, Joseph. Conclusão: Da natureza bruta à humanidade liberada. In: Ki-Zerbo, Joseph (Org.). *História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África*. 2^a. ed. Brasília, Editora da UNESCO, 2010.

Lamarck, Jean. *Filosofia Zoológica ou Exposição das considerações relativas à história natural dos animais*. São Paulo, EDUNESP, 2021.

Lenin, Vladimir. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

Martins, Lilian Al-Chueyr Pereira; Martins, Roberto de Andrade. A metodologia de Lamarck. *Trans/Form/Ação* [on-line]. 1996, v. 19, pp. 115-140. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-31731996000100008>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

Martins, Lilian Al-Chueyr Pereira. *A teoria da progressão dos animais em Lamarck*. 1993. 443f. Dissertação (Mestrado em Genética). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. 1845-1846. São Paulo, Editora Boitempo, 2007.

Marx, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Volume I. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira: 2008.

Moreira, Roberto. *Terra, poder e território*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007.

Morgan, T. J. H. *et al.* Experimental evidence for the co-evolution of hominin tool-making teaching and language. *Nature Communications*. 6:6029. Doi: 10.1038/ncomms7029 (2015). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/ncomms7029>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

Pontes, Romerito. Apontamentos sobre a questão evolutiva e a origem da linguagem em Engels. *Teoria & Revolução*, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/apontamentos-sobre-a-questao-evolutiva-e-a-origem-da-linguagem-em-engels/>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

Ruiz Gutiérrez, Rosaura. ¿Marx y Engels Críticos De Darwin? ¿Escribió Engels La ‘Dialéctica De La Naturaleza’?. *Boletín De Antropología Americana*, n. 23, 1991, p. 119–136. Disponível em: www.jstor.org/stable/40977933. Acesso em 15 agosto de 2021.

Sáenz, Roberto. *Engels antropólogo* (o un abordáje materialista de la evolución humana). Homenaje em el 20 aniversario de su nacimiento. Buenos Aires, Editora IZQ, 2020.

Vieira, António Bracinha. Darwin e as raças humanas. *Antropologia Portuguesa*. Vol. 26/27, 2010. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/darwin_e_ra%C3%A7as_humanas. Acesso em 19 de agosto de 2021.

Williams, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, Editora Boitempo, 2007.

12.

As possibilidades da subsunção real do trabalho imaterial ao capital: Marx contra alguns (des)caminhos do marxismo

Vinicius Oliveira Santos

Introdução

A partir da obra de Marx, é possível extrair a ideia de que as transformações tipicamente capitalistas nas relações sociais de trabalho incidem sobre o surgimento da chamada *subsunção real do trabalho ao capital*, isto é, sobre a criação de um tipo de subordinação do trabalho exclusivo das sociedades capitalistas. Por isso, a elaboração de uma *teoria da subsunção do trabalho ao capital* tem como objetivo principal sintetizar as alterações específicas que o modo de produção capitalista impõe às atividades laborais, atuando tanto na ampliação das formas de extração de mais-valor relativo, quanto no exercício do domínio político do corpo da força de trabalho. A subsunção real do trabalho aprimora os fios invisíveis que prendem trabalhadoras e trabalhadores ao processo de laboro, aumentando, relativamente, o tempo de trabalho excedente, refinando os meios de precarização, bem como intensificando, de maneira latente, o trabalho em detrimento da saúde física e mental dos indivíduos.

Em relação ao trabalho fabril, para Marx (2013), a representação máxima da subsunção real do trabalho é a inserção direta da maquinaria que torna a força de trabalho mero apêndice dos meios de produção, ou seja, é a máquina que dita os ritmos e os processos da execução do trabalho, tornando

o trabalhador supérfluo. Contudo, a percepção equivocadamente exagerada deste postulado do autor alemão pode levar interpretações contemporâneas a considerarem como realmente subsumidos ao capital apenas os processos de trabalho nos quais há a inserção sistemática de uma maquinaria. Nesses tipos de interpretação, é possível identificar a ênfase no caráter técnico dos processos produtivos, como se o único fator de determinação da subsunção real do trabalho fosse a centralidade da máquina. Tais formulações pressupõem que grandes parcelas do trabalho imaterial consistiriam em um tipo de atividade *subsumida apenas formalmente ao capital*, por possuir a figura da força de trabalho como elemento relevante dos ritmos e dos processos do trabalho.

A consequência lógica desse tipo de análise suscita um equívoco preocupante no campo das teorias marxistas, uma vez que o potencial exploratório do capital pelo trabalho no campo da produção imaterial recebe um tratamento subestimado quando não há a presença marcante da maquinaria e da tecnologia no processo direto da produção. Um sem número entre trabalhadoras e trabalhadores teria a precariedade real de seus trabalhos analiticamente desprezada em nome de uma pretensa e aparente precariedade formal.

A partir de uma aguçada análise da teoria marxiana, pretendemos nos contrapor à interpretação corrente de que a maquinaria seria o único fator gerador de subsunção real do trabalho. Para nós, várias transformações promovidas pelo modo de produção capitalista no campo do trabalho imaterial indicam a existência de uma subsunção real do trabalho imaterial ao capital. Pretendemos demonstrar, ainda, que tal postulado foi analisado e fornecido diretamente por Marx. Conforme veremos, segundo o autor, o uso da maquinaria constitui uma das fontes de subsunção real do trabalho, mas não é a única. Em outros termos, uma apreciação cuidadosa dessa temática marxiana indica que há uma pluralidade de fatores compondo a subsunção real do trabalho ao capital. Tais fatores, que estão para além do caráter puramente técnico da produção, remetem a características cooperativas, afetivas e coletivas que o capital se vale para instaurar a subsunção real.

Neste capítulo, portanto, pretendemos trazer algumas hipóteses às seguintes problemáticas: há a possibilidade de amplas parcelas do trabalho imaterial serem realmente subsumidas ao capital? Quais seriam os meios de subsunção real do trabalho ao capital no campo da produção imaterial?

Conforme veremos, em sua trajetória teórica, Marx não forneceu uma resposta unívoca às questões, sendo possível encontrar diferentes e conflitantes respostas a elas. O caráter eminentemente teórico do assunto confere ao levantamento bibliográfico e à análise bibliográfica a condição de serem praticamente os únicos procedimentos metodológicos. Esse tipo de estudo justifica-se por fornecer uma contribuição aprofundada e inovadora aos estudos sociológicos de fundamentação crítica e marxista.

Subsunção do trabalho imaterial em escritos anteriores à obra O Capital

A Economia Política marxiana promoveu um duplo processo de adensamento teórico na explanação de como o trabalho imaterial se incorpora à produção capitalista. Antes de Marx, nenhuma teoria havia demonstrado analiticamente as relações de subsunção do trabalho imaterial ao capital. Mesmo aquelas que mencionaram o trabalho imaterial e os serviços enquanto parte significativa da produção social – como é o caso das contribuições de Say, Stuart Mill e Storch – não consideravam a possibilidade de o trabalho imaterial gerar riqueza capitalista, a não ser aqueles trabalhos imateriais incorporados pela produção material direta. Marx, ao contrário, sempre afirmou a possibilidade de o trabalho imaterial gerar mais-valor e contribuir para o ciclo do capital produtivo. Logo, o primeiro adensamento marxiano diz respeito à trajetória geral das teorias sociais, inserindo um novo e relevante ponto de vista.

É possível, ainda, verificar um processo de adensamento interno à própria teoria de Marx: no decurso de amadurecimento de suas categorias sociais e econômicas, o autor altera suas percepções iniciais a respeito da relação entre trabalho imaterial e a produção especificamente capitalista. Abordaremos, neste

item, essas características endógenas à teoria marxiana, enfatizando os caminhos que levaram Marx a conceber a *subsunção do trabalho imaterial ao capital* de forma inovadora.

Apesar de se tratar de um tema complexo que reside em muita riqueza de detalhes, o debate geral sobre subsunção real do trabalho ao capital dentro da obra de Marx não apresenta grandes embaraços contraditórios. De um texto para outro, Marx apenas aprofunda sua noção e dá ao tema uma maior complexidade. Não podemos dizer o mesmo em relação à *subsunção do trabalho imaterial ao capital*, um tema controverso, cuja imersão levanta alguns entraves conceituais. Em determinados momentos, Marx enxerga que a produção imaterial, em virtude da natureza de suas atividades, *não é subsumida nem mesmo formalmente ao capital*. Em outros trechos, o autor afirma a possibilidade de se constituir *enquanto relação estrita de subsunção formal*. Posteriormente, ele vislumbra que o modo de produção capitalista possui uma forma muito específica de *subsunção real do trabalho* que acaba por incorporar diversos tipos de trabalho imaterial. Longe da pretensão de indicar uma resposta definitiva às possíveis controvérsias, nosso objetivo aqui é discutir *como a questão da subsunção do trabalho imaterial ao modo de produção capitalista se apresenta em alguns escritos de Marx*.

A título de recorte, consideraremos os textos de Marx disponíveis e redigidos a partir de 1860, década em que o pensador se concentrou nos estudos que iriam compor a sua análise central sobre o modo de produção capitalista. Partindo das *Teorias da Mais-Valia*, escritas entre 1861 e 1863, podemos perceber que a questão da subsunção formal/real do trabalho ao capital não é fomentada em muitas páginas de seu texto, aparecendo apenas em momentos isolados. Apesar de conter muitos avanços sobre a incorporação crescente do trabalho imaterial pela produção capitalista, um olhar mais cuidadoso revela que, em determinados trechos, o autor enxerga certa restrição da produção capitalista no ramo da produção imaterial.

O que norteia a discussão é a apresentação das duas possibilidades da produção imaterial: 1) aquela que gera produ-

tos separáveis dos seus executantes como livros, quadros etc.; e 2) aquela que não se separa dos trabalhadores executantes, como é o exemplo do trabalho educacional, atores etc. Nesses casos, Marx (1980) afirma que a produção capitalista só pode ser aplicada de forma muito restrita.

O autor menciona o trabalho imaterial enquanto “forma de transição”, apresentando, portanto, que a relação capitalista só poderia se estender a algumas esferas. O que está em questão não é apenas o caráter limitado da exploração capitalista sobre a produção imaterial, mas também a *natureza imaterial das atividades* que incidiria de modo a reduzir o alcance capitalista a essas produções.

Ao aludir o trabalho intelectual que resulta em livros, chega a afirmar que:

A produção capitalista aí só é aplicável de maneira muito restrita, por exemplo, quando um escritor numa obra coletiva – enciclopédia, digamos – explora exaustivamente um bom número de outros. Nessa esfera, em regra, fica-se na *forma de transição* para a produção capitalista, e desse modo os diferentes produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, uma relação que *nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está subsumida, nem mesmo formalmente*. (Marx, 1980, p. 404, grifos nossos).

Ainda que o tema não ocupasse uma posição central em seus escritos de 1861-1863, é possível constatar que Marx já explicitava, naquele momento, *a impossibilidade de o trabalho imaterial ser subsumido ao capital*. A produção intelectual de livros é vista, assim, como uma forma de trabalho com características anteriores à subsunção formal do trabalho ao capital. Ao falar sobre a produção imaterial, o autor conclui com a seguinte generalização: “todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa redução, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas” (Marx, 1980, p. 404).

Muitos trechos e exemplos de trabalhos imateriais dados pelo autor nas *Teorias* são muito semelhantes se compararmos ao *Capítulo VI Inédito*, textos escritos entre 1863 e 1864. No momento em que Marx discorre sobre as duas possibilidades da produção imaterial, o argumento geral parece ser exatamente o mesmo apresentado nos textos anteriores, sendo alterada apenas a exposição:

A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada. Estas pessoas, sempre que não tomem oficiais etc., na qualidade de escultores etc., em geral (salvo caso sejam independentes) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, editores livreiros, uma relação que constitui tão *só uma forma de transição para o modo de produção só formalmente capitalista*. (Marx, 2004b, p. 119, grifos nossos).

De outra natureza é a importante disparidade de conteúdo que saltou aos nossos olhos durante a comparação entre os dois textos. Além de Marx promover ligeiras supressões formais e realizar alguns acréscimos, a ideia da subsunção do trabalho imaterial ao capital é apresentada, no *Capítulo VI Inédito*, de forma diferente. O exemplo do trabalho imaterial relacionado à produção de livros – ao contrário do exposto nas *Teorias*, em que o trabalho intelectual não estaria subsumido ao capital “nem mesmo formalmente” – passa a ser considerado como parte da subsunção formal ao capital. Vejamos:

O literato proletário de Leipzig, que produz livros – por exemplo, compêndios de Economia Política – por encargo do seu editor está próximo do trabalhador produtivo, pois a sua produção está *subordinada* [subsumiert]⁸⁶ *ao capital e só é levada a cabo para valorizar este último. [...] A maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital*. (Marx, 2004b, p. 115, grifos nossos).

⁸⁶ Notemos que, apesar da tradução utilizada falar em subordinação, o termo empregado por Marx é *subsunção*.

Na nossa interpretação, a contradição entre os dois trechos pode ser uma indicação de que Marx se encontrava em processo de alteração de sua perspectiva inicial a qual afirmava que o trabalho intelectual relacionado à produção de livros não poderia ser subsumido pelo capital. Segundo a exposição das *Teorias da Mais-Valia*, a produção imaterial referente à fabricação de livros não se submete nem formalmente ao capital; contudo, posteriormente, em determinado momento do *Capítulo VI Inédito*, ela *é considerada subordinada formalmente a um capital que torna proletários os seus trabalhadores intelectuais*.

Nos escritos desta obra, Marx nega a possibilidade de o trabalho imaterial constituir a relação de subsunção real. No entanto, consideramos as reflexões sobre *a subsunção formal do trabalho imaterial ao capital* como um importante avanço do pensamento de Marx a respeito do *lugar da produção capitalista no campo da produção imaterial* em um dado período histórico. Seria um exercício de injustiça histórica e anacronismo se criticarmos Marx por enxergar, naquele momento, o trabalho imaterial apenas do ponto de vista da subsunção formal. No início da segunda metade do século XIX, o capitalismo não possuía meios efetivos de subordinar amplos extratos do trabalho imaterial ao capital.

A dominação capitalista sobre os ramos produtivos economicamente centrais do século XIX, eminentemente ligados à produção material, fez com que Marx concebesse, em determinado período de seus estudos teóricos, a hipótese de que o capital só poderia atuar nos ramos da produção imaterial de forma parcial e limitada, e que a produção imaterial não deveria ser levada em conta ao analisar o conjunto da produção capitalista (Marx, 1980; Marx, 2004b).⁸⁷

É possível apontar a existência de quatro hipóteses centrais sobre o trabalho imaterial no *Capítulo VI Inédito*: a primeira delas, e mais importante, é a consideração do trabalho imaterial enquanto trabalho produtivo, isto é, trabalho produtor de valor que pode ser explorado pelo capital; na segunda hipótese, Marx identifica o trabalho produtivo de trabalhadores

⁸⁷ “Casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista” (Marx, 2004b, p. 120).

como escritores, professores primários e cantoras exemplos que diriam respeito às formas de transição ao modo especificamente capitalista, ou seja, referentes à subsunção formal do trabalho ao capital; já a terceira hipótese diz respeito à afirmação marxiana de que o capitalismo atua de forma muito limitada na produção imaterial, em detrimento da natureza imaterial dessas atividades; e na quarta e última hipótese, Marx, ao tratar das atividades vendidas enquanto serviços, diz que tais trabalhos constituem grandezas insignificantes quando comparadas à totalidade da produção capitalista e que, por isso, não mereciam atenção mediante uma análise geral do modo de produção capitalista.

A interpretação de que produção imaterial supostamente agregava um número pequeno de trabalhadores, bem como a hipótese de que tais atividades se encontrariam circunscritas às formas de transição, são expressões do lugar secundário que Marx, naquele momento, compreendia às atividades imateriais: “Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente *capitalista*, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista” (Marx, 2004b, p. 116, grifo nosso). Após citar o exemplo do mestre-escola (professor primário) enquanto um trabalhador produtivo, o autor acrescenta que: “casos similares não devem ser tidos em conta quando se analisa o conjunto da produção capitalista.” (Marx, 2004b, p. 120).

Dentro dos três livros que compõem *O Capital*, é possível notar que Marx altera o modo pelo qual expõe tais questões sobre a subsunção do trabalho imaterial, e mantém o conteúdo apenas da primeira hipótese. O trabalho no capitalismo, de maneira geral, e as formas de trabalho imaterial, especificando, são temas apresentados através de outras perspectivas que dão ao tema central uma maior complexidade. Esse será o assunto a ser discutido no item seguinte.

Subsunção real do trabalho imaterial em O Capital

Uma vez realizada a apreciação do tema da subsunção real do trabalho imaterial nas *Teorias da Mais-Valia* (1861 – 1863) e no *Capítulo VI Inédito* de *O Capital* (1863 - 1864) – obras nas quais Marx apresenta a subsunção do trabalho imaterial como impossível, ou como uma subsunção apenas formal – defendemos a hipótese de que o autor altera sua noção a respeito da questão a partir do livro terceiro de *O Capital* (1864 – 1865), bem como nos escritos subsequentes, o livro primeiro (1865 - 1867) e o livro segundo (1867 - 1870; 1877 - 1878). No entanto, não interpretamos que tal diferença de conteúdo consista em uma ruptura ou uma descontinuidade do pensamento marxiano, mas sim em um adensamento comum ao trabalho teórico. Para constatar essa transformação, prosseguiremos com nossa análise de acordo com a ordem que foi redigida pelo próprio autor.

O livro terceiro de *O Capital* foi escrito entre 1864 e 1865, momento em que a exposição marxiana considerou que o processo global da produção capitalista consistia na articulação entre produção e circulação do capital. Nessa obra, Marx demonstra que determinados ramos da produção imaterial atuavam em frentes centrais da produção capitalista de sua época, podendo ser percebidos, por exemplo, nos progressos no campo da comunicação e dentro dos serviços de transporte. Tais ramos da produção imaterial eram, portanto, marcados pela inserção da tecnologia altamente desenvolvida, agregando trabalhos imateriais que nem de longe podem ser deixados de lado. Os trabalhos envolvidos nas comunicações e nos transportes citados por Marx parecem possuir as condições para que os trabalhos ali inseridos sejam considerados sob a ótica da subsunção real.

Se entendemos que a possibilidade real do trabalho imaterial se subsumir ao capital depende da dominação capitalista dos ramos produtores dos meios de produção que serão utilizados nos processos da produção imaterial, devemos concluir que a subsunção real do trabalho imaterial está intimamente ligada aos resultados do trabalho e da produção

material de outros ramos. Portanto, é necessário reforçar algo que é fundamental dentro de nossa discussão: também do ponto de vista do assunto sobre a subsunção do trabalho, *o trabalho imaterial deve ser compreendido na relação social que estabelece com o trabalho material.*

De forma similar, é possível constatar que as mediações sociais necessárias ao estabelecimento da subsunção real do trabalho ao capital, mesmo do trabalho material, também dependem diretamente da dominação capitalista no trabalho imaterial. Em seu livro terceiro, Marx coloca a ciência dentro de sua noção de produção intelectual para afirmar que o progresso nesse ramo da produção social influencia a produtividade dos ramos da produção material.

Se a subsunção real do trabalho ao capital está atrelada à aplicação científica nos processos de produção, e a subsunção real do trabalho imaterial ao capital depende da modificação material dos meios de produção que agregam esta forma de trabalho, percebemos uma dupla relação de determinação entre trabalho material e trabalho imaterial. No debate empreendido por Marx, está posto em evidência não apenas o caráter tecnológico da subsunção real do trabalho ao capital, mas também os atributos da produção humana que chamamos *de imateriais*. O elemento chave que se encontrava incipiente nas observações sobre a aplicação capitalista da ciência nas *Teorias* e no *Capítulo VI Inédito* aparece explicitamente nos manuscritos de *O Capital*. Historicamente, na passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho, o capital precisou não apenas submeter a produção material como também atuar na acumulação de conhecimentos submetidos ao seu domínio:

A constituição do modo de produção capitalista exige, como pré-condição, não apenas uma acumulação primitiva de capital, *mas também uma acumulação primitiva de conhecimento por parte do capital industrial*, o que se realiza no longo período manufatureiro, como se pode claramente ler nos chamados "capítulos históricos" do livro primeiro d'O Capital. Trata-se precisamente da passagem da subsunção formal à real do trabalho no capital, que permite a expansão do modo de produção

capitalista e a destruição dos laços que uniam a velha burguesia comercial e bancária às estruturas de poder do antigo regime. *A base dessa transformação é a ruptura da unidade entre trabalho manual e intelectual que existia no artesanato.* (Bolaño, 2001, p. 97, grifos nossos).

Um dos elementos que se escondem por trás do processo de subsunção real é a *separação capitalista entre trabalho manual e trabalho intelectual*, processo descrito sistematicamente por Marx no livro primeiro de *O Capital*. Não se trata aqui da separação entre atividades materiais e imateriais coexistente com as formas pretéritas de capital. O processo capitalista de produção, conduzido pelo capital industrial, atua diretamente na dissociação entre concepção e produção do trabalho, elementos que se encontravam unidos no artesanato. Tal processo promove não só a separação entre as duas facetas da produção direta, mas faz as potências intelectuais do trabalho um poder estranho ao próprio trabalho, sujeitando-o.

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, pressupostos de todo processo de trabalho, deixam de ser exigências necessárias ao trabalho individual e passam a ser requisitos do processo produtivo em conjunto. Sobre o assunto, em seu livro primeiro de *O Capital*, Marx explicita outro mecanismo típico da produção capitalista para a subordinação do trabalho: a implementação de um tipo específico de divisão, a chamada divisão capitalista do trabalho.

Trata-se da divisão aplicada conscientemente no ambiente direto de trabalho: uma oficina, uma fábrica, ou qualquer outro ambiente produtivo do capital, além de transformar os trabalhadores em trabalhadores parciais, cria a necessidade de uma concepção externa do processo. A separação entre concepção e execução do processo de trabalho se apresenta como uma das formas utilizadas pelo capital para subordinar o trabalho a si próprio.

A aplicação da ciência torna-se um requisito do processo de trabalho no modo de produção especificamente capitalista (Marx, 2013). Mesmo que a produção científica não seja desenvolvida diretamente no espaço de trabalho, nenhum capitalista industrial pode sobreviver à concorrência se não

adotar – e muitas vezes incentivar e financiar – os meios de produção desenvolvidos a partir de avanços da ciência. O conhecimento científico torna-se, portanto, uma força produtiva do capital, e condição indissociável do avanço capitalista no processo de subsunção real do trabalho e das constantes revoluções nas bases técnicas do trabalho.

A fragmentação entre a execução manual do trabalho e as forças intelectuais da produção como um poder estranho que submete o trabalho é parte constituinte e necessária da subsunção real ao capital. Com isso, o modo de produção especificamente capitalista não diminui a necessidade de mediação dos fatores intelectuais no processo geral de trabalho, mas aumenta tal requisito desde que seja executado por outros assalariados, ou outros processos de produção, e não pelo trabalhador manual direto. Como o capitalismo é um modo de produção coletivo, social e articulado, o capital se beneficia da separação imediata entre trabalho intelectual e trabalho manual, uma vez que ele incorpora sob o seu domínio o resultado da produção intelectual de outros ramos (Marx, 2008b). O que antes aparecia como uma mera divisão entre as atividades materiais e imateriais passa a ser um requisito da divisão social do trabalho no capitalismo, isto é, algo aplicado de forma consciente, planejada e sistemática.

No capitalismo desenvolvido, o ofício manual não é o princípio regulador da produção social e o conhecimento que é aplicado no processo de produção aparece como uma força estranha, exterior e coisificada que submete as trabalhadoras e os trabalhadores. Essas indicações marcam a forma específica pela qual o capitalismo separa e, contraditoriamente, articula trabalho material e trabalho imaterial e demonstra que o domínio capitalista no ramo da produção imaterial também é um fator importante para o estabelecimento da subsunção real do trabalho ao capital.

No livro primeiro de *O Capital*, o autor retoma o exemplo do mestre-escola (professores primários) e das instituições de ensino, usados por ele desde as *Teorias da Mais-Valia*, mas, dessa vez, para afirmar que, do ponto de vista da produção de mais-valor, que o capitalista “tenha investido seu capital numa

fábrica de ensino [*Lehrfabrik*], em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação” (Marx, 2013, p. 578). A perspectiva da limitada atuação do capitalismo nas instituições de ensino, vistas como produções típicas das *formas de transição*, parece ser abandonada por Marx em *O Capital*. Ao ser considerada parte integrante da produção de mais-valor, tal atividade é posta no mesmo patamar da produção material de uma fábrica de salsichas.

É fundamental considerar que as indicações do autor a respeito da fábrica de ensino estão situadas imediatamente após o longo capítulo intitulado “Maquinaria e Grande Indústria”, cujo conteúdo é dedicado à apreciação da emancipação promovida pelo modo de produção capitalista em relação às limitações pessoais da força de trabalho, organizada de acordo com modos de produção anteriores.

Os avanços de Marx sobre o tema da subsunção do trabalho imaterial são igualmente nítidos se considerarmos o conteúdo do livro segundo de *O Capital*. Ao tratar do processo de circulação do capital, a análise marxiana indica que determinadas produções que não concorrem para a produção de mercadorias físicas podem estar circunscritas ao ciclo do capital industrial, como é o exemplo da indústria de transportes (Marx, 2008a, p. 64). Incluir o trabalho dos transportes enquanto capital produtivo da grande indústria é o mesmo que considerar as trabalhadoras e os trabalhadores desta indústria enquanto parte da subsunção real do trabalho ao capital.

Além disso, no livro segundo, Marx menciona a possibilidade de as atividades relacionadas à venda de mercadorias gerarem mais-valor, por meio de serviços logísticos de estoques. Não basta que o capitalismo domine a produção estrita: o capital também submete a forma do comércio às suas próprias leis, criando processos de produção dentro do processo de circulação. Não se trata mais da venda de mercadorias, mas sim da venda capitalista de mercadorias, em que o capital aparece e funciona na forma circulatória. O comércio, sob este ponto de vista, também pode ser visto enquanto produção. Como não há geração de produtos materiais, o resultado do comércio é, por assim dizer, imaterial.

Averiguamos, desse modo, que muitas das hipóteses relacionadas ao trabalho imaterial nas *Teorias da Mais-Valia* e no *Capítulo VI Inédito* são alteradas por Marx em *O Capital*. Antes desta obra, Marx atribuía à produção imaterial uma posição limitada à transição ao modo de produção capitalista. Depois, o autor passa a vislumbrar que diversos ramos da produção imaterial fazem parte do modo de produção especificamente capitalista, submetido às mesmas leis que a produção material.

Os encadeamentos sociais engendrados pelas formas de trabalho imaterial, a partir de *O Capital*, são vistos como parte integrante da produção e da reprodução de relações especificamente capitalistas. É dentro desse contexto que podemos definir *o caráter do trabalho imaterial no capitalismo* delineado por Marx em momentos elevados de seus escritos. Entendemos que a especificidade de tais relações, enquanto processos sociais circunscritos à *subsunção real do trabalho imaterial ao capital*, representa o avanço das relações especificamente capitalistas sobre as formas de trabalho imaterial, e sobre as trabalhadoras e os trabalhadores do imaterial.

O capital, em sua forma madura industrial, já se depara com certa separação imediata entre trabalho material e imaterial, promovida por processos sociais anteriores. Entretanto, ainda possui uma notória capacidade de amplificar essa divisão em níveis muito elevados. Trata-se de uma importante mudança qualitativa na exploração do trabalho imaterial, visto que há a possibilidade de dispor de meios efetivos de controle do processo de trabalho imaterial.

A consequência concreta das relações de subsunção real do trabalho ao capital incide na subordinação direta de trabalhadoras e trabalhadores a um poder que lhes é estranho. Isso se reflete tanto no processo de trabalho controlado por forças externas em seus pormenores, como no resultado, fruto de muitos trabalhos parciais que não se identificam com o efeito útil gerado e que não pertence aos que o produziu. Este fato, em determinados momentos da produção capitalista, passa a valer para muitas formas do chamado trabalho imaterial.

A questão que se coloca aqui é que uma das formas de controle capitalista do trabalho imaterial se dá *pela posse dos*

meios sociais que o absorvem no processo de trabalho. Logo, o domínio do capital sobre o trabalho imaterial também abrange a propriedade dos meios materiais de produção necessários à produção imaterial (Marx, 2004b). Por tais razões, o debate sobre a subsunção real do trabalho imaterial ao capital está inserido dentro do que se pode chamar de a materialidade do trabalho imaterial no capitalismo, e expressa a necessidade imanente do capital de articular trabalho materializado e trabalho imaterial.

No entanto, antes do revolucionamento material dos meios de produção necessários ao processo de trabalho tipicamente capitalista, cuja forma técnica específica é a produção de mais-valor relativo pela maquinaria, o modo de produção capitalista implementa alterações no que Marx chama de *agrupamentos sociais*. O trabalho em grande escala, a supervisão e a gerência capitalista, a divisão do trabalho aplicada diretamente no espaço da produção e a aplicação da produção intelectual materializada na ciência são algumas das mediações sociais que o capital se vale para executar a subsunção real do trabalho, inclusive do trabalho imaterial.

Os múltiplos fatores geradores de subsunção real do trabalho imaterial ao capital

A nossa análise dos escritos de Marx culminou na enunciação de uma hipótese um tanto polêmica: *a maquinaria fabril, enquanto meio de produção principal da grande indústria, fornece uma nova e distinta qualificação à subsunção real do trabalho ao capital, mas não a cria*. As características do trabalho fabril dominado pela maquinaria não esgotam as muitas outras formas de subsunção do trabalho geradas por outras relações estabelecidas pelo capital, e que continuam a subsistir ao lado da grande indústria, embora de forma totalmente transmutada.

A ideia de que a subsunção real do trabalho ao capital se dá unicamente mediante a maquinaria é uma noção quase consensual, divulgada amplamente em textos marxistas. No entanto, de acordo com nossa hipótese, a formulação dessa concepção não foi divulgada diretamente por Marx. Salvo um grande engano nosso, não há, em *O Capital*, menção ou

referência que enfatize a subsunção real enquanto *relação exclusiva dos processos produtivos baseados na maquinaria*. Por outro lado, são muitas as menções relacionadas à produção de mais-valor relativo, isto é, à forma de mais-valor típico da subsunção real, como a aplicação capitalista da cooperação, a divisão sistemática do trabalho no processo direto de produção e a maquinaria.

Além dos elementos mencionados que incidem diretamente no refinamento da subordinação a partir dos meios de subordinação do trabalhador ao capital, a novidade trazida exclusivamente pela maquinaria repousa sobre a *realidade técnica da subsunção do trabalho* que faz prevalecer os meios de produção, enquanto forma objetiva do capital:

Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas quem empregam o trabalhador; porém, *apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível*. (Marx, 2013, p. 495, grifos nossos).

Em suma, a subsunção do trabalho submetido à maquinaria fabril não inaugura a subsunção real do trabalho ao capital, mas abre precedentes para uma “subordinação técnica do trabalhador” a um “regime fabril completo” (Marx, 2013, p. 495). Pela primeira vez, a qualidade da subordinação do trabalho está ditada no caráter do instrumental de trabalho, e não nas condições organizacionais exclusivas da força de trabalho, ainda que esta última também seja reconfigurada e mantida com as transformações da maquinaria.

O uso capitalista da maquinaria elevou a produção de mais-valor relativo a níveis extraordinários. Se a expressão primordial da subsunção real do trabalho é a relatividade do mais-valor, cria-se a aparência de que a centralidade da produção de mais-valor relativo é a produção baseada na maquinaria fabril. No entanto, não são as máquinas a verdadeira origem dessa produção de valor, pois elas apenas transferem

valor ao produto, de modo que a discussão aqui empreendida não diz respeito à *quantidade* do valor, mas sim à *qualidade* das relações de trabalho subsumidas de modo real ao capital, este sim, o mais evidente critério de produção de mais-valor relativo.

Os métodos para a produção do mais-valor relativo se erguem exclusivamente sobre a base da subsunção real do trabalho ao capital, e a *forma cooperativa praticada no capitalismo, a divisão capitalista do trabalho e a maquinaria* são os modos gerais dessa produção. Não é por acaso que Marx colocou as discussões sobre Cooperação e Divisão do Trabalho dentro da seção intitulada “A Produção do Mais-Valor Relativo”. Não é a maquinaria que fornece ao trabalho produtor de mais-valor relativo a característica exclusiva de se encontrar realmente subsumido ao capital, mas, antes de tudo, é o trabalho realmente subsumido ao capital, em que uma das formas de manifestação se dá na maquinaria, que faz um processo produtivo ser gerador de mais-valor relativo. *Mais-valor relativo é, em suma, o produto do trabalho com a realidade subordinada ao capital.*

Embora a maquinaria componha um degrau fundamental no aperfeiçoamento da exploração do capital sobre o trabalho, existem vários métodos reais de subordinação do trabalho. As constatações feitas trazem muitas consequências para a compreensão de processos produtivos com trabalhos predominantemente imateriais, por revelar que a inexistência de um maquinário semelhante ao das produções materiais não resulta, necessariamente, em um processo de trabalho subsumido ao capital apenas de modo formal, ou na inexistência da relação de subsunção.

A consideração da maquinaria como razão única da subsunção real do trabalho ao capital é uma das raízes que originam a noção, a nosso ver equivocada, de que o trabalho imaterial possuiria autonomia na sua relação com o capital em processos de produção baseados no conhecimento, na cooperação, no afeto etc. Lazzarato (1992), por exemplo, em seu famoso texto sobre *O conceito de trabalho imaterial*, para justificar o argumento geral de que nas produções dominadas pelo trabalho imaterial “o caráter social do trabalho não mais aparece como

capitalista, mas como resultado e pressuposto do próprio trabalho”, afirma que “o operário, em vez de apêndice da máquina, deve se tornar um relé comunicacional na integração cada vez mais poderosa da relação equipe/sistema” (Lazzarato, 1992, s/p), como se as características da cooperação capitalista, figuradas em uma “equipe”, não exercessem efeito de subordinação do trabalhador à produção.

A nossa hipótese é a de que a concepção marxiana presente em *O Capital* – obra na qual a produção imaterial não é considerada, de antemão, uma forma produtiva subsumida apenas formalmente ao capital – tem origem nos ricos delineamentos que levaram Marx a refazer o percurso sobre subsunção real do trabalho dentro do que chama de métodos de produção do mais-valor relativo através da coerção direta do produtor. Evidentemente, determinadas produções imateriais, assim como algumas materiais, continuam a operar dentro das chamadas formas híbridas, herdadas de modos de produção anteriores.⁸⁸ No entanto, a diferença na visão marxiana que estamos insistindo é que Marx deixa de considerar a produção imaterial, e conseqüentemente o trabalho imaterial, como necessariamente incorporados às chamadas formas de transição, e passa a perceber a possibilidade de o capital submeter diretamente o trabalho. Mesmo se Marx não possuísse exemplos concretos de produções imateriais subsumidas realmente ao capital, em sua obra, ele, ao menos, já possuía elementos teóricos suficientes para vislumbrar tal possibilidade.

Mesmo se formos encarar a subsunção real do ponto de vista exclusivo dos meios de produção, ignorando as relações da cooperação e da divisão do trabalho dentro dos processos de produção, é preciso que seja feita uma análise muito mais abrangente do que aquela que dá exclusividade à maquinaria enquanto determinação única no processo de subsunção real do trabalho ao capital. Nesta análise unilateral, partirmos da afirmação marxiana de que, na grande indústria, o ponto de

⁸⁸ “Por último, como mostra o exemplo do trabalho domiciliar moderno, certas formas híbridas são reproduzidas aqui e ali na retaguarda da grande indústria, mesmo que com uma fisionomia completamente alterada” (Marx, 2013, p. 578-579).

partida para o revolucionamento do modo de produção passa a ser os meios de trabalho. Nas formas específicas da cooperação e da divisão do trabalho, ao contrário, as transmutações passam pela força de trabalho. A seguinte citação de Marx dá, exatamente, este sentido: “na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho.” (Marx, 2013, p. 445).

Nesses termos, é necessário que o capital promova uma reconfiguração material dos elementos centrais de suas células produtivas de forma que cada vez mais se perpetue a subordinação da classe trabalhadora através dos meios de trabalho. O que ainda não abordamos com a devida atenção é que Marx fornece um significado amplo ao que ele chama de *meios de trabalho*. Apesar das ferramentas, da maquinaria, das matérias-primas e dos materiais acessórios possuírem posição enfática nos exemplos fornecidos pelo autor, sua noção referente aos meios que são colocados entre o trabalho e o objetivo para o qual a produção deve ser encaminhada abrange diversos elementos como a terra (propriedade fundiária), os edifícios, as estradas (um dos meios de produção da importante indústria de transporte), os canais, e o próprio corpo humano.

Essa noção ampliada de meios de trabalho é um ponto importante na teoria marxiana, pois permite que Marx não perca de vista, por exemplo, a relação entre corpo humano e maquinaria. Por isso, foi tão lembrada pelo autor, sempre se referindo à máquina como um instrumento autonomizado e potencializado das características humanas, ou uma versão aumentada dos instrumentos utilizados pela atividade artesanal. Além dos elementos que tratamos anteriormente que mostram que a maquinaria conserva vários elementos presentes na cooperação e na divisão manufatureira do trabalho, ela também preserva essa ligação do movimento do corpo humano com os instrumentos artesanais. A máquina não pode prescindir desta determinação fundamental, de ser obra das atividades manuais e intelectuais humanas, mesmo dentro da produção informatizada que, segundo Antunes (1999, p. 124), “possibilita a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos softwares, a

máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana. Dá-se então um processo de objetivação das atividades cerebrais na maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada.”.

Do mesmo modo, consideramos que a maquinaria só pode ser portadora de subsunção real se esse predicado já estiver posto nas relações sociais que levam à sua construção, e aplicação. A questão principal é entender que a maquinaria e a grande indústria inauguram uma *forma de relação social da produção imediata*, cuja centralidade são as coisas que existem enquanto meios de produção capital.

Enquanto relação entre pessoas, dentro da luta histórica entre capitalista e trabalhador e dentro da produção de mais-valor relativo já existente, a maquinaria aparece como uma arma moderna utilizada pelo capital para executar o golpe final, na tentativa de um cumprimento fatal no processo de subsunção real do trabalho ao capital. Contudo, esse golpe já encontra o trabalhador mutilado e exaurido por outros métodos da subsunção real. Além disso, a maquinaria não faz o capital abandonar suas outras armas reais de subordinação; ao contrário, o seu uso incide em aperfeiçoá-las.

Para subsumir o trabalho de modo real, o capital precisa operar uma mudança substancial no processo de produção imediato. Como vimos, tal mudança está conectada às revoluções nas condições objetivas do trabalho que se iniciam no caráter cooperativo da produção capitalista. Esse caráter social da produção capitalista incide no caráter coletivo da produção de mais-valor relativo, de modo que, para trabalhar produtivamente, basta o trabalhador do imaterial ser membro do trabalhador coletivo de alguma célula produtiva de valor (Santos, 2013).

Segundo Marx, a produção do mais-valor relativo está imbricada à subsunção real do trabalho ao capital, isto é, os métodos de produção do mais-valor relativo consistem em métodos para submeter o trabalho de modo real. Logo, a ampliação do conceito de trabalho produtivo enquanto uma característica pertencente ao trabalhador coletivo *deriva de um*

atributo também coletivo da subsunção real do trabalho. Do ponto de vista do mais-valor relativo, o capital explora diretamente o processo de produção, submetendo o trabalhador coletivo aos métodos coletivos de subsunção real. Também nesse aspecto, Marx se mostra muito coerente ao lidar com a relação mais-valor relativo *versus* subsunção real do trabalho e, posteriormente, produção coletiva de mais-valor relativo *versus* subsunção real do trabalho coletivo.

Portanto, a subsunção real do trabalho ao capital, assim como a produção de mais-valor correspondente a esse tipo de subsunção, não está limitada apenas ao trabalhador manual direto, nem mesmo ao trabalhador que opera máquinas, *mas sim ao conjunto das forças de trabalho de determinado processo de produção, ao trabalhador coletivo.* Para pertencer a esse trabalhador coletivo, não importa se a força de trabalho individual lida mais com o trabalho manual ou mais com o trabalho intelectual ou, ainda, com trabalho material ou trabalho imaterial. Com a finalidade de explorar determinado processo de trabalho, *a subsunção real do trabalho deve criar laços para submeter todo o corpo do trabalhador coletivo, e não apenas as suas mãos.*

Quanto mais o capitalismo aprofunda seus métodos gerais de subsunção através das constantes revoluções no processo de produção, mais esses laços se evidenciam. A subsunção real do trabalho não se limita a uma única intervenção no processo direto de produção, mas sim a constantes rearranjos no caráter cooperativo do trabalho, em aperfeiçoamentos na divisão do trabalho aplicada no processo direto de produção, e da ininterrupta transformação da maquinaria capitalista que, atualmente, encontra-se digitalizada e informacionalizada, reconfigurando todos os aspectos dos processos de produção.

A subsunção real do trabalho imaterial dentro de uma produção material se mostra mais palpável, tendo em vista que o último trecho que citamos de Marx diz respeito a uma produção que há “o manuseio do objeto de trabalho”. Em células produtivas cujos resultados são materiais, a relação *de subsunção real do conjunto do trabalho imaterial* que está ali

inserido parece operar sem grandes dificuldades de compreensão.

Dentro da produção imaterial, a relação de subsunção real do trabalho se apresenta de forma mais complexa, dificuldade que podemos encontrar no próprio Marx uma vez que ele altera diversas vezes suas noções a respeito do assunto. De todo modo, já está suficientemente evidente que o trabalhador não precisa ser “um apêndice da máquina” para que se constitua subsunção real do trabalho imaterial ao capital. Embora seja tendência de o capital aperfeiçoar ao máximo as características tecnológicas das produções imateriais para ampliar sua produção de mais-valor, submetendo cada vez mais o proletariado de serviços à sua lógica, a produção imaterial levanta diversos entraves à subsunção real nos moldes da produção material fabril. Como o conjunto da produção imaterial opera com processos que dependem das dimensões informacionais, intelectuais, artísticas, subjetivas, afetivas, interativas, culturais etc., podem existir diversos processos produtivos dentro dos quais a força de trabalho não constitui um apêndice da maquinaria, isto é, ela não se limita a “vigiar a máquina”, e as máquinas utilizadas não ditam “o ritmo do trabalho”.

Para o capital que atua na produção imaterial, o melhor dos mundos seria aquele em que fosse possível tornar todos os trabalhos imateriais apêndices da maquinaria. A cada dia ele caminha a passos largos na tentativa de alcançar esse objetivo. Porém, dada a natureza de certas atividades, nos ramos produtivos dentro dos quais a maquinaria não pode desempenhar o mesmo papel central que ela possui em fábricas automatizadas, o capital pode se valer de vários elementos organizacionais para subsumir o trabalho de modo real. Tais formas mais sutis de subsunção têm origem nas características da cooperação e da divisão do trabalho descritas por Marx, e somadas a certos avanços tecnológicos com funções similares ao que Marx chama de *máquina-ferramenta*⁸⁹, ainda hoje figuram

⁸⁹ Naqueles ramos em que os objetos tecnológicos ainda não podem exercer papel produtivo central, existe a possibilidade de operarem como um acessório à força de trabalho. Eles podem facilitar o trabalho e ampliar a

como métodos dominantes em vários ramos da produção imaterial.

Nesta altura da exposição, temos elementos teóricos suficientes para sintetizar uma das conclusões hipotéticas deste item: para que haja subsunção real do trabalho imaterial ao capital, é necessária uma revolução nas condições objetivas de trabalho que agrega os trabalhadores da produção imaterial, seja a organização da força de trabalho segundo o modo de produção capitalista, seja a alteração dos meios de produção. De qualquer forma, subordinar o trabalho imaterial do ponto de vista real e efetivo só é possível mediante a propriedade material dos meios e condições de trabalho pelo capital que resulte em alterações nos meios de produção ou *nos agrupamentos sociais*, como diz Marx (2013).

Mais uma vez, a compreensão do trabalho imaterial perpassa pela relação que este estabelece com o plano material da sociedade capitalista. Ambos se apresentam como partes necessárias do processo social. Os fatores fundamentais da subsunção real do trabalho imaterial podem ser resumidos na *aplicação sistemática do trabalho em grande escala, no agrupamento sobre um mesmo espaço de produção, na articulação distributiva da força de trabalho dispersa, na divisão do trabalho no processo direto de produção, e na inserção de meios de produção materiais especificamente capitalistas em ramos produtivos cujos resultados são majoritariamente imateriais.*

Outra característica marcante do modo de produção capitalista em que impera a subsunção real do trabalho ao capital seria o caráter altamente socializado e coletivizado do trabalho que, por sua vez, incentiva a proliferação da produção capitalista em ramos até então não apoderados por ela.

Tendo em vista os elementos que levantamos neste subitem, podemos ter uma noção mais detalhada dos fios invisíveis que prendem os trabalhos imateriais ao processo de

possibilidade de comunicação, por isso, ressignificam as atividades diretas. Um computador, por exemplo, pode ser a máquina que faz as teleoperadoras serem um apêndice da produção informatizada, bem como ser fundamental a um trabalhador da produção material que necessite de processos virtuais, entretanto, em muitos ramos, ele aparece apenas como uma máquina-ferramenta, facilitando o trabalho sem exercer função central.

produção capitalista. Apesar da cooperação capitalista e da divisão do trabalho no processo direto de produção consistir em métodos de extração do mais-valor relativo com existência anterior à inserção sistemática da maquinaria, eles continuam existindo atrelados à grande indústria. Muitas vezes eles passam a produzir *capital industrial*, mesmo quando seu processo produtivo não tenha a maquinaria como aspecto central.

Para perceber como a cooperação capitalista ainda hoje é utilizada em formas organizacionais do trabalho com a finalidade de abrir novas frentes de valorização do capital, basta uma breve menção aos novos espaços de trabalho chamados de *coworking*, locais onde um capitalista investidor dispõe de um espaço equipado com meios de trabalho necessários às diversas atividades de escritório, e a disponibilidade de serviços de manutenção do espaço que vão desde limpeza, água, *internet*, até consultorias financeiras, e cobra uma taxa mensal de utilização dos usuários que podem ser profissionais autônomos ou empresas. As empresas que alugam parte deste espaço para seus trabalhadores⁹⁰ aumentam seus lucros não apenas ao diminuir seus custos operacionais, mas também por se valer de um aumento da produtividade dos trabalhadores pela “emulação” do ambiente coletivo, e pelo compartilhamento de experiências que acontecem em tais espaços. O dono do espaço lucra não apenas com a renda oriunda da cobrança da taxa de utilização, uma forma transmutada da renda da terra pelo aluguel, mas também ao fornecer diversos “serviços” que, juntos, geram crescimento dos negócios de seus inquilinos. Esses “serviços” específicos são oferecidos a partir da exploração de trabalhadoras e de trabalhadores fixos como consultoras, secretárias, motofretistas que, no conjunto do trabalho coletivo, geram um valor maior do que recebem como salário. O velho princípio da cooperação capitalista ganha, nesses espaços, um refinamento contemporâneo ao conceber novos espaços para atuação do capital.

⁹⁰ Originalmente, os *coworkings* foram criados para receber trabalhadores da área da tecnologia da informação que exerciam seu trabalho em casa e não obtinham produtividade adequada.

Referências

Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

Bolaño, César. O pensamento abstrato no século XXI: para uma análise da atual reestruturação capitalista à luz de uma leitura de Sohn-Rethel sobre a separação entre trabalho manual e intelectual. In: Golfard, José Luiz; Ferraz, Márcia H. M. (orgs.). Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 2001. *Anais*, São Paulo, Editora da USP, 2001.

Lazzarato, Maurizio. *Le concept de travail immatériauel: la grande entreprise*. Paris, Future Antérieur, 1992. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Le-concept-de-travail-immateriel>. Acesso em: 03 maio 2021.

Marx, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo, Centauro, 2004b.

Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004a.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. livro 1. São Paulo, Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. livro 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008a.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. livro 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008b.

Marx, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 2v.

Santos, Vinícius Oliveira. *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

13.

Normatividade e subjetividade na crítica da economia política de Karl Marx

Hyury Pinheiro

Introdução

Desde os anos 1960, há um movimento significativo de renovação da leitura da crítica da economia política de Karl Marx (1818-1883). É possível verificar tanto a chamada *Neue Marx Lektüre* presente na então Alemanha Ocidental, como as leituras operaísta e pós-operaísta/biopolítica, estrutural e pós-estrutural/deconstrutivista, analítica da forma e teórica do valor (Engster, 2016, p. 138, nota 4). Hoff (2009) amplia esse escopo e demonstra a ocorrência dessas novas leituras em vários países como Japão, Itália, França, Espanha, bem como países do leste e do sul asiático, da América Latina e do mundo anglo-saxão. Evidentemente, esse movimento de renovação não ocorreu por um ímpeto meramente teórico e casual: naquela época, o mundo capitalista passava por transformações importantes que demandavam dos movimentos e lutas sociais uma posição quanto às formulações presentes em *O Capital*, de Marx, já que essa obra se apresentava, desde fins do século XIX, como o ponto de partida histórico e teórico de diversos movimentos revolucionários e contestatórios da ordem do capital.

Uma dentre as várias questões políticas que se coloca com essas novas leituras diz respeito justamente ao sujeito mobilizado pela crítica marxiana ou, ainda, sobre o modo como essa crítica concebe o sujeito histórico e seu lugar no complexo problemático da modernidade capitalista. Afinal, em um momento em que vários movimentos sociais apresentam ban-

deiras que, pelo menos à primeira vista, deslocam-se em relação à centralidade problemática da produção capitalista, é natural que se questione a relevância do trabalho de Marx para a análise da atual configuração das sociedades capitalistas e, em especial, a abordagem do sujeito que se opõe ao capital, o proletariado. O conjunto de problemas teóricos produzidos a partir desse questionamento é amplo e não pretendo mapeá-lo aqui. Antes, gostaria de me deter sobre o sentido da crítica marxiana da economia política no que diz respeito à normatividade por ela desenvolvida e ao modo como teoriza os limites e as possibilidades políticas da classe trabalhadora.

Para tanto, começo apontando dois esforços de problematização da normatividade em *O Capital* advindos da teoria crítica de inspiração frankfurtiana. Os textos de Seyla Benhabib e de Axel Honneth servirão de ponto de partida para uma reflexão que deverá abordar a especificidade da normatividade da crítica marxiana. Tal abordagem passa por discutir a especificidade do objeto de Marx e, em seguida, o método de análise desse objeto, o que aponta não apenas para uma inconformidade com a ideia de normatividade que autor e autora trazem, como indica, também, um duplo caráter normativo presente na análise marxiana: um intratextual – na medida em que as categorias econômicas não são apenas descritivas desse modo de produção e sim normativas das práticas materiais que o constituem – e outro extratextual – dado que *O Capital* deva ser pensado para munir a classe trabalhadora de uma explicação fundamental da economia capitalista, visando o seu enfrentamento político radical. A partir dessa reflexão, espera-se contribuir com a discussão acerca da atualidade da crítica marxiana da economia política, não porque ela se constitui um dogma infalível para a crítica ao capitalismo, mas porque apresenta, em seu próprio método e modo de ser, uma abertura importante para a contingência histórica das lutas políticas e, assim, para sua própria atualização.

Modos de subjetividade na crítica da economia política de Marx: o problema da normatividade

Seyla Benhabib, em seu *Critique, Norm and Utopia* [Crítica, Norma e Utopia] (1986),⁹¹ afirma que há, na teoria crítica marxiana sobre o capitalismo, “duas perspectivas epistêmicas” distintas, uma intersubjetiva e outra transsubjetiva,⁹² que são “correlatas ao conceito duplo de crise *sistêmica* e *vivida*” (Benhabib, 1986, p. 105, grifos da autora).⁹³ Segundo a autora, tais perspectivas “não são mutuamente exclusivas, mas complementares entre si em uma teoria social crítica”, de modo que a tentativa marxiana de as articular em *O Capital* seria um acerto. O problema é que “ele falha em integrá-las em uma teoria social coerente e, em suas considerações normativas, regressa, em vez disso, ao ponto de vista da transsubjetividade e da filosofia do sujeito”, assumindo, assim, “o modelo expressivista de ação”,⁹⁴ negando, por conseguinte, “as dimensões de

⁹¹ Todos os textos citados neste capítulo, a partir de referências em língua estrangeira, foram traduzidos por mim.

⁹² “Ao longo de *O Capital*, duas linhas de análise são seguidas: enquanto a primeira procede a partir da perspectiva interpessoal dos indivíduos-em-relações-sociais, cuja atividade de produção é também uma de reprodução social, o segundo nível de análise denota o movimento do capital como autovalorização do valor a partir da perspectiva de uma terceira pessoa, do pensador-observador. Esse segundo discurso, por meio do qual Marx expõe a lógica transsubjetiva do capitalismo, não é afirmativo, mas crítico. Diferente de Hegel, Marx não reifica a lógica da transsubjetividade, mas mostra que ela é consequência de uma forma de vida dominada pela lei da valorização do capital” (Benhabib, 1986, p. 103-104).

⁹³ “Por ‘crise vivida’ [...] entendo transformações radicais nas condições de trabalho, de vida e domésticas: a emergência de sentimentos de exploração, injustiça, ressentimento, mal-estar e similares. Nessas passagens [de *O Capital*], são narradas a dominação e a brutalização dos trabalhadores, mas também suas lutas e resistências contra a exploração e dominação. Em contraste, o principal argumento do texto apresenta a crise *funcional* ou *sistêmica* do capitalismo: são discutidas a tendência de queda da taxa de lucro, falências, concentração de capital, barreiras na circulação e realização do capital e a questão do desemprego. Sociologicamente, a crise vivida sinaliza o colapso de normas, valores e estruturas de sentido incorporadas nas ações sociais. Crise funcional sinaliza o ‘mal-funcionamento’ dos contextos objetivos das relações.” (Benhabib, 1986, p. 126, grifos da autora).

⁹⁴ No conceito expressivista de ação, a “ação humana é vista como expressão, manifestação, desdobramento e revelação da essência implícita

pluralidade e indeterminação que são constituintes da ação social” (Benhabib, 1986, p. 104-105, grifos da autora). Em razão disso, o caminho para Marx incluir em sua teoria crítica outros sujeitos antagônicos ao capital além do proletariado estaria dificultado, senão impedido.

Benhabib argumenta que, tal como pode ser lido nos “excursos históricos de *O Capital*”, “os trabalhadores não são sujeitos de suas lutas, mas vêm a sê-los apenas na medida em que eles são tornados sujeitos pelo próprio capitalismo”, de modo que “atores coletivos cujas lutas não podem ser subsumidas ao conceito de ‘classe’ não são, de modo algum, sujeitos”. O próprio “conceito de ‘classe’” teria sua validade restrita à análise “daqueles sistemas sociais nos quais a estratificação não é atribuível [...] e onde a integração social é primordialmente alcançada por meio do livre mercado do trabalho assalariado”. O erro de Marx, no entanto, não estaria no recorte em si da categoria “classe”, e sim no fato de “atribuir um status normativo ao único modo de identificação coletiva que o capitalismo pareceu criar [...], ignorando as próprias experiências sociais de *coletividade* e *pluralidade* que são fundamentais aos atores sociais que lutam” (Benhabib, 1986, p. 128-129, grifos da autora). Nessa leitura, os limites descritivos e normativos de *O Capital* estariam demarcados pelo próprio *sistema do capital*, de modo que restaria à ação emancipatória da classe trabalhadora visar tão somente o fim da lógica capitalista de autovalorização do valor.⁹⁵

Axel Honneth ([2013] 2018) apresenta uma leitura aproximada em relação à de Benhabib. Entretanto, em vez de

ou da natureza do agente. A essência da ação é [...] sua capacidade de atualizar o que está implícito como essência do agente. O modelo expressivista da ação vê a ação como processo de autoatualização”. Esse paradigma “necessita da perspectiva transsubjetiva da terceira pessoa que possui o insight da ‘potencialidade’, ‘essência’ ou ‘natureza’ que o agente deve manifestar ou revelar” (Benhabib, 1986, p. 102-103).

⁹⁵ “O modelo de emancipação que guia essa crítica é a perspectiva de que o que confronta atualmente os indivíduos como lei do valor do capital precisa ser reapropriado por eles e submetido a seus fins. Sob o capitalismo, a riqueza social se apresenta como a riqueza do capital, como uma acumulação de mercadorias, A tarefa futura é reapropriar essa riqueza social para fins humanos” (Benhabib, 1986, p. 104).

encerrar essa dualidade característica da crítica marxiana no texto de *O Capital*, ele a desmembra na forma de duas temporalidades distintas presentes ora nos “escritos crítico-econômicos”, ora naqueles “histórico-políticos” (Honneth, 2018, p. 671). Uma temporalidade, presente em escritos histórico-políticos como *18 Brumário* e *Guerra Civil em França* e que poderia ser chamada *diacrônica*, diz respeito à “mutabilidade imprevisível do acontecimento histórico, que é desencadeada através de permanente deslocamento de significados nas orientações normativas dos partidos conflagrados” (Honneth, 2018, p. 673). Outra temporalidade, a *sincrônica*, infensa à possibilidade de “ressignificações normativas” oferecida pelas “experiências em conflitos”, apresenta os acontecimentos “dentro do esquema quase linear de uma implementação de interesses de exploração capitalista, que apenas podem ser adiados através das ações da classe operária, sinalizadas como lutas defensivas, mas não influenciados” (Honneth, 2018, p. 675). Nessa temporalidade, “as intenções de ações dos atores não são mais mediadas por normas, [...] mas antes resultam somente de interesses em última instância econômicos”, ou seja, interesses mediados pela “posição fundamental de posse ou de despossessão dos meios de produção” (Honneth, 2018, p. 674).

Uma vez que essas temporalidades permanecem imediatas e tensas entre si, Honneth propõe “restaurar a *O Capital* aquela porção de moral construtiva da realidade”, de modo a perceber “na ação econômica uma camada de conflituosidade normativa que permeia até mesmo as relações capitalistas” (Honneth, 2018, p. 676-677). Essa restauração ocorreria na medida em que lêssemos a crítica da economia política a partir do método aplicado por Marx naqueles escritos histórico-políticos, de tal maneira que se substituisse as “premissas de sua crítica da economia política” por uma “análise sociológica do capitalismo, que junto com as bases normativas de todas as decisões econômicas também trouxesse à luz a dimensão da luta social”. Esse movimento seria necessário, já que Marx, em *O Capital*, teria lidado com “os conflitos de classe como meros estágios de passagem de um desenvolvimento linear da subsunção capitalista” (Honneth, 2018, p. 680-681). Desse

modo, o autor parece ver nessa obra marxiana uma espécie de transfiguração racional-finalista da luta de classes que, no limite, redundaria até mesmo em sua ausência: afinal, se o que vemos é a *transfiguração* da luta de classes, não vemos a luta em si; se não vemos a luta em si, não observamos a história em processo e sim tão somente a reprodução sistemática do capital.

Tanto a leitura de Honneth quanto a de Benhabib indicam, cada uma à sua maneira, o mesmo diagnóstico: *O Capital* apresenta uma teoria crítica *frustrada* da sociedade burguesa, e essa frustração decorre da incapacidade de Marx em elaborar a mediação entre a lógica objetiva (transsubjetiva e sincrônica) do capital e a lógica subjetiva (intersubjetiva e diacrônica) da ação da classe trabalhadora, recaindo notadamente na primeira, constituindo um limite problemático do potencial emancipatório e normativo da crítica marxiana.⁹⁶ Ocorre que Marx não era frankfurtiano e nem pretendeu desenvolver uma teoria crítica geral da sociedade burguesa em *O Capital*.⁹⁷ A crítica marxiana da economia política possui um registro teórico distinto do registro bidimensional acima apontado e, por conseguinte, uma interface com a história observada distinta da interface que concebe a crítica de Marx a partir de uma teoria expressivista da ação social.

A especificidade do objeto de *O Capital*

O objeto de estudo de Marx em *O Capital* não foi concebido da noite para o dia. Ele resultou de mais de duas

⁹⁶ Esse problema é particularmente sensível para as teorias críticas que se orientam a partir do deslocamento que Jürgen Habermas opera em relação à crítica adorniana da racionalidade reificada, alçando à centralidade de suas considerações “as implicações normativas das relações sujeito-sujeito” (Honneth, 1995, p. 107). Sobre esse deslocamento habermasiano, ver, também, Voirol (2012).

⁹⁷ Sommer & Wolf (2008, p. 8) entendem que a crítica de Marx não diz respeito à “socialização real” – ou, como descrevem Behre e Rakowitz (2001), uma “crítica às teorias, às representações cotidianas e à real socialização capitalista” –, mas sim às teorias econômicas, à formação de suas categorias e ao reconhecimento dessas categorias como “formas objetivas e sociais de pensamento”. Assim, a crítica marxiana, enquanto crítica dessas “formas objetivas e sociais” da economia burguesa, se configuraria como crítica *particular* da socialização real da sociedade burguesa.

décadas de desenvolvimentos e desistências, de rompimentos e reconhecimentos, de análises e sínteses em relação à economia política de sua época. Sabe-se que no início da década de 1840, além de sua atividade jornalística, o autor estava inserido nos embates político-filosóficos prussianos, em especial naqueles de recorte hegeliano. São exemplos o seu intento em estudar a doutrina da essência de Hegel para fazer frente às *Investigações Lógicas* (1840) de Friedrich Adolf Trendelenburg (Arndt, 2016, p. 187-188), e seu manuscrito crítico sobre a filosofia hegeliana do direito (1843), no qual visava uma “verdadeira crítica filosófica” da teoria política vigente à época. A introdução dessa crítica foi publicada nos *Anais Franco-Alemães* em 1844, mesma publicação em que apareceu os *Delineamentos para uma Crítica da Economia Nacional* de Friedrich Engels, texto que despertou grande interesse em Marx e que o levou a se dedicar ao estudo da economia política já em 1844.

Naquele momento, no entanto, a economia política não detinha a completude de sua atenção e compunha, junto de outras disciplinas, uma espécie de mosaico crítico a partir do qual planejava desenvolver uma crítica à sociedade burguesa.⁹⁸ Ecos desse projeto aparecem na chamada *Ideologia Alemã* (1845).⁹⁹ Sua continuidade na crítica da economia política foi

⁹⁸ Marx afirma no que seria o prefácio aos manuscritos de Paris: “Anunciei nos *Anais Franco-Alemães* a crítica da ciência do direito e do Estado sob a forma de uma crítica da filosofia *hegeliana* do direito. Durante a preparação para a impressão, mostrou-se completamente inapropriada a mistura da crítica direcionada apenas contra a especulação com a crítica dos diversos materiais, obstruindo o desenvolvimento, dificultando a compreensão. Além disso, a riqueza e a diversidade dos objetos a serem tratados teria permitido a [sua] condensação em *um* escrito apenas de modo completamente aforístico, assim como, por sua vez, uma tal apresentação aforística teria criado a *aparência* de um sistematizar arbitrário. Deixarei suceder, portanto, em várias brochuras autônomas, a crítica do direito, da moral, política etc. e, finalmente, tentarei fornecer, em um trabalho particular, novamente a conexão do todo, a relação das partes singulares, como, enfim, a crítica da elaboração especulativa daquele material. Por esse motivo, encontra-se no atual escrito a conexão da economia nacional com o Estado, o direito, a moral, a vida burguesa etc. na verdade apenas na medida [...] em que a economia nacional toca, mesmo ex professo, esses objetos.” (MEW 40, p. 467, grifos da edição)

⁹⁹ “Essa concepção da história se baseia, portanto, em desenvolver o processo efetivo de produção – partindo, na verdade, da produção material da vida imediata – e em conceber a forma de intercâmbio que se correlaciona

objeto de divergências teóricas cuja resolução configura leituras distintas dos escritos de Marx ¹⁰⁰ e, a partir daí, possibilidades distintas de análises do real. Fato é que, a partir da segunda metade da década de 1840, sua atenção teórica *tendeu* a se concentrar nos meandros da economia política, primeiro com a crítica ao livro de Pierre-Joseph Proudhon (*Miséria da Filosofia*, de 1847), depois, já na década de 1850, com os chamados *Cadernos Londrinos* (1850-1853) e os *Grundrisse* (1857-1858). É preciso ressaltar que essa concentração jamais alcançou (e nem alcançaria) aquela completude aludida, permanecendo sempre uma tendência (acompanhada, é certo, de contratendências, como doenças, lutos, exaustões por excesso de trabalho, outros interesses intelectuais etc.). Lembro, por exemplo, que a atividade jornalística de Marx quase sempre coexistiu com suas investigações político-econômicas, de modo que ocorria um intercâmbio entre ambas a ser conferido tanto nas suas análises conjunturais quanto nos seus cadernos de estudo e na própria crítica da economia política depois publicada.¹⁰¹

com esse modo de produção e é por ele engendrada, portanto, [em conceber] a sociedade burguesa em seus vários níveis, como fundamento de toda história, e tanto em apresentá-la em sua função como Estado, como em explicar a partir dela o conjunto das variadas criações e formas de consciência, religião, filosofia, moral etc. etc. e em perseguir seu processo de surgimento a partir delas, onde então, naturalmente, a questão também pode ser apresentada em sua totalidade (e por isso também a ação recíproca desses vários aspectos uns sobre os outros).” (MEW 3, p. 37-38)

¹⁰⁰ Arndt ([1985] 2012, p. 77) entende, por exemplo, que “Marx vê abertamente, na crítica do sistema monetário, a possibilidade de assimilar o programa da *Ideologia Alemã* e de desdobrar a sociedade burguesa enquanto todo na totalidade e na ação recíproca de suas esferas”. Já Reichelt ([1971] 1973, p. 73) discorda de Arndt ao afirmar que “a obra tardia de Marx não resiste à comparação com a exigência imanente das declarações programáticas presentes na *Ideologia Alemã*”.

¹⁰¹ “Marx utilizou o material que ele examinou e coletou no curso de seus estudos para a escrita jornalística também para o trabalho em *O Capital*. Algumas passagens – como a famosa e extremamente incompleta quinta seção do planejado terceiro livro – são constituídas, em grande parte, por vezes quase completamente, a partir de tais materiais. Outro indício que, com razão, é frequentemente mencionado: algumas das curtas notas sobre a Índia, China, Indonésia e Ásia, que se encontram em *O Capital*, remetem aos seus artigos jornalísticos, tanto em termos de conteúdo quanto, em poucas partes, em termos quase literais. De todo modo, enquanto economista político, Marx parece ter aprendido muito mais por meio de seu

O testemunho daquela tendência pode ser acessado no prefácio de *Para Crítica da Economia Política* (1859). Vejamos:

Minha investigação [desenvolvida desde 1844] desembocou no resultado [1-] de que as relações jurídicas, como formas do Estado, não devem ser apreendidas (zu begreifen) nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, antes, elas radicam nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel sintetizou, de acordo com o procedimento dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade burguesa”; [2-] de que, no entanto, a anatomia da sociedade burguesa deve ser buscada na economia política (MEGA II/2, p. 100).

Assim, seja como renúncia a um projeto mais amplo e abstrato de crítica da sociedade burguesa, seja como uma concentração naquilo que Marx considerava seu fundamento real (o que me parece ser o caso), a economia política aparece para o autor cada vez mais concretamente como uma *ciência* cuja crítica imanente é, do ponto de vista da luta de classes, politicamente necessária. Tal necessidade diz respeito à apreensão crítica, por parte das classes trabalhadoras e de seus órgãos de representação política, daquelas categorias econômicas que, mobilizadas pelos discursos dos capitalistas industriais, proprietários de terras e representantes políticos das classes burguesas, legitimavam de modo aparentemente objetivo o sistema capitalista de produção e de expropriação do trabalho, bem como a dominação política da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Escrevo “aparentemente objetivo” não para indicar que a apreensão crítica das categorias econômicas talvez se refira exclusivamente a uma luta discursiva, mas porque a objetividade das relações sociais de produção apresentada pelos economistas burgueses por meio dessas categorias é, no entender de Marx, *parcial*. Para ele, as categorias econômicas “nada são além de expressões teóricas, de *abstrações das*

trabalho jornalístico do que ele gostaria de admitir.” (Krätke, 2005, p. 58-59).

relações sociais de produção” (Marx, [1847] 1896, p. 151, grifo meu), são “abstrações do entendimento”, “formas do ser-aí, determinações da existência [que] expressam frequentemente apenas *aspectos singulares dessa sociedade determinada*, desse sujeito [a moderna sociedade burguesa]”, cuja totalidade é alcançada criticamente pela articulação efetiva que essas categorias apresentam dentro dessa sociedade (MEGA II/1.1, p. 23, 41-42, grifo meu). Conhecer criticamente os fundamentos dessa articulação significa negar de modo determinado a parcialidade da economia política burguesa e, assim, a legitimação burguesa da ordem capitalista.

Um exemplo interessante de uso político e prático dessa crítica pode ser observado na “tediosa” conferência proferida por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 para o Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores. Tal conferência fazia frente às ideias defendidas por John Weston¹⁰² e foi publicada postumamente como um folheto intitulado *Salário, Preço e Lucro* (MEW 16, p. VII-VIII, 623; MEGA II/4.1, p. 385-432). Não à toa, Marx se desculpa pela “tediosa exposição que [foi] obrigado a entrar para fazer alguma justiça ao assunto” (MEGA II/4.1, p. 432): trata-se de uma abordagem analítica de um objeto teórico cujo resultado traz aos sujeitos em luta elementos balizadores para ação política, elementos esses que advêm do interior do próprio objeto problemático. Não é de se estranhar, portanto, as críticas de Benhabib e Honneth que, ao suporem em Marx um paradigma expressivista de ação social, demandam de seu texto aspectos normativos positivos para ação política que ou 1- ali se encontram numa esfera aparte e passiva em relação à esfera sistêmica do capital ou 2- simplesmente não se encontram, o que coloca a necessidade de se buscar em outros textos (como os de caráter histórico-político) os fundamentos morais para uma ação que faça frente ao sistema capitalista.

¹⁰² Weston havia tentado demonstrar ao Conselho em 2 e 23 de maio daquele ano que “a alta generalizada do salário de nada serviria aos trabalhadores e disso deduzido que os sindicatos atuam ‘de modo deletério’” (MEW 16, p. 623).

No entanto, é possível sustentar que, do ponto de vista de seu objeto, a crítica da economia política não trata dessas normatividades *positivas*, por assim dizer. Marx é direto no prefácio à primeira edição de *O Capital* ao afirmar que aquilo que se deve “investigar nessa obra é o modo capitalista de produção e as relações de produção e de intercâmbio *adequadas a ele*. Seu local clássico é, *até agora*, a Inglaterra. Essa é a razão dela servir de ilustração principal de meu *desenvolvimento teórico*” (grifos meus). Mais adiante afirma, ainda, que a obra trata de “leis naturais da produção capitalista”, isto é, de leis que se manifestam dentro de uma objetividade absoluta, que podem ser descritas como “tendências que se estabelecem e que atuam com necessidade férrea” (MEW 23, p. 12). Essa objetividade não arrefece nem mesmo ao lidar com os sujeitos desse modo de produção, que são “pessoas apenas na medida em que são *personificação das categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses*” (MEW 23, p. 16, grifos meus).

Isso não significa que, para Marx, o sujeito está condenado às determinações do sistema, mas sim que caso a classe trabalhadora renuncie “sua resistência contra as usurpações do capital” e abandone “suas tentativas de aproveitar ao máximo as chances ocasionais de sua melhora temporária”, ela “seria degradada a uma massa indistinta de miseráveis sem salvação” (MEGA II/4.1, p. 431-432) e, portanto, entregue ao capital e aos seus desdobramentos. A possibilidade de ação política ou a existência de uma subjetividade capaz desse tipo de ação permanece, assim, fora dessa objetividade da ordem do capital e, ao mesmo tempo, em relação a ela, que nada mais é que uma subjetividade objetivada e institucionalizada, oposta e imposta ao sujeito histórico que a reproduz de modo consciente ou inconsciente. Nessa relação, o sujeito-agente busca reproduzir ou transformar a objetividade constitutiva das relações sociais de produção dentro das quais age e pensa. Ao ser reproduzida ou transformada, essa objetividade retorna sobre o sujeito da ação, reproduzindo-o ou transformando-o. Trata-se, assim, de uma *ação que reflete o objeto* e vice-versa, sem que isso redunde, no entanto, em uma identidade fixa entre

ambos. Se nosso ponto de partida fosse uma ação que simplesmente *expressasse* uma estrutura moral, haveria a possibilidade de uma espécie de ação orientada contra a exploração e a expropriação do trabalho, mas não a possibilidade de uma ação reflexiva capaz de afetar subversiva e fundamentalmente o sistema capitalista e a estruturação de seus vários modos de manifestação.

A subjetividade frustrada do capital e seu método

Marx não parecia simpático à ideia de propor formas específicas de ação ou de buscar construir uma subjetividade revolucionária a partir da problematização da própria estrutura moral das classes trabalhadoras. Noto isso, por exemplo, nas *Instruções para os Delegados do Conselho Central Provisório sobre Questões Singulares* (1867), comunicação na qual o autor afirma o seguinte sobre o trabalho cooperativo:

É tarefa da Associação Internacional dos Trabalhadores unificar e generalizar os *movimentos espontâneos* da classe dos trabalhadores, de modo algum ditar ou impor a eles qualquer sistema doutrinário. Por isso, o Congresso não deveria anunciar nenhum *sistema particular* de cooperação, mas se restringir à exposição de alguns princípios gerais (MEW 16, p. 195, grifos da edição).

Essa recusa a um sistema normativo e orientador da ação pode ser conferida textualmente, também, nas *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner* (1879-1880), quando Marx afirma: “nunca concebi um ‘*sistema socialista*’” (MEW 19, p. 357, grifos do autor). Essa não é, no entanto, uma posição tardia em sua prática reflexiva. Já em *Miséria da Filosofia* (1847), o autor havia criticado o ponto de partida moralmente normativo para o enfrentamento do sistema capitalista de exploração econômica do trabalho, em favor, justamente, do balizamento das ações políticas a partir do conhecimento do “corpo atual da sociedade”, ou seja, daquilo que constitui a estrutura desse sistema. Veja o seguinte trecho sobre John Francis Bray (1809-1895):

M. Bray faz da *ilusão* do burguês honesto o *ideal* que ele gostaria de realizar. Ao purificar a troca individual, ao livrá-la de tudo aquilo que encontra de elementos antagonistas, ele crê encontrar uma relação “*igualitária*” que gostaria de passar para a sociedade.

M. Bray não vê que a relação igualitária, o *ideal corretivo*, que gostaria de aplicar ao mundo, é, ele mesmo, o reflexo do mundo, e que, por consequência, é totalmente impossível reconstituir a sociedade sobre uma base que não passa de uma sombra embelezada. À medida que a sombra volta a ser corpo, percebemos que o corpo, longe de ser a transfiguração sonhada, é o corpo atual da sociedade. (Marx, 1896, p. 106-107, grifos da edição)

Se Marx parece apostar na indeterminação da ação política em si, isto é, se parece aceitar a condição de que, sob o capitalismo, as lutas sociais e sua história ocorrem determinadas por limites e possibilidades advindos do desenvolvimento do modo capitalista de produção, resta a ele conhecer e apresentar criticamente esse sistema de exploração do trabalho que aparece ao sujeito não como tal, mas como uma ordem natural.¹⁰³ A dissolução dessa naturalidade passa por assumir que o objeto e o sujeito se relacionam de modo reflexivo (relação em que, vale dizer, ambos se interpenetram, de modo que o objeto seja dotado de subjetividade, e o sujeito, de objetividade) e dentro de espaço e tempo determinados, admitindo, a ambos, sua própria possibilidade de ação e de transformação histórica. Assim, não se pode conceber esse objeto como uma coleção fixa

¹⁰³ Adianto que afirmar que as lutas sociais sejam determinadas por limites e possibilidades dados pelo modo capitalista de produção não significa estabelecer que essas lutas ocorrem necessariamente no interior dessa determinação. Antes, significa dizer que a apresentação do desenvolvimento desse modo de produção *demarca* limites – limites a partir dos quais se identifica um dentro e um fora da estrutura econômica, ou seja, uma posição em que se vislumbra sua lógica funcional contraditória e, outra, a partir da qual os efeitos dessa contradição retornam sobre a estrutura, confirmando, assim, sua negatividade imanente. O estabelecimento desses limites permite não apenas qualificar uma dada ação política como revolucionária ou estruturante do sistema produtivo, mas também pensar estratégias políticas de enfrentamento da ordem econômica capitalista. Isso não esgota o sentido da prática política, mas o delimita objetivamente do ponto de vista do capital.

de atributos e nem o sujeito como mera capacidade de conhecê-los. Antes, é preciso reconhecer o sujeito e o objeto como processos históricos interdependentes e produtores um do outro, cuja especificidade reside justamente naquilo por meio do que ambos se atraem um ao outro e, ao mesmo tempo, ambos se repelem um do outro, ou seja, na interação e na luta necessárias entre trabalho e capital no processo de reprodução e autovalorização do valor. Trata-se, assim, de conhecer o processo vital e objetivo do capital, isto é, suas determinações enquanto processo de reprodução da vida econômica capitalista, bem como o lugar que as subjetividades classistas (ou as personificações das relações de classe) ocupam nesse processo, demonstrando como o capital subsume o trabalho (ou como o trabalho morto subjuga o vivo) e como o trabalho resiste a essa subsunção, impedindo, com isso, não apenas a aniquilação da sua existência, mas também o fim súbito do capital.

Por isso, não erra completamente quem assume o capital como o sujeito em *O Capital* – desde que o apreenda como um sujeito frustrado no seu ímpeto em se realizar como tal.¹⁰⁴ A demonstração do modo concreto pelo qual ele se frustra é, justamente, a apresentação sistemática das categorias econômicas e, assim, do desenvolvimento conceitual das determinações do capital. A importância de se distinguir entre o modo de apresentação e o de investigação está em perceber o primeiro como resultado do segundo e, portanto, a plasticidade de que o sistema (que apresenta o sujeito-capital em frustração, vale destacar) é capaz em relação à empiria das relações sociais de produção. Sem essa plasticidade, o sistema do capital tenderia ao absoluto à revelia da realidade, incluindo em si a totalidade da atividade humana e dos objetos da natureza, cessando, a partir de si mesmo, o movimento de atração e repulsão que caracteriza sua relação com o trabalho e a natureza. Seria, desse modo, uma descrição dogmática da relação social de produção chamada capital, e não uma demonstração fundamental de como ela se desenvolve e determina o modo burguês de produzir. Por reconhecer a incapacidade do capital de se pôr como sujeito

¹⁰⁴ Cf. Theunissen (1975), Müller (1982) e Grespan (2002).

absoluto, Müller (1982) destaca que o método de Marx em *O Capital* é subjetivo e diz respeito à reconstrução categorial da economia política.¹⁰⁵ Nesse sentido, o procedimento marxiano se aproximaria mais do hegeliano presente na filosofia da natureza do que o presente na lógica¹⁰⁶ – isso, é claro, se assumirmos uma diferença fundamental entre ambos os momentos do sistema de Hegel, o que é discutível.

A pesquisa econômica desempenha, portanto, papel central no método de Marx. A empiria com a qual lida o autor no processo de pesquisa apresenta pelo menos dois sentidos. De um lado, pode ser entendida como “a generalização sucedida por meio de outro pensador” (Jahn & Nietzold, 1978, p. 156), de modo que as publicações teóricas da economia política constituem um vasto campo de pesquisa para Marx.¹⁰⁷ De outro, os próprios dados e análises conjunturais produzidos por periódicos especializados, como *The Economist*, são postos junto ao conceito e, assim, reafirmam ou reconfiguram as formulações teórico-sistemáticas.¹⁰⁸ Isso indica uma porosidade da

¹⁰⁵ “O método não é mais a forma do automovimento do conteúdo que se expõe, mas um procedimento de reconstrução categorial que pressupõe o trabalho prévio de investigação das ciências empíricas e a maturação histórica do objeto para então expor a sua lógica interna de acordo com os nexos que a análise apreendeu entre suas determinações”. (Müller, 1982, p. 30).

¹⁰⁶ “A dialética como método não pode ser mais do que aquilo que tinha levado uma existência parasitária e bastante subdesenvolvida ao longo do ‘método’ de Hegel: a *forma de exposição* racional e ao mesmo tempo crítica de uma matéria que as ciências particulares prepararam e da qual o pesquisador precisa ter se apropriado de um modo diferente do dialético. Hegel pronunciou-se sobre esse conceito subjetivo de método apenas em observações preparatórias – em especial no início da *Enciclopédia* e da *Filosofia da Natureza*. Marx, ao contrário, faz desse conceito o *hen kai pan* (‘o uno é o todo’) da dialética.” (Fulda, [1974] 2017, p. 114, grifos do autor).

¹⁰⁷ Sobre os cadernos de anotações de Marx enquanto “fundamento material” sobre o qual Marx desenvolveu o plano de sua crítica da economia política, ver Jahn (1987) e Bluhm & Rüdiger (2020).

¹⁰⁸ Cito dois trechos de cartas de Marx para ilustrar esse aspecto: “Em nenhuma circunstância eu teria publicado o segundo tomo [de *O Capital*, que contemplava os livros II e III – H. P.] antes da momentânea crise industrial inglesa alcançar o seu pico. Os fenômenos são dessa vez completamente peculiares, distinguem-se dos antigos em vários aspectos, e isso se explica facilmente – sem levar em conta outras circunstâncias modificantes – pelo fato de que nunca antes crises colossais e que duram já há cinco anos nos *Estados Unidos, América do Sul, Alemanha, Áustria* etc.

apresentação de *O Capital* em relação à empiria tomada nesses dois sentidos e, conseqüentemente, a existência de um *lado de fora* do sistema, lado esse cujo conteúdo – elementos advindos de relações sociais não capitalistas de produção – ora é barrado pelo limite da forma conceitual, ora é integrado ao seu interior, ressignificando sua existência socioeconômica a partir das possibilidades estruturais inscritas naquela forma. Duas citações acerca da categoria *valor de uso* indicam respectivamente essas situações:

Ser valor de uso parece uma pressuposição necessária para a mercadoria, mas ser mercadoria parece uma determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso dentro dessa indiferença ante à determinação econômica da forma, isto é, o valor de uso como valor de uso, se situa além do círculo de consideração da economia política. Ele só recai dentro de seu círculo ali onde ele mesmo seja determinação da forma. De modo imediato, ele é a base material na qual se apresenta uma relação econômica determinada, o *valor de troca*. (MEGA II/2, p. 108, grifos do autor).

(*Preço*, que não é reduzível ao *valor*, seja imediatamente ou por meio de uma série de intermediários, expressa uma troca meramente contingente de algo qualquer por dinheiro. E, assim, coisas que, segundo a natureza da questão, não são *mercadorias* e, portanto, nesse sentido, extra commercium hominum, pode se transformar em mercadorias por meio da sua troca por dinheiro. Daí a conexão entre venalidade e corrupção e relação monetária). (MEGA II/4.1, p. 16, grifos da edição).

precederam a crise inglesa. É preciso, portanto, observar o curso presente até as coisas amadurecerem, e só então é possível ‘consumi-las produtivamente’, isto é, ‘teoricamente.’” (Carta de Marx a Nikolai Franzewitsch Danielson, 10/04/1879, MEW 34, p. 370-371, grifos da edição); “Sob as condições atuais, a segunda parte de *O Capital* não pode ser publicado fora da Alemanha, o que para mim até que é algo bem-vindo, enquanto, precisamente nesse instante, certos fenômenos econômicos entraram em um novo estágio de desenvolvimento e, portanto, requerem nova elaboração.” (Carta de Marx a Ferdinand Domela Nieuwenhuis, 27/06/1880, MEW 34, p. 447).

Em ambas as citações, o objeto útil (ou a relação social de produção determinada por ele), indiferente ao sistema político-econômico (“o valor de uso como valor de uso”, “coisas que, segundo sua natureza, não são mercadorias”), *adentra* o “círculo de consideração da economia política” ao se relacionar com uma determinação formal própria desse sistema, ou seja, ao ingressar numa relação econômica própria do modo capitalista de produção (aqui, o valor de troca e a relação monetária de troca são ambos determinados pelo capital). Enquanto a utilidade permanece como algo indiferente ao sistema econômico e suas determinações, ela persiste *fora* desse círculo-limite, porém, vale dizer, também em relação potencial com ele, de modo que pode ingressar nele mediante sua submissão às determinações econômicas da forma. Nesse sentido, na medida em que o sistema do capital se expande e abarca as relações sociais de produção que existem previa e exteriormente a ele, essas relações são realocadas em uma nova posição interrelacional a partir da qual passam a ser coagidas por novas forças socioeconômicas.¹⁰⁹

A ação política, por sua vez, existe como uma relação social cuja efetividade tensiona esse limite, tanto *a partir de dentro* quanto *a partir de fora* da estrutura econômica. Um exemplo do primeiro caso, presente em *O Capital*, são as lutas pela redução da jornada de trabalho; quanto ao segundo caso, posso indicar aquelas lutas sociais que, ainda que não nasçam diretamente do processo imediato de produção de mais-valor, são transpassadas por ele em algum nível. Essas últimas lutas não encontram, em *O Capital*, a posição privilegiada que apresentam as lutas da classe trabalhadora industrial. Isso é devido ao nível de abstração em que é apresentado o modo

¹⁰⁹ Aqui é interessante destacar uma autocitação que Marx recupera na nota 256 do livro I de *O Capital*: “Um negro é um negro. Só dentro de determinadas relações ele se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina para a fiação de algodão. Apenas dentro de determinadas relações ela se torna capital. Arrancada dessas relações, ela é tão pouco capital quanto o ouro é, em e para si, dinheiro ou o açúcar, o preço do açúcar... O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.” (Karl Marx, ‘Trabalho assalariado e capital’, *Neue Rheinische Zeitung*, n. 266 de 07/04/1849)” (MEW 23, p. 793-794).

capitalista de produção, em particular, o processo de produção do capital. Para que se tenha uma ideia do nível de abstração trabalhado pelo autor em sua crítica da economia política, vale citar o (longo) trecho de uma carta sua enviada a Engels em 02 de abril de 1858 em que comenta uma das versões do plano geral de seu trabalho:

I. *Capital. Primeira seção. O capital em geral.* (Em toda essa seção, é pressuposto que o salário permanece igual ao seu mínimo. Os movimentos mesmos do salário e a queda ou aumento do mínimo pertencem à consideração do trabalho assalariado. Além disso, a propriedade da terra é posta = 0, isto é, a propriedade da terra como relação econômica particular ainda não diz respeito a nada aqui. Apenas por meio desse curso é possível não falar sempre de tudo em todas as relações.)

1. *Valor.* Puramente reduzido a quantum de trabalho; tempo como medida do trabalho. O valor de uso – seja considerado subjetivamente, como usefulness do trabalho, ou objetivamente, como utility do produto – aparece aqui meramente como pressuposição material do valor, que, nesse ínterim, é completamente extirpado da determinação econômica da forma. O valor enquanto tal não tem nenhuma outra “matéria” que o próprio trabalho. Essa determinação do valor, primeiro alusivamente em Petty, elaborada de modo puro em Ricardo, é tão somente a forma mais abstrata da riqueza burguesa. Já pressupõe em si: 1. a suspensão do comunismo natural-espontâneo (Índia etc.), 2. todos os modos de produção não desenvolvidos e pré-burgueses nos quais a troca não predomina em toda sua extensão. Ainda que seja abstração, é uma abstração histórica que pôde ser levada a cabo tão somente sobre o fundamento de um desenvolvimento econômico determinado da sociedade. Todas as objeções contra essa definição de valor ou são tomadas de relações não desenvolvidas de produção, ou baseiam essa definição sobre a confusão de tornar válidas, contra o valor dentro dessa sua forma abstrata não desenvolvida, as determinações econômicas mais concretas, das quais o valor é abstraído e as quais, por outro lado, também podem ser consideradas, portanto, como desenvolvimento mais avançado do valor. (MEW 29, p. 312, 315, grifos do autor).

Esse elevado nível de abstração do sistema que pressupõe e abstrai questões como variação do salário, propriedade da terra, precificação de mercadorias, modos não capitalistas de produção etc. parece-me necessário aos propósitos de sua crítica, na medida em que busca demonstrar, *dentro* da economia política enquanto discurso político e científico, aquilo que ainda não havia sido demonstrado por ela mesma – ou ainda, aquilo que era *ocultado* por ela. Por meio de um intenso trabalho analítico levado a cabo pela “capacidade de abstração” (MEW 23, p. 12), Marx alcança dois resultados a partir dos quais, segundo entende, torna-se possível apresentar criticamente o fundamento da economia política clássica:

O melhor em meu livro é 1. (sobre isso se baseia *todo* entendimento dos facts) o *caráter duplo do trabalho* enfatizado logo no *primeiro* capítulo, que diz respeito a como esse trabalho se expressa, se em valor de uso ou se em valor de troca; 2. o tratamento do *mais-valor independente de suas formas particulares* como lucro, juro, renda da terra etc. Isso será mostrado em especial no segundo tomo. O tratamento das formas particulares dentro da economia clássica, que as confunde insistentemente com a forma geral, é uma Olla Potrida [uma bagunça]. (Carta de Marx a Engels, 24/08/1867, MEW 31, p. 326, grifos da edição).

O resultado dessa reconstrução categorial não visa, portanto, uma referenciação adequada para a representação do mundo econômico observável, mas a atualização das categorias econômicas, tanto do ponto de vista de seus conteúdos quanto do ponto de vista de suas funções e formas que as organizam em um todo processual e conceitual. Tais atualização e organização viabilizam o espelhamento ideal da “vida da matéria” que, por sua vez, só é possível graças à pesquisa prévia que se apropria “da matéria em detalhe”, analisa “suas formas variadas de desenvolvimento” e persegue a “ligação interna” entre elas (MEW 23, p. 27). Isso quer dizer que, em *O Capital*, as categorias se apresentam como “formas do ser-aí, determinações da existência” (MEGA II/ 1.1, p. 41) das relações sociais de produção

e, enquanto tais, são capazes de demonstrar o vir-a-ser do capital industrial individual, bem como o desdobramento de suas próprias determinações rumo à constituição de um regime específico de reprodução, de apropriação e de acumulação da riqueza social.

Na prática, essa atualização consiste em uma reconfiguração da rede categorial da economia política clássica em favor da articulação social *específica* das relações sociais *capitalistas* de produção. Por isso, não faz sentido para a crítica da economia política simplesmente assumir as categorias dessa ciência social e, a partir de uma posição ético-moral, propor uma crítica ao modo de produção. Marx visa, antes, trazer a ciência econômica ao ponto em que possa ser apresentada dialeticamente,¹¹⁰ ou seja, ao ponto em que seja capaz de refletir o movimento *vital e contemporâneo* da reprodução do capital produtivo, movimento que abarca tanto seu nascimento quanto seu perecimento, tanto sua posição quanto sua negação.¹¹¹ A radicalidade do método marxiano está, enfim, em demonstrar as próprias categorias político-econômicas não como meros instrumentos analíticos, mas como elementos objetivos, históricos e normativamente constituintes do modo capitalista de produção, elementos que possuem, mesmo em sua objetividade lógica, uma função prática e política enquanto meio de operacionalização e legitimação da própria dominação econômica.

¹¹⁰ Contra a tentativa de Ferdinand Lassalle (1825-1864) de lidar “hegelianamente” com a economia política, Marx afirma: “Ele tomará conhecimento, para seu próprio revés, que são coisas completamente distintas trazer uma ciência, através de sua crítica, ao ponto em que ela pode ser apresentada dialeticamente, e aplicar um sistema abstrato e pronto da lógica a suspeitas que são precisamente de tal sistema” (carta de Marx a Engels, 01/02/1858, MEW 29, p. 275).

¹¹¹ “Dentro de sua forma mistificada a dialética era moda alemã, pois parecia glorificar (*verklären*) o subsistente. Dentro de sua figura racional, ela é uma ofensa e uma abominação à burguesia e aos seus porta-vozes doutrinários, pois ela inclui dentro do entendimento positivo do subsistente, ao mesmo tempo, também o entendimento de sua negação, de sua decadência necessária; apreende cada forma que veio a ser dentro do fluxo do movimento, portanto também de acordo com seu lado transitório; [...]” (MEW 23, p. 27-28).

A fim de tornar mais precisa essa ideia de normatividade das categorias econômicas, abro um “parênteses” e faço uma pequena ressalva a uma observação de Rosa Luxemburg (1985 [1921], p. 331), pois, para a autora, “as leis invisíveis e objetivas da acumulação capitalista [...] encontram-se *fora do quadro de competência das normas de ação consciente dos capitalistas individuais*” (grifo meu),¹¹² de modo que “a produção hodierna apenas faz jus a sua função, às tontas, por excesso ou por falta, por flutuação dos preços e por crises”, tendo esses dois últimos elementos a capacidade de trazer equilíbrio periódico à “produção caótica”. Assim, entende-se que os agentes econômicos produzem e se relacionam, do ponto de vista da sua consciência, às cegas e que suas ações são corrigidas pelos efeitos da estrutura total da produção capitalista (variação dos preços e crises) – com o que concordo, do ponto de vista do capital social total. Entretanto, entendo também, por outro lado, que o modo pelo qual se produz essas variações e crises não pode estar desconectado da “atuação dos capitais individuais que agem”. Ainda que esses capitais não sejam completamente conscientes daquelas leis, argumento que as categorias econômicas balizam suas ações na qualidade de particularidades constitutivas daquela estrutura econômica real. Essas ações, por sua vez, devido a esse balizamento mesmo, cedo ou tarde redundarão no “excesso” ou na “falta”, na “flutuação dos preços” e nas “crises”.

Um empresário industrial, por exemplo, não pode ignorar que, para que haja lucro no final do exercício, é preciso que a receita bruta da venda de suas mercadorias produzidas no período seja superior ao custo da folha de pagamento, aos custos

¹¹² Há, aqui, uma pequena diferença em relação ao original que parece diluir a problemática normativa apresentada, o que, de todo modo, não impede de acessá-la. Onde se lê “[as leis] encontram-se fora do quadro de competências das normas de ação consciente dos capitalistas individuais”, encontra-se “[die Gesetze] für *die bewußte Handlungsweise der agierenden Einzelkapitale nicht maßgebend sind*” (Luxemburg, 1921, p. 14), ou seja, “[as leis] não são normativas [ou decisivas] para o modo consciente de atuação dos capitais individuais que agem” (grifos meus). O fato dela evocar “capitais individuais que agem” e não “capitalistas” mostra, ainda, a compreensão da autora acerca do nível de abstração em que se apresenta a crítica marxiana da economia política.

operacionais e aos tributos que incidem sobre a sua produção e comercialização, ou seja, é preciso que resulte mais-valor do processo produtivo e que, uma vez lançado ao mercado, ele se transforme em uma quantidade de dinheiro capaz de reproduzir e de ampliar esse processo, bem como garantir a subsistência do proprietário do capital. Ao agir visando as determinações da categoria de mais-valor, mesmo que disso seja inconsciente, esse empresário age como personificação de uma relação social de produção chamada capital e, assim, produz, junto à sua classe, os efeitos da estrutura econômica capitalista, sedimentando aquelas tendências conhecidas pelo nome de “leis”.

Normatividade das categorias econômicas e o sujeito objetivado

Não discordo completamente das leituras de Honneth e Benhabib. Acompanho, em termos gerais, a posição de Honneth (2018, p. 670), de acordo com a qual a teoria do capital, ou a “explicação do desenvolvimento capitalista”, não contempla, de modo essencial, “o fato da conflitualidade normativa de *todos* os acontecimentos sociais” (grifo meu). De fato, a crítica da economia política não esgota – e nem pretende esgotar – os aspectos opressivos constituintes da moderna sociedade burguesa. No entanto, o autor, ao entender que o objeto de Marx em sua “economia” seria o “agir econômico” e que sua crítica seria falha ao não incorporar à apresentação os aspectos morais da agência política, pôde formular a seguinte pergunta:

Em vista das premissas da teoria da ação presentes em seus escritos históricos, não teria sido Marx obrigado [...] a abandonar o modelo estrito e utilitarista da economia clássica, de modo a permitir que os agentes econômicos aparecessem como atores morais e o desenvolvimento econômico pudesse ser mediado por lutas sociais? (Honneth, 2018, p. 671).

Essa pergunta exige da crítica marxiana da economia política uma problemática, um recorte temático e uma função política que ela não possui. Parece-me, antes, que, em *O Capital*,

Marx tematiza o modo capitalista de produção e as relações sociais próprias a ele – não o agir econômico – a fim de posicionar politicamente a classe trabalhadora nos debates internos a suas organizações e subsidiar as suas lutas. Como foi destacado acima, para o autor, dois dos resultados mais importantes dessa crítica se limitam a questões internas à economia política, ainda que, ao longo da apresentação, existam vários pontos a partir dos quais esses limites podem – e devem – ser ultrapassados. De fato, há que se reconhecer a legitimidade do deslocamento operado por Honneth, mas penso que se perde, com isso, a peculiaridade teórica e normativa da crítica de Marx.

Já a leitura de Benhabib é interessante ao destacar que o ponto de vista mobilizado por Marx para a apreensão desse modo de produção é o *transsubjetivo*. Isso significa que não se problematiza o sujeito enquanto indivíduo que age em relação a um outro, mas sim aquelas determinações cuja realização põe forçosamente os vários agentes econômicos de uma sociedade em relações determinadas. No entanto, não concordo que haja, aparte e paralelo a essa problematização, uma dimensão intersubjetiva da ação que põe, para Marx, o problema não resolvido (pelo menos em *O Capital*) da ausência de relação entre essa dimensão e aquela transsubjetiva. Talvez por buscar entender a crítica da economia política a partir de um paradigma expressivista da ação, Benhabib não problematiza o *caráter reflexivo* da relação entre sujeito e objeto que constitui a dimensão transsubjetiva do capital, relação estranhada em que o sujeito é tornado objeto, e o objeto, sujeito. Lembro que, em *O Capital*, notadamente no capítulo 2 do livro I (“O processo de troca”), mesmo aquela que seria uma relação flagrantemente intersubjetiva é, no âmbito do capital, uma relação social mediada por coisas, por objetos, e as posições subjetivas abstraídas analiticamente de suas relações sociais de produção são descritas como personificações de relações objetivamente determinadas.¹¹³

¹¹³ Assim, a própria socialização capitalista aparece para a crítica da economia política como permeada pelo fetichismo, o que torna muito interessante a denominação dada por Lange (2020, p. 19-24) ao método de Marx: *fetichismusanalytische Methode* ou *método analítico do fetichismo*.

Por essa relação reflexiva é que as categorias econômicas constituintes do conceito de capital e, portanto, descritivas e normativas do modo capitalista de produção, são investidas de subjetividade (objetivada, vale ressaltar) e, nesse sentido, determinadas por sua historicidade.¹¹⁴ Uma categoria é, portanto, apenas uma palavra, um constructo vazio, se ela não é posta em relação histórica com as outras categorias de seu campo prático-teórico, as quais, assume-se, também já estejam relacionadas historicamente entre si – ou, abreviadamente, uma categoria é meramente uma abstração se ela não foi criticamente *atualizada*.¹¹⁵ Nesse sentido, ao buscar atualizar as categorias econômicas por meio de seu reposicionamento no interior de uma forma econômica contemporânea, parece-me que Marx faz valer o seguinte ensinamento de Hegel – retomado por Lênin (1964, p. 135):

Se se abstrai de todas as determinações, de toda forma de um algo, resta a matéria indeterminada. A matéria é um pura e simplesmente *abstrato*. (Não se pode ver, sentir etc., a matéria; o que se vê, o que se sente, é uma *matéria determinada*, quer dizer, unidade da matéria e da forma.)

¹¹⁴ Um bom exemplo dessa questão é a discussão sobre a historicidade das categorias econômicas na introdução dos *Grundrisse*: “Trabalho parece uma categoria completamente simples. Mesmo a sua representação dentro dessa generalidade – como trabalho em geral – é antiga. No entanto, o ‘trabalho’ é apreendido, economicamente dentro dessa simplicidade, como uma categoria igualmente moderna, tal como as relações que engendram essa abstração simples. O sistema monetário, por exemplo, põe a riqueza de modo completamente objetivo, como coisa (*Sache*) fora de si dentro do dinheiro.” (MEGA II/1.1, p. 38).

¹¹⁵ Sobre a ideia de “atualização”, é interessante a afirmação de Marx sobre os plebeus da Roma Antiga e o resultado do processo de expropriação de seus meios de produção e de subsistência: “Os proletários romanos se tornaram não trabalhadores assalariados, mas uma turba ociosa [...], e, junto deles, não se desenvolveu nenhum modo capitalista de produção, mas um modo baseado sobre o trabalho escravo. Eventos de uma analogia gritante, mas que se desdobraram em um ambiente histórico distinto, levaram, portanto, a resultados completamente diferentes.” (MEW 19, p. 111-112). Desse modo, ao não serem reposicionadas (do ponto de vista da forma social que as ordena e do conteúdo que as constitui) na rede de relações sociais contemporâneas de produção, as categorias econômicas perdem sua concretude e, assim, sua possibilidade crítica – pelo menos tal como entendo, aqui, a ideia de crítica para Marx.

Essa abstração, a partir da qual surge a matéria, não é, porém, somente um descartar e suprassumir *externo* da forma, mas a forma reduz-se através de si mesma [...] a essa identidade simples. (Hegel, [1813] 2017, p. 100-101, grifos do autor).

A rede categorial que se desenvolve ao longo da apresentação de *O Capital* possui, assim, uma relação orgânica com a estrutura econômica do modo capitalista de produção na medida em que a determina enquanto *subjetividade objetivada dos agentes* ou, ainda, enquanto *institutos sociais*. Tal estrutura se apresenta para ação política de viés emancipador como um limite externo contra o qual se direciona,¹¹⁶ ao passo que, para as relações sociais capitalistas e não capitalistas de produção, ela se apresenta como um reflexo no interior dessas mesmas relações, como um “empenho de pressões”, uma potência interna a elas que pode ou não se realizar a depender da conjuntura política, econômica, cultural etc. dentro das quais toma corpo (Luxemburg, 1985, p. 334-335). Disso se depreende que o sujeito, nos escritos de crítica da economia política, não é o trabalhador, o capitalista, o comerciante etc., que são, antes, personificações das relações sociais de produção. O sujeito é, aqui, dito de modo geral, a sociedade civil, o valor, o capital,¹¹⁷

¹¹⁶ Esse limite externo constitui, segundo a leitura de Raymond Williams (1977, p. 87), uma particularidade do conceito de determinação, pois, além dele ser definido como “estabelecimento de limites” (experimentado como *determinação negativa*), ele é, também, “empenho de pressões” (ações sociais experimentadas como *determinação positiva*).

¹¹⁷ “Considerar a sociedade como um único sujeito é, além disso, considerá-la de modo falso; especulativo. Produção e consumo aparecem em um sujeito como momentos de um ato. O importante, aqui, é apenas enfatizar que, ao se considerar a produção e o consumo como atividades de um sujeito ou de muitos indivíduos, elas aparecem, de todo modo, como momentos de um processo dentro do qual a produção é o ponto de partida efetivo e, por isso, também o momento abrangente. [...] O sujeito real permanece subsistindo [...] fora da cabeça, em sua autossuficiência; a saber, enquanto a cabeça se comporta apenas especulativamente, apenas teoricamente. Mesmo no método teórico, portanto, o sujeito, a sociedade, precisa sempre pairar na representação como pressuposição.” (MEGA II/1.1, p. 30, 37); “Na circulação D-M-D funcionam ambos, mercadoria e dinheiro, apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, sendo o dinheiro seu modo geral de existência, e a mercadoria, seu modo particular, por assim dizer, apenas revestido. Ele passa constantemente de

ou seja, ele é, do ponto de vista da sua concretude, os complexos de relações sociais a que podemos chamar de estrutura. Vale dizer que esse sujeito não se movimenta de modo conscientemente *autônomo*, mas sim, tal como Marx classifica o movimento de autovalorização do valor, de modo *automático*.¹¹⁸ Trata-se, portanto, de movimentos sociais inconscientes, espasmódicos, no sentido de não serem planejados do ponto de vista da sua totalidade, de não visarem uma finalidade determinada – que não a manutenção do impulso naturalizado da autovalorização do valor – e de quase sempre escaparem aos controles institucionais.

Dado que os problemas da reprodução material da sociedade dizem respeito a todos os seus agentes sociais, essa inconsciência social da estrutura econômica é, por assim dizer, o lócus em que as lutas sociais se processam, estejam elas direta ou indiretamente relacionadas às determinações econômicas do capital. Por outro lado, se deixamos o ponto de vista da economia política e nos colocamos ao lado das lutas sociais, o campo econômico deixa de ser esse lócus e passa a existir transversalmente a elas (Safatle, 2019, p. 21-25). Há, portanto, um *dentro* e um *fora* do sistema econômico do capital, mas ambos existem concretamente apenas se relacionados respectivamente àquilo que, nesse sistema, há de *exterior* e de *interior*, ou seja, o dentro relacionado ao externo, e o fora, ao interno. Considerados

uma forma à outra sem se perder dentro desse movimento e, assim, se transforma em um *sujeito automático* (MEW 23, p. 168-169).

¹¹⁸ O trecho de *O Capital* mencionado na nota anterior é conhecido, mas vale à pena contrapor a ele o verbete *Automatisch* do *Meyers Großes Konversationslexikon*, que é uma enciclopédia alemã publicada desde 1840, de modo que o entendimento comum do termo à época de Marx – e que provavelmente é aproximado ao sentido evocado pelo autor – pode ser assim explicitado (ainda que a edição consultada seja de 1905-1909): “[grego], de si, isto é, que age ou empreende algo a partir do ímpeto livre, sem causa indutiva externa; assim, é o mesmo que mecânico, à maneira de um autômato, em oposição a tudo aquilo que decorre da consideração racional. Na *fisiologia* se designa como automático os movimentos musculares que, em oposição aos movimentos arbitrários e de reflexo, ocorrem sem o impulso do lado da vontade e sem incitação externa discernível, como o movimento respiratório, o batimento cardíaco, entre outros. A causa desses movimentos está nos estímulos (autóctones) que surgem nos órgãos nervosos centrais (centro respiratório etc.) que controlam os respectivos músculos ou mesmo nos próprios músculos” (Woerterbuchnetz, 2021).

enquanto absolutos, isto é, retirados da relação e tomados por si mesmos, o dentro e o fora do sistema são abstrações que podem ter um valor analítico importante (tal qual demonstra *O Capital*); entretanto, se essa relação não for dialeticamente reconstruída, dificilmente essas abstrações terão êxito em apresentar o “movimento efetivo” da matéria.

Considerações finais: um sujeito revolucionário indeterminado em *O Capital*?

Se nego o paradigma expressivista da ação pelo qual Benhabib (1986, p. 102-103, 104) lê a crítica da economia política, é porque entendo que as formas socioeconômicas do capital e as categorias que as constituem são resultados de um processo histórico e reflexivo em que a atividade subjetiva produz e reproduz a estrutura econômica do capital, assim como a objetividade dessa estrutura, que aparece aos agentes econômicos como ponto de partida, produz e reproduz a sua subjetividade. Nesse sentido, o objeto aparece como resultado da prática política que retroage sobre os sujeitos dessas práticas enquanto formas sociais objetivas, impondo-lhes limites para sua realização enquanto sujeitos políticos, ou seja, limites para a sua ação política. A crítica da economia política de Marx, apreendida como teoria social, trata do resultado desse processo reflexivo que se estrutura como subjetividade objetivada e estranhada nas determinações econômicas da forma e na relação social de produção chamada capital, de modo que, *dentro dessa relação*, uma subjetividade só possa ser pensada como atividade de reprodução dessa própria relação, e o sujeito, como essa relação mesma, ou seja, o capital.

Todavia, como sugere Safatle (2016, p. 236-237; 2019, p. 17-19) ao recuperar as formulações do *Manifesto Comunista* e da chamada *Ideologia Alemã*, o sujeito da ação política emancipadora é aquele cujos predicados políticos lhe foram negados pelo processo histórico de expropriação do trabalho; aquele que, por ser “radicalmente despossuído”, é também infenso às identificações flexíveis que esterilizam sua capacidade revolucionária, isto é, infenso àquelas identidades que “absorvem a dissolução

mercantil das determinações de conteúdo (por isso são ‘flexíveis’), que flertam com a indeterminação mesmo sendo capazes de conservar a *determinação formal de predicação por propriedades* (por isso ainda são ‘identidades’)” (Safatle, 2016, p. 136, grifos do autor). Não se trata, portanto, de um conflito moral em torno do reconhecimento social do proletariado em face das injustiças econômicas próprias ao capitalismo, mas sim de uma posição política potencialmente destrutiva da própria instituição da propriedade privada e, assim, radicalmente negadora da relação social capitalista de produção e da pretensão de sua imposição total enquanto sujeito face ao proletariado.¹¹⁹

Nesse sentido, do ponto de vista *da crítica da economia política*, esse sujeito revolucionário não pode ser tematizado pelas categorias econômicas burguesas senão enquanto sujeito negado pela relação social capitalista de produção¹²⁰ e enquanto negação determinada dessa própria relação.¹²¹ Ainda que, de um

¹¹⁹ Para Safatle (2016, p. 238-239, grifos do autor), proletariado “é a nomeação política da força social de *desdiferenciação identitária* cujo reconhecimento pode *desarticular por completo sociedades organizadas a partir da hipóstase das relações gerais de propriedade*”, de modo que haja, nesse conceito marxiano, uma sobreposição de “lógica política e descrição sociológica, permitindo a criação de uma relação profunda entre trabalhadores realmente existentes (que constituíam uma importante maioria social) e proletários”.

¹²⁰ “Esse factum [um factum nacional-econômico, atual] nada mais expressa além do seguinte: o objeto que o trabalho produz, seu produto, confronta-o como *essência estranha*, como um *poder independente* dos produtores. O produto do trabalho é o trabalho que se tornou fixo, realizado (sachlich) em um objeto, é a *objetificação* do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetificação. Essa efetivação do trabalho aparece, dentro da condição nacional-econômica, como *desefetivação* do trabalhador; a objetificação, como *perda e subjugação do objeto*; a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*. [...] A apropriação do objeto aparece tanto como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tão menos ele pode possuir e tão mais ele recai sob o domínio de seu produto, do capital.” (MEW 40, p. 511-512, grifos do autor).

¹²¹ “O proletariado começa a se formar na Alemanha por meio do movimento *industrial* que irrompe, pois o que forma o proletariado não é a pobreza que *surge de modo natural-espontâneo*, mas aquela *produzida artificialmente*, não é a massa humana oprimida mecanicamente pelo peso da sociedade, mas aquela resultante da sua *dissolução drástica*, em especial da dissolução do estamento médio (Mittelstand), ainda que gradualmente, como se entende por si mesmo, a pobreza natural-espontânea e a servidão cristo-

ponto de vista sociológico, Marx determine positivamente esse sujeito a partir do proletariado industrial inglês de meados do século XIX, de um ponto de vista lógico e político, esse sujeito permanece determinado como negação determinada do sistema econômico do capital e, enquanto revolucionário, como indeterminação para o capital. Em outras palavras, o caráter revolucionário do sujeito que trabalha denota aquilo que, para o capital, é indeterminado, irreconhecível. Há um movimento de determinação capitalista desse sujeito que busca “resolver” essa indeterminação ao incluí-lo no sistema de exploração do trabalho de modo negociado ou não, de modo marginal ou centralizado, a partir de direitos sociais ou da imposição violenta de um cotidiano que não oferece garantia de uma vida mais ou menos digna às trabalhadoras (principalmente) e aos trabalhadores precarizados.¹²² A “resolução” (im)positiva dessa indeterminação revolucionária parece ser parte vital do processo de reprodução do capital.

Ao aceitar os pressupostos da economia política, Marx tematiza a reprodução da relação social de produção em que vige a instituição da propriedade privada capitalista, relação por meio da qual aquela classe social despossuída dos meios de produção é predicada como “assalariada”. Busca, assim, dentro dos termos do capital, conhecer crítica e minuciosamente a sua estrutura fundamental, a fim de elevar à consciência do proletariado o modo sistemático de reprodução da dominação capitalista. A crítica da economia política não visa, portanto,

germânica também comparecem em suas fileiras. Se o proletariado anuncia a *dissolução da presente ordenação do mundo*, ele expressa apenas o *segredo de seu próprio ser-aí*, pois ele é a dissolução *factual* desse ordenamento. Se o proletariado demanda a *negação da propriedade privada*, ele apenas eleva a *princípio da sociedade* aquilo que a sociedade elevou a *seu princípio*, aquilo que, sem sua atuação, já está incorporado dentro *dele* como resultado negativo da sociedade.” (MEW 1, p. 390-392, grifos do autor).

¹²² Não se trata, portanto, de considerar tão somente aqueles setores da classe trabalhadora diretamente ligados à transformação industrial da natureza (conhecidos como “produtivos”), amparados por leis trabalhistas e reconhecidos como “a classe trabalhadora” por excelência. Veja, por exemplo, a importância do setor de serviços, juridicamente formalizado ou não, na acumulação capitalista brasileira após os anos 1930 apresentada por Francisco de Oliveira ([1972] 2013, p. 56-58).

apresentar um fundamento teórico a partir do qual a ação dos sujeitos políticos seja explicada ou mesmo planejada. Não se trata de uma teoria normativa da ação social, mas da apresentação crítica e dialética das categorias fundamentais de uma ciência social tal qual operam contemporaneamente na estruturação objetiva do modo de produção, bem como da investigação de sua gênese.

Assim, tanto *O Capital* quanto todo esforço de Marx no sentido da elaboração de sua crítica à economia política parecem apresentar uma outra normatividade que possui, *analiticamente*, um caráter duplo: um caráter *prático extratextual*, na medida em que se pretende um meio de luta política ao apresentar ao proletariado a razão de ser daquelas categorias que informam e conformam as práticas capitalistas que buscam subjugar-los, tanto do ponto de vista da legitimação quanto do ponto de vista da operacionalização desse modo de produção, radicalizando, assim, a possibilidade de ação política da classe trabalhadora; e um caráter *teórico intratextual*, na medida em que as categorias econômicas apresentam um dever ser do modo capitalista de produção que, em razão de suas próprias contradições, é também um dever *não ser*, isto é, uma disfuncionalidade inerente à própria funcionalidade capitalista. Esse dever ser é, assim, normativo para as práticas que se pretendem reprodutivas do capital e que, na medida em que ignoram as contradições desse modo de produção, se surpreendem a cada nova crise e acirramento da luta de classes que surgem. Ambos os polos dessa caracterização são, em sua efetividade, interpenetrados um pelo outro. Mas, com essa distinção analítica, é possível argumentar contra as tentativas de teorizar as práticas revolucionárias *dentro dos limites e nos termos* de uma teoria da dominação social capitalista e sugerir, assim, a reflexão sobre essas práticas *por meio e para além* dos marcos dessa teoria.

Referências

A - *Marx-Engels Werke (MEW) / Marx Engels Gesamtausgabe (MEGA) / Demais textos de Marx*

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Die deutsche Ideologie*. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihrer Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten. [1845-1846]. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1978, p. 9-530. MEW 3.

Marx, Karl. *Brief an die Redaktion der "Otetschestwennyje Sapiski"*. [1877]. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1987, p. 107-112. MEW 19.

Marx, Karl. *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*. Erster Band. Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals. Nach der vierten, von Friedrich Engels durchgesehenen und herausgegebenen Auflage, Hamburg 1890. Berlin, Dietz, 1962. MEW 23.

Marx, Karl. *Instruktionen für die Delegierten des Provisorischen Zentralrats zu den einzelnen Fragen*. [1867]. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1962, p. 190-199. MEW 16.

Marx, Karl. *Marx an Engels in Manchester, 01/02/1858*. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1978, p. 273-275. MEW 29.

Marx, Karl. *Marx an Engels in Manchester, 02/04/1858*. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1978, p. 311-318. MEW 29.

Marx, Karl. *Marx an Engels in Manchester, 24/08/1867*. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1965, p. 326-327. MEW 31.

Marx, Karl. *Marx An Ferdinand Domela Nieuwenhuis In Den Haag, 27/06/1880*. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1966, p. 447. MEW 34.

Marx, Karl. *Marx an Nikolai Franzewitsch Danielson in Petersburg, 10/04/1879*. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1966, p. 370-375. MEW 34.

Marx, Karl. *Misère de la Philosophie. Réponse a la Philosophie de la Misère* de M. Proudhon. [1847]. Avec un préface de Friedrich Engels. Paris, V. Giard & E. Brière, 1896.

Marx, Karl. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*. In: MARX, Karl; Engels, Friedrich. Ergänzungsband. Schriften bis 1844. Berlin, Dietz, 1977, p. 465-588. MEW 40.

Marx, Karl. *Ökonomische Manuskripte 1857/58*. Berlin, Dietz, 1976. MEGA II/1.1.

Marx, Karl. *Ökonomische Manuskripte 1863-1867*. Berlin, Dietz, 1988. MEGA II/4.1.

Marx, Karl. *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861*. Berlin, Dietz, 1980. MEGA II/2.

Marx, Karl. *Randglossen zu Adolph Wagners "Lehrbuch der politischen Ökonomie"*. [1879-1880]. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1987, p. 355-383. MEW 19.

Marx, Karl. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*. Einleitung. [1843-1844]. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. Berlin, Dietz, 1981, p. 378-391. MEW 1.

B - Demais referências

Arndt, Andreas. Hegels Wesenslogik und ihre Rezeption und Deutung durch Karl Marx. In: Arndt, Andreas; Kruck, Günter (orgs.) *Hegels "Lehre vom Wesen"*. Berlin/Boston, Walter de Gruyter, 2016, p. 181-194.

Arndt, Andreas. *Karl Marx*. Versuch über den Zusammenhang seiner Theorie. [1985] 2. Auflage. Berlin, Akademie Verlag, 2012.

Behre, Jürgen; Rakowitz, Nadja. *Automatisches Subjekt? Zur Bedeutung des Kapitalbegriffs bei Marx*. 2001. Disponível em: http://www.rote-ruhr-uni.com/texte/behre_rakowitz_automatisches_subjekt.shtml. Acesso em: 10 out. 2021.

Benhabib, Seyla. *Critique, norm und utopia*. A study of the foundations of critical theory. New York, Columbia University Press, 1986.

Bluhm, Harald; Rüdiger, Axel. Exzerpieren als Basis. Marxens Produktionsweise – ein Essay. 2020. Disponível em: <https://www.soziopolis.de/exzerpieren-als-basis.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

Engster, Frank. Geist, Logik, Kapital und die Technik des Maßes. In: *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 07, n. 01, 2016, p. 136-205.

Fulda, Hans Friedrich. Tese para a dialética como método de exposição (no “Capital” de Marx). [1974]. Trad. Hernandez Vivan Eichenberger e Marcos Sirineu Kondageski. In: *Crítica Marxista*, n. 45, 2017, p. 109-116.

Grespan, Jorge. A dialética do avesso. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 14, 2002, p. 21-44.

Hegel, Georg W. F. *Ciência da Lógica: 2. A doutrina da essência*. [1813]. Trad. Christian G. Iber e Federico Orsini. Petrópolis, Bragança Paulista, Vozes, Editora Universitária São Francisco, 2017.

Hoff, Jan. *Marx global. Zur Entwicklung des internationalen Marx-Diskurses seit 1965*. Berlin, Akademie Verlag, 2009.

Honneth, Axel. A moral em *O capital*: Tentativa de uma correção da crítica marxista da economia. [2013]. Trad. Luiz Gustavo da Cunha de Souza. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2018, p. 669-682.

Honneth, Axel. *The fragmented world of the social*. Essays in social and political philosophy. [1990]. Albany, State University of New York, 1995.

Jahn, Wolfgang; Nietzold, Roland. Probleme der Entwicklung der Marxschen politischen Ökonomie im Zeitraum von 1850 bis 1863. In: *Marx-Engels Jahrbuch*, Bd. 1, 1978, p. 145-174.

Jahn, Wolfgang. Der heuristische Wert der Londoner Exzerpte 1850-1853 von Karl Marx. In: *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung*, Heft 21, 1987, p. 94-98.

Krätke, Michael. Marx als Wirtschaftsjournalist. In: *Beiträge zur Marx-Engels Forschung. Neue Folge*, 2005, p. 29-100.

Lange, Elena Louisa. Hegels Beitrag zum *Kapital*. Wesen und Erscheinung als Kategorien der Kritik der politischen Ökonomie. In: *Studia Philosophica*, v. 79, 2020, p. 12-27.

Lenin, W. I. Konspekt zu Hegels "Wissenschaft der Logik. In: Lenin, W. I (Org.). *Werke. Band 38. Philosophische Hefte*. Berlin, Dietz Verlag, 1964.

Luxemburg, Rosa. A acumulação do capital, ou o que os epígonos fizeram da teoria marxista. [1921] In: *A acumulação do capital*. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Trad. Otto Erich Walter Maas. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Luxemburg, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals oder: Was die Epigonen aus der Marxschen Theorie gemacht haben*. Leipzig, Frankes Verlag G.m.b.H, 1921.

Müller, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em "O Capital". In: *Boletim SEAF*, n. 2, 1982, p. 17-41.

Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. [1972/2003] São Paulo, Boitempo, 2013.

Reichelt, Helmut. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. [1971]. Mit einem Vorwort von Iring Fetscher. Frankfurt a. M., Europäische Verlagsanstalt, 1973.

Safatle, Vladimir. "Anota aí: eu sou ninguém": entrevista com Vladimir Safatle. [7 de junho, 2019]. Campinas, *Revista Idéias*, v. 10, 2019. Entrevista concedida a Hyury Pinheiro, Laura Luedy e Mariana Toledo Borges.

Safatle, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

Sommer, Michael; Wolf, Dieter. Das Kapital als “automatisches Subjekt” und die Einheit von Darstellung und Kritik. In: Sommer, Michael; Wolf, Dieter. *Imaginären Bedeutungen und historischen Schranken der Erkenntnis*. Eine Kritik an Cornelius Castoriadis. Hamburg: Argument, 2008. Disponível em: http://dieterwolf.net/wp-content/uploads/2016/02/Automatisches_Subjekt.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

Theunissen, Michael. Krise der Macht. Thesen zur Theorie des dialektischen Widerspruchs. In: *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein, 1975, p. 318-329.

Voirol, Olivier. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. *Novos Estudos*. 93, julho/2012, p. 81-99.

Williams, Raymond. *Marxism and literature*. New York, Oxford University Press, 1977.

Woerterbuchnetz. Automatisch. Disponível em: <https://woerterbuchnetz.de/?sigle=Meyers&lemma=Automatisch#0>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

Sobre as autoras

Ana Flávia Marques é doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Gestão de Comunicação e Marketing pela mesma universidade. É também pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA-USP, jornalista e estrategista de comunicação digital. Coordenadora do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Carolina Cristina Mantovani Ferreira é bacharel em Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCS/PUCC). Mestra em Linguagem, Mídia e Arte no Programa Limiar (PUC-Campinas).

Flávio Lima é graduado e mestre em Geografia e pesquisador em nível de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra os grupos de pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp) e *Problemática Urbana e Ambiental*.

Hyury Pinheiro é doutor em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Iuri Tonelo é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor e pesquisador de pós-doutorado com apoio da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) no Programa da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), desenvolvendo pesquisas na área de sociologia do trabalho. Realizou pós-doutorado na Universidade

de São Paulo (USP). Ministrou cursos no departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Sua mais recente publicação é *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*, publicado pelas editoras Boitempo e Edições Iskra (São Paulo/SP), em 2021.

Lívia de Cássia Godoi Moraes é doutora em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp) e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social.

Luci Praun é professora Adjunta da Universidade Federal do Acre (UFAC) e integra o corpo de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC). Integrante do Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp) é autora do livro *Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho* (Ed. Papel Social).

Marcela Soares é professora do Departamento de Serviço Social de Niterói e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mariana Shinohara Roncato é socióloga, professora e, atualmente, pesquisadora de pós-doutorado na Unicamp. É doutora e mestra em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisa os temas do trabalho, migração internacional, gênero, raça/etnia, classe e Teoria da Reprodução Social. É integrante do grupo de pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp), sob a coordenação do

prof. Ricardo Antunes e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social.

Marianna Costa é assistente social graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela mesma universidade.

Murillo van der Laan é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador em pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Unicamp e integrante do grupo de pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp).

Patrícia Rocha Lemos é doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/Unicamp). Participa do Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp) e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social.

Ricardo Antunes é professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dentre os diversos livros publicados no Brasil e no exterior, lançou, mais recentemente, *Capitalismo Pandêmico* (Boitempo), *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0* (org., Boitempo) e o *Privilégio da Servidão* (Boitempo). Foi *Visiting Professor* na Universidade Ca'Foscari (Veneza/Itália); *Visiting Research Fellow* na Universidade de Sussex (Inglaterra) e *Visiting Scholar* na Universidade de Coimbra (Portugal). Coordena o Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp) e a coleção *Mundo do Trabalho* (Boitempo).

Ricardo Festi é professor do Departamento de Sociologia (SOL) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e Teoria Social da UnB* e membro

do Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp). É autor de *Fábrica sem patrão: quando a classe trabalhadora desafia o capital* (ed. Lutas Anticapital).

Ruth Gilmore é professora da *City University of New York* (CUNY) e diretora do *Center for Place, Culture, and Politics*. Co-fundadora de diversas organizações populares como o *California Prison Moratorium Project* e a *Central California Environmental Justice Network*, é também autora do premiado *Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California* (UC Press).

Stela Cristina de Godoi é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora extensionista da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCS/PUCC).

Tábata Berg é mãe do Antônio desde 2016, doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e pesquisadora pelo Grupo de Pesquisa *Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses* (GPMT/Unicamp).

Vinicius Oliveira Santos é mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autor do livro *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx* (Expressão Popular, 2013). Pesquisa os seguintes temas: teoria social de Marx, teoria do valor, trabalho imaterial, setor de serviços.

Wagner Miquéias F. Damasceno é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).